

COLEÇÃO DIÁLOGOS ARQUIVÍSTICOS

Eliete Correra dos Santos  
Alzira Karla Araújo da Silva  
Ediane Toscano Galdino de Carvalho  
(organizadoras)

# ARQUIVOLOGIA

HISTÓRIA, TIPOLOGIAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS





## Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



## Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

### **Conselho Editorial**

#### **Presidente**

Luciano do Nascimento Silva

#### **Conselho Científico**

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

### **Design Gráfico**

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

### **Comercialização e Distribuição**

Danielle Correia Gomes

### **Divulgação**

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

### **Revisão Linguística**

Elizete Amaral de Medeiros

### **Normalização Técnica**

Jane Pompilo dos Santos

### **Copyright © EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

---

A772 Arquivologia: história, tipologias e práticas profissionais [Livro eletrônico]. Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva (Organizadoras). Campina Grande: EDUEPB, 2017. 4750 kb. 396 p.: il. (Coleção Diálogos Arquivísticos).

Modo de acesso: Word Wide Web <http://www.uepb.edu.br/ebooks/>

**ISBN**

**ISBN EBOOK**

1. Arquivos e arquivologia. 2. História. 3. Projeto SESA. 4. Mobilidade digital. 5. Arquivos e bibliotecas. I. Santos, Eliete Correia dos. II. Carvalho, Ediane Toscano Galdino de. III. Silva, Alzira Karla Araújo. IV. Título.

21. ed. CDD 027

---



Editora filiada a **ABEU**

### **Editora da Universidade Estadual da Paraíba**

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB

CEP 58429-500 | Fone/Fax: (83) 3315-3381

<http://eduepb.uepb.edu.br> | email: [eduepb@uepb.edu.br](mailto:eduepb@uepb.edu.br)

**Eliete Correia dos Santos**  
**Alzira Karla Araújo da Silva**  
**Ediane Toscano Galdino de Carvalho**

*Organizadoras*

# ARQUIVOLOGIA

HISTÓRIA, TIPOLOGIAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS



Campina Grande-PB

2017

# **Coleção Diálogos Arquivísticos**

## **Conselho Editorial**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliete Correia dos Santos - UEPB  
Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo – UEPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt - UFF  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roza Zuleide Lima de Brito – UFPB  
Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva – UNIRIO  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Ribeiro – UP - PT

## **Conselho Científico**

Prof. Dr. Afonso Celso Caldeira Scocuglia – UEPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alzira Karla Araújo da Silva – UFPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Terra – IPP - PT  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angélica Alves da Cunha Marques - UnB  
Prof. Dr. Armando Malheiro da Silva – UP- PT  
Prof. Dr. António Pedro Costa – UA- PT  
Prof. Dr. Edvaldo Fernandes da Silva - UFPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliete Correia dos Santos - UEPB  
Prof. Dr. Elder Eldervitch Carneiro de Oliveira – UEPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Gomes Pinheiro – UFPB  
Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva - UNIRIO  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Ribeiro – UP - PT  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacqueline Echeverria Barrancos – UEPB  
Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo – UEPB  
Prof. Dr. José Maria Jardim - UNIRIO  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Julianne Teixeira e Silva – UFPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isa Maria Freire - UFPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivana Parrela – UFMG  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Manuela Pinto – UP - PT  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso Marques – UC - PT  
Prof. Dr. Marynice de Medeiros Matos Autran – UFPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcília Gama da Silva – UFPE  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Almeida – UFPB  
Prof. Dr. Pedro Farias Francelino - UFPB  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roza Zuleide Lima de Brito - UFPB  
Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros - UFPA  
Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa - UEPB

**C**onvênios e aditivos entre Universidades brasileiras e portuguesas são milhares jazem nos arquivos institucionais como prova de uma intenção natural e generosa. O problema é que a cooperação não é, nem pode ser a assinatura pomposa de documentos oficiais, mas o trabalho contínuo, realista, por vezes até minúsculo, mas efetivo, daqueles que acreditam na cooperação acadêmica a valer. Na UEPB, e em concreto no Departamento relacionado com a Documentação e Informação a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, através de seu Departamento de Ciências da Comunicação e Informação, tem encontrado parceiros/as, como a Professora Eliete Correia dos Santos, empenhados(as) na realização de iniciativas que permaneçam e impactem nas comunidades discente e docente de ambas as Escolas. Pela nossa parte a vontade é prosseguir e ampliar os resultados. Bem hajam!

**Depoimento de Armando Malheiro**



**A**gradecemos ao Programa de Extensão Universitária (ProExt-2015), direcionado especificamente para ações de extensão das universidades brasileiras, através do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Superior (SESu) pelo apoio e dedicamos esta obra a todos os parceiros do projeto SESA que dialogam e dão continuidade às atividades de pesquisa e extensão conjuntas, fomentando a internacionalização das respectivas instituições de ensino superior.



# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>13</b>
<b>Breve história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil</b> .....	<b>21</b>
Josemar Henrique de Melo Ramsés Nunes e Silva Sânderson Dorneles	
<b>Justiça fardada e educação populas nos arquivos da ditadura (1964-1969)</b> .....	<b>49</b>
Afonso Celso Scocuglia	
<b>Dos discursos da atualidade aos arquivos do futuro</b> .....	<b>75</b>
Eliete Correia dos Santos Vancarder Brito Sousa Henrique Elias Cabral França	
<b>Pressupostos teóricos e metodológicos aplicados aos arquivos pessoais: o caso do arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior</b> .....	<b>99</b>
Ana Margarida Dias da Silva	

**A importância do estudo orgânico-funcional  
na investigação arquivística: o caso da  
Administração da Universidade de Coimbra ..... 129**

Liliana Isabel Esteves Gomes

Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso Marques

**Proposta de análise tipológica e fluxo  
documental para diretoria geral de  
Gestão de Pessoas do IFPB..... 171**

Sânderson Lopes Dorneles

Edmundo Augusto da Silva Neto

Vancarder Brito Sousa

**A Linguística enquanto uma área de interface  
com a Arquivística: aporte metodológico..... 205**

Thiago Henrique Bragato Barros

Wanessa Martins Rodrigues

Glenda Rocha Monteiro

**Folksonomias em arquivos fotográficos  
institucionais: identificação de projetos de  
indexação colaborativa no *Flickr Commons*..... 231**

Leonor Calvão Borges

**O arquivo pessoal Odilon Alves Pedrosa:  
possibilidades investigativas..... 253**

Ramsés Nunes e Silva

**A gestão da informação e o desafio  
da mobilidade digital..... 269**

Andreia Magalhães

Maria Manuela Pinto

**Práticas informacionais dos futuros  
profissionais da informação: enfoque na  
avaliação da informação ..... 291**

Ana Lúcia Terra

**Sistemas de Arquivos: um olhar  
sobre as Universidades Federais da  
Região Nordeste do Brasil ..... 319**

Ediane Toscano Galdino de Carvalho

Cacilene Toscano de Oliveira

**Fundamentos científicos da Arquivologia ..... 351**

Jacqueline Echeverría Barrancos

Eliete Correia dos Santos

**Sobre os Autores ..... 387**



## Apresentação

O livro **ARQUIVOLOGIA: HISTÓRIA, TIPOLOGIAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS** é uma coletânea organizada em treze capítulos sobre os mais variados temas da Arquivologia, considerando a experiência prática dos autores brasileiros e portugueses aqui representados. Os capítulos passam pela parte histórica, conceitual, tipológica e os modelos teóricos, até as questões metodológicas, de sistema e prática profissional da Arquivologia. Não há aqui o interesse de trabalhos inéditos, mas de reunir trabalhos e pesquisas que estão sendo desenvolvidas e/ou foram concluídas recentemente.

O primeiro capítulo “**Breve história dos arquivos e da arquivologia no Brasil**”, de autoria dos pesquisadores *Josemar Henrique de Melo, Ramsés Nunes e Silva e Sânderson Dorneles*, reúne a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil. Retrata que o desenvolvimento da Arquivologia está ampliando o alcance, não só com a colocação de profissionais no mercado de trabalho, mas também um crescimento importante nas pesquisas da área. Traz à tona o descaso da maior parte dos estados e municípios com este importante ator da administração pública. Destaca que apesar dos honrosos esforços realizados, ainda há partes da história dos Arquivos e da Arquivologia brasileira a serem contadas.

O segundo capítulo “**Justiça militar e educação subversiva nos arquivos da Ditadura (1964-1969)**” do pesquisador *Afonso Celso Scocuglia* é resultado de uma reconstrução das histórias e das memórias da ditadura e da educação política pós-1964. A fonte arquivística principal foi o Inquérito Policial Militar

instaurado pelo Exército. Também incluiu a atuação dos delatores e dos responsáveis pelo processo judicial. Constatou que a “justiça fardada” exercida na realização dos IPMs, entre 1964 e 1969, foi especialmente importante. Tratava-se de, mesmo arbitrariamente, demonstrar à sociedade a legitimidade e o senso de justiça presentes na exemplar punição dos inimigos subversivos.

O terceiro capítulo **“Dos discursos da atualidade aos arquivos do futuro”** dos pesquisadores *Eliete Correia dos Santos, Vancarder Brito Sousa e Henrique Elias Cabral França*, baseia-se em uma perspectiva teórico-metodológica discursiva, a partir dos estudos de Bakhtin e o Círculo, para investigar o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2016. Analisa os discursos que circulam no documento e sua relação com o processo sócio-histórico e reflete sobre a maneira como ele poderá ser indexado no futuro. Conclui que, se a linguagem é capaz de ser um meio de dominação, a linguagem documentária não pode ser instrumento escamoteador da realidade quando o analista/arquivista ler e representa a informação documentária.

O quarto capítulo **“Pressupostos teóricos e metodológicos aplicados aos arquivos pessoais: o caso do arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior”** da pesquisadora *Ana Margarida Dias da Silva* retoma, de certa forma, pergunta feita há quase 20 anos por Terry Cook sobre se os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais, que foram desenvolvidos para os documentos de instituições, são também relevantes para os arquivos de indivíduos, famílias e grupos. Parte de uma reflexão sobre as concepções teóricas e metodológicas relativas à classificação de arquivos pessoais, apresentadas e seguidas em Portugal essencialmente, e apresenta a sua aplicação ao objeto de estudo o arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior.

O quinto capítulo **“A importância do estudo orgânico-funcional na investigação arquivística: o caso da Administração da Universidade de Coimbra”** da pesquisadora

*Liliana Isabel Esteves Gomestem* como objeto o arquivo da Administração da Universidade de Coimbra (UC). Adota como linha da investigação o designado método quadripolar preconizado por alguns autores contemporâneos, procurando aplicá-lo ao objeto selecionado para o estudo de caso. Enfatiza a importância decisiva do estudo diacrônico da estrutura organizacional, e as suas vicissitudes ao longo do tempo, para conhecer o arquivo na sua plena dimensão sistémica. Busca construir um conhecimento novo e progressivo alicerçado na estrutura orgânico-funcional da entidade produtora, salientando-se ainda as fontes de pesquisa indispensáveis para o estudo.

O sexto capítulo **“Proposta de análise tipológica e fluxo documental para Diretoria Geral de Gestão de Pessoas do IFPB”** dos pesquisadores *Sânderson Lopes Dorneles*, *Edmundo Augusto da Silva Neto* e *Vancarder Brito Sousa*, apresenta a produção, a tramitação e as tipologias documentais da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, partindo da necessidade de criar procedimentos padronizados aos processos administrativos produzidos e recebidos pela Instituição. Realiza um estudo dos regimentos e estrutura administrativa como também o levantamento dos tipos documentais e alocação destes às funções administrativas que os geraram, bem como alocados de acordo com o plano de classificação e tabela de temporalidade da área meio do Poder Executivo Federal. A fundamentação é baseada nas teorias de Diplomática Contemporânea e análise tipológica de documentos. Propõe a criação de um manual de procedimentos administrativos que auxiliará a Instituição e a sociedade no conhecimento dos tipos processuais, além de outros fatores administrativos e legais pertinentes aos processos dessa Diretoria, tais como, instrução processual e base legal.

O sétimo capítulo **“A linguística enquanto uma área de interface com a arquivística: aporte metodológicos”** do pesquisador *Thiago Henrique Bragato Barros* discute

aspectos fundadores da linguística e as relações que têm sido trabalhadas visando o desenvolvimento teórico e metodológico da Arquivística, especialmente no âmbito da representação e organização de arquivos. Expõe de maneira panorâmica os trabalhos que têm sido desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa Organização e Representação em Arquivos e Bibliotecas da Universidade Federal do Pará, utilizando da linguística enquanto abordagem e metodologia de pesquisa nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Visa contribuir para o fortalecimento e o amadurecimento das relações entre essas áreas, uma vez que, é só por meio das relações interdisciplinares que a Arquivística, poderá desenvolver-se e fundamentar-se de forma plena.

O oitavo capítulo **“Folksonomias em arquivos fotográficos institucionais: identificação de projetos de indexação colaborativa no Flickr Commons”** de autoria da pesquisadora *Leonor Calvão Borges* verifica se (e como) a indexação de imagens em instituições de memória beneficia com a utilização de folksonomias, nomeadamente por meio da adesão a plataformas de partilha e disseminação da informação existentes na *web 2.0*, como o *Flickr Commons*, que se elegeram como estudo de caso. Faz uma revisão da literatura sobre indexação de imagens, a utilização das folksonomias para o mesmo efeito e ainda sobre o estabelecimento de novas conexões com os utilizadores das instituições de memória através da *web 2.0*. Identificam objetivos e especificidades do projeto *Flickr Commons*, analisando a informação relativa a todos os seus aderentes. Conclui que os acervos de imagens beneficiam com a adesão ao *Flickr Commons* por duas ordens de razão: a disponibilização dos seus conteúdos fora dos canais habituais de divulgação institucional e o *feedback* maioritariamente positivo dos utilizadores, através da identificação de imagens.

O nono capítulo **“O arquivo pessoal Odilon Alves Pedrosa: possibilidades investigativas”** do pesquisador *Ramsés*

*Nunes e Silva* apresenta o resultado de um trabalho de pós-doutoramento na Universidade do Minho (Portugal). Reflete sobre o arquivo pessoal de Odilon Alves Pedrosa, um dos arquitetos do engajamento católico na Paraíba e Pernambuco, entre os anos de 1920 e 1940. A constituição de seu arquivo pessoal é pertinente para a possibilidade de indagar sua trajetória intelectual e a formação da coleção militante sob sua guarda. Arquivo pessoal que está agora em fase de diagnóstico e intervenção, mas que forneceu mapeamento e reflexão necessários para indagar sobre os protagonistas e militantes do período.

O décimo capítulo “**A Gestão da Informação e o desafio da mobilidade digital**” de autoria das pesquisadoras *Andreia Magalhães e Maria Manuela Pinto* apresentam projeto realizado em contexto empresarial e direcionado ao estudo do impacto dos dispositivos móveis na Gestão da Informação (GI). O principal objetivo fixado consiste na identificação e especificação dos requisitos para o desenvolvimento de um software de Gestão Documental e *Workflow* baseado em tecnologias móveis. Este é, pois, um estudo em Ciência da Informação, na área de estudos da GI, mas que se intercepta com a Engenharia de Requisitos e a Gestão de Conteúdos Empresariais (ECM), constituindo uma oportunidade teórica e aplicada para analisar e compreender a adequação de soluções de *software* ao novo contexto tecnológico de mobilidade digital. As autoras enfatizam que, na perspectiva organizacional, esta mudança dá mobilidade ao “escritório” e vai além do precedente, mas ainda desafiador, estágio de “escritório eletrônico”. O estudo realizado centra-se especificamente na área do direito e da solicitadoria, particularmente sensíveis à crescente complexidade dos desafios que se colocam às organizações. Satisfeita a necessidade de acesso à informação através da tecnologia, emerge no seio das organizações, e entre os seus colaboradores, uma nova necessidade: considerar a produção e gestão de informação em contexto móvel. Para as autoras, na perspectiva da tecnologia esta é uma tarefa relativamente fácil,

contudo, requer uma particular atenção e um efetivo compromisso com a Gestão da Informação no contexto organizacional.

O décimo primeiro capítulo “**Práticas informacionais dos futuros profissionais da informação: enfoque na avaliação da informação**” de autoria da pesquisadora *Ana Lúcia Terra* discute aspectos relacionados com as práticas informacionais de um grupo de estudantes portugueses de uma licenciatura da área de Ciência da Informação, a partir dos dados obtidos com a aplicação de um inquérito internacional concebido para o efeito. A análise dos resultados baseia-se numa revisão da literatura sobre a aplicação de critérios para avaliar a informação e determinar a credibilidade dos recursos informacionais. Apresenta as orientações de três referenciais de literacia da informação no que respeita à avaliação da informação, na perspectiva da credibilidade. A análise centra-se em questões relacionadas às competências de avaliação da informação, nomeadamente nos critérios de avaliação da credibilidade da informação e nas dificuldades da sua aplicação.

O décimo segundo capítulo, “**Sistemas de arquivos: um olhar sobre as Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil**” das pesquisadoras *Ediane Toscano Galdino de Carvalho e Cacilene Toscano de Oliveira*, identifica a existência de Sistema de Arquivos nas Universidades Federais das capitais dos estados da região nordeste do Brasil. Traz uma temática pouco evidenciada na literatura arquivística e a gestão de documentos de arquivos oportuniza trazer para as universidades, a possibilidade de garantir a preservação de sua documentação na perspectiva de criação de um Sistema de Arquivo.

O último capítulo deste livro “**Fundamentos Científicos da Arquivologia**” das professoras *Jacqueline Echeverría Barrancos e Eliete Correia dos Santos* traz aos leitores uma contribuição sobre os Fundamentos Científicos da Arquivologia, ainda pouco explorado na literatura e direcionado para a área, mas extremamente necessário para facilitar a identificação e solução

de problemas de um trabalho de pesquisa em Arquivologia. A perspectiva do trabalho realizado pelas professoras robustece a posição do paradigma básico em Arquivologia como ferramenta de apoio para sistematizar e organizar uma pesquisa. No decorrer do capítulo, as autoras mostram a preocupação de identificar o objeto de campo de investigação e como também de posicionar a Arquivologia como: técnica, disciplina ou ciência. Sinalizam os tipos de pesquisa que podem ser trabalhados nas ciências factuais, no caso exclusivamente a Arquivologia.

A leitura desta coletânea pode iniciar-se por qualquer um de seus capítulos, pois as temáticas, embora possam se relacionar, são interdependentes e retratam experiências e estudos arquivísticos de pesquisadores brasileiros e portugueses. A ideia aqui é consolidar mais uma obra da cooperação acadêmica da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade do Porto (UP), Universidade de Coimbra (UC), Instituto Politécnico do Porto (IPP) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que são parceiras do Projeto Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA).

Embora todos os textos sejam em Língua Portuguesa, em respeito às diferenças culturais e linguísticas, optou-se por deixar a escrita original dos trabalhos quanto à sua ortografia e a seu vocabulário pertencente a cada país. Certamente, a leitura desta obra é a oportunidade de reflexão pluridisciplinar; portanto, destinada a estudantes e profissionais interessados pela Arquivologia (e áreas afins) e seus marcos teórico-conceituais e metodológicos diversificados. Boa Leitura!

SANTOS, Eliete Correia dos (UEPB)  
SILVA, Alzira Karla Araújo da (UFPB)  
CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de (UFPB)  
(*Organizadoras*)



# Breve história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil

*Josemar Henrique de Melo*  
*Ramsés Nunes e Silva*  
*Sânderson Dorneles*

## Introdução

A Arquivologia brasileira está em um rápido processo de desenvolvimento, principalmente a partir do final da década de 80 do século passado. Podemos notar este desenvolvimento a partir de alguns aspectos, tais como: com a aprovação de um artigo sobre a gestão documental na Constituição Federal de 1988, a criação da Lei de Arquivo nº 8.159 de 1991, conhecida como a lei dos arquivos, a ampliação dos concursos para arquivistas em todas as instâncias (federal, estadual e municipal), a ampliação do número de trabalhos de pós-graduação (dissertações e teses), o aumento de cursos de bacharelado na área e a criação de um curso de mestrado profissional. Porém, é necessário entender o percurso que o arquivo e a Arquivologia fizeram, desde o momento em que os arquivos surgem até o desenvolvimento dessa área do conhecimento. No caso do Brasil, inicia-se com a vinda do conquistador português nas terras de Vera Cruz, formando os primeiros conjuntos documentais do que se tornarão os arquivos do Estado brasileiro.

Podemos perceber que a história dos arquivos e a Arquivologia brasileira têm acompanhado, a partir da década de 1960, os desdobramentos internacionais e, atualmente, as discussões nacionais sobre a área têm demonstrado um amadurecimento da comunidade em detrimento do descaso às instituições arquivísticas que ainda continuam relegadas pela administração pública.

Este capítulo, portanto, não tem a intenção de ser um compêndio final sobre esta profícua história, não apenas devido ao recorte cronológico a ser estudado e o pouco espaço disponível em um artigo. Mas, busca dar os primeiros passos a partir de revisão de literatura da área, da pesquisa documental, do levantamento de informações gerais sobre o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia. Outrossim, aponta as lacunas que ainda existem para uma construção, a mais completa possível, da história dessa área do conhecimento.

Ao realizarmos um levantamento bibliográfico sobre este tema, percebemos um desenvolvimento maior de pesquisas, livros e artigos de periódicos voltados mais para a história recente da Arquivologia, muito bem estudada e apresentada por diversos autores. Podemos citar a título de curiosidade, os trabalhos de Célia Costa, *O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade*. Este artigo foi derivado da tese de doutorado da autora sob o título “*Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*”, sendo este um trabalho de fôlego, que aproxima, de maneira interdisciplinar, a História e a Arquivologia, apresentando o percurso da formação da nacionalidade brasileira a partir do Arquivo Nacional. Outro trabalho que trata da formação da Arquivologia no Brasil é o livro *A Arquivologia Brasileira*, da arquivista e professora da Universidade de Brasília (UnB) Angélica Alves da Cunha Marques, que aponta o desenvolvimento da institucionalização da área, nomeadamente com

o início da formação da graduação, e das pesquisas realizadas nas pós-graduações sobre arquivos e Arquivologia. Nesse mesmo levantamento, temos também o artigo de Renato Crivelli e Maria Leandra Bizello, intitulado *A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012)*. Os autores fazem referência à história da Arquivologia, com um recorte mais ampliado que os trabalhos anteriores, indo do Império com a criação do Arquivo Nacional em 1838 à República, destacando principalmente o papel desta instituição para a estrutura arquivística do país.

Um exemplo da fragmentação da história dos arquivos e da Arquivologia pode ser observado na dissertação sobre a história do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), de autoria de Augusto Moreno Maia, intitulada *A construção do curso de arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária*, defendida em 2006 no programa de pós-graduação em Educação. Este é apenas um trabalho específico sobre a história da Arquivologia que não seria possível encontrar se o levantamento realizado fosse apenas na área da Ciência da Informação.

Mais recentemente foi publicado pela Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro em coedição com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro o livro: *A História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*, trabalho elaborado por vários autores, trazendo nos seus capítulos um significativo material, abrangendo o desenvolvimento da evolução histórica do saber e o cenário arquivístico, o associativismo e a produção científica, essencialmente a partir do século XX.

Acerca do período colonial, porém, existem poucos textos relevantes atrelados ao tema. Podemos destacar a tese de doutoramento de um dos autores deste artigo, intitulada: *A Ideia de Arquivo: a Secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)*. Nesse trabalho, são demonstrados o desenvolvimento e

a estrutura de produção documental no período colonial, tendo como base a Secretaria de Governo de uma das capitanias do Brasil.

É importante destacar que em muitas dissertações, teses ou alguns livros, parte dessa história é contada para dar reforço ao objeto de estudo do respectivo trabalho. Contudo, falta-nos uma compilação dessa história, uma reunião dos momentos históricos de desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia como estamos a propor aqui. Neste sentido, o nosso capítulo se divide em três partes demarcadas pela divisão clássica da História do Brasil, acrescida, na última parte, de uma análise das alterações corridas nos arquivos e na Arquivologia com a utilização das tecnologias da informação, proporcionando o desenvolvimento dos documentos digitais e dos sistemas informatizados para os arquivos.

## **A formação dos primeiros arquivos: o Brasil Colônia**

Compreender a formação dos arquivos no Brasil ou mesmo tentar construir a sua história passa, portanto e, necessariamente, por lançar um olhar sobre o chamado “período colonial”, momento em que a dinâmica da transição de um mundo tomado pelas relações sociais e políticas do medievo se encaminhava para outra funcionalidade, num pêndulo de transição que se verifica entre os séculos XIV e XVI (NOVAIS, 1997).

O corpo espacial geográfico, com as navegações do século XV e XVI, estendeu-se para além do continente europeu e tinha como ordem fulcral a informação que circulava a partir de documentos representativos das funções públicas ou privadas todas elas normativas a serviço dos reis, da Igreja e das companhias de comércio enriquecidas com a conquista do *Novo Mundo*. Especialmente no trânsito para a última parte do século XVI,

quando no afã da posse efetiva da terra, as potências do Velho Mundo passaram a requerer maior controle sobre “suas terras”. Ali também foram formatadas novas e imprescindíveis instrumentalidades para a escritura nas terras conquistadas e profícua circulação documental. Assim, como nos alerta Alencastro (2000, p. 22), “editam-se leis tolhendo liberdades dos colonos e submetendo-os a governadores encarregados de lembrar urbi et orbi o sentido da colonização”.

As mediações realizadas entre o corpo político-administrativo instaurado por Portugal nas suas possessões ultramarinas eram realizadas a partir do conjunto documental, tendo em vista que os arquivos eram/são produtos das funções e atividades administrativas. Desta forma, as instituições coloniais produziam os documentos a partir das estruturas estabelecidas pela metrópole sobre sua colônia.

E é só após levar em conta esse arcabouço que se torna possível “ler”, as informações contidas nesses acervos, pois em sua maioria os investigadores se utilizam apenas das informações que possuem os documentos de arquivo, “desprezando [...] a estrutura e a tramitação burocrática onde se inserem esses mesmos documentos, resultando num déficit heurístico e hermenêutico” (SUBTIL, 1998, p. 105), assim como a possibilidade de inquirir o *lugar social*, na esfera do que nos aponta Certeau (2000, p. 20-34) dos emissores e receptores dos meandros documentais da colônia.

Entre os séculos XVI e XVIII, cabia a cada uma das autoridades metropolitanas na colônia (governo, ouvidoria, provedoria, bispado, Câmaras, exército, Igreja etc.) e seus escritórios manterem e organizarem os seus cartórios, os quais por sua vez formavam sistemas de informações interligados, mas distintos. Para o governo das capitanias essa tarefa competia aos Secretários do Governo. Tendo-se em consideração às necessidades jurídico-administrativas, era indispensável tanto para a

metrópole quanto para as instâncias de poder na colônia, não só o despacho dos vários assuntos, como também a manutenção e organização dos seus ‘arquivos’, existindo normatizações régias para a organização e o armazenamento dos documentos oficiais produzidos (MELO, 2006).

Boa parte dessas relações, tecidas no corpo das convergências jurídicas e patrimonialistas, apresentadas pela irrisória população existente na *terra brasilis*, até o século XVII, preocupada com a melhor forma de assegurar suas posses, ou expandi-las pelas vias do casamento e da parentela “aliada” (SILVA, 1998). Fluxo de demandas que se apresentaram, para além dos centros de poder colonial, essas pequenas unidades espalhadas geograficamente também produziram documentação, a ser arquivada junto aos pequenos “espaços arquivísticos”, nas vilas e cidades do litoral e do interior da colônia.

Instrumentalidade levada a cabo pelos “funcionários” das câmaras, nas vilas e cidades, conforme se apresentam as fontes seiscentistas. Segundo argumenta Silva (1998, p. 33), “verdadeira nobreza da administração colonial, que encarava a governação do Brasil como uma mera etapa da sua carreira [...]”.

Ali onde estavam os representantes da coroa e seus instrumentos administrativos, nas primeiras décadas da colonização, era diminuta essa espécie de “funcionalismo colonial” e obscura a escritura de testamentos, doações, nomeações e exposição de contas públicas. Aspecto destacado a partir da constatação de que permanecem poucos os documentos do período conservados, como destaca Silva (1998).

De qualquer forma, à guisa de reflexão, nos primeiros anos da colonização, assim como no Império, outra grande instituição, vinculada ao Estado colonizado foi a Igreja. Pedra basilar também nos trâmites arquivísticos, a se apresentar como *insti-tuição guardiã* de uma parte da documentação e das disposições administrativas que o funcionamento do Padroado acabou permitindo.

O Padroado, aliás, a representar um sistema de convergência entre as ações do Estado monárquico português e os interesses da Sé romana, tanto de reconhecimento da Igreja Católica como instituição oficial do Estado, quanto do uso dos agentes clericais como parte considerável do braço administrativo português, inclusive com a previsão de imbricamentos entre as representações da Igreja e do Estado. Desta forma, o Padroado era o dispositivo a possibilitar uma característica ímpar da relação administrativa:

[...] diversos aspectos do governo civil mesclavam-se com os eclesiásticos no que se referia, por exemplo, ao pagamento dos dízimos e de outros subsídios às paróquias. Isso faz com que os fundos documentais depositados nas dioceses criadas antes da extinção do padroado se tornem complemento importante às fontes de informação arquivísticas de origem civil. (SANTOS, 2005, p. 107).

Entre elas, para pensarmos as consequências diretas da presença clerical na América portuguesa, a circulação e normatização de informação sobre os trâmites civis, importantes naquela sociedade agrária, a demandar o reconhecimento de posses, dotes, doações e heranças, parte deles a incluir registros de nascimento, batismo, casamento e óbitos, como documentação comum, a circular e a ser resguardada nos espaços da Igreja. Todos, instrumentos que acabavam como suportes para regulação do Estado junto à sociedade, parte considerável deles, mediada pela Igreja a partir de agentes clericais, tutores em suas paróquias de documentação civil local. Também legitimação da colonização, escriturada e arquivada pelos padres, fossem jesuítas ou padres seculares.

No âmbito do universo normativo e arquivístico católico seiscentista, é importante destacar que:

se expressa já uma verdadeira política arquivística, pois nestes se dispõe que os arquivistas tenham um livro ordenado e foliado em que registem todos os instrumentos e demais escrituras que ingressem no arquivo; fala-se já dos inventários dos documentos; da obrigação que têm todos os organismos oficiais de depositar os seus documentos nos arquivos; do local do arquivo, que deve ser seguro; da conservação perfeita dos documentos, em benefício de todos os súbditos do Estado Eclesiástico. (ABREU, 2000, p. 140).

Quiçá minimamente instalados naqueles tempos de missionarismo catequético, tanto nos espaços episcopais, como em futuros mosteiros, ordens religiosas e asilos a serem fundados, espaços onde estavam documentos sob a tutela clerical. De qualquer forma, nas casas paroquiais, ou dado lugar em que se desse a presença clerical, ali se apresentaria a “permissão estatal” dada a instituição religiosa católica de produzir, encaminhar e resguardar documentação que dizia respeito à esfera da administração portuguesa ou de foro interno, inclusive também aquela que era de atribuição inquisitorial.

Uma gama significativa desses poderes investidos era destinada aos registros paroquiais, livros de tomo das igrejas e registros patrimoniais dispostos junto aos senhores de engenho, fidalgos e suas respectivas parentelas.

Da mesma forma os que se destinassem à reserva da ação missionária de catequese, como foram dispostos muitos deles, junto às bibliotecas da ordem jesuítica, em plena guerra contrarreformista, mas também entre beneditinos, capuchinhos, franciscanos, entre outras congregações.

Os arquivos formados, tanto de um lado quanto do outro do Atlântico, pelas diversas autoridades aqui destacadas, possuem uma riqueza de documentos escritos, mapas, plantas, descrições

corográficas e ambientais entre outros, que são as matérias-primas para as pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento.

Essa correspondência, ou trâmite documental, existente entre os dois polos do sistema colonial pode também ser definida como o processo de produção e recepção dos documentos, que formou de uma maneira esquemática, duas estruturas documentais básicas: os documentos avulsos e os documentos registrados.

No primeiro caso se enquadravam os documentos que transitavam do Reino para as colônias, das colônias para o Reino e entre as diversas autoridades, seja na Metrópole, seja nas colônias.

Já os registros, que são, em sua maioria, cópias integrais dos documentos avulsos lançadas em livros específicos, ficavam nos respectivos cartórios dando subsídio aos processos político-jurídico-administrativos e facultavam as cópias no caso de extravios dos documentos avulsos.

Essas idas e vindas dos documentos coadunam-se com a própria linguagem utilizada nos Tribunais e Conselhos régios onde “subiam” para assinatura ou “baixavam” assinadas ou para pedido de novas informações.

No caso do trâmite entre a Metrópole e a Colônia esse caminho administrativo dependia também da velocidade e segurança com que as naus e demais embarcações transitavam no Atlântico, originando, muitas vezes, um longo percurso entre o súdito e o rei e vice-versa.

No que toca à tramitação desses documentos, Bellotto (2008, p.27) classifica-os como vertical e horizontal:

[...] a circulação dos documentos [...] terá diferentes direções segundo se trate dos que descem do rei e das autoridades metropolitanas; ou dos que vão dos súditos às instâncias superiores; outros têm a circulação horizontal,

uma vez que acontecem entre as autoridades do mesmo nível.

Essa tramitação também ocorre de maneira mais reduzida dentro da própria colônia: “documentos que ‘baixam’ das autoridades delegadas aos súditos e documentos que ‘sobem’ destes até as autoridades locais” (BELLOTTO, 2008), ocorrendo da mesma forma na Metrópole. Tendo por base os estudos feitos pelo espanhol Joaquín Real-Díaz sobre “documentos indianos”, Bellotto (2008, p. 26) destaca ainda que:

Os documentos luso-brasileiros dispositivos podem ser expedidos em Portugal (pelo Rei, Conselho Ultramarino, Secretários do Estado, Tribunais, Desembargo do Paço) ou podem ser expedidos no Brasil (por capitães gerais, pelas Relações da Bahia e do Rio de Janeiro, câmaras, etc.); já os petiçãoários e os testemunhais/comprobatórios partirão, praticamente em sua maioria dos súditos ou de autoridades menores, dirigindo-se aos seus superiores. (BELLOTTO, 2008, p. 27).

Tal como em outros quaisquer tribunais na Metrópole ou autoridades na colônia, os registros faziam parte da própria orientação burocrática dessas instituições, como elemento integrante da organização dos seus papéis, não só assinalando em livros próprios as decisões político-administrativas, como também facilitando a pesquisa e a busca nos acervos dessas mesmas informações.

Denota-se daí a existência de instrumentos de acesso à informação que tinham como finalidade facilitar o controle sobre as informações tais como: os inventários, os alfabetos ou índices, além dos próprios registros.

Assim, os diversos arquivos criados na produção e tramitação das mais diversificadas tipologias documentais produzidas e recebidas entre várias autoridades entre a colônia (provedorias,

ouvidorias, bispados e governos locais) e a metrópole (principalmente através do Conselho Ultramarino) deram origem a uma rede com vários polos de enorme sistema informacional gerados nessa intercomunicação.

Neste sentido, cada capitania deveria ter na sua atual configuração de Estado a documentação referente ao seu período colonial, depositada nos atuais arquivos públicos estaduais, em alguns arquivos das câmaras municipais ou mesmo no Arquivo Nacional.

### **O início da Institucionalização: o arquivo público do Império**

A estruturação do Brasil como um país independente em 7 de setembro de 1822 trouxe consigo nos anos subsequentes a necessidade de construção da identidade nacional. Nada mais forte para marcar essa construção do que a criação do Arquivo Nacional, proposta pela Constituição de 1824. Porém, só foi estruturado no ano de 1838, portanto, em pleno período da Regência e após a abdicação de Pedro I. O Arquivo Público do Império e que mais tarde será chamado de Arquivo Nacional foi criado, portanto, como um dos instrumentos de viabilização do iniciante *Estado Nacional* para fundamentação de uma *identidade brasileira*, e criação de uma *nacionalidade homogeneizante*, nos mesmos moldes em que já havia ocorrido em países da Europa.

Também era necessário dispor de um sentido de *unicidade nacional*, imprescindível no momento de crise representado pelas rebeliões provinciais da regência, muitas a contestarem o centralismo monárquico, outras a reivindicarem liberdade provincial e, quiçá, independência política. Um corpo documental e memorialístico nacional, gestado pela monarquia ajudaria a reforçar uma *brasilidade cristalizada* na órbita da monarquia. Costa (2000, p.2) pontua que:

[...] inspirados no modelo francês de arquivos e convencidos da necessidade do documento como prova empírica para desenvolver uma “história científica”, começam a pressionar os arquivos de Estado para abrirem suas portas à pesquisa histórica. Assiste-se então ao surgimento de vários arquivos nacionais, entre eles o da Inglaterra, em 1838. No Brasil, o Arquivo Público do Império também foi fundado em 1838, no momento de afirmação da independência do país.

É importante destacar que nesse período a concepção de lastro nacionalista fundamentou a necessidade de criar instituições como os arquivos nacionais com função de reunir e guardar os documentos comprobatórios desse Estado <sup>1</sup>.

Desta forma, a preocupação com a preservação de documentos que respaldassem a formação de uma história nacional forjada com bases materiais, em personagens e lugares identificados com ela, permitiu a constituição das instituições de memória (MAIA, 2006).

Neste sentido, o recém-criado Arquivo do Império toma como referência, na sua organização, alguns elementos das instituições similares na Europa, principalmente o Arquivo Nacional francês. Neste ponto, podemos notar, de acordo com o seu Regulamento, que a estrutura interna para classificação dos documentos sob sua guarda estava dividida em três seções: legislativa, administrativa e histórica, duas a menos que a do congêneres francês. No que se refere à organização dos documentos nas seções em que foram divididas o Regimento do Arquivo Público do Império define no seu artigo 9º que “o arranjo particular de todos os papéis mencionados que se archivarem nas

---

1 A influência do Positivismo viria na transição entre Império e República como base de argumentação na qual o progresso viria com o ordenamento do processo civilizatório brasileiro nos moldes eurocêtricos.

secções, fica a cargo do director do archivo, segundo plano que adotou, com aprovação do Ministro e Secretário d’Estado dos negócios do Império” (sic).

Destarte, Costa (2000) aponta a fundação do Arquivo Público do Império como um fator integrante no desenvolvimento daquele período no sentido de equipar a nação com uma agência voltada para o desenvolvimento cultural, para a preservação da memória nacional em gestação e para a construção da história do país, e tem como principal meta inserir o Brasil no rol das *nações civilizadas*.

Porém, mesmo vinculado a mais importante secretaria do Império (dos Negócios) a fragilidade política da instituição fazia-se notar claramente pela falta de prestígio de seus dirigentes, pela inexpressiva presença na estrutura administrativa do Estado, pela precariedade de suas instalações e principalmente pela falta de orçamento próprio que lhe garantisse alguma autonomia, problemas que até hoje enfrentam a maioria dos arquivos públicos estaduais, inclusive o próprio Arquivo Nacional. Ao lado dessa precariedade há uma competição desigual com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituído no mesmo período, tendo como modelo seu congêneres francês.

O IHGB congregava a elite econômica e literária brasileira e também recolhia documentos referentes à construção da história do Brasil, mas que, ao contrário do Arquivo Público, recebia apoio do próprio imperador, que foi convidado a ser o “protetor” da instituição, tendo participado e presidido efetivamente inúmeras reuniões dessa confraria. Nesse sentido:

[...] O IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para este país tão recente [...] a meta dessa instituição que pretendia

estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria 'fundação da nacionalidade'. (SCHWARCZ, 1998, p. 127).

Uma das atividades do Arquivo Nacional foi a de recolher documentos que reverberassem a história nacional. Assim, vale ressaltar, de acordo com as palavras do cronista pernambucano Costa (1965), o Arquivo Nacional por aviso do ministério do império passou em muitas províncias no sentido de:

[...] coligir os documentos concernentes à história do país existentes nas bibliotecas e nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas das províncias, a fim de serem recolhidos ao Arquivo Público do Império [...] não veio a Pernambuco em desempenho de sua missão. (COSTA, 1965, p. 260).

Podemos, portanto, observar que o Arquivo Público do Império passou sua primeira fase com a função estrita de conservar os documentos num sentido custodiador, subsidiando empiricamente tanto a escrita da história quanto a ação dos políticos e administradores do Império.

Registre-se ainda nesse período a preocupação dos diretores sobre a capacitação para os funcionários da instituição com aulas de Diplomática e Paleografia:

[...] uma portaria (2 de março de 1874) determina que os funcionários do Arquivo deveriam ter conhecimento da leitura de manuscritos antigos, de Geografia, Cronologia e História (especialmente do Brasil) e da tradução de Língua Inglesa para a nacional. (MARQUES, 2013, p. 166).

A inquietação com a formação/capacitação dos servidores prolongou-se até o século seguinte. Tais iniciativas são de importância fulcral para os primeiros cursos de arquivo promovidos pela instituição a partir dos projetos apresentados na década de 50 pelo então diretor José Honório Rodrigues e que serão a base para os currículos do primeiro curso universitário de Arquivologia.

No que toca às províncias, é também no final do século XIX que são criados vários arquivos provinciais como, por exemplo, do Paraná (1855), Bahia (1890), Pará (1894), São Paulo (1892), Minas Gerais (1895) e Mato Grosso (1896). Outros arquivos públicos foram criados a partir do século XX como é o caso do Rio Grande do Sul (1906), Espírito Santo (1908), Rio de Janeiro (1931), Pernambuco (1945). Vale ressaltar, que a criação destes órgãos inicia-se com a institucionalização de setores de arquivo geral dos governos dos estados.

## **Arquivos e Arquivologia no Brasil República**

A partir da República, o Brasil tencionava aos novos *ares da modernidade*, porém essa só virá efetivamente para o Arquivo Nacional, após a Revolução de 30 e principalmente no final da década de 50, com a administração do Arquivo Nacional pelo historiador José Honório Rodrigues ao implantar uma reforma que mudou efetivamente a forma de se trabalhar nos arquivos brasileiros, sendo a base para a formação dos futuros profissionais arquivistas.

Podemos dividir essa fase da história republicana dos arquivos e da Arquivologia brasileira em três momentos distintos: 1) formação dos aspectos administrativos mais formais a partir da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); 2) a modernização e reestruturação do Arquivo Nacional sob a presidência de José Honório Rodrigues a partir

da década de 50 e 3) o estabelecimento da normatização a partir da Constituição de 1988 e a decretação da Lei Federal nº 8.159, de 1991, conhecida como a lei de Arquivo.

As reformas ocorridas após a Revolução de 1930 não se deram apenas nos aspectos políticos, mas, o novo grupo que assumia o poder, quebrando as velhas oligarquias da República do café com leite, trouxe uma modernização administrativa para o Estado brasileiro. Como pontua Santos (2014), as mudanças tinham como fundamento organizar e reformar a máquina administrativa com base no sistema de mérito, principalmente com a institucionalização de concursos públicos para preenchimento das vagas para o serviço público.

Nesse aspecto, os serviços de biblioteca e arquivos foram igualmente contemplados, como as áreas de Administração, Economia e Engenharia. A regulamentação de cursos específicos, a realização de concursos e o encaminhamento de profissionais para estudarem no exterior foram algumas das medidas implementadas. (SANTOS, 2014, p. 21).

Esses primeiros passos foram fundamentais para formatar o corpo técnico da instituição, que deu força para as transformações ocorridas a partir do final da década de 1950 com a gestão de José Honório Rodrigues frente ao Arquivo Nacional. Para tais transformações foram necessárias visitas de profissionais de renome internacional<sup>2</sup> como o francês Henri Boullier de Branche e o americano Theodore Schellenberg. Com a vinda destes foi possível sedimentar os cursos técnicos já desenvolvidos

---

2 Desde 1944 o Arquivo Nacional tem trazido profissionais estrangeiros para ministrar palestras, cursos, efetuar cooperações técnicas ou mesmo trocas de informações necessárias aos trabalhos da instituição e que deixaram diversas contribuições para a Arquivologia nacional (MARQUES, 2013).

e principalmente o incremento de uma bibliografia com a tradução de obras internacionais trazidas pelos visitantes e que possibilitou, nos anos seguintes, a construção de títulos totalmente nacionais, como foi o caso dos livros de Marilena Leite Paes e Heloísa Liberalli Bellotto<sup>3</sup>.

O amadurecimento do Arquivo Nacional e do corpo técnico da instituição no decorrer da gestão de José Honório Rodrigues permitiu a formatação, nos finais da década de 1970, do primeiro curso para formação de arquivistas em uma instituição universitária, sendo criado em 1977 na atual UNIRIO.

Segundo Richter *et al.* (1997) a criação desse primeiro curso e dos demais que surgiram têm a gênese no ano de 1972 com o Parecer nº 212 do Conselho Federal de Educação (CFE) que autorizou a criação de cursos superiores. Ainda no ano de 1977 foi criado o Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no estado do Rio Grande do Sul, reconhecido por meio do Decreto nº 68.805/81 do CFE.

No que diz respeito aos cursos de pós-graduação, Richter *et al.* (1997, p.30) pontuam que:

A partir dos anos oitenta, houve a organização dos cursos de pós-graduação *latu sensu* (especialização) em algumas universidades brasileiras, ampliando as possibilidades de formação profissional. No entanto de acordo com a legislação Arquivística nacional, ao especialista em arquivos não é facultado o exercício da profissão de arquivista.

Ainda sobre a formação de arquivistas no país, vale ressaltar que as criações dos cursos de Arquivologia tiveram forte

---

3 Respectivamente as primeiras edições das autoras citadas no texto foram 1986 e 1991, sendo até hoje bibliografias referenciais muito utilizadas, não só para formação, como também para os certames públicos para o cargo de arquivista.

influência da tradição arquivística europeia, onde a ênfase era dada para os arquivos permanentes. Contudo, com o advento do desenvolvimento industrial e tecnológico e o consequente crescimento da produção documental, atualmente os cursos priorizam a gestão de documentos. (RICHTER *et al.*, 1997).

Outro fator de importante destaque para a Arquivologia nessa mesma década, mais precisamente em 20 de outubro de 1971, foi a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros e, em seguida, ocorre o Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivos (CBA), em 1972, iniciando um profícuo trabalho de debate, difusão das pesquisas e estudos, bem como a apresentação de boas práticas nessa área do conhecimento.

Os esforços iniciados nas décadas anteriores ganharam a sua coroação com o estabelecimento na Constituição de 1988 de parágrafo exclusivo sobre a importância dos arquivos e da gestão de documentos, conceito recente, mas de extrema necessidade que se afirmava na teoria arquivística. Outro passo importante na seara legislativa foi a promulgação, em 1991, da Lei Federal nº 8.159, como destaca Jardim (2014, p. 143): “É possível que esse ‘ciclo renovador’ da Arquivologia no Brasil, nos anos 1980, tenha-se encerrado, ou no mínimo, adquirido novos contornos, a partir da aprovação dessa lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados”. Esse percurso está marcado ainda pela formação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que tem como uma das suas funções estabelecer a política nacional de arquivos públicos e privados.

Não podemos finalizar esta pequena análise sem discorrer sobre as publicações da área tais como *Acervo e Arquivo & Administração*, que apoiaram o desenvolvimento e ampliação das discussões sobre os arquivos, a metodologia e as pesquisas arquivísticas para um maior: todos os interessados em Arquivologia no Brasil. Atualmente o número de periódicos aumentou e os

artigos específicos da área também podem ser lidos em revistas da Ciência da Informação, Biblioteconomia, História etc.

Ao contrário do avanço que ocorreu na Arquivologia nos últimos anos, a situação dos arquivos públicos principalmente os estaduais continua preocupante, como destaca o trabalho de Medeiros e Souza (2014). De acordo com os autores ainda há muito descaso, havendo ainda, em pleno século XXI, dois estados brasileiros sem arquivos públicos. A maioria dos arquivos públicos está subordinada às Secretarias estaduais de cultura, o que demonstra a perpetuação de uma perspectiva patrimonialista e que pontua também, segundo os autores, “pouca visibilidade associada à função de depósito de documentos”.

## **Arquivos e Arquivologia no Brasil no Século XXI**

No decorrer dessa linha de tempo dos arquivos e Arquivologia no Brasil, o início deste século é marcado pelo uso intensificado e massificado das tecnologias da informação e, por conseguinte, das informações produzidas e armazenadas em ambiente digital, seja pela digitalização, seja pela produção de documentos nato-digitais. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) e as novas formas de produzir, disseminar e recuperar o conhecimento revolucionaram os processos de produção e acumulação de documentos. A internet por sua vez encurtou as noções de tempo e espaço, agilizando de maneira eficaz a forma de transmitir e armazenar documentos.

Diante desse contexto, cabe aos arquivistas – profissionais da organização de documentos com informações orgânicas – conciliar suas práticas tradicionais de produção, classificação, avaliação, aquisição, conservação, descrição e difusão com o trato das informações digitais oriundas das potencialidades das tecnologias da informação e comunicação.

Além disso, pesquisadores começaram a rever as teorias que fundamentavam a área, propondo novas abordagens. Assim, autores portugueses como Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real, na obra *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação* (1999) consideram que a Arquivística atravessava um período saudável de debate a respeito do seu próprio objeto, sendo a noção de arquivo confrontada com problemas decorrentes da existência de novos suportes e do uso de novas tecnologias e, igualmente, com um maior desejo informativo por parte das administrações e também por parte dos usuários.

Diante de tal reflexão os autores trazem uma profícua contribuição a respeito da quebra de paradigma da Arquivística como ciência meramente instrumental ou técnica, propondo um novo patamar, uma mudança do primado do fazer pelo do conhecer. Trouxeram a perspectiva sistêmica para a Arquivologia e conjugaram os arquivos como um sistema (semi) fechado (orgânico-funcional) de informação.

Dessa forma, Armando Silva *et al.* (1999, p. 214) definem a Arquivística como uma ciência da informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação semifechados, quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente). Neste sentido, a condição sistêmica dos arquivos pressupõe não apenas combinações intrínsecas, mas também uma articulação com outros sistemas dos campos político-econômico, jurídico-administrativo, cultural etc.

Ao lado deste trabalho de revisão, temos também os estudos apresentados pelos canadenses Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau. Sobre essa concepção, Armando Silva *et al.* (1999, p. 155) dizem que a concepção integrada do objeto da Arquivística tem vindo a tornar-se cada vez mais evidente ao ser encarado o Arquivo como um sistema de informação específico

e coerente. O fato de a importância da gestão documental ser realçada no âmbito da administração corrente constitui um fator decisivo para facilitar toda a cadeia de operações de organização, triagem e descrição de documentos, seja qual for a sua idade.

Com isso, transcreve-se a visão de Rousseau e Couture (1998, p.24):

A visão global e integrada dos arquivos, da arquivística contemporânea e do papel do arquivista constitui uma premissa onipresente. Assim, os arquivistas são apresentados como os profissionais da gestão de arquivos, sendo os arquivos definidos como o conjunto dos documentos, pouco importando a sua idade, o tipo de suporte (incluindo os magnéticos e informáticos) ou o seu valor (administrativo, legal, financeiro ou de testemunho) que contém informação orgânica, isto é, informação elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão de uma pessoa física ou jurídica. Quanto à arquivística, esta é tratada como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como **a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a difusão e a conservação.**

Portanto, as funções arquivísticas definidas por Rousseau e Couture constituem os fundamentos basilares do fazer arquivístico a fim de promover gestão documental para as entidades, sejam elas de pessoas físicas e/ou jurídicas, que produzem e acumulam informações de diversos valores (administrativo, financeiro, probatório, legal, informativo e histórico) que interessam à sociedade e constituem as memórias individuais e coletivas.

No Brasil, estão a se desenvolver de maneira crescente estudos sobre o tratamento de documentos digitais, desde a sua

produção, gestão e, principalmente, a preservação dos documentos nesse novo ambiente. A grande contribuição tem sido desenvolvida pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos com a produção e publicação de orientações técnicas a respeito de gestão e preservação de documentos digitais, bem como dissertações e teses sobre os mais variados temas dos arquivos digitais, como segurança, digitalização, metadados, interoperabilidade entre outros.

O ambiente digital proporcionou alterações conceituais na Arquivologia e ampliou o campo de atuação dos arquivistas que também passaram a serem responsáveis pelos processamentos técnicos de documentos digitais, juntamente com profissionais da tecnologia da informação. É importante também destacar o aumento na produção de dissertações e teses na área da Arquivologia em diversos programas de pós-graduação (Ciência da Informação, História, Patrimônio, Engenharia de Produção, etc.) e que apontam análises e estudos sobre questões relevantes e que desenvolvem e fortalecem a área.

Neste sentido, a Diplomática, uma área antiga com nova roupagem, tem trazido uma enorme contribuição para o entendimento do documento digital nas suas características arquivísticas, essencialmente, no que se refere à manutenção da autenticidade para o ambiente digital.

No tocante à formação dos arquivistas, há uma discussão sobre harmonização das grades curriculares dos cursos de Arquivologia no país. Para isso, novos fóruns de debates foram recentemente criados, como o da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), que irá para sua quinta edição, sendo essencial para o desenvolvimento e apresentação das pesquisas que ocorrem na área e atualização da formação arquivística.

## Consideração finais

A trajetória que mediatiza historicamente a formação de um fundo documental nos diversos espaços arquivísticos, ao longo da história brasileira, ainda oferece espaço de reflexão. Muitos deles lacunares, particularmente pela possibilidade de inquirirmos de forma efetiva um *tempo longo*, que se apresenta como chave para observações sobre as esferas de informação que circularam e circulam no país.

Ao mesmo tempo, o longo percurso em que as massas documentais se apresentaram a serem produzidas por protagonistas distintos, administrações distintas e regimes políticos diferentes, induz-nos a requerer uma atenção específica para a esfera da Arquivologia. Especialmente por ser essa uma seara científica, a tecer dispositivos investigativos, no âmbito de sua própria afirmação e trajetória históricas.

Não obstante, ao inquirirmos os complexos percursos históricos, percebe-se daí que os arquivos e a Arquivologia brasileira fizeram um enorme avanço, principalmente nas últimas décadas, firmando-se mais institucionalmente e ampliando as pesquisas e discussões sobre temas relevantes para o desenvolvimento da área. Ao observar o mapa nacional temos cursos de Arquivologia em todas as cinco regiões e cada um desses cursos está proporcionando debates, regionais e nacionais, sobre os arquivos e a Arquivologia. Porém, o caminho ainda é árduo.

Destarte, apontamos a necessidade de continuidade das pesquisas e formatação de cursos de pós-graduação em Arquivologia. Observamos na história dos arquivos *hiatos de pesquisa*, essencialmente sobre os acervos coloniais dos estados brasileiros, parte inicial de uma mínima aproximação com os meandros do passado colonial, aspecto em si de importância cabal na configuração do campo investigativo.

Torna-se da mesma forma importante a atenção a ser dada ao fortalecimento dos arquivos públicos, que são os espaços de trabalho dos profissionais arquivistas, à medida que os mesmos são lançados ao descaso com a ausência desses espaços nos municípios e em alguns estados da federação. Arquivos públicos, afinal, vistos e tratados em todo o território nacional, enquanto espaços administrativos que ratificam condições e posições subalternas nas estruturas orgânicas, e que aprofundam desde a falta de verbas próprias, pessoal qualificado, até as condições de funcionamento certamente precárias, nunca representativas dos discursos e das gestões públicas, ao longo do tempo, em que pesem os sistemas políticos, por sua manutenção e importância, configurando um lapso contraditório que não justifica seu esquecimento no cômputo da administração do Estado e na configuração dos arquivos e da Arquivologia como esferas convergentes.

## Referências

ABREU, José Paulo Leite de. A Igreja e seus arquivos: história e normas, até 1983, In: FONTES, Paulo F.O.; ROSA, Maria Lurdes. **Arquivística e Arquivos religiosos**: Contributos para uma reflexão. Lisboa: Centro de Estudos de história religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 76-96.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: APEJE; Secretaria do Interior e Justiça, 1965. v. 9.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, Lima, v. 06, n. 21, p. 44-56, 2012.

JARDIM, José Maria. O Cenário Arquivístico Brasileiro nos anos 80. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTO, Paulo Roberto Elian (Org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2014.

MAIA, Augusto Moreno. **A construção do curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária?** 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A Arquivologia Brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian (Org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2014.

MEDEIROS, José Mauro Gouveia de; SOUZA, Katia Isabelli de Bethania Melo de. Os arquivos estaduais brasileiros: um perfil institucional. *ÁGORA*, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 57-78, 2014.

MELO, Josemar Henrique de. **A Ideia de Arquivo**: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809). Tese (Doutorado) – Universidade do Porto, Porto, 2006.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia Letras, 1997.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer *et al.* **Introdução à Arquivologia**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Salamanca: Nova Enciclopédia, 1998.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 25-44, jan./jun. 2007.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração Pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica Alves

da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTO, Paulo Roberto Elian (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ana Maria Nizza. **História da família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 3. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1999.

SUBTIL, J. M. **O Desembargo do Paço**. Tese (Doutorado) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.



# Justiça fardada e educação populas nos arquivos da ditadura (1964-1969)<sup>4</sup>

*Afonso Celso Scocuglia*

## **Introdução: contexto e justificativa da pesquisa em tela**

A utilização de um “arquivo” pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de “fonte”. Chamaremos de “fontes” todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não - sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, “virtuais” (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) -, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável,

---

4 A versão original está disponível em < <http://revistatarairiu.blogspot.com.br/> >

portanto de uma inteligibilidade científica.  
(HENRY ROUSSO).

No Brasil, os anos cinquenta e sessenta do século XX marcaram o influxo vigoroso e definitivo da concepção e da prática da politicidade dos processos educativos. A educação brasileira vivenciou em seu cotidiano, como nunca, toda a eletricidade política dos “anos dourados” e, depois, dos “anos de chumbo”. Protestos, passeatas, métodos ativos, professores progressistas, organização estudantil, repressão, AI-5 (e o artigo 477), tortura, desaparecimentos, métodos tecnicistas, autoritarismo exacerbado, delações... e tanto mais. Educação e política nunca andaram tão juntas, inseparáveis. Pode-se dizer que a vida educacional transpirava a politicidade das ruas, dos novos tempos, da possibilidade de uma nova história, da resistência ao autoritarismo, mas também da significativa adesão de professores, estudantes e dirigentes aos direcionamentos político-escolares impostos pelo Estado militar (GERMANO, 1993) pós-1964, consubstanciadas nas reformas educacionais de 1968 e 1971.

Na Paraíba, como de resto em todo o país, a educação constituiu espaço da manifestação contestatória “progressista/ de esquerda” assim como da manutenção da ordem decretada pela ditadura pós-1964. Movimentos de cultura e educação popular progressistas e conservadoras incendiaram o cenário político-educativo da época. Ademais, assim como os professores, estudantes e os políticos, sindicalistas, jornalistas, operários, camponeses das Ligas, juventude católica, entre outros, fizeram da década de 1960 uma das mais movimentas e conturbadas do século XX. “Nas escolas, nas ruas, campos, construções [...]” (como dizia a música *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré), ou em outros espaços políticos, levaram em frente propostas diversas que convergiam na necessidade das camadas populares e médias se conscientizassem do momento vivido, tomassem a “história nas mãos”, pois,

como dizia a letra da referida canção, “quem sabe faz a hora e não espera acontecer”. Não por acaso, a partir do momento em que os golpistas tomaram o poder em 1964, os estudantes, os professores, os políticos e todos os ativistas dessa educação política tornaram-se alvos prioritários da repressão e dos aparelhos do Estado militar. Todos sabemos que a brutalidade da ditadura recaiu sobre os “subversivos” com todas as suas armas, inclusive as “legais”.

Após o golpe civil-militar de 1964, as forças repressivas instauraram em cada estado da federação um Inquérito Policial Militar (IPM). Na Paraíba, 52 pessoas foram indiciadas e, entre 1964 e 1969, submeteram-se como réus ao processo instaurado pelo IV Exército (Região Nordeste) com sede em Recife. Tramitado, o IPM da Paraíba (IPM-PB) foi concluído no final de 1969 encontrando-se arquivado no Superior Tribunal Militar (STM) em Brasília desde então. Tal IPM (Processo Nº 70/64, Autos Findos Nº 151/69), com mais de 5400 documentos, guarda uma parte ainda não revelada da história contada sob a ótica da justiça fardada e dos serviços de repressão da ditadura que se apoderaram do país por longos anos.

Resquícios e indícios desta história, em grande parte ainda não revelada, frequentemente vêm à tona e parte da sociedade brasileira clama por esclarecimentos e, em última instância, pela total revelação desta parte escondida. Muitos familiares de desaparecidos e/ou prejudicados pelo Estado militar que foi instaurado continuam a reclamar os corpos de seus parentes, informações sobre desaparecidos etc. Ao mesmo tempo, o autoritarismo brasileiro na sua versão militarizada, que ao longo da República tem se mostrado recorrente, recrudescer de tempos em tempos, demonstrando que as forças militares, mesmo não ocupando o centro do cenário histórico-político da atualidade, nunca deixaram os bastidores da cena brasileira e setores mais “duros” tentam demonstrar que estão “sempre prontos para intervir conforme as necessidades”. Somam-se a estes fatos

as presenças frequentes de manifestantes nas ruas das principais cidades pedindo a volta da ditadura. Em recente pesquisa (2016) apenas 1/3 dos brasileiros declarou acreditar na democracia.

Por outro lado, parte significativa da sociedade civil organizada, e da própria imprensa, faz questão de “esquecer esse passado” e, visivelmente, teme que esse passado retorne. Trata-se de um esforço inútil, pois o passado e o presente são inseparáveis como nos ensina Le Goff (1992). Mais do que isso: a regressividade metódica, defendida por Bloch (1987), nos mostra que podemos modificar o passado partindo do presente (tempo e espaço do pesquisador). Por isso, conforme Rousso<sup>5</sup>,

o historiador ou o arquivista devem per ter acesso ao maior número possível de fontes - e aqui se encaixa o debate sobre o fechamento à consulta de certos arquivos, sobre as “derrogações”, em suma, sobre as condições nas quais se exerce a prática profissional da história -, mas significa também que nenhum debate sobre a escrita da história ou sobre a relação com o arquivo pode se furtar a esta pergunta temível: qual é a pergunta para a qual o historiador procura uma resposta e quais são as fontes mais pertinentes para responder a ela? O acesso aos arquivos, por mais liberal e amplo que seja, nos dá *ipso facto* a chave do passado? Inversamente, a ausência de documentos ou a impossibilidade de acesso a eles nos privam realmente de toda forma de conhecimento sobre este ou aquele aspecto da História? Acessíveis ou fechados, os arquivos são o sintoma de uma falta, e a tarefa do historiador consiste tanto em tentar supri-la, em se inscrever num processo de conhecimento, quanto

---

5 Ver em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>.

em tentar exprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado.

Neste sentido, uma das oportunidades presentes para reconstruir uma parte desse passado concentra-se nas investigações das peças processuais que a ditadura instalou quando acusou pessoas e entidades como subversivas à ordem constituída. Os Inquéritos Policiais Militares realizados em todos os estados brasileiros pela ditadura são, nesse sentido, peças importantíssimas entre os documentos acessíveis para essa reconstrução histórica. Neles, a fúria legalista dos golpistas no poder procura demonstrar e justificar as acusações contra parlamentares, estudantes, professores, jornalistas, comunistas, religiosos, advogados, agricultores, políticos etc como “inimigos da pátria” condenáveis por suas opiniões, escritos, trabalhos, pregações, livros e propostas. Investigar minuciosamente cada página desses Inquéritos constitui poderoso instrumento de reconstrução de parte significativa dessa história encoberta que infelicitou milhares de brasileiros e, a rigor, todo o país, durante muitos anos. O livro *Justiça Fardada* (2004), organizado por Renato Lemos, que tem como centro a atuação do General Peri Beviláqua no STM, demonstra cabalmente tal relevância.

Com efeito, pelos motivos expostos, as pesquisas sobre os processos judiciais a que foram submetidos milhares de brasileiros após o golpe militar de 1964 tornaram-se inadiáveis e, nesse âmbito, os Inquéritos Policiais Militares realizados constituem fontes históricas de grande valia. Certamente, a investigação com base no IPM da Paraíba em foco não pode ser isolada, ao contrário, deve ser complementada e comparada com os depoimentos orais dos indiciados no processo, além de uma série de outros dados e informações colhidas na imprensa, nos arquivos públicos e privados, enfim, em todas as fontes existentes.

Neste trabalho, focaremos parte do IPM da Paraíba a que foram submetidos os/as dirigentes da Campanha de Educação

Popular (CEPLAR). Tal Campanha foi uma das pioneiras na aplicação do chamado “Método Paulo Freire” para alfabetizar milhares de jovens e adultos em várias cidades da Paraíba a partir das duas principais sedes localizadas em João Pessoa e Campina Grande. Do contato com Paulo Freire e a equipe do “Método” até sua extinção em março de 1964, quando suas duas sedes foram invadidas pelo Exército, seus principais dirigentes detidos e em seguida indiciados pelo IPM (1964-1968), compõe-se o cenário histórico focado. As fontes escritas e orais que se seguem, trazem as representações dos militares responsáveis pelo IPM e dos dirigentes da CEPLAR vencidos pelo golpe de 1964, além dos testemunhos e/ou delações da suposta “subversão comunista” engendrada na Paraíba.

## **A Justiça Militar e a educação subversiva (1964-1969)**

Nas milhares de páginas do Inquérito Policial Militar (IPM), chamado “Processo de Subversão Geral da Paraíba (N.º 70/64)” - arquivado no Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, sob denominação “Autos-Findos N.º 151/69” -, a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) e seus dez integrantes processados<sup>6</sup> ocupam mais de 620 páginas. Tal ocorrência denota a importância que as autoridades militares encarregadas do IPM deram à CEPLAR, em relação ao quadro total da “subversão” na Paraíba.

Os militares que dirigiram os inquéritos, tanto referentes à CEPLAR como à CEPLAR-CG (CEPLAR de Campina Grande), pensaram ter encontrado provas materiais da “subversão” e das “ações comunistas”, com a apreensão de materiais didáticos usados na alfabetização, além de questões para testes

---

6 Ophélia Amorim, Maria das Dores de Oliveira (Porto), Iveline da Costa (Lage), Maria Salete Ramos (Van der Poel), Leopoldo Lima Filho, Lígia Macedo, Natil de Castro, Adalcino de Oliveira, Josué Rodrigues, Heloísa de Albuquerque.

de seleção de professores. Nesse sentido, mereceram especial atenção as “dezoito lições de conscientização”, usadas no eixo João Pessoa-Sapé, e as “fichas-roteiro” para alfabetização, utilizadas em Campina Grande, já referidas. Em todas as denúncias formuladas contra os integrantes da Campanha sediada na capital, a acusação centrava-se nas “dezoito lições”, enquanto que as “fichas-roteiro” constituíam a principal peça acusatória contra a diretoria da CEPLAR-CG<sup>7</sup>. Neste aspecto, basta atentar para os termos das denúncias contra os dez indiciados (quatro de João Pessoa e seis de Campina Grande) para se notar a importância dada no Inquérito aos documentos citados. Na denúncia contra Maria das Dores Oliveira, dirigente da CEPLAR, por exemplo, lê-se: “integrava como confessor no seu depoimento de fl.313, a equipe responsável que era pela elaboração de 18 lições de conscientização de conteúdo subversivo (fls.32 e 42, 302, 313)”<sup>8</sup>. Por sua vez, Josué Rodrigues de Souza, presidente da CEPLAR-CG, foi denunciado porque participou da “equipe responsável pela elaboração das fichas-roteiro de caráter subversivo (politização) - anexo N°1, fls. 152 a 155. Era um subversivo, atuante e solerte”<sup>9</sup>. Nos outros três indiciamentos dos dirigentes de João Pessoa e nos cinco de Campina Grande, as “dezoito lições de conscientização” e as “fichas-roteiro” constituíram, respectivamente, o que “de mais subversivo” os militares encontraram no material usado pelas duas CEPLAR.

Logo após o golpe, as sedes das duas entidades foram invadidas por militares. O documento “Auto de Busca e Apreensão” relata a invasão e o confisco de todo o material presente na sede da CEPLAR:

---

7 Fonte: denúncia publicada no Diário da Justiça, em 15/08/65, anexada ao IPM-fls. 3322/3326, vol.20/23.

8 Fonte: *ibidem*.

9 Fonte: *ibidem*.

Aos três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarnição de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, nos dirigimos à Praça D. Adauto, onde está sediada a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) (e) procedemos a mais minuciosa busca.<sup>10</sup>

Entre o material apreendido, os militares responsáveis destacaram o que consideravam “provas” das vinculações comunistas da Campanha. Nesse sentido, relacionaram, no IPM, os textos e os livros mais “comprometedores”, a exemplo de: “Constitucion de la Union das Repúblicas Socialistas Soviéticas”; “Viva el Leninismo”; “ABC do Comunismo”; “Cuba - Ilha Explosiva”; “A Educação na URSS”; Discurso de Luís Carlos Prestes”; “Desenvolvimento do Comunismo Moderno”; “Proletários de Todos os Países, Unamo-nos Para Lutar Contra Nosso Inimigo Comum”; “Discursos del Doctor Fidel Castro Ruiz”; “Em Marcha Para o IV Congresso do PCB.”<sup>11</sup>

Não se dispõe de informações precisas acerca do uso dos livros e textos encontrados na CEPLAR. Todos os depoimentos apontam um vigoroso movimento intelectual e cultural tendo como núcleo a sede de João Pessoa. Partindo-se da ideia de que os textos e livros estavam lá para serem lidos, discutidos, disseminados, pode-se deduzir que o “comunismo” da CEPLAR ia além dos constantes conflitos entre seus integrantes e teria se constituído numa sólida influência teórica e prática (no sentido da exemplificação positiva dos casos de Cuba e da URSS).

---

10 Fonte: IPM, já citado, v.1/23, fl.17.

11 Fonte: ibidem, “Auto de busca e apreensão”, vol.1/23, fls.17/19.

No andamento do processo, foram tomados os depoimentos dos indiciados. As informações desses depoimentos estão contidas nos vários documentos, denominados “Termo de Perguntas ao Indiciado” (TPI). Acompanhando-se esses TPI, tem-se a nítida percepção da sua logicidade, que consistia, basicamente, em relacionar a participação do acusado na “subversão”, reconstituir “fatos incriminadores” e apontar suas ações e as de seus parceiros.

No TPI de João Alfredo Guimarães, por exemplo, é informado o destino das verbas repassadas pelo MEC (primeira parcela de Cr\$20 milhões) e outros Cr\$ 20 milhões que ficaram retidos no Banco do Brasil quando eclodiu o golpe. Há também informações sobre as despesas da CEPLAR (algumas discriminadas) e a indicação das integrantes do Departamento de Educação Fundamental, que foram responsáveis pela elaboração das “dezoito lições de conscientização”, quatro das quais foram denunciadas posteriormente<sup>12</sup>.

Já o TPI de Heloísa Helena de Albuquerque acusava-a de participante da elaboração de questões para o “Teste de seleção de professores”, considerado como “inquisição ideológica”<sup>13</sup>. Por sua vez, o TPI de José Rodrigues Lustosa, presidente da CEPLAR - próximo ao governador Gondim, como os outros dois presidentes -, entre novembro de 1961 e 29 de abril de 1963, trouxe as motivações das divergências que o levaram a renunciar. Citando um dos exemplos que mostravam, segundo ele, a usurpação de sua autoridade de presidente por membros do Departamento de Educação Fundamental, Lustosa comenta o fato de ter encontrado Paulo Pontes (do PCB), como um dos diretores da entidade. No processo, lê-se:

---

12 Fonte: *ibidem*, vol.7/23, fls.616/617.

13 Fonte: *ibidem*, vol.7/23, fl.645.

Perguntado qual o fato que determinou de forma imediata a sua renúncia, respondeu que foi o da comunicação de estar PAULO PONTES na direção da Divisão de Arte e Teatro (Divulgação), feita por Maria das Dores Oliveira quando do regresso do depoente de suas férias.<sup>14</sup>

No depoimento de Iveline Lucena da Costa (Lage), uma das questões que mais chamaram a atenção dos interrogadores foi a retirada de documentos da sede da CEPLAR, dias antes do golpe, e a transferência para a casa do seu irmão, além de documentos da Frente de Mobilização Popular (FMP) encontrados na sede. Segundo a dirigente, os documentos foram retirados “com receio que outras pessoas menos avisadas e mais apaixonadas interpretassem-nos como subversivos, inutilizando o seu trabalho e de seus companheiros”<sup>15</sup>. O clima de conflito já indicava para essa dirigente da CEPLAR, ao contrário dos que não acreditavam no golpe, a possibilidade de um desfecho no qual a campanha fosse taxada de “subversiva” e de que os documentos retirados servissem de “prova” incriminatória, como realmente ocorreu. Uma das acusações, a da possibilidade de “doutrinação”, foi em parte confirmada por uma das líderes da CEPLAR, Lígia das Mercês Macedo. No seu TPI, pode-se ler:

Perguntado se admite que o método PAULO FREIRE poderia servir de veículo, convenientemente distorcido, para doutrinação ideológica, respondeu afirmativamente, ressaltando, todavia, que tal procedimento, pela própria organização da entidade, só poderia ser levado a efeito com a conivência ou

---

14 Fonte: *ibidem*, vol.7/23, fl.647.

15 Fonte: *ibidem*, v.4/23, fl.303.

orientação do Departamento de Educação Fundamental e da própria direção da CEPLAR.<sup>16</sup>

No entanto, o mais longo dos TPI foi de o de Juarez Macedo<sup>17</sup>. As perguntas ao indiciado, além de livrá-lo da denúncia processual, serviram muito mais como uma tentativa de corroborar a incriminação dos principais líderes do Departamento de Educação Fundamental do que para esclarecer a sua participação. Segundo seu depoimento, dirigentes desse departamento solapavam sua autoridade de presidente, na elaboração de materiais pedagógicos da alfabetização. Além disso, havia as ações político-culturais do Departamento de Arte e Divulgação<sup>18</sup> que, ao seu ver, não cumpriam os objetivos para os quais a CEPLAR havia sido criada, ou seja, a alfabetização de adultos. No dia 24 de abril de 1964, Macedo endereçou um memorial ao Major Aquino, responsável pelas investigações. Em relação à seleção de professores (coordenadores de debates), por exemplo, o ex-presidente da CEPLAR denunciava:

A vigilância do então presidente, notadamente a respeito do trato da instituição com o público, do que é exemplo a inscrição de candidatos ao teste para monitor e mesmo a apresentação do teste, era havida por ingerência ou imiscuição nos assuntos da alçada do Departamento de Educação Fundamental. Em consequência, foi difícil o acesso às fichas de inscrição de candidatos e mesmo às reuniões onde se discutia a feitura dos mesmos,

---

16 Fonte: *ibidem*, v.4/23, fl.311.

17 Fonte: *ibidem*, v.4/23, fls.305/308.

18 Este Departamento foi dirigido por Paulo Pontes que, posteriormente, destacou-se nacionalmente como um dos teatrólogos brasileiros de vanguarda ao lado de Vianinha, Gianfrancesco Guarnieri e outros.

dos referidos testes [...]. Recordar-se em particular, dentre as várias objeções levantadas pelo presidente, que o teste proposto se constituía numa espécie de inquisição ideológica, de todo incompatível com o espírito do presidente e dos próprios Estatutos.<sup>19</sup>

Mas, se ao atacar seus parceiros da CEPLAR, Macedo queria, sobretudo, defender-se, não ser denunciado e processado, a Campanha foi acusada por uma ex-integrante de seus quadros (coordenadora). As declarações de Edeltrudes Balduino da Cunha foram as que mais pesaram contra a CEPLAR, conforme evidencia o Termo de Inquirição de Testemunha (TIT), assinado pela acusadora:

A sede da CEPLAR vivia sempre cheia de pessoas a discutir reformas de base e eclosão de greves, sendo grande parte constituída de estudantes. Sabe a depoente que, encabeçada pelo 'cérebro' da CEPLAR, estava sendo articulada uma greve geral de protesto pela atuação do Coronel Luiz de Barros na região Mari-Sapé. Essa greve estava sendo estudada e preparada para eclodir entre estudantes, operários das fábricas de Bayeux e seria reforçada por passeatas e concentrações de camponeses do Estado e transportados de Pernambuco. A depoente declara que reinava uma certa euforia entre os dirigentes da CEPLAR pelos resultados já atingidos pela sua 'conscientização', especialmente baseados nas experiências do setor de agitação, por ocasião dos 'quebra-quebra' levados a cabo na Polícia de Menores

---

19 Fonte: *ibidem*, v.4/23, fl.358.

e no caso do aumento das passagens de ônibus.<sup>20</sup>

Embora essa testemunha de acusação conhecesse a CEPLAR, a articulação das frases, no texto, pode sugerir ao leitor que o mesmo poderia ter sido montado como peça-chave da acusação pelos próprios encarregados de transcrever o depoimento. Nesse sentido, uma das tentativas visíveis foi vincular as ações da CEPLAR com os movimentos em prol de uma aliança “estudantil-operária-camponesa” da qual algumas dirigentes da Campanha seriam os “cérebros”. Isso fica claro no mesmo depoimento prestado pela ex-coordenadora de debates da Campanha:

Era norma nas aulas de conscientização dadas pelas moças (dirigentes do Departamento de Educação Fundamental) recomendar aos alunos que procurassem sempre despertar nos humildes o sentimento de que estavam sendo explorados e humilhados, por exemplo: quando puderem conversar com um soldado, procurem mostrar-lhe que o Coronel vive bem, come bem, veste bem, e o soldado está sempre servindo, se humilhando, se enquadrando, sendo punido e vive mal vestido e mal alimentado; quando falarem a um camponês, digam-lhe para que não tenham tanto medo do Exército e da Polícia, que experimentem enfrentá-los e verão que os soldados não atirarão nos seus irmãos pobres e humildes.<sup>21</sup>

Na sequência, a mesma testemunha denunciava um curso sobre uma «revolução para acabar com a espoliação americana e com os privilégios», baseada no «poder representado pelo CGT, a força latente das massas camponesas arregimentadas e

---

20 Fonte: *ibidem*, v.4/23, fl. 346.

21 Fonte: *ibidem*, v.4/23, fl. 346.

a colaboração decisiva dos soldados, sargentos e boa parte da oficialidade das Forças Armadas”<sup>22</sup>. Conforme a denunciante, era comum a exaltação do comunismo, de Cuba e da URSS, nos cursos da CEPLAR. No entanto, surpreendentemente, num segundo depoimento, a ex-coordenadora quase que descaracterizava suas acusações, com respostas evasivas e alegação de “falta de memória”. Essa descaracterização fez com que as acusações se concentrassem nas “dezoito lições de conscientização” e nas “fichas-roteiro” e justificassem o depoimento do último presidente da CEPLAR. Segundo ele, o qual havia uma preocupação da direção do IPM em não enquadrar, por exemplo, o governo do Estado e a Arquidiocese, o que pode ter colaborado para amainar as incisivas declarações iniciais dessa testemunha de acusação<sup>23</sup>.

Por seu turno, o andamento do IPM específico sobre a CEPLAR-CG, quase todo concentrado nas 187 folhas do volume 18/23 do Processo em foco, tentava enquadrar a diretoria da campanha, através de depoimentos de vinte coordenadores e supervisores que atuaram em Campina Grande, como se pode observar nos seus respectivos TIT. Uma das coordenadoras, Herta Meira, disse que “nunca notou nenhuma tentativa de subversão por parte dos seus dirigentes.”<sup>24</sup> No testemunho de Merilande de Araújo, supervisora, lê-se: “o que fazíamos era apenas esclarecer o povo” e “sob o ponto de vista subversivo nada tem a declarar”<sup>25</sup>. Rita Vieira, supervisora, informou à autoridade militar que “havia aulas em que, no momento da

---

22 Fonte: *ibidem*, v.4/23, fl. 347.

23 No IPM em foco os integrantes da CEPLAR ligadas ao governo estadual não foram indiciadas. Segundo o depoimento de João Alfredo Guimarães, antes citado, havia uma preocupação dos militares encarregados do processo em isentar o governador, que aderiu aos golpistas em abril 1964.

24 Fonte: IPM citado, vol.18/23, fl. 1802.

25 Fonte: *ibidem*.

politização, muitos alunos dormiam e na parte de alfabetização o interesse era quase integral”<sup>26</sup>. Outra testemunha, Sulamita Ithamar, coordenadora, disse que “ensinou no bairro Catolé, o pessoal desse bairro desinteressou-se pela politização, no entanto, na alfabetização o interesse era integral”<sup>27</sup>. José Paulino de Oliveira, coordenador, declarou que “na parte de politização havia uma norma taxativa proibindo o coordenador de externar a opinião pessoal”, e que o “Professor Josué” sempre teve posição de realce nas reuniões<sup>28</sup> na Sala dos Acólitos (Igreja/Catedral).

Embora o objetivo dos responsáveis pelo IPM fosse usar as testemunhas contra os dirigentes da CEPLAR-CG, as informações contidas nas inquirições das testemunhas nada acrescentaram ao que já existia nos autos. Assim, à semelhança da CEPLAR (e das suas “18 lições de conscientização”), o inquérito foi conduzido para que os autores das “fichas-roteiro” de politização, usadas nos cinquenta e cinco núcleos de Campina Grande, fossem denunciados.

Não se pode deixar de registrar os Termos de Perguntas ao Indiciado (TPI), referentes aos depoimentos dos membros da diretoria da CEPLAR-CG. O de Josué Rodrigues, por exemplo, serviu para identificar diretores, coordenadores e supervisores da Campanha, além de informar os autores dos diversos textos apreendidos durante a invasão das salas que a CEPLAR-CG ocupava na Prefeitura Municipal, nos primeiros dias de abril de 1964. Os títulos/temas desses textos indicavam seus respectivos conteúdos e a intencionalidade política dos diretores da Campanha ao trabalhá-los: “Método Paulo Freire”; “A Revolução Brasileira”; “Reforma Agrária”; “As Reformas de Base”; “O Capital Estrangeiro”; “Capacidade para o desenvolvimento

---

26 Fonte: *ibidem*, v.18/23, fl. 1810.

27 Fonte: *ibidem*, v.18/23, fl. 1811.

28 Fonte: *ibidem*.

- Nacionalismo”; “Raízes do Subdesenvolvimento”; “Os dois grandes blocos econômicos”; “Fundamentação do Sistema Paulo Freire de Educação”<sup>29</sup>.

Em outra passagem do seu TPI, ao ser perguntado se havia na Campanha alguma pessoa com tendência comunista, apesar de ser do PCB, Rodrigues respondeu negativamente<sup>30</sup>. Uma das diferenças entre os TPI dos dirigentes das duas CEPLAR estava numa maior dissimulação por parte dos campinenses. Além da constante atribuição da possível “subversão” ao papel exercido pelo coordenador, em vários depoimentos aparecem declarações semelhantes à expressa por Adalcino Queiroz, membro da diretoria:

Os supervisores eram responsáveis pela linha de conduta a que se destinava a CEPLAR, pois se algum ou alguns (coordenadores) procurassem desvirtuar o ensino com a implantação de alguma idéia subversiva, seria dado conhecimento à direção e em consequências seriam tomadas as devidas providências.<sup>31</sup>

Como se vê, entre evasivas e dissimulações, tanto os dirigentes da CEPLAR-CG como seus coordenadores e supervisores, não colaboraram com os responsáveis pelo IPM, restando como “prova” as “fichas-roteiro” da alfabetização. Não obstante, o comandante do Batalhão do Exército sediado em Campina Grande, ao encaminhar os resultados das investigações do IPM para o IV Exército (7º Região Militar, sede - Recife), escreveu:

Todas as fichas-roteiro que contém palavras geradoras, apresentam caráter subversivo,

---

29 Todos esses textos fazem parte do volume 18 do Inquérito Policial Militar em foco.

30 Fonte: IPM citado, v.18/23, fls. 1813-1816.

31 Fonte: ibidem, v.18/23, fl. 1823.

dependendo da orientação dada pelo coordenador; aliás todos os indiciados e demais coordenadores confirmam tal assertiva, exceto o professor Josué Rodrigues de Souza. Conclui-se, pois, que o objetivo da CEPLAR era mais de politização subversiva que propriamente alfabetização; uma vez alcançado o objetivo principal, que era o de permitir ao aluno possibilidades de conseguir o título eleitoral, estava ele suficientemente “conscientizado” e politizado para ser um instrumento de execução dos desígnios subversivos previstos na trama política delineada pelo governo passado.<sup>32</sup>

No transcorrer do IPM, os membros das CEPLAR, assim como os demais denunciados, foram enquadrados pelo mesmo motivo: “atividades comunistas”. Uma das dirigentes de CEPLAR-CG destaca a impossibilidade, durante os interrogatórios, de convencer os militares que a maioria era militante da Ação Popular (AP, antes Juventude Universitária Católica - JUC) e tinha até receio de trabalhar com comunistas. Para os militares, tudo o que fosse “subversivo” tinha a influência do PCB. O melhor exemplo é a denúncia oferecida:

O comunismo era o leit motiv dessa grande rede de maldade, em reação da qual é exigida, agora, a punição dos responsáveis que incitavam o povo à luta de classes com greves ou com ligas camponesas, com comícios ou com a ignominiosa “conscientização” dos escolares, dos responsáveis que degradavam o Estado com tudo isso que se chama subversão.<sup>33</sup>

---

32 Fonte: *ibidem*, v.18/23, fl. 1661.

33 Fonte: *ibidem*, v.20/23, fl.3223. Denúncia do Promotor Militar (Othon Fialho de

No entanto, transcorridos mais de quatro anos do processo, entre a parte inicial em João Pessoa e Campina Grande, e seu posterior encaminhamento para o Superior Tribunal Militar, o final veio com a concessão de “habeas corpus”, por unanimidade dos votos dos Ministros, em 11/9/1968. Assinado pelo então presidente do STM (Olympio Mourão Filho), seu preâmbulo ditava:

Denúncia da qual já foram excluídos vários acusados, em número superior à metade e que, em relação aos demais, mantém a mesma indeterminação, o mesmo tom genérico e impreciso das imputações já rejeitadas, não se demonstra apta a produzir os efeitos jurídicos a que se propôs. Habeas Corpus concedido, por inépcia da denúncia.<sup>34</sup>

Uma história que começou em 1961, foi bruscamente interrompida em 1964 e, para os dirigentes das CEPLAR indicados, continuou em forma de pesadelo até 1968/1969. Para alguns deles, o pesadelo ainda não saiu da memória como atestam vários depoimentos orais registrados em outros trabalhos<sup>35</sup>.

## Considerações finais

Quais reflexões poderíamos entabular a respeito dos acontecimentos e das representações narrados/as, a partir da revisão bibliográfica, dos arquivos investigados, dos documentos escritos e dos depoimentos orais colhidos?

---

Oliveira), publicada no Diário da Justiça, de 15/8/65.

34 Fonte: *ibidem*, v.23/23, fls.4306/4307.

35 Ver SCOCUGLIA, A. C. **Histórias inéditas da educação popular**: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. São Paulo: Cortez/EdUFPPB, 2001.

A princípio, podemos considerar que, desde instituição de um real poder “moderador”, herdado do Império, as forças militares consubstanciaram uma “tutela amistosa” (ZAVERRUCHA, 1996) sobre as forças civis. Seja explicitamente, por meio de intervenções diretas, seja pela tutela amistosa ou pela presença determinante do serviço secreto militarizado (ver Figueiredo em Ministério do Silêncio, 2005), ou ainda pela instituição da “justiça fardada” (Lemos, 2004) patrocinada pelo Superior Tribunal Militar (STM), tornaram-se notórios e determinantes os movimentos de vigilância e punição (Foucault, 1986)) sobre os indivíduos e os grupos sociais internos.

Porém, há uma enorme diferença entre as várias intervenções, o “golpe de classe” de 1964 (DREIFUSS, 1981) e a instituição concreta (e imaginária, diria CASTORIADIS, 1982) do Estado militar entre 1964 e 1985. Para além das quarteladas que caracterizaram as outras intervenções diretas – e embora se argumente que os militares “moderados” seguidores do General Castelo Branco queriam devolver o poder aos civis depois do “saneamento da subversão”, ao contrário dos “duros” que bancaram e tornaram a tortura um instrumento do Estado contra os inimigos –, a intervenção de 1964 foi planejada como política estatal hegemônica e duradoura. E como toda hegemonia, para ser duradoura, necessitava convencer a sociedade dos seus propósitos (como nos ensina GRAMSCI, 1982) e criar seus próprios discursos e seus intelectuais orgânicos. Em outras palavras, precisava legitimar-se no exercício do poder.

Neste sentido, a “justiça fardada” exercida na realização dos IPMs, entre 1964 e 1969, foi especialmente importante. Tratava-se de, mesmo arbitrariamente, demonstrar à sociedade a legitimidade e o senso de justiça presentes na exemplar punição dos inimigos subversivos. E, principalmente contra os delitos e formadores de opinião a exemplo dos estudantes, dos professores e dos políticos. Mas, também dos religiosos, dos sindicalistas,

dos advogados, dos jornalistas etc. A fortaleza da lei contra os inimigos, concomitante à permissividade das ações dos colaboradores, tantas vezes ilegais e arbitrárias, mesmo aquelas com fortes indícios de violência moral e física.

Nesta construção, a burocratização e a militarização planejadas do Estado por meio dos construtos institucionais minados por instituições como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), das quais intelectuais orgânicos civis e militares faziam parte, estão hoje demonstradas por farta documentação e análise histórica das teses de Dreifuss (1981) e Souza (1981) às pesquisas histórico-jornalísticas de Lemos (2004), Figueiredo (2004) e de Gaspari (2004) relativas às várias fases da ditadura. Nestes trabalhos encontram-se explícitos os meandros do poder civil-militar, as brutalidades da repressão, o desenvolvimento dos serviços secretos, as ferrenhas disputas entre os “duros” e os “moderados”, a tortura sistemática como instrumento do Estado, as conexões com outros países da América do Sul, a proximidade com os norte-americanos, o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional etc.

Podemos constatar que o período do Estado militarizado de 1964 a 1985 tem sido um dos mais estudados e, certamente, a abundância de fontes próprias da história do tempo presente tem grande responsabilidade neste sentido. No entanto, a importância estratégica da legitimação e da legalização das ações repressivas do Estado militar não têm sido contempladas na mesma proporção e podemos mesmo afirmar que o papel do STM e dos seus instrumentos legais os IPMs tem sido, relativamente, pouco focados.

A “justiça fardada” (LEMOS, 2004) desempenhou papel decisivo tanto na normatização punitiva como no balizamento do que “era subversivo”, do que podiam ou não podiam os adversários do regime, ou seja, na vigilância dos supostos delitos. Importante argumentar com Lemos, que “a Justiça Militar, da

qual o Superior Tribunal Militar é o órgão máximo, teve a sua inserção no processo político desse período em uma tríplice condição. Como parte do Judiciário, foi órgão complementar do aparato de coerção política e instrumento auxiliar na estratégia de legitimação do regime. Como parte do campo militar, foi arena de confronto entre correntes divergentes quanto aos rumos do processo político” (LEMOS, 2004, p.29). Ademais, sua competência foi estendida aos civis considerados “subversivos” entre os quais, como alvos e réus destacados, encontramos os professores e os estudantes.

Entre os próprios juízes do STM, existiram notórias divergências, destacando-se as posições do General Peri Bevilaqua que durante sua atuação (1965-69) denunciou arbítrios e irregularidades quanto à “instrumentalização política dos IPMs (a bolchevização da Justiça)” e o “risco de transformar-se o país em um imenso quartel, caso não fosse restabelecida a ordem civil” (ibidem, p.31). Certamente a militarização da justiça focada neste projeto de pesquisa constituiu um dos principais alicerces da instituição do Estado militar no pós-golpe de 1964, confirmando-se a tese do golpe de classe (DREIFUSS, 1981, da formação de um novo bloco histórico hegemônico (GRAMSCI) que, por meio dos seus aparelhos de Estado (inclusive o educacional), pretendia não só “limpar” a sociedade dos considerados subversivos, mas disseminar seu poder por todos os poros e capilares (FOUCAULT, 1979) da sociedade brasileira de maneira “legítima” e duradoura. Para isso, a vigilância e a punição (Foucault, 1982) deveriam ser exemplares instrumentos do exercício da lei e da ordem por meio da justiça fardada. Nesse processo instituinte, o STM chegou ao requinte de punir um dos seus próprios membros quando o General Bevilaqua foi afastado com base no AI-5 (LEMOS, 2004, p.32).

Por seu turno, para os professores, estudantes, políticos, advogados, jornalistas e outros acusados representou a própria

submissão de um período de suas vidas aos arbítrios da ditadura. Os visíveis traumas que alguns carregam até o presente, e evidenciam em depoimentos, corroboram a tese que os IPMs representaram o próprio exercício prático da vigilância e da punição legalizadas que intimidaram e minaram as práticas escolares e as assemelharam às clausuras das prisões e dos manicômios, estudados por Foucault (1986).

Sabemos que um dos alvos privilegiados pelos IPMs foram as práticas estudantis e docentes e aqui também podemos lembrar Althusser em seu destaque aos aparelhos ideológicos do Estado e, entre eles, o aparelho escolar/educacional. O fato determinante da ditadura interferir no sistema educacional como uma prioridade da sua dominação não está mais em discussão pois tornou-se evidente (GERMANO, 1993). Mas, precisamos entender como os instrumentos legais da ditadura interferiram neste caminho, vigiando, punindo e aparelhando o sistema na disseminação da sua ideologia e da sua hegemonia. Para isso, as teses de Foucault (1979, 1986), Gramsci (1982) e Althusser (1981), somadas às pesquisas brasileiras antes mencionadas (e outras que emergiram no desenvolvimento da pesquisa) têm sido de extrema valia. Vigilância e punição, hegemonia e papéis dos intelectuais, ideologia e aparelhos do Estado, somados aos estudos da “justiça fardada” (LEMOS, 2004), da “tutela amistosa” (ZAVERUCHA, 1996) dos militares sobre os civis brasileiros, da montagem do “Estado de classe” (DREIFUSS, 1981), da ditadura escancarada, envergonhada e derrotada (GASPARI, 2004), além dos estudos sobre as interferências e consequências educacionais (para as instituições e seus protagonistas docentes e discentes) do Estado militar (GERMANO, 1993) serão decisivos como respaldo das análises da documentação relativa ao IPM e dos depoimentos orais dos réus do IPM.

Por outro lado, o fato de tomarmos a Paraíba como referência certamente também demonstra como o discurso dos

órgãos repressivos da ditadura, por meio dos IPMs, foi determinante na desmontagem de um quadro político antes marcado pelos avanços da educação politizada, nas organizações das Ligas Camponesas, no movimento político-cultural intenso, na participação decisiva da imprensa, na organização sindical, entre outros. Seria coincidência, por exemplo, o fato do arrefecimento da resistência à ditadura coincidir com o encerramento dos IPMs (1969), a edição do AI-5 e a concretização das reformas educacionais (universitária e de primeiro e segundo graus) marcadas principalmente pela vigilância e punição de docentes e discentes? Certamente, não.

A inequívoca demonstração da importância que a “justiça fardada” deu aos “educadores subversivos” e as suas ações está demonstrada no fato de que pelo menos 20% das mais de quatro mil páginas do IPM que estamos analisando focam a “subversão educacional”. Em outras palavras, o Estado militar brasileiro demonstrou cabalmente o quanto temia a educação politizada e seus agentes, intencionando julgá-los, puni-los exemplarmente e ocupar seus espaços hegemônicos.

## Principal fonte escrita da pesquisa

*INQUÉRITO POLICIAL MILITAR – PARAÍBA*

*PROCESSO Nº 70/64 – 23 Volumes – 5410 páginas*

*AUTOS FINDOS Nº 151/69*

*ARQUIVO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)*

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BLOCH, Marc. **Introducción a la historia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *et al.* **Visões do golpe** - A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Os anos de chumbo** - a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRO, Marc. **A história vigiada.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1986.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez/EdUnicamp, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEMOS, Renato (Org.). **Justiça fardada:** o general Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969). Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta.** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>>.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular:** do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. São Paulo: Cortez/EdUEPB, 2001.

\_\_\_\_\_. **Populismo, ditadura e educação:** história e memória dos anos 1960. João Pessoa: EdUEPB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar no Brasil:** a voz e a vez dos perseguidos. João Pessoa: EdUEPB, 2013.

\_\_\_\_\_. **As provas da ditadura militar na política e na educação:** o Inquérito Policial Militar da Paraíba (1964-9169). João Pessoa: EdUEPB, 2015.

SOUZA, Maria Inês de. **Os empresários e a educação** - O IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.



# Dos discursos da atualidade aos arquivos do futuro

*Eliete Correia dos Santos*  
*Vancarder Brito Sousa*  
*Henrique Elias Cabral França*

## Introdução

Este capítulo é fruto da discussão da mesa-redonda realizada no VII Seminário de Saberes Arquivísticos e I Simpósio do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade<sup>36</sup>, em 31 de agosto de 2016, uma data que jamais será esquecida pelo povo brasileiro, votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2017 debatido em uma palestra organizada pelo UFPB, no III Encontro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Enunciação e Interação (GPLEI) cuja temática fazia alusão aos 121 anos de Bakhtin e a cultura; depois, publicado em março de 2017 na Revista Tarairú<sup>37</sup>.

---

36 Este trabalho é fruto das investigações do Projeto de Pesquisa Linguagem, cultura e memória: investigando as fronteiras do PROJETO SESA, financiado pelo PROPESQ – UEPB e desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS.

37 Versão original disponível em < <http://revistatarairiu.blogspot.com.br/>>.

Mediante o cenário nacional, as discussões a respeito do silenciamento de vozes alargaram-se e, por isso, julgamos pertinente trazer a discussão para os leitores deste livro. Dentre tantos fatos que ficarão marcados em nossa sociedade e que se configuram o poder executivo e, em especial, o poder legislativo, os discursos que circulam na mídia, nas redes sociais, nas manifestações públicas, nas instituições de ensino superior a respeito do processo histórico que estamos passando, um fato nos chamava atenção e estava relacionado à situação atual da Educação brasileira e de seus professores.

Como estudiosos do discurso, os acontecimentos causavam uma angústia e nos faziam pensar como poderíamos discutir a análise documentária, a descrição e a representação dos documentos. Daí, alguns questionamentos: Diante da atuação do cenário político e econômico nacional, como os documentos que tramitam no Senado serão recuperados no futuro? Qual a relação dos documentos produzidos com a realidade em que eles são gerados e, no futuro, indexados? O discurso que circula atualmente poderá ser acessado pela descrição dos documentos? Que análise documentária poderia ser feita?

Escolhemos como objeto de estudo o **PROJETO DE LEI DO SENADO nº 193, de 2016**, de autoria do Senador Magno Malta, cuja ementa inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”. O objetivo é analisar os discursos que circulam no documento e sua relação com o processo sócio-histórico e refletir sobre a maneira como ele poderá ser indexado no futuro. Como método, seguimos a orientação de Mikhail Bakhtin/Volochínov (1929/1995), na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, ao se referem a uma ordem teórico-metodológica para o estudo da língua que parte do contexto para o texto.

Primeiramente, apresentamos uma breve concepção de linguagem sob a ótica bakhtiniana, depois tecemos uma pequena

retrospectiva histórica da situação do Ser professor na universidade brasileira, para seguirmos com a análise dialógica do documento e sua relação com o contexto sócio-histórico; finalizamos com as implicações de se fazer uma leitura polissêmica do documento.

## **A linguagem em uma perspectiva discursiva**

Ao definir o nosso objeto de estudo, entendemos a acuidade do conceito de linguagem na formação de um profissional da área de Arquivologia, uma vez que há uma preocupação dos indexadores em estabelecer relações entre a linguagem natural e as linguagens documentais. Essas linguagens representam o conteúdo dos documentos que são discutidos por alguns autores, a exemplo de Moreira González (2004) que aborda um panorama da variedade e da evolução histórica dessas linguagens e recomenda que se observe as considerações de ordem linguística e as condições funcionais e ferramentas precisas, a serem utilizadas em contextos e necessidades determinados e determinantes.

A concepção dialógica de Bakhtin/Volochínov (1929/1981)<sup>38</sup> é sua contribuição maior para as mudanças que se desenvolvem, atualmente, nos diversos domínios de estudo da linguagem. Essa concepção amplia as reflexões sobre a língua para além da estrutura, focalizando o discurso no seu contexto sócio-histórico. Esse filósofo constrói uma nova teoria a partir da crítica às duas tendências vigentes nos anos vinte do século passado: a estilística clássica que se baseia no idealismo e o estruturalismo situado nos estudos do sistema abstrato. Essas teorias não davam conta do funcionamento da língua e surge a terceira

---

38 Neste texto, ao se referir a essa obra, não faremos alusão ao Círculo de Bakhtin, mas seguiremos a tradução brasileira na qual aparecem os nomes dos dois autores (Bakhtin e Volochínov).

tendência que considera a linguagem em uso e o sujeito inserido na história produzindo sentido nessa interação. Abordaremos os principais conceitos significativos para esta pesquisa.

Bakhtin considera falsa a teoria da expressão do *subjetivismo idealista*, que tomou o objeto de estudo como enunciação monológica isolada, que exclui qualquer réplica ativa ou resposta, e mostra que o processo de compreender exige sempre uma resposta ativa. O problema do ato passivo nada tem a ver com a atividade de linguagem, pois exclui a possibilidade de abertura que esta permite e limita a pluralidade de leituras que esse modo de ver oferece. O ato de compreender não se reduz à decodificação e alcança uma amplitude maior do que aquela que se fecha no interior da mente. Um ponto que podemos destacar da rejeição de Bakhtin a essas tendências é que a expressão é tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores, ou seja, a expressão comporta, portanto, duas facetas: o conteúdo (interior) e sua objetivação exterior para outrem (ou também para si mesmo).

A outra crítica incide sobre a orientação do pensamento filosófico do *objetivismo abstrato* fundamentado no sistema linguístico estável e constituído por formas independentes da situação social. A ênfase está na linguística estruturalista, que valoriza mais o objeto do que o sujeito; enfatiza mais a forma do que o conteúdo e considera o significado no nível da língua. Essa visão de língua considera que o sentido está no texto e os sujeitos interpretam de forma sempre idêntica as mensagens que trocam. Na perspectiva estruturalista, a linguagem é instrumento de comunicação e, nesse período, as teorias que fundamentam a proposta didática da leitura estão relacionadas à concepção de língua como sistema de regras, ancorada no estruturalismo saussureano.

Para ilustrar essas posições, temos de retomar os estudos linguísticos do século XX, iniciados por Saussure no século XIX, marco da ruptura com a visão tradicional, por buscar um método ou um estatuto científico para os estudos da linguagem. Para Saussure (2001, p. 17), “a língua é ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade aos indivíduos.” Já a linguagem, tomada em seus diferentes domínios, é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, pertencendo ao domínio individual e ao social. Desse modo, deriva-se uma divisão entre língua e fala em que esta é individual e, portanto, fica à margem dos estudos, junto a outros elementos constitutivos do ato comunicativo: o sujeito e os aspectos sócio-históricos do discurso. Essa teoria constituiu um avanço significativo para a época.

Bakhtin/Volochínov (1929/1981, p. 124) defendeu que “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. Fatores históricos, sociais, situações e condições em que ocorrem a fala são incluídos nessa teoria sobre o funcionamento da linguagem. O autor elabora o primado do dialogismo na linguagem, que passa a ser vista como sócio-ideológica, cuja unidade fundamental é o diálogo. Dessa perspectiva, ninguém fala sozinho; quando falamos ou escrevemos é para alguém, em alguma circunstância social, assim, é que a palavra serve de ponte entre o locutor e o interlocutor no ato interativo.

Do ponto de vista bakhtiniano, a linguagem permeia toda a vida social e se atualiza na enunciação dialógica, cujo sentido é plurivalente e polissêmico no processo comunicativo entre indivíduos socialmente organizados. Além disso, Bakhtin/Volochínov (1929/1981, p. 123) postulam que:

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela comunicação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

A posição desse autor contra as tendências filosófico-linguísticas coloca em evidência, também, o comportamento dos interlocutores na interação. Na visão dialógica, o locutor constrói seu enunciado em função do interlocutor, que tem um papel ativo, constitutivo na formulação dos enunciados. Visivelmente, é o outro (interlocutor) quem condiciona o que o locutor diz e, desse modo, ambos são colocados no mesmo plano. Dessa forma, Bakhtin/Volochínov (1929/1981) e Bakhtin (1999) criticaram os estudos centrados na oração e propuseram uma nova disciplina, cujo objeto de estudo seria o enunciado. Inserir o locutor e o receptor no funcionamento da linguagem é admitir que o processo de compreensão não se limita à identificação de forma linguística.

Nessa perspectiva, não é a forma linguística enquanto sinal estável que é essencial, mas o importante é a nova significação que essa forma obtém no contexto, o que permite a adequação do signo, sempre variável e flexível, conforme as condições de uma situação concreta dada.

Esse autor revela que, no contexto preciso de uso, ocorre a mobilidade específica do signo e que este varia e se flexibiliza, para conferir à palavra uma forma particular de produzir sentido, do mesmo modo como ocorre no processo de compreensão. Esse fato mostra que, segundo Bakhtin/Volochínov (1929/1981, p. 94), o sentido precisa ser compreendido no processo em que é construído e se manifesta pela “apreensão da orientação que

é conferida à palavra por seu contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo.” Na perspectiva da linguagem enquanto uso, ou seja, na prática viva da língua, a consciência linguística dos locutores não se ocupa com o sistema abstrato de formas linguísticas, afirma Bakhtin/Volochínov (1929/1981, p. 95), mas “apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular.” Desse ponto de vista, há necessidade de antes compreender a língua viva para depois analisá-la.

Nessa abordagem, toda enunciação só pode ser concebida como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, sendo a ela que devemos as mudanças semânticas. Bakhtin/Volochínov (1929/1981, p. 131-132) asseguram que “compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente.” A compreensão é sempre uma reação ao que o outro disse e provoca uma resposta. No processo de compreender, “locutor e receptor” (os interlocutores) introduzem o objeto a ser compreendido no contexto potencial da resposta. Todos esses valores se juntam no momento da produção do sentido que se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva, *forma de diálogo* que leva à formulação de uma *contrapalavra*. A concepção de *compreensão responsiva* é fundamental para entendermos o funcionamento da linguagem, em especial, para o processo interativo de leitura na sala de aula. (SANTOS; ALMEIDA, 2010, 2011, 2012, 2013).

Para Bakhtin (2010), a enunciação é uma prática social, inseparável das relações que mantêm os interlocutores, o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é o interior, mas o exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. Ele acrescenta que não existe atividade mental sem expressão semiótica. Conseqüentemente, é preciso eliminar de saída o princípio de uma distinção qualitativa entre o conteúdo

interior e a expressão exterior, pois não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação.

## **A análise documentária: do texto ao discurso**

A análise documentária em uma perspectiva discursiva precisa ler o texto em um sentido que recupera o aspecto sócio-histórico para depois observar o texto, um olhar para o passado, para o presente e outro para o futuro. Não há como fazer uma análise documentária do PROJETO DE LEI DO SENADO nº 193, de 2016 sem que recupere pelo menos parte de uma história que se repete e que muitos “fingem” não conhecer. Para se compreender esta luta no presente e este horizonte de expectativa mais democrático vislumbrado para as universidades, é necessário perceber as dinâmicas que ajudaram a reestruturar o sistema universitário durante a ditadura, pressão sofrida por professores que, de um modo geral, não é fácil precisar um quantitativo, mas que se percebe um número considerado de professores que sofreram repressão, segundo Motta (2014, p. 29):

Voltando às prisões, é difícil, como já foi dito, reunir dados precisos sobre o quantitativo de presos ligados aos meios acadêmicos. Os registros disponíveis mostram que houve detenções por toda parte, mas dão destaque às figuras mais conhecidas ou pertencentes às instituições universitárias de maior porte. [...] Os lugares de detenção eram delegacias, penitenciárias e quartéis, mas houve casos de navios transformados em prisão temporária, indício da falta de espaço para acolher os detidos da primeira onda repressiva.

Motta enfatiza que houve conflitos nas universidades, como no caso da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo

(USP), e algumas foram invadidas, sendo que a situação mais dramática ocorreu na Universidade de Brasília (UnB), onde vários professores e estudantes foram presos e submetidos a interrogatórios em instalações militares. A repressão não atingia somente aos professores, reitores também foram afastados, por exemplo Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade de Goiás (UFG), dentre outras.

Sob vigilância militar, após período inicial de expurgos, vários professores e estudantes retomaram as atividades básicas do meio acadêmico, entretanto, as ações militares passaram a estruturar o serviço de inteligência, criando, no mesmo ano, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Além dessas medidas, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) foram criadas como agências das Divisões de Segurança e Informações (DSI), órgãos estabelecidos em 1967 pelo regime militar e ligados aos ministérios civis.

Pautada pela doutrina de da Segurança Nacional, formando uma rede de inteligência governamental, as AESI universitárias eram ligadas ao DSI do Ministério de Educação e Cultura que, por sua vez, respondiam ao SNI. De acordo com Motta (2014), as AESI também deveriam ser subordinadas às reitorias e encarregadas de aconselhar os reitores sobre assuntos de Segurança Nacional no meio acadêmico, porém elas serviram para censurar, vigiar e combater ideias de esquerda.

Motta (2014) relata que com a edição do AI-5 em 1968, um novo ciclo repressivo se instaurou nas universidades públicas e alguns casos em instituições particulares e, dessa vez, vários professores foram cassados e exonerados de suas funções, uma equivalência de professores aposentados a 70% do total dos docentes expurgados. Embora os números não possam ser precisos por causa das próprias fontes inexatas, percebe-se, pelos dados coligidos no Diário Oficial, que o regime militar atingiu

a maioria das universidades públicas de grande expressão, como USP, UFRJ, UFRGS, UFMG, UnB e em menor proporção nas instituições UFPE, UFPB, UFPA, UFBA, UFRN, UFF, UFRRJ, UFJF e UFG.

De maneira geral, os professores eram acusados de serem “subversivos”, o que na concepção militar abarcava um cenário de ações e atitudes que poderia ser desde ter ligação com o partido comunista do Brasil até não reprimir as ações estudantis consideradas esquerdistas. Se fizermos uma comparação ao projeto de Lei do Senado N° 193, de 2016, não se percebe muita diferença das concepções do período ditatorial:

Art. 5º. No exercício de suas funções, o professor:

I - **não se aproveitará da audiência cativa dos alunos**, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; SF/16801.74544-58

II - **não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;**

III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula **nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;**

IV - ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, **as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;**

V - **respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral** que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela **ação de estudantes ou terceiros**, dentro da sala de aula. (grifos nosso).

Na época da ditadura militar, através da educação, o governo pretendia interferir nas ideias e pensamentos dos alunos para validar a própria permanência no poder; na atualidade, o Projeto de Lei citado repete o mesmo discurso disfarçado de assegurar os direitos e respeitos aos alunos. Mesmo que essa tenha sido a determinação governamental naquela época, houve professores que se negaram a agir como legitimadores do governo militar e iniciaram um movimento no sentido oposto: o de atuar contra este regime, uma participação intensa da luta contra a ditadura e sofreram repressões.

Hebling (2009) desenvolveu uma pesquisa de análise de documentos relativa a professores acusados de crimes políticos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS, mais especificamente o do estado de São Paulo, no período de 1968 a 1974, a fim de fazer um levantamento do perfil de casos de professores considerados criminosos políticos, a partir da análise de prontuários e dossiês do DEOPS/SP. Os resultados são bastante interessantes ao se confirmar que a acusação a esses professores eram baseadas em dois tipos principais:

um refere-se ao seu trabalho, acusando-os de doutrinação e disseminação de ideias subversivas para seus alunos e o outro é mais amplo, pois coloca-os como tendo cometido crime contra a LSN. Em alguns casos, não há explicação sobre que crime é esse, ou seja, quais atitudes do acusado foram consideradas contrárias à Lei de Segurança Nacional, e também não há provas presentes nos documentos. (HEBLING, 2009, p. 52).

Se examinarmos o contexto sócio-histórico do discurso que perpassa o Art. 5 do Projeto de Lei, nota-se que não há muita diferença do discurso relatado por Hebling (2009). Sob vigilância, nos Art. 7º e 8º, os professores são tratados como criminosos, a proposta aponta um canal de reclamações assegurado o anonimato para receber denúncia sobre os infratores:

Art. 7º. Os professores, os estudantes e os pais ou responsáveis serão informados e educados sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente, especialmente no que tange aos princípios referidos no art. 1º desta Lei.

Art. 8º. O ministério e as secretarias de educação contarão com um **canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei**, assegurado o anonimato.

Parágrafo único. As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos interesses da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade. (grifos nosso).

O modo de compreender ou de produzir sentido exige discussão acerca da unicidade da forma linguística e da polissemia, que é inerente às línguas, o que significa dizer que a significação não se prende a uma forma tomada de modo isolado ou fora das determinações sociais. A unicidade coloca o objeto como único e idêntico a si mesmo, enquanto a polissemia permite visualizar os vários sentidos de uma palavra. Conforme Bakhtin/Volochínov (1929/1981, p. 106), “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto que não é fixo” nem é uma situação isolada, mas algo a se precisar.

Outro ponto que merece uma atenção é a concepção que se perpassa de ciência no Projeto de Lei do Senado Nº 193 (2016):

Note-se por fim, que **o projeto não deixa de atender à especificidade das instituições profissionais e particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, às quais reconhece expressamente o direito de veicular e promover os princípios, valores e concepções que as definem, exigindo-se, apenas, a ciência e o consentimento expressos por parte dos pais ou responsáveis pelos estudantes.** (grifos nosso).

A análise do documento nos leva a fazer algumas indagações: Qual é o papel da escola? Que competência apresenta a comunidade carente de se manifestar contra a formação ideológica do Estado, da igreja, etc, se não tiver uma formação sistemática da escola, um letramento no seu sentido mais amplo? Os professores violam o ensino que há em casa? Indiretamente, os professores são tratados de subversivos como no passado<sup>39</sup>, como se fosse uma ameaça à população.

Quanto ao conceito de ciência tratado no documento, parece-nos que o autor não reconhece o diálogo e que o conhecimento é infinito e inacabável, que o discurso, em suas variadas fases, de construção, de recolhimento ou de transmissão é o objeto das ciências humanas.

A problematização dos contextos de interpretação, distantes ou não, fundamenta-se em uma renovação interminável dos sentidos em todos os contextos novos que podem ser

---

39 Uma diversidade de professores foram perseguidos, entre eles, podemos citar: Ana Rosa Kucinski, Tito Arcoverde Cavalcanti, Anísio Teixeira, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Heleneide Nazaré, Haity Moussatché, Maria Yedda Linhares, Erney Camargo, Eulália Lobo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Rubim Aquino, Victor Nunes Leal, Walter Oswaldo Cruz, José Grabois e Paulo Freire.

investigados em dois tempos: “o pequeno tempo – a atualidade, o passado imediato e o futuro previsível – ou o grande tempo – o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre”. (BAKHTIN, 2010, p. 409).

A palavra assume um sentido em cada contexto, fato que mostra o caráter polissêmico e plurivalente que ela comporta pela natureza dialógica da linguagem. Para esse autor, são tantas as significações quantos forem os contextos, que não estão prontas, mas sempre em situação de interação.

O discurso do documento analisado não é diferente dos discursos que apareciam nas manifestações em favor do golpe, em fevereiro e março de 2016. A profa Marilene Chauí, em palestra na PUC de São Paulo, já refletia sobre o discurso que circulava nas redes sociais, na mídia televisiva, podemos destacar:

- Ordem e segurança contra a democracia que é identificada como trabalho dos conflitos e criação de direitos é identificada como desordem, crise, perigoso, onde se forjam a tirania e a ditadura.
- Massa a procura de líder – poder transcendente, poder arbitrário, sem organização político-social;
- Não é só a ameaça do golpe, conservadorismo e reacionarismo tomou conta da Europa, agora dos Estados Unidos. Thump, em campanha eleitoral à presidência dos EUA, apresenta-se contra os direitos de todos ( homossexuais, mulheres)
- Multidão que grita, odeia, mas não apresenta uma proposta para os programas sociais.
- Congresso Nacional – Propõe tirar o direito estabelecido na constituição.

- É preciso haver várias frentes de lutas, não basta ir às ruas para dizer não vai ter golpe.

Grande parte dos professores da PUC se rebelara contra o discurso de uma maioria de políticos, certamente, o fato demonstra que há uma tentativa de desmistificar o discurso do Governo e de uma parcela considerável do poder legislativo. O discurso do Projeto de Lei do Senado é uma das respostas, uma compreensão discursiva da visão que se pretende fazer da educação e de seus educadores. Os textos que circulavam na sociedade a respeito de democracia estão intrinsicamente ligados ao discurso que se estabelece com relação aos professores. A imagem dos professores é violada mais uma vez por generalizações vulgares e ideologia liberal pelo jornalista Cláudio Castro da Revista Veja, em 27 de julho de 2016, ao tentar apontar o que ele nomeia de “fatos que comprovam que o professor brasileiro reclama de barriga cheia, como mostra a figura abaixo:

Figura 1 - Texto Professor ganha mal?



Fonte: Castro (2016) – Revista Veja

O discurso da Revista Veja declara guerra aos professores a serviço de uma ação governamentalista e repressiva à classe. Fica evidente que não há como analisar um texto isolado dessas relações interdiscursivas; no exemplo aqui mencionado, as relações dos discursos dos políticos que vão de encontro com grande parte dos professores e a mídia que pretende estabelecer uma opinião desqualificando as ações, os direitos trabalhistas conquistados e a formação continuada em nível de mestrado ou doutorado, afinal, qualquer político sem ter uma mínima formação em educação, pode decidir e propor o que é melhor para a classe de professores. Ficamos, às vezes, imaginando se há algum Projeto de Lei que defina o agir da classe médica ou da judiciária; a resposta negativa seria óbvia.

A análise dos dados revela também que, usando a linguagem a favor de uma ideologia, as palavras colocadas para indexação, refletem que há um descompasso das palavras-chave, com o discurso do próprio texto. Palavras como “neutralidade, liberdade, educação, política, ideologia, religião, sexualidade. Correlação” contrariam os princípios dialógicos da linguagem e demonstram as ideologias neoliberalistas que os fundamentam. Para Bakhtin/Volochínov (1929/1981, p. 41), “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.”

Bakhtin/Volochínov (1929/1981, p. 125) postula que “a enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites.” Com isso, revela que o sentido não só é inacabado, mas é sempre elaborado na enunciação concreta que é parte do diálogo ininterrupto, como uma *ilha* flui do oceano ilimitado dos contextos e dos interlocutores, que mudam a cada uso da linguagem, tornando-se sempre outro. Essa metáfora remete para a ideia de que há sempre uma possibilidade de se atribuírem outros sentidos ou que a linguagem é sempre dinâmica e que as palavras significam em um contexto. Bakhtin/Volochínov

(1929/1981, p. 130) revela que a “multiplicidade das significações é o índice que faz uma palavra uma palavra”.

Essa concepção de linguagem enquanto interação verbal e as reflexões acerca do dialogismo colocaram Bakhtin/Volochínov como pioneiro dos estudos sobre o discurso e o texto na ciência da linguagem. Nessa perspectiva, o conceito de texto está ligado às formas de produção do conhecimento. Na teoria de Bakhtin (1992), o texto é o dado fundamental, é objeto e produto das ciências humanas e tem uma abordagem diferente daquela da Linguística Textual.

A análise documental, nessa perspectiva, toma o enunciado como um todo inseparável, um ato, em uma cadeia discursiva, o texto é um encadeamento discursivo, o que torna a ação do arquivista bastante complexa ao partir do contexto ao texto. Barros (1994) afirma que Bakhtin, ao distinguir enunciado (discurso) e texto, define o texto como um tecido de muitas vozes que se entrecruzam, completam-se e respondem uma as outras ou polemizam entre si no seu interior e o coloca no centro de suas investigações sobre o homem.

## **(In)conclusões**

Concluindo as reflexões sobre a análise do documento (o Projeto de Lei), parece-nos imprescindível que haja uma intervenção pública, pois o universo neoliberal alarga o espaço privado dos interesses de mercado, encolhe os espaços públicos de direito e fere a democracia. Por isso, ser professor é dizer a luta continua; é ser um SER perigoso que leva a pensar e a deixar soar as várias vozes que há no interdiscurso.

A análise documentária, em uma perspectiva discursiva, vai de encontro à proposta estruturalista que permite estudos distribucionais para elaboração de instrumentos dos vocabulários controlados, tesouros e sistemas de classificação. Não

negamos aqui a importância desses estudos, mas pretendemos avançar nas discussões, observando o esforço para a análise do documento que parte do contexto da enunciação para o próprio texto, os discursos que circulam na rede de vozes que forma o enunciado. Uma tentativa de refletir sobre os sentidos dos discursos e o aprimoramento de sistemas de indexação que devem considerar não apenas o texto, mas também o contexto sócio-histórico.

Nesse sentido, não há como deixar de valorizar a ideologia que perpassa todos os textos e a não-neutralidade que os discursos são elaborados. Se a linguagem pode ser um meio de dominação, a linguagem documentária não pode ser instrumento escamoteador da realidade quando o analista\arquivista ler e representa a informação documentária. Essa visão que vincula os enunciados às esferas de atividade humana evidencia não só o dialogismo da linguagem, como explica a multiplicidade de gêneros e, conseqüentemente, de sentidos que um texto apresenta.

Fazer análise documentária, nesse sentido, é uma postura de ler um texto e não arquivá-lo como se ele fosse deslocado das condições sócio-histórica de sua produção. Refletir como são representados e indexados os documentos do presente e como estarão essas informações nos arquivos futuros pode ser uma contribuição para os estudos de linguagem documentária e para a formação profissional do arquivista que deveria agir como um ser consciente de sua responsabilidade de sujeito humano que responde à sociedade pelos seus atos. Quem sabe essa seja uma das pequenas ações que possa revolucionar e ampliar a Arquivologia: o não apagamento da memória de um povo.

## Referências

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução de: GOMES, M. E. G. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (1953).

\_\_\_\_\_. A forma espacial da personagem. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 5. ed. Tradução de: BEZERRA, P. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 393-410.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de: LAHUD, M.; VIEIRA, Y. F.; WISNIK, L. T.; CRUZ, C. H. D. C. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7. ed. Tradução de: LAHUD, M.; VIEIRA, Y. F. São Paulo: Hucitec, 1995 [1929].

BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2007. p.21-38.

HEBLING, Milene Cristina. Análise documental dos arquivos do DEOPS/SP entre os anos de 1968 a 1974 na busca por professores suspeitos de prática de crimes políticos. 2009. 68 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/119406>>. Acesso em jun 2016.

MALTA, Magno. **Projeto de Lei do Senado Nº 193**, de 2016. Disponível em <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&tp=1>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. São Paulo: Zahar, 2014.

SANTOS, E. C. dos.; ALMEIDA, M. F. As relações dialógicas no gênero diário. In: ENCONTRO NACIONAL DE INTERAÇÃO EM LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL, 9., 2010, **Anais...** João Pessoa. ENCONTRO NACIONAL DE INTERAÇÃO EM LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL, 9.. João Pessoa: UFPB, 2010.

\_\_\_\_\_. Linguagem como interação: reflexões no contexto da arquivologia. In.: **A linguagem e a informação documentária:** intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011.

\_\_\_\_\_. Diretrizes bakhtinianas para o método sociológico em ciências humanas. Macabéa: **Revista Eletrônica do NETLLI**, v. 1, p. 77-92, dez. , 2012.

\_\_\_\_\_. Leitura do texto cinematográfico: uma análise dialógica do discurso na arte. **Intersecções**, ed. 9, Ano 6, n. 1, p. 121-133, maio, 2013.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1975.

## Anexo

As informações contidas no site do senado apresentam o projeto de Lei da seguinte maneira:

**Assunto:** Social - Educação.

**Informações Complementares**

Data de Leitura: 03/05/2016

Indexação: CRIAÇÃO, LEI FEDERAL, PROGRAMA, NEUTRALIDADE, LIBERDADE, EDUCAÇÃO, POLITICA, IDEOLOGIA, RELIGIÃO, SEXUALIDADE. CORRELAÇÃO, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LEI DARCY RIBEIRO.

**Situação atual: Em tramitação**

Relator atual: Cristovam Buarque

Último local: 03/06/2016 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Secretaria de Apoio à Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Último estado: 03/06/2016 - MATÉRIA COM A RELATORIA

### Projeto de Lei do Senado Nº, de 2016

Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º. Esta lei dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do “Programa Escola sem Partido”.

Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios: I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico; III - liberdade de aprender e de ensinar; IV - liberdade de consciência e de crença; V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. Parágrafo único. O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.

Art. 3º. As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.

Parágrafo único. Nas instituições de educação infantil, os cartazes referidos no *caput* deste artigo serão afixados somente nas salas dos professores.

Art. 4º. As escolas confessionais e também as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções. Parágrafo único. Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o pleno conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados.

Art. 5º. No exercício de suas funções, o professor: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

II - não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; IV - ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; V - respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções; VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

Art. 6º. Os alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio serão informados e educados sobre os direitos que decorrem da liberdade de consciência e de crença assegurada pela Constituição Federal, especialmente sobre o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 7º. Os professores, os estudantes e os pais ou responsáveis serão informados e educados sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente, especialmente no que tange aos princípios referidos no art. 1º desta Lei.

Art. 8º. O ministério e as secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato.

Parágrafo único. As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público

incumbido da defesa dos interesses da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade.

Art. 9º. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber: I – às políticas e planos educacionais e aos conteúdos curriculares; II - aos materiais didáticos e paradidáticos; III - às avaliações para o ingresso no ensino superior; IV - às provas de concurso para o ingresso na carreira docente; V - às instituições de ensino superior, respeitado o disposto no art. 207 da Constituição Federal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor no prazo de sessenta dias, a partir da data de sua publicação.

# Pressupostos teóricos e metodológicos aplicados aos arquivos pessoais: o caso do arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior

*Ana Margarida Dias da Silva*

## Introdução

Não muito distantes eram os tempos em que se considerava que os arquivos pessoais e familiares tinham, apenas e só, importância para biografias dos indivíduos e das famílias. Esta aceção sempre nos pareceu equivocada e incongruente. Na realidade, sabe-se que desde o Antigo Regime os detentores de cargos públicos despachavam regularmente em casa, na sua esfera privada, o que potenciava a guarda de documentos ditos oficiais nos seus arquivos. (RODRIGUES, 2015, p.15).

Esta citação retirada da obra de Abel Rodrigues é bem significativa da falta de atenção dada aos arquivos pessoais e familiares em Portugal, relegados para um segundo plano quer ao nível do tratamento arquivístico quer ao nível da sua utilização como fonte histórica. Ora, os arquivos pessoais e familiares são simultaneamente património e testemunho, têm valor de prova

e informativo, fundamentais para a memória coletiva e são “tudo menos depósitos estáticos de documentos, mais tarde destinados a dar entrada em arquivos históricos” (ROSA, 2012, p.18). No entanto, “A atitude habitual face aos “papéis” de Famílias e de Personalidades mais ou menos ilustres, assim como à documentação de todas e quaisquer entidades, tem ficado dependente de um padrão comportamental muito generalizado que tende a negligenciar, a eliminar, a vender e a fragmentar os mais diversos tipos de documentos” (SILVA, 2004, p.61).

Muitos arquivos privados, e dentro destes os arquivos pessoais e familiares, encontram-se na posse dos indivíduos ou famílias produtoras, o que condiciona o acesso e o tratamento científico por parte de profissionais especializados. Ao mesmo tempo, a não obrigatoriedade da sua incorporação em instituições públicas ajuda, de certa forma, a justificar a pouca reflexão teórica e os reduzidos trabalhos empíricos realizados pela comunidade arquivística.

Terry Cook (1998, p.130) constatou que:

Em boa parte da Europa e em muitas de suas antigas colônias, os arquivos nacionais, via de regra, não recolhem papéis pessoais de indivíduos particulares (exceto de políticos e burocratas) em bases iguais às dos documentos oficiais do governo nacional. Esse padrão se repete nos níveis dos governos e arquivos estaduais, provinciais, regionais e locais ou municipais. Quanto ao destino dos arquivos pessoais ou dos manuscritos privados, na maioria dos países são adquiridos pela biblioteca nacional, pelas bibliotecas regionais, ou pelas principais universidades e até mesmo por museus e por institutos de pesquisa ou documentação temáticos ou especializados.

Porque o conceito de “privado” remete para outro, o da “propriedade privada” “que em princípio faculta ao titular a possibilidade de dispor livremente dos seus bens” e, por isso, “o titular de um arquivo privado pode opor-se ao seu estudo e investigação pelos interessados e dispor a seu belo prazer dos bens e direitos que integram o seu património”. (GARCIA, 1998, p.176).

Este trabalho retoma, de certa forma, a pergunta feita há quase 20 anos por Terry Cook sobre se “os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais, que foram desenvolvidos para os documentos de instituições, são também relevantes para os arquivos de indivíduos, famílias e grupos?” (COOK, 1998, p.129). Assim, parte-se de uma reflexão sobre as concepções teóricas e metodológicas relativas à classificação de arquivos pessoais, apresentadas e seguidas em Portugal essencialmente, e propor a sua aplicação ao objeto de estudo o arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior. A classificação deste arquivo visa a organização, a representação e a recuperação da informação desta insigne figura do Liberalismo português.

## **Pressupostos teóricos e metodológicos aplicados aos arquivos pessoais**

Os autores que têm versado sobre os arquivos pessoais e de família em Portugal são unânimes em considerar que é um tema pouco explorado e que é reduzido o número de trabalhos teóricos sobre esta matéria. De facto, não são muitos os trabalhos teóricos sobre arquivos pessoais e de família, havendo, no entanto, um crescendo de dissertações de mestrado, nos últimos anos, e alguma bibliografia que apresenta casos de estudo e apresentação de trabalhos realizados sobre arquivos pessoais

ou familiares<sup>40</sup>. A abertura da área de Arquivística Histórica no doutoramento em História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa em 2009, tem fomentado a investigação e o debate em torno da preservação, organização e difusão cultural dos arquivos de família. (ROSA, 2013, p.323).

E parece que, dentro do grupo de arquivos pessoais e familiares, estes têm tido uma maior atenção por parte da comunidade arquivística (cf., por ex., ROSA, 2012) assim como nas comunicações apresentadas nas quatro edições do Congresso Internacional da Casa Nobre, organizado pela Câmara Municipal de Arcos de Valdevez (2005, 2008, 2011, 2014), que, entre outras secções temáticas, tem incluído sempre uma secção sobre “Arquivos e Documentação Familiares”.

Para Armando Malheiro da Silva arquivo pessoal é o que resulta da “documentação produzida e coligida por uma única pessoa ou ser humano”, no entanto, “Ninguém nasce de geração espontânea e, portanto, as pessoas trazem sempre consigo, em tese, vínculos familiares, mas este facto não impede que haja órfãos, solteiros que percorrem a sua vida produzindo/acumulando S.I. estritamente pessoais”. (SILVA, 2004, p.77).

Exclusivamente sobre arquivos pessoais, numa pesquisa feita on-line nos repositórios das universidades de Lisboa, Nova de Lisboa, Coimbra, Porto e Évora, utilizando o termo “arquivos pessoais”, foram localizadas as dissertações de mestrado de Santos (2016), Silva (2016), Serafim (2013), Ferreira (2012) Simões (2011) e Graça (2011). Contributo recente e importante é o *Guia dos arquivos privados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: ingressos de 1947 a 2014* onde se lista a existência de 28 arquivos pessoais. (FILIPE, 2015)<sup>41</sup>.

---

40 Veja-se, por exemplo, o trabalho de Maria de Lurdes Rosa que compila a principal bibliografia portuguesa sobre o assunto (ROSA, 2009).

41 Este guia vem adicionar informação sobre a existência de arquivos familiares e

Constata-se que a posição face aos arquivos pessoais e de família em Portugal se divide em duas linhas de reflexão: uma mais tradicional que encara, muitas vezes, os arquivos familiares como coleções ou espólios, e outra que pretende integrar este grupo de arquivos como objeto da Ciência da Informação, entendendo-os como um sistema de informação, procurando aplicar a teoria sistêmica ao seu tratamento. Muito embora estas duas perspectivas se afastem em alguns pontos, ambas defendem a necessidade de legislação adequada relativa aos arquivos pessoais e de família, ambas procuram na genealogia e nos estudos biográficos uma base de apoio para o entendimento da organicidade inerente a este tipo de informação e para a compreensão das relações familiares e do contexto de produção e acumulação da documentação, por último, ambas reconhecem a complexidade existente neste grupo de arquivos.

Pedro Abreu Peixoto e Armando Malheiro da Silva são os autores que mais têm contribuído para o desenvolvimento de bases teóricas que auxiliem os arquivistas ou cientistas da informação, no tratamento dos arquivos pessoais e de família.

O primeiro tem chamado a atenção para o valor dos arquivos de família, nomeadamente no seu artigo “Aspectos essenciais para o Desenvolvimento de uma Política de Arquivos Privados. Os Arquivos de Família”. (PEIXOTO, 1994). Distingue arquivos pessoais de espólios, entendendo-os como algo distinto. Apesar de muitas vezes ser considerado como um arquivo privado, o autor realça que há épocas em que tal distinção não é tão clara assim, e que não raras vezes se encontram elementos públicos em documentos privados. Defende que o arquivo de família deve ser visto como um produto de agentes privados mas que podem conter documentos de índole pública. Destaca ainda a importância

---

pessoais, complementando outros recenseamentos deste grupo de arquivos em serviços públicos (ROSA, 2009, p.29-30).

de arquivos pessoais e de família para estudos de história local e defende uma maior disponibilização dos arquivos através de inventários, guias de arquivo, microfilmagem, etc. Contudo, discorda da “obrigatoriedade” de recenseamento dos arquivos particulares, defendendo, pelo contrário, um caminho de promoção cultural e científica dos mesmos. Refere a necessidade de uma política de aquisições, doações e depósitos, juntamente com elaboração de legislação adequada, de forma a gerar um clima de confiança entre proprietários de arquivos e os serviços de arquivo. Paralelamente, elaborou um texto normativo adaptando a aplicação das Normas ISAD(G) à descrição arquivística dos arquivos de família.

Noutro artigo da sua autoria (PEIXOTO, 2002), Abreu Peixoto critica a pressa na adoção da perspectiva da Ciência da Informação dedicada aos arquivos. Defende a necessidade de uma política nacional relativa aos arquivos privados e de família, para o que é necessário definir o que se entende por “Arquivo de Família”. O autor questiona a própria noção de arquivo aplicada a este grupo de arquivos, perguntando se, se com maior propriedade, não se deveria falar em coleção, devido à heterogeneidade muitas vezes encontrada. Abreu Peixoto critica o contributo dado por Armando Malheiro da Silva, entendendo que este autor faz apenas uma “engenharia de nomenclaturas”, afirmando que a teoria que desenvolve na organização dos arquivos não é mais do que aquilo que já vem proposto nas normas internacionais. No entanto, reconhece-lhe o mérito de trazer a discussão sobre a prática arquivística para o seio do mundo universitário. Aponta a dificuldade em concretizar a realização de um recenseamento dos arquivos de família, embora seja fundamental saber o que existe, onde e quem detém arquivos familiares em Portugal. Dá como exemplo o caso francês, defendendo a criação de um modelo semelhante no Instituto Nacional de Arquivos / Torre do Tombo, ou seja, a existência de um serviço dedicado aos arquivos privados. Tal como no anterior artigo, volta a defender uma política

nacional para os arquivos de família, dando ênfase ao papel que o Estado deve assumir na aquisição deste grupo de arquivos, quer através da compra como da doação, doação ou regime de depósito. Paralelamente, entende que deve ser prestado todo o apoio técnico aos detentores de arquivos privados e familiares. Defende a necessidade de uma legislação específica dedicada a esta matéria e a criação de um centro de documentação de arquivos de família.

No artigo “Os Arquivos de Família”, Abreu Peixoto fala da criação de um manual elaborado pelo Instituto Português de Arquivos com vista o auxílio na organização e descrição dos arquivos de família. Defende a colaboração entre particulares e instituições públicas, por um lado com a disponibilização do tratamento da documentação e elaboração de instrumentos de pesquisa e, por outro lado, com o depósito do arquivo familiar numa instituição onde poderá encontrar melhores condições de conservação, ter tratamento por profissionais especializados e onde serão elaborados instrumentos de pesquisa que darão a conhecer melhor a documentação quer à família quer à sociedade. Receia que a manutenção do arquivo no seio familiar contribua para a sua dispersão e destruição, principalmente aquando das heranças. A “entrega” do arquivo familiar a uma instituição credenciada, como refere, permitiria a preservação e salvaguarda da memória dos antepassados (PEIXOTO, 1991).

Já Armando Malheiro da Silva considera que os arquivos familiares e pessoais são um sistema de informação organizado ou operatório uma vez que se desenvolvem em torno de uma entidade dotada de organicidade: a família. O autor defende a utilização de um Quadro Orgânico-Funcional que permite uma aproximação mais real ao contexto de produção da informação, que pretende igualmente que seja o mais interativo e dinâmico possível, ao mesmo tempo que postula a criação de instrumentos de pesquisa o mais precisos, pormenorizados e incisivos possível, nomeadamente a elaboração de índices e catálogos. Concorda

com Abreu Peixoto na defesa pela necessidade de enquadramento legal relativamente à incorporação de acervos familiares e pessoais para que não existam perdas, dispersão ou o seu total desaparecimento. Defende a contextualização e disponibilização mais rigorosa da informação acumulada e incorporada (daí a vantagem na produção de catálogos). Defende a análise do particular ao geral, que permite subir de escala, uma vez que se aprofunda a natureza da informação gerada e recebida, o que permite fazer a comparação dos resultados, confirmando ou não a hipótese de partida. Critica ferozmente “a prática arquivística baseada na coisificação e na patrimonialização dos documentos” pelo simplismo e ausência de carácter e espírito científico que promovem. Critica também a atribuição de valores ao documento de arquivo, aspeto defendido por Abreu Peixoto que faz a subdivisão da documentação segundo o seu valor patrimonial, documentação comprovativa de prerrogativas sociais e documentação pessoal.

Armando Malheiro da Silva baseia os seus estudos no método quadripolar, através da operacionalização do polo epistemológico (onde se constrói o objeto científico e de delimita a problemática de investigação), do polo teórico (onde se formula a hipótese inicial), do polo morfológico (onde se aplicam as hipótese e teorias) e do polo técnico (onde se faz a análise e avaliação dos resultados).

## **A classificação da informação em arquivos pessoais**

A aplicação dos pressupostos teóricos e metodológicos atrás enunciados vai refletir-se, necessariamente, na classificação dos arquivos pessoais ou sistemas de informação pessoal “(ativo e/ou permanente)”, que existe “quando estamos perante documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa ou ser humano”. (SILVA, 2004, p.77). Para Ana Maria Almeida Camargo, “o mais correto seria dizer arquivos de pessoas (desta

ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.)” (CAMARGO, 2009, p.28).

A classificação pode seguir critérios orgânicos, funcionais ou temáticos, ou conjugar duas das características anteriores. Segundo Fernanda Ribeiro, nos arquivos históricos privilegia-se a elaboração de quadros de classificação orgânico-funcionais “que tem em vista espelhar a estrutura e a atividade do organismo que produziu a informação, o que não deixa de ser uma vertente importantíssima da aplicação da classificação”. (RIBEIRO, 2013, p. 531-532) com o objetivo de organizar intelectualmente a informação. No entanto, para a mesma autora, a classificação serve, hoje, muito mais para “representar e recuperar informação”. (RIBEIRO, 2013, p. 537).

Trabalhos sobre classificação da informação de arquivos pessoais em Portugal localizaram-se as dissertações de mestrado de Santos (2016), Silva (2016), Serafim (2013), Ferreira (2012).

Santos segue a classificação funcional do Arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer, elaborado em 2014 por Soares, com as seguintes secções: “Atividades empresariais”, “Atividades intelectuais”, “Atividades na função pública” e “Atividades pessoais” (SANTOS, 2016, p.51-53).

No trabalho sobre o arquivo do professor doutor Manuel dos Reis (1919-1986), as opções ao nível da (não) classificação foram justificadas desta forma:

Convém assinalar que o arquivo que aqui se descreve refere-se somente a uma parte daquilo que seria o todo da produção de informação de Manuel dos Reis, ou seja, conhecemos hoje apenas a documentação que reflete o seu trabalho enquanto matemático, estando ausentes deste fundo documental

qualquer informação/documentação de carácter pessoal, familiar ou privado, desconhecendo-se o seu paradeiro e a sua existência. (SILVA, 2016, p.136).

E:

Não se encontrando documentação produzida e/ou recebida no âmbito da sua vida pessoal e académica enquanto aluno, achou-se não ser necessário realizar um quadro de classificação; optou-se por ordenar alfabeticamente as 11 séries documentais, com uma ordenação cronológica interna ou, na ausência de datas, pela ordenação numérica atribuída originalmente a cada um dos maços de documentos. (SILVA, 2016, p.137).

O facto de se tratar de um arquivo parcelar, compreendendo tão só a atividade profissional do produtor de informação (uma secção), justificou a ausência de estudo de contexto orgânico-funcional e a criação de secções arquivísticas.

Catarina Serafim tratou o arquivo pessoal de Alfredo Keil e, para a concretização do quadro de classificação, analisou “todas as tipologias documentais associadas às várias actividades” do artista (SERAFIM, 2013, p.13). Elaborou um quadro de classificação orgânico-funcional onde aplicou o modelo sistémico e interativo proposto por Silva *et al.* (1999), Silva e Ribeiro (2002) e Silva (1997, 2004), onde cada secção corresponde a uma fase da vida e cada subsecção identifica as atividades e funções de Alfred Keil (SERAFIM, 2013, p.37-45).

Almerinda Graça teve como objeto de estudo o arquivo de Luísa Ducla Soares e propõe um quadro de classificação funcional com a divisão “para as funções fim, em doze categorias principais e, para as funções meio em seis categorias”. (GRAÇA, 2011, p.44). A autora esclarece que o: “plano de classificação pretende ser um espelho das necessidades evidenciadas pela

escritora que, embrenhada na sua produção literária diária, não tem como preocupação primeira cuidar do seu arquivo”. (GRAÇA, 2011, p.45).

Ana Simões classificou o arquivo privado de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu em três secções: “Actividade Pública”, “Actividade Privada” e “Documentação Complementar” afirmando que o quadro de classificação elaborado procura “reflectir um esquema coerente de organização intelectual do fundo”. (SIMÕES, 2011, p.50). Igual procedimento usou Marleny Ferreira que classificou o arquivo pessoal de Antão Santos da Cunha em duas secções principais: “Actividade Pessoal” e “Actividade Pública” (FERREIRA, 2012, p.39) cuja informação se encontra fisicamente dispersa nos arquivos: Distrital de Castelo Branco, Distrital do Porto, Museu da Polícia Judiciária do Porto, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Administração de Portos do Douro e Leixões, e Museu da Associação Académica de Coimbra, instituições onde exerceu diferentes cargos político-administrativos. (FERREIRA, 2012, p.32). A autora refere que o trabalho incidiu sobre a “parcela da documentação do fundo de Antão Santos da Cunha, essencialmente aquela que está na posse do Arquivo Distrital de Castelo Branco”. (FERREIRA, 2012, p.1).

Verifica-se que há uma pluralidade de opções de classificação nos arquivos pessoais, mas reconhece-se que a não adoção de uma classificação orgânico-funcional do arquivo “distorce a própria realidade arquivística, pois perde-se a compreensão do contexto em que as unidades arquivísticas descritas foram produzidas e organizadas”. (RIBEIRO, 2013, p.533). Enquanto mediador da informação, “Cabe ao arquivista, portanto, assegurar a manutenção do vínculo de estreita correspondência entre documentos e atividades do organismo produtor, de modo a reforçar e tornar estável o efeito probatório que decorre dessa relação *sui generis*”. (CAMARGO, 2009, p.34).

Conforme realçam os autores acima citados, a classificação aplicada aos arquivos não pode estar dissociada do contexto de

produção e esta premissa é válida no que aos arquivos pessoais diz respeito. A importância do estudo orgânico-funcional, que num arquivo pessoal e familiar se consubstancia na análise biográfica e genealógica, é um processo semelhante ao realizado para outras tipologias de arquivos.

## **O arquivo do Visconde de Vila Maior: opções metodológicas**

Neste ponto dá-se enfoque ao trabalho empírico, que se configura como um estudo de caso: o arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior, explicam-se as opções teóricas e metodológicas adotadas e faz-se uma análise à coexistência do público e do privado, do particular e do íntimo num arquivo pessoal.

### *O caso de estudo*

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel conta já com vasta bibliografia sobre a sua vida e obra<sup>42</sup>. “Homem de ciência, cultura e ação”, como é tantas vezes apelidado, nasceu a 4 de outubro de 1809 em Torre de Moncorvo. Era filho de Luís Cláudio de Oliveira Pimentel, 1º Visconde de Vila Maior e sargento-mor da referida vila, e de D. Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel. De destacar que era neto de João Carlos de Oliveira Pimentel, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor de Moncorvo, administrador-geral

---

42 Vejam-se, entre outros, os 7 artigos publicados no número 3 da revista CEPIHS (Centro de Estudos e Promoção da Investigação História e Social de Trás-os-Montes e Alto Douro), volume dedicado à personalidade de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, e que conta com um texto introdutório intitulado “Visconde de Vila Maior: figura histórica de elevado *capital simbólico-social* na política e na ciência. Perfil bio-biográfico” (p. 11-17) e uma galeria de imagens, com algumas fotografias de família (p. 123-124).

dos tabacos e sabões nessa vila e donatário das barcas do Douro. Tal como os membros da família, era um liberal que “representa de forma clara a nova era do Liberalismo, pois conjugou a sua carreira de professor e de cientista com a atividade política e administrativa, com uma participação na vida económica, com um forte envolvimento cívico e associativo”. (MOTA, 2012, p.248).

Casou com Sofia de Roure Auffdiener com quem teve dois filhos: Júlia e Emílio. Coursou Matemática na Universidade de Coimbra tendo obtido o grau de bacharel a 16 de junho de 1837. Notabilizou-se na área da Química, quer como professor na Escola Politécnica de Lisboa, quer como cientista, tendo alcançado do governo português uma bolsa, entre 1844 e 1846, para estudar química em Paris, onde trabalhou no laboratório de Peligot.

Desempenhou diversos cargos públicos: foi vereador (1852-1853) e presidente (1858-1859) da Câmara Municipal de Lisboa, deputado às Cortes por Lisboa em mais de uma legislatura e, depois de lhe ter sido conferido o título de 2º Visconde Vila Maior em 1861, par do reino e presidente interino da Câmara dos Pares.

Participou em várias exposições universais do século XIX. A primeira vez em 1855, onde integrou a comissão central para a exposição de Paris, presidida pelo Marquês de Ficalho, tendo sido também nomeado membro da comissão de estudo para da mesma exposição. A segunda, sete anos depois, como comissário português na Exposição Universal de Londres em 1862. Em 1867 e 1878, nesta com 69 anos, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel foi nomeado comissário régio nas Exposições Universais de Paris.

Teve ampla atividade associada à viticultura, à ampelografia e à enologia, entre outros aspetos da problemática agrícola. De facto, destacou-se também pela sua produção científica e teórica sobre a região do Douro, onde foi proprietário. É do seu punho, por exemplo, a obra “O Douro ilustrado: album do Rio Douro e paiz vinhateiro: introdução e memoria descriptiva” de 1876.

Teve o mais longo reitorado na Universidade de Coimbra (1869-1884), no período da monarquia constitucional, e foi o 1º reitor escolhido fora das Faculdades de Teologia, Cânones, Leis ou Direito. Na verdade, depois de obter grau de bacharel em Matemática na Universidade de Coimbra, a sua carreira académica desenvolveu-se em Lisboa, como professor de Química na Escola Politécnica. Em 1878 escreveu “Exposição sucinta da organização atual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve noticia histórica d’este estabelecimento”, editada pela Imprensa da Universidade. Ao longo do seu reitorado foi incumbido da reforma da instrução superior.

Faleceu no dia 20 de outubro de 1884 em Coimbra, no Colégio de S. Pedro, residência oficial dos reitores e da família real em visita à Universidade.

Por razões ainda não apuradas, encontra-se salvaguardado no Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, o arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior, e parte do arquivo da família Oliveira Pimentel. Entendeu a Sociedade Broteriana<sup>43</sup> que o tratamento e disponibilização do arquivo pessoal e familiar do Visconde de Vila Maior constituiria contributo relevante para o conhecimento da ciência na sociedade oitocentista e bem assim desta figura insigne do Liberalismo.

A aprovação do projeto *“O Arquivo Pessoal e Familiar do Visconde de Vila Maior – preservar memória, divulgar o passado”* pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do “Concurso de Recuperação, Tratamento e Organização de acervos documentais”, em junho de 2015, foi determinante para a sua execução. Com os objetivos de restaurar e preservar, organizar e descrever,

---

43 A Sociedade Broteriana foi fundada por Júlio Augusto Henriques em 1880. Foi a primeira sociedade científica de botânica em Portugal.

digitalizar e divulgar toda a documentação, o projeto decorreu entre 6 de outubro de 2015 e 30 de novembro de 2016.

Ocupando cerca de 1,5 metros lineares de estantes, com centenas de documentos e 5 livros, em papel e pergaminho, originais manuscritos e documentos impressos, situado cronologicamente entre 1830 e 1884, o arquivo pessoal do Visconde de Vila Maior compõe-se de um vasto conjunto de informação resultante da multiplicidade de funções e cargos que desempenhou, acima brevemente referidos<sup>44</sup>.

Constata-se que toda a sua atividade está registada no seu arquivo, que é viva memória do seu percurso.

### **Escolhas metodológicas**

Entendida como uma disciplina aplicada da Ciência da Informação, a Arquivística estuda um “fenómeno humano e social identificável pelo conceito de informação com um conjunto específico de propriedades passíveis de serem confirmadas, refutadas ou acrescentadas unicamente através da pesquisa científica, sistémica e revisível, mediante um método apropriado”. (SILVA, 2004, p.58). Partindo desta aceção, e aceitando-a, é nosso objetivo analisar os pressupostos da visão sistémica aplicada aos arquivos e, no caso concreto, aplicando-os a um arquivo pessoal.

A Teoria Geral dos Sistemas, a partir da qual se desenvolve a visão sistémica, preconiza que os objetos fazem parte de um sistema dinâmico. Um *sistema de informação* pode, então, ser entendido como um conjunto ordenado de diversos elementos, que se inter-relacionam entre si e com o meio que os rodeia, onde todos são necessários para formar uma estrutura.

---

44 A descrição arquivística encontra-se acessível em: <<http://pesquisa.auc.uc.pt/results?t=Visconde%20de%20Vila%20Maior>>

São palavras-chave, no entendimento do que é um Sistema, a dinâmica e a função integradora, a organicidade e as funções e atividades da entidade produtora (individual ou coletiva, pública ou privada), pois são características que distinguem e definem um sistema da informação de arquivo.

Partindo da definição de arquivo como um *sistema (semi-fechado) de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores* (Silva *et al.* 1998, 214), analisaremos o arquivo do Visconde de Vila Maior entendendo-o como um *sistema de informação*.

A NP 4041 define um quadro de classificação como um “esquema de organização de um acervo documental ou de um arquivo intermédio ou definitivo, observando os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição arquivística e/u instalação.” No objeto de estudo em causa não foi possível determinar a ordem original devido a um arranjo à posteriori feito por uma historiadora.

O estudo biográfico realizado inscreve-se no pressuposto que, para a Arquivística, a “correlação entre a atividade e o documento que a viabiliza (e que, por isso, lhe serve de prova) é crucial e constitui o núcleo básico dos procedimentos que conferem à área carácter científico, distinguindo-a, inclusive, de outras disciplinas com as quais tem sido frequentemente associada” (CAMARGO, 2009, p.31).

Armando Malheiro Silva (1997) pugna pela cientificidade da classificação em arquivos pessoais e familiares assente num modelo teórico-prático que procura uma fiel reconstrução do “contexto orgânico funcional originário”. Este pressuposto significa uma rejeição total por qualquer aplicação de quadros de classificação apriorísticos e uma valorização dos

estudos genealógicos e biográficos, sublinhando “a importância de construir quadros de classificação que, mais do que facilitar a recuperação de informação, ilustrem a complexidade dos processos de constituição dos arquivos e a relação estabelecida entre os documentos e as suas entidades produtoras de forma a evitar imprimir na inteligibilidade dos acervos lógicas factícias”. (NÓVOA, 2013, p.363).

Na mesma linha, para Silva *et al.* “subordinar ao geral os casos particulares” representa um “obstáculo à construção da cientificidade arquivística, porque desprezam o conhecer, o indagar, o interpretar”. (SILVA *et al.* 2002, p.223); e Camargo afirma que “Se a utilização de rótulos universais para a caracterização desses arquivos prepara perigosas armadilhas para os profissionais que deles se servem – colocando num mesmo plano espécies, formas, gêneros, assuntos e formatos –, tem ainda mais dois efeitos perversos: compromete sua organicidade e sinaliza a renúncia ao caráter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona.” (CAMARGO, 2009, p.31).

Para a realização deste trabalho adaptou-se o postulado por Armando Malheiro da Silva que sugere a utilização de secções associadas a fases psicossomáticas de desenvolvimento humano, subdivididas depois “em rubricas naturais” com base em cada atividade dos indivíduos (SILVA, 1997, p.100-105). Para o autor citado, os diferentes momentos da vida são: a infância, a adolescência, a juventude e adultez ou velhice (SILVA, 2004, p.78). Na ausência de documentação/informação produzida ou recebida enquanto criança ou jovem, e tendo em conta que o Visconde de Vila Maior morreu no exercício de funções, aos 75 anos, que entraria na categoria “velhice”, não foram criadas as secções por fases psicossomáticas (Infância, Adultez e Velhice). Desta forma, foram criadas 16 secções, incluem 58 séries num total de 732 documentos (ver Quadro Classificação abaixo).

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel desempenhou uma multiplicidade de funções ao longo da sua vida. Por este motivo, reconhece-se que a classificação do seu arquivo, aqui entendida “como instrumento de organização, representação e recuperação da informação”. (RIBEIRO, 2013, p.531), obedece ao critério orgânico-funcional por ser aquele que promove uma aproximação mais real ao contexto de produção da informação. Para esta concretização foi fundamental o estudo biográfico do autor o que facilitou a compreensão dos fluxos informacionais.

A opção por um quadro de classificação orgânico-funcional significa que a cada secção ficam agregados os documentos e a informação produzidos e recebidos no âmbito das funções desempenhados, pois “os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos”. (CAMARGO, 2009, p.36).

Procurou-se fazer corresponder a cada secção informação produzida no âmbito de determinada função. Verifica-se que, públicos ou privados, “os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal.” (COOK, 1998, p.131),

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVO VISCONDE DE VILA MAIOR
Secção A – Pessoal
Secção B – Estudante UC (1826-10-14 a 1835-06-17)
Secção C – Proprietário
Secção D – Militar
Secção E – Professor Química na Escola Industrial de Lisboa (1837-1850)
Secção F – Deputado às Cortes por Lisboa /Parlamentar (1851-1856)
Secção G – Vereador da CM de Lisboa (1852-1853)
Secção H – Membro da comissão central para a exposição de Paris de 1855 (presidida pelo Marquês de Ficalho) e Membro da comissão de estudo para a Exposição de Paris de 1855
Secção I – Diretor do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa (1857-1869)

Secção J – Presidente da CM Lisboa (1858-1859)
Secção K – 2º Visconde de Vila Maior (1861)
Secção L – Comissário régio à exposição de Londres (1862)
Secção M – Par do Reino (1863-1883) (Presidente interino da Câmara dos Pares em 1878)
Secção N – Comissário régio à exposição de Paris (1867)
Secção O – Reitor da Universidade de Coimbra (1869-1884)
Secção P – Comissário geral da Exposição Universal de Paris (1878)

## **Do público e do privado no arquivo do Visconde de Vila Maior**

Nesta problemática da classificação dos arquivos pessoais e familiares, temos que ter em presente que a sua categorização assenta na dicotomia entre os conceitos de público e privado, entre “o público e o pessoal, o oficial e o individual”. (COOK, 1998, p.130).

Como referido no início deste trabalho, não existe uma política de aquisição e/ou incorporação de arquivos pessoais e familiares. E quando isso acontece “Só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofia ou da literatura.” (CAMARGO, 2009, p.29). No caso brasileiro, por exemplo, “A importância dos arquivos pessoais como fonte de informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do país foi reconhecida por lei. Alguns arquivos pessoais podem ser classificados como “de interesse público e social” no Brasil quando, então, a lei determina que sejam preservados e colocados à disposição dos pesquisadores.” (SILVA; TRANCOSO, 2015, p.851).

A informação existente em arquivos privados, pessoais ou familiares, é também reveladora, em inúmeras circunstâncias, das atividades profissionais e públicas daqueles que os produzem. De facto, os arquivos pessoais, pertencem, não raras vezes, “a algumas personalidades que tiveram uma notável importância social, política, diplomática ou cultural e, em tais casos, geralmente, os respectivos arquivos pessoais confundem-se (ou fundem-se mesmo) com os resultantes do desempenho dos cargos oficiais que lhes estavam adstritos” (RIBEIRO, 1998, p.357). A análise da documentação/informação atrás expressa revela que a informação salvaguardada por Júlio Máximo de Oliveira Pimentel espelha as relações estabelecidas com os seus contemporâneos, nos diferentes cargos que desempenhou.

De facto, os produtores de arquivos pessoais não estão dissociados das funções sociais, políticas, profissionais, académicas que desempenharam ao longo da vida. Os arquivos pessoais referem-se a indivíduos que foram artistas, escritores, cientistas, políticos, diplomatas, ativistas, religiosos, comerciantes, entre outros, e essa dimensão estará, necessariamente, espelhada na produção de informação. Não se pense que um arquivo pessoal inclui apenas e tão só informação de cariz familiar, privado e intimista. Nos arquivos privados, pessoais e familiares, “existiram desde sempre documentos de natureza pública que derivaram de funções, de cargos ou de ofícios públicos”. (GARCIA, 1998, p.177-178). De facto,

Uma das características dos arquivos pessoais de cientistas e pesquisadores em geral é que normalmente apresentam muito mais documentos produzidos por sua atividade científica, ou seja, fruto de seu trabalho, que os produzidos pelas atividades relacionadas à sua vida privada doméstica, em família, ou entre amigos. Também são poucos os que fornecem registros sobre atividades ligadas ao lazer, como esportes, artes etc., ou sobre

sua crença religiosa. (SILVA; TRANCOSO, 2015, p. 851).

Veja-se, por exemplo, o arquivo do professor doutor Manuel dos Reis (SILVA, 2016) ou a correspondência recebida de Augusto Goltz de Carvalho, botânico não acadêmico, que conta, no seu arquivo pessoal, com centenas de cartas, onde se destacam aquelas enviadas por botânicos e zoólogos da Universidade de Coimbra e que são reveladoras do contributo de Goltz de Carvalho para o aumento e diversidade quer das coleções das secções portuguesas do Herbário da Universidade de Coimbra e de herbários estrangeiros, quer no enriquecimento das coleções do Museu de Zoologia da mesma universidade. A informação encontrava-se inédita até 2014, ano em que foi publicado o catálogo da correspondência recebida. (SILVA *et al.*, 2014).

O mesmo acontece com indivíduos e famílias dedicadas a atividades comerciais e mercantis onde se verificam “fuzzy boundaries between personal life and work life, and, more importantly, between personal archives and the archives of corporate bodies” (BARRETT, 2013, p.78). Por exemplo, “*the close relationship between family and business can also be expressed in individual documents*” tais como a correspondência. (BARRETT, 2013, p.79).

Esta afirmação realça outra dimensão do problema relativo aos arquivos pessoais: a valorização de uma ou outra tipologia informacional em detrimento de outras, pois para muitos “os itens mais significativos num arquivo pessoal são os diários íntimos, os livros de despesas domésticas e, sobretudo, a correspondência, na qual é possível encontrar modos de sentir e motivações.” (CAMARGO, 2009, p.30).

No arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, entre a volumosa correspondência, não se encontram (em maioria) cartas pessoais, familiares, íntimas ou amorosas, mas sim

trocas de mensagens sobre negócios - pessoais e de trabalho-, notícias sobre política, recados diplomáticos. De facto, a correspondência é, *grosso modo*, relacionada com as atividades profissionais e políticas do Visconde. Os assuntos englobam pedidos de análises químicas ao Lente da Escola Politécnica de Lisboa, questões sobre hipotecas e obras ao proprietário da Quinta do Rego da Barca, nomeações para comissões diversas e pedidos de redação de leis ao Par do Reino, solicitação de verbas para a Escola Ampelográfica no Jardim Botânico enquanto reitor da Universidade de Coimbra, por exemplo. E este é um “grande atractivo da documentação de índole pessoal e familiar... o da complementaridade da informação conservada na posse dos indivíduos e das famílias com a documentação conservada nos arquivos institucionais”. (RODRIGUES, 2015, p.16). Esta premissa é tão mais verdadeira no caso de *“individuals and families who create and organize their personal archives alongside those of their family business assemble heterogeneous bodies of records, which defy the rigid distinction between personal and corporate archives and therefore challenge a fundamental assumption about the nature the fonds.”* (BARRETT, 2013, p.77).

A classificação orgânico-funcional baseada na biografia do Visconde de Vila Maior demonstra a informação produzida no decurso das suas atividades pois “Também nos arquivos privados contemporâneos de personalidades que desenvolveram actividades de relevância na administração pública e na vida política e cultural se encontram documentos pertença do Estado, subtraídos da sua sede natural, para se incluírem nesses papéis pessoais. Nalguns casos esses arquivos pessoais integram, mesmo, séries em falta nos arquivos do Estado”. (GARCIA, 1998, p.178). A informação pública, constante no arquivo do Visconde de Vila Maior, fica agora disponível e acessível, e vem completar e complementar informação existente em arquivos

públicos, particularmente do arquivo histórico da Assembleia da República Portuguesa e do arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, onde Júlio Máximo de Oliveira Pimentel foi deputado e vereador e presidente, respetivamente.

A questão da natureza jurídica dos arquivos dos titulares de cargos públicos é questão complexa que carece de debate alargado entre vários especialistas e de mecanismos legais de regulamentação<sup>45</sup>.

## **Considerações finais**

A classificação dos arquivos pessoais e familiares, tal como a classificação em arquivos institucionais, deve assentar em princípios de cientificidade e metodologias que aproximem o contexto de produção à realidade informacional de cada indivíduo, família ou organismo. Para isso, reconhece-se a importância dos estudos biográficos e genealógicos, reveladores de uma realidade única, que não se coaduna com classificações apriorísticas.

Paralelamente, identifica-se a coexistência de informação pública e privada, geradas por pessoais singulares no âmbito das suas funções, e que complementam a informação existente em entidades institucionais.

Admite-se que é fundamental legislar e regular a incorporação de arquivos privados, pessoais e/ou familiares nos serviços públicos de arquivo e/ou de biblioteca.

---

45 Em Portugal, por exemplo, não existe legislação “que torne obrigatório o ingresso dos arquivos de políticos do século XX em instituições públicas, e os respectivos regimes de acesso são estipulados pelos proprietários e nalguns casos pelas instituições que os recebem. Alguns desses arquivos têm sido adquiridos pelo IAN/TT; pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra ou por uma instituição privada, a Fundação Mário Soares” (GARCIA, 1998, p.180).

A descrição e disponibilização e acesso a arquivos pessoais e familiares é, no nosso entender, da maior relevância para a compreensão do processo histórico e da memória coletiva comum.

## Referências

BARRETT, C. Respect Which Fonds? Personal Archives and Family Businesses in Nova Scotia. *Archivaria*, v.76 (Fall), p.75–92, 2013.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos* [Em linha]. v.11, n.21, p.201-207, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2063/1202>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CALVO, E. R.; ABREU, C. O iberismo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e a defesa da união aduaneira. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), v.3, p.51-76, 2013.

CAMARGO, A. M. A. Dossiê Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. p.27-39, 2009.

COOK, T. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. *Estudos Históricos*. v. 21, p.129-149, 1998.

CORREIA, A. C. R. H. **O arquivo do etnomusicólogo Virgílio Pereira**: organização e descrição. Dissertação de mestrado Ciências da Informação e da Documentação. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/20124>>. 2016.

FERNANDES, A. Júlio Máximo de Oliveira Pimentel: reitor da Universidade de Coimbra (1869-1884). **Revista CEPIHS** (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), v.3, p.19-40, 2013.

FERREIRA, M. F. S. **O Arquivo de Antão Santos da Cunha: o percurso, a Organização e a disponibilização de uma fracção da sua documentação pessoal**. Dissertação de mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/21679>>.2012.

FILIPE, C. I. F. **Guia dos arquivos privados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: ingressos de 1947 a 2014**. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/24493>>. 2015.

GARCIA, J. L. L. O Visconde de Vila Maior e algumas das mais relevantes exposições universais do século XIX. **Revista CEPIHS** (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), v.3, p.85-102, 2013.

GARCIA, M. M. A. M. M. Os Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, v.21, p.175-187, 1998.

GRAÇA, A. R. F. M. **O arquivo de Luísa Ducla Soares: uma construção de letras**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/7170>>. 2011.

LAGE, M. O. P. O Douro Ilustrado do Visconde de Vila Maior: homem de ciência, cultura e ação (século XIX). **Revista CEPIHS**

(Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), v.3, p.103-121, 2013.

LIMA, L. F. H. **Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos**: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/17163>>. 2015.

MOTA, G. A ação do Visconde de Vila Maior enquanto químico: notas breves. **Revista CEPIHS** (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), v.3, p.77-83, 2013.

MOTA, G. O Visconde de Vila Maior: alguns apontamentos sobre a sua vida e ação. **Separata da Biblos**, v. X (2ª série). Faculdade de Letras – Coimbra, p.245-292, 2012.

MOTA, G. Um bolsheiro em Paris em meados do século XIX: a preparação de um químico notável, o visconde de Vila Maior. In: LIVRO DE ACTAS DO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS. Coimbra, Universidade de Coimbra, p.260-278, 26-29 out. 2011. Disponível em: <[http://sequoia.bot.uc.pt/botanica/files/Mota\\_2011\\_Artigo\\_CLBHC.pdf](http://sequoia.bot.uc.pt/botanica/files/Mota_2011_Artigo_CLBHC.pdf)>.

MOURA, R. N. G. **José Luciano Sollari Allegro e o seu arquivo pessoal 13 anos ao serviço de Salazar**. Dissertação de mestrado em História e Arqueologia FLUP. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/88406>>. 2014.

PIMENTEL, J. M. O. **Memórias** – Visconde de Vila Maior. FERNANDES, A. Prefácio e transcrição. BASTOS, M. P. Q. Introdução. Coimbra: Palimage, 2014.

PEIXOTO, P. A. A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. **Páginas a&b**, v.4, p.55-70, 2000.

PEIXOTO, P. A. Os Arquivos de Família. **Cadernos BAD**. Lisboa: APBAD, 1, p. 33-44, 1991.

PEIXOTO, P. A. Aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma Política de Arquivos Privados – Os Arquivos de Família. **Cadernos BAD**. Lisboa: APBAD, 1, p. 43-48, 1994.

PEIXOTO, P. A. Perspectivas para o futuro do Arquivos de Família em Portugal. **Cadernos BAD**. Lisboa: APBAD, 1, p. 76-90, 2002 .

PEIXOTO, P. A. O Valor dos Arquivos de Família. **Cadernos BAD**. Lisboa: APBAD, 1, p. 41-51, 1995.

RIBEIRO, F. O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In: ATAS INFORMAÇÃO E/OU CONHECIMENTO: AS DUAS FACES DE JANO. I CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL XI CONGRESO ISKO ESPAÑA. 7 a 9 de novembro. **Anais...** 1998. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto CETAC. MEDIA, p.528-539. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69659/2/fernandaribeirousoclassificacao000212002.pdf>>.

RIBEIRO, F. **O acesso à informação nos arquivos** [Em linha]. Porto: Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento. 1998. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1661.PDF>>.

RODRIGUES, A. **Conde de Margarida**. Correspondência Política (1870-1918). Estudo introdutório, leitura e notas. Lisboa: Aletheia Editores, 2015.

ROSA, M. L. (Org.). **Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?** Coleção Estudos 3. IEM – Instituto de Estudos Medievais; CHAM – Centro de História de Além-Mar; Caminhos Romanos, 2012.

ROSA, M. L. Arquivos de Família - o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los. In: ACTAS 3.º CONGRESSO CASA NOBRE – Um património para o futuro. **Anais...** 2013. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, p.315-323, 2013.

ROSA, M. L. Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v.9, p.9-42, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/39576>>.

SAMBADE, C. Os Oliveira de Pimentel de Moncorvo: notas para um memorial. **Revista CEPIHS** (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), v.3, p.41-49, 2013.

SANTOS, D. **A conservação e a organização da informação nos arquivos:** proposta de intervenção no Arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/33275>>.

SERAFIM, C. **Os arquivos de músicos:** uma abordagem à luz do arquivo pessoal de Alfredo Keil [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado. 2013. Disponível em: <[http://run.unl.pt/bitstream/10362/13809/1/CatarinaSerafim\\_AlfredoKeil.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/13809/1/CatarinaSerafim_AlfredoKeil.pdf)>.

SILVA, A. M. D. Descrição arquivística e catálogo do arquivo do Professor Doutor Manuel dos Reis (1919-1986). [Em linha] **Boletim**

**do Arquivo da Universidade de Coimbra**, v.XXIX, p.133-268. 2016. Disponível em: <<http://impactum-journals.uc.pt/index.php/boletimauc/article/viewFile/2754/2292>>.

SILVA, A. M. D.; GOUVEIA, A. C., Gonçalves, M. T. Catálogo de correspondência recebida por Augusto Goltz de Carvalho (1878-1914): reunião intelectual de documentos fisicamente dispersos. [Em linha] **Boletim do Arquivo da Universidade**. v.27, 2014, p.77-258. Disponível em: <<http://iduc.uc.pt/index.php/boletimauc/article/view/1762>>.

SILVA, A. M. Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. **Revista da Faculdade de Letras Ciências E Técnicas do Património**, Porto, 1ª Série v.3, p.55-84, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>>.

SILVA, A. M.; Ribeiro, F. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4).

SILVA, A. M. “Arquivos de família e pessoais: bases teórico metodológicas para uma abordagem científica” [Em linha]. In: SEMINÁRIO SOBRE ARQUIVOS DE FAMÍLIA E PESSOAIS. **Anais...** 1997. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, p.51-106, 1997. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52233>>.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.; Ramos, J; REAL, M. L.. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2).

SILVA, L. C. R. R. D. **O Fundo Casa Eugénio de Almeida**: classificação e descrição da documentação de Vasco Maria Eugénio de Almeida. Relatório de Estágio em Ciências da Informação e da Documentação. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/19734>>.

SILVA, M. C. S. M.; TRANCOSO, M. C. D.. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set., p.849-861, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n3/0104-5970-hcsm-22-3-0849.pdf>>.

SIMÕES, A. L. G. **O arquivo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu**: análise, tratamento arquivístico e difusão da informação. Coimbra:

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Em linha]. Tese de mestrado. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/19027>>.

# **A importância do estudo orgânico-funcional na investigação arquivística: o caso da Administração da Universidade de Coimbra**

*Liliana Isabel Esteves Gomes  
Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso Marques*

## **Pressupostos teóricos e metodológicos**

Os arquivos surgiram fruto de um processo natural, tendo os registos escritos dominado a materialização da memória individual e coletiva, durante milénios. As origens dos arquivos parecem confundir-se com o nascimento da própria escrita, em resultado da necessidade de o Homem das antigas civilizações pré-clássicas do Médio Oriente registar e comunicar os seus atos, sentimentos e conhecimentos. “The earliest physical evidence of repositories of clay tablets in the Near East suggests that documents were created, collected, and stored to serve pragmatic purposes” (HEDSTROM; KING, 2004, p. [12]). Portanto, as descobertas arqueológicas permitiram identificar, em Nippur, Lagash, Nimrud, Elba, Mari, Ninive, Ugarit, etc., alguns dos mais

diversos vestígios, em diferentes suportes (tabuinhas/placas de argila, papiro, entre outros), das atividades do ser humano<sup>46</sup>.

A prática arquivística, mesmo mantendo o seu cariz empírico-pragmático, foi-se tornando cada vez mais complexa à medida que as sociedades evoluíram e as necessidades dos produtores e consumidores da informação assim o exigiram.

No século XVI<sup>47</sup> surgem os Arquivos de Estado<sup>48</sup> e, já na Época Contemporânea, após a Revolução Francesa (1789) os Arquivos da Nação<sup>49</sup>.

Sobre a constituição da Arquivística como disciplina científica regista-se uma relação inicial próxima da Paleografia e da Diplomática. Paul Otlet, na sua obra “*Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*”, refere: “*La ciencia de los archivos, creada por Mabillon<sup>50</sup> con el nombre de diplomática no ha dejado desarrollarse*”. (OTLET, 1996, p. 348).

As principais linhas de força que prepararam a viragem essencial nesta disciplina recente<sup>51</sup> emergiram na sequência da

---

46 “The origins of libraries and archives are intertwined with the emergence of writing, the development of commerce and accounting, the establishment of the rule of law, and the genesis of scholarly discourse. [...] Records commonly found in ancient archives include the laws of the land, evidence of administrative transactions, financial and accounting records, and documents that enforced ownership and control over property and people, reflecting constants in records creation regardless of the nature of governmental, religious, and economic institutions” (HEDSTROM; KING, 2004, p. [12]).

47 De que é exemplo a criação do *Archivo de Simancas* em 1540, em Espanha.

48 Esta noção já existia na Antiguidade Clássica; o conceito de Estado e a sua organização foram naturalmente sofrendo modificações ao longo dos séculos.

49 De que é exemplo a criação dos *Archives Nationales* de França, com a Lei de 7 Messidor. O arquivo central do Estado passa a ser entendido como o Arquivo da Nação.

50 Referência à obra “*De re Diplomatica*” (1681), de Jean Mabillon, monge beneditino, erudito e historiador francês, considerado o fundador da Paleografia e da Diplomática (disciplinas auxiliares da História).

51 Sobre o período que medeia entre o século XVI e meados do século XIX pode

Revolução Francesa. A uma Arquivística de pendor auxiliar do trabalho historiográfico, no seio da História metódico-erudita e positivista, sucedeu uma disciplina técnica (voltada para a resolução de problemas teórico-práticos dos arquivos administrativos e definitivos), em finais do século XIX, mais precisamente em 1898, após a publicação de um manual técnico de arquivistas holandeses. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898).

A Arquivística vai ser definida por Theodore R. Schellenberg (1958) como a ciência “que trata de los archivos, de su conservación, administración, clasificación, ordenación, interpretación, etc.; [assim como] de las colecciones de documentos que en los archivos se conservan como fuente para su conocimiento ulterior y servicio público”. Uma definição mais atualizada é apresentada por Fuster Ruiz (1999, p.117):

Archivística es la ciencia que se ocupa de los archivos en sus aspectos teóricos y prácticos, estableciendo principios inalterables y estudiando técnicas adecuadas de gestión de documentos, administración y tratamiento técnico de archivos, así como la función jurídica, administrativa y científica de los mismos, desde un punto de vista archivístico o de ciencias y técnicas diversas, y su relación con las entidades productoras de los conjuntos orgánicos de documentos, a fin de manejar y hacer accesible la información de los fondos documentales.

Nestas definições, adota-se, de forma natural, a conceção da Arquivística como ciência, aceção que toma forma no século XIX e que teve como importante ponto de partida a

---

consultar-se Bautier (1968, p. 139-150).

obra dos holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin (1898) – “Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven”.

No entanto, a concepção arquivística tradicional e ainda hoje de certo modo dominante, herdeira da matriz francesa, que configura o paradigma histórico-tecnista, custodial, patrimonialista, caracteriza-se, em traços gerais, pelos seguintes aspetos<sup>52</sup>: Existência de arquivos históricos, concebidos para conservar e possibilitar o acesso à documentação, essencialmente de caráter patrimonial, enquanto fonte para a historiografia; Fundamentação teórica assente na noção oitocentista de fundo<sup>53</sup>, considerado como o objeto da disciplina, ou seja, como sinónimo de arquivo; Adoção de princípios baseados na evidência e no pragmatismo, como o “princípio do respeito pelos fundos” ou “princípio da proveniência” e o “princípio da ordem original”; Valorização da componente técnica e enfatização da normalização; Entendimento do documento como objeto material constitutivo do arquivo.

A partir dos alvares do século XX, a evolução histórica, político-administrativa, cultural, socioeconómica e tecnológica trouxe mudanças significativas que acentuaram a vertente técnica da Arquivística.

---

52 Para uma perspetiva mais desenvolvida das características do paradigma histórico-tecnista pode consultar-se Ribeiro (2002a, p. 98-101).

53 De modo a compreendermos a formalização do conceito através do termo “fundo”, ocorrida no século XIX, bem como a formulação do “princípio de respeito pelos fundos” de forma explícita, deve-se recuar até ao século XVII e aos contributos de Thomas Powell (1622) e Nicolò Giussani (1684). Adolf Brenneke considera que a formulação do “princípio de respeito pelos fundos”, em 1841, não foi histórica e orgânica, mas sim mecânica. Elio Lodolini refere que o princípio da proveniência foi pela 1.ª vez aplicado na Dinamarca, em 1791. Antonia Herredia Herrera afirma que, em Espanha, já se aplicava o “respeito pela origem e ordem natural” desde tempos anteriores ao século XIX (Silva et al., 1999). Michel Duchein e a moderna escola canadiana procuraram adaptar o conceito a novas realidades e dar-lhe novos contornos que lhe assegurassem a sobrevivência. Veja-se a este propósito os trabalhos de Duchein (1998, p. 87-100) e de Eastwood (1992).

O aparecimento de novos suportes, o crescimento exponencial da produção informacional e das consequentes massas documentais acumuladas, em particular a partir do período que medeia entre as duas guerras mundiais, intensificaram esta vertente, tendo surgido paralelamente aos arquivos históricos os arquivos correntes das administrações, onde os gestores, *records managers*, passam a desenvolver uma atividade profissional pragmática e eficaz na gestão dos documentos. No pós-guerra, afirmam-se dois conceitos - o de *record group* (estabelecido em 1941, no *National Archives* de Washington, como adaptação americana do princípio da proveniência que possibilitou uma flexibilidade na organização dos documentos produzidos por diferentes entidades) e o de *records management* (intervenção na gestão de documentos na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos que passam a desenvolver uma atividade profissional pragmática e eficaz na gestão dos documentos correntes). (PINKETT, 1981, p. 219-222).

Após a 2ª Guerra Mundial, a evolução social, económica e tecnológica (BELL, 1977) das últimas décadas transformou a sociedade industrial em *Sociedade de Informação* (CASTELLS, 2002-2003), com novos desafios e problemas ainda mais complexos para os profissionais dos arquivos. (SILVA *et al.*, 1999, p. 129-185).

Tal como afirma Ribeiro (2002b, p.13):

O paradigma histórico-tecnicista e custodial evidencia, sobretudo desde a década de oitenta do século XX, sintomas de nítida crise por efeito óbvio da génese e do desenvolvimento da Sociedade da Informação, que o sociólogo David Lyon considera ser algo mais do que *um pós-industrialismo reciclado* pelo impacte sócio-económico e cultural das novas tecnologias da informação (micro-electrónica e informática).

Essencialmente devido ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação ao longo do século XX, tal paradigma deu lugar a outro em torno da “noção operativa de informação” (SILVA, 2002, p. 573), com as seguintes características:

- a. a valorização da informação;
- b. o dinamismo informacional em oposição ao imobilismo documental;
- c. os modelos teórico/científicos em oposição a um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer (ARAÚJO, 2010, pp. 184-185).

A escola canadiana de Carol Couture e Jean-Yves Rousseau (1998), a perspectiva de Terry Cook (1992) face a novos critérios para a avaliação da informação, e as investigações conduzidas por Terry Eastwood, Luciana Duranti (1995) e Heather McNeil (1996), no sentido de validação e preservação do contexto de produção dos documentos eletrônicos, são exemplos ilustrativos da mudança que se verifica no quadro da *Sociedade de Informação, em Rede*. (CASTELLS, 2002-2003).

No confronto entre o paradigma documental, técnico e custodial clássico e o paradigma científico e pós-custodial<sup>54</sup> emergente, a Arquivística configura-se atualmente como disciplina aplicada ou ramo específico da CI “que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-) fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente”. (SILVA *et al.*, 1999, p. 214).

Como refere Fuster Ruiz (1999, p. 109): “*La palabra archivo generalmente tiene tres acepciones: como contenido documental, como institución y como continente o lugar de conservación.*”

---

54 Para uma caracterização aprofundada do paradigma científico-informacional ver Ribeiro (2001, p. 295-310).

De facto, a criação de um léxico específico, que se constitua como fiel tradutor dos conceitos e das práticas inerentes à própria Arquivística, não tem sido fácil de concretizar. Este assunto recebeu a atenção do Conselho Internacional de Arquivos ou *International Council on Archives* (ICA), criado em 1948, e a partir da década de 50 regista-se um surto assinalável de publicações relativas à terminologia. Não cabendo aqui enunciar todos os dicionários vindos a público nos diversos países<sup>55</sup>, assinala-se a polissemia do conceito arquivo identificada.

Para Silva *et al.* (1999) e Silva (2006) não se deve confundir Serviço de Arquivo (departamento orgânico de uma entidade/instituição) com Arquivo (sistema de informação), pois o conceito tem duas acepções:

1. serviço criado organicamente numa determinada entidade e/ou instituição cultural (Arquivo de âmbito nacional, distrital ou municipal, público ou privado) destinada a incorporar e tornar acessível informação produzida/recebida por terceiros (SILVA, 2006, p. 137)
2. sistema (semi-)fechado de informação social<sup>56</sup> materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se

---

55 A partir dos anos 50 do século XX, identificam-se publicações relativas a terminologia arquivística em língua alemã, inglesa, francesa e nas de raiz eslava. Destaca-se, a partir dos anos 60: “Elsevier’s lexicon of archival terminology” (1964); “Dictionary of archival terminology: english and french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish” (ICA, 1984); “Vocabulaire des archives: archivistique et diplomatique contemporaine” (1987); “Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira” (1989); “Diccionario de terminología archivística” (1993); “Dicionário de terminologia arquivística” (1993).

56 Documentação/informação produzida/recebida e acumulada, por uma entidade (ativa ou desativada) no decurso da sua atividade.

associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores. (SILVA *et al.*, 1999, p. 214).

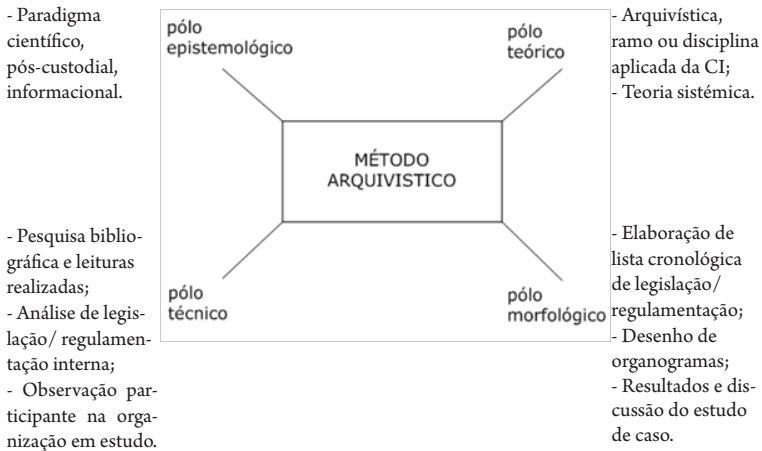
Nesta perspectiva, que se perfilha, o arquivo já não é encarado como uma entidade dual, composta por documentos produzidos organicamente e por instituições ou serviços que recebem, organizam, conservam e divulgam esses documentos. Portanto, para haver conhecimento arquivístico, o objeto da Arquivística não é a mera soma de fundo (conjunto orgânico de documentos) mais serviço (instituição ou serviço responsável), mas apenas, isso sim, uma unidade integral e aberta ao contexto dinâmico e histórico que lhe está subjacente, é o arquivo total, “sin distinción entre la vocación administrativa e histórica”. (FUSTER RUIZ, 1999, p. 117).

Perante um conhecimento que está longe de ser unidimensional ou desprovido de variáveis, que não pode ser reduzido a meros procedimentos padronizados e que abarca toda a realidade arquivística, adotámos, como se disse acima, o método de investigação quadripolar. (DE BRUYNE *et al.*, 1974; SILVA; RIBEIRO, 2002; SILVA, 2013).

Segundo este método, a investigação deve cumprir-se num projeto e reiniciar-se, corrigir-se e superar-se no seguinte, de forma interativa e aberta entre os quatro polos de análise: o da problematização científica (epistemológico), o dos princípios (teórico), o da abordagem operacional (técnico), e o da forma (morfológico), que interagem em todas as fases do trabalho. Estes quatro polos, conectados dinâmica e coeentemente, permitem a compreensão geral do objeto. Para avançarmos em segurança, o ponto de partida deve ser a formulação teórica. Entre os polos técnico e teórico há uma forte relação, que passa pela enunciação e validação constantes, próprias de um processo construtivo. Todo o desenvolvimento está alicerçado num paradigma superior que, à medida que vão surgindo os resultados de aplicação do método, vai evoluindo

numa reconstituição permanente do seu objeto de estudo. Todas estas relações entre os polos do método e os produtos da sua existência só são visíveis através da materialização que ocorre no polo morfológico.

**Figura 1 - Esquema da metodologia quadripolar de investigação aplicada**



No campo da Informação, é facilmente verificável que as abordagens sistémicas têm tido uma significativa preferência por parte de vários autores, particularmente no domínio da Biblioteconomia (MOLINA CAMPOS, 1995) e também no da Arquivística (ARÉVALO JORDAN, 1987; JARDIM, 1995; SILVA *et al.*, 1999).

Este quadro/visão determina que os arquivos pressuponham, por isso, sempre a aplicação da teoria sistémica (BERTALANFFY, 1973, 1979; MELLA, 1997), que traveje a definição acima exposta e nos leve a assumir como inevitável que o estudo de qualquer arquivo só possa ser feito em termos orgânicos e funcionais.

## O desenvolvimento do estudo orgânico e funcional

Com base nos pressupostos científicos e metodológicos genericamente expostos, foi desenvolvido um projeto de investigação aplicado ao arquivo da Administração da UC (1911-2011). Em face da dimensão e complexidade do estudo de caso levado a cabo (GOMES, 2012), procuramos agora relevar a análise sobre o desenvolvimento orgânico e funcional da entidade produtora, teoricamente justificado pela própria definição de arquivo antes enunciada.

O modelo de análise arquivística explicitado, passível de aplicação no tratamento de qualquer arquivo, já havia sido trilhado antes noutras investigações, destacando-se: o estudo orgânico-funcional da Universidade do Porto (RIBEIRO; FERNANDES, 2001), o estudo de um sistema de informação municipal (PINTO, 2003) e o estudo de um arquivo empresarial (FERNANDES, 2004).

Infere-se, pois, que a análise orgânica e funcional permite apreender a organicidade do sistema de informação arquivo, torna também inteligível a função serviço/uso assumindo-se, por isso, como uma etapa essencial e indispensável num estudo desta natureza.

Para procedermos à análise diacrónica da estrutura organizacional em estudo (Administração da UC), efetuámos um levantamento bibliográfico e compilámos os textos legislativos e regulamentares que enquadram a respetiva evolução orgânica e funcional. Tendo também como objetivo a futura integração das séries e documentos no seu contexto de produção, foram analisados os diplomas legais que definem as atribuições e as competências dos sectores orgânicos geradores de informação ao longo do tempo.

A análise de tais diplomas e textos permitem-nos compreender as mudanças/vicissitudes e os desenvolvimentos da

entidade, servindo igualmente de suporte para o conhecimento, o mais rigoroso possível, da complexidade da estrutura orgânica e das suas funções. Ficamos, assim, a conhecer o que, por lei, é cometido aos vários sectores orgânicos, e identificamos os momentos em que se foram consumando todas as variações orgânicas e funcionais particularmente significativas e com impacto no sistema organizacional.

## **Resultados e discussão do estudo de caso**

Os resultados do estudo orgânico e funcional concretizado (GOMES, 2012) permitem apresentar os seguintes resultados de investigação:

1. Lista de referências dos diplomas legislativos e textos regulamentares compilados;
2. Descrição da evolução orgânica e funcional da Administração da UC;
3. Organogramas representativos da evolução diacrónica da estrutura orgânica.

### **Lista de referências legislativas e regulamentares**

A lista de referências legislativas e regulamentares foi completada com excertos do articulado legal para o período cronológico que corresponde à data de início deste estudo, 1911, e o ano 1952, data de promulgação do *Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades* – Decreto n.º 39.001, de 20 de novembro 1952, de modo a mostrar o que, por lei, é cometido aos vários sectores orgânicos, e a tornar perceptível a evolução e as mudanças ocorridas, ao longo do tempo, da estrutura complexa que hoje conhecemos, sem necessidade de consulta de toda a legislação na fonte.

Segue-se a referida lista relativa ao período em estudo, sem esquecer a indicação dos diplomas que, já no ano 2012 e posteriormente<sup>57</sup>, alteraram a estrutura orgânica da Administração da UC.

- 1911.04.19 – **Decreto** / Ministério do Interior. Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. 2ª Repartição.

### **Promulgação da Constituição Universitária.**

*Colecção oficial de legislação portuguesa.* Lisboa. (1911)  
688-693.

*[...] «Da Secretaria e Tesouraria*

Art. 85.º Cada Universidade tem uma Secretaria e uma Tesouraria, respectivamente dirigidas pelo Secretario e Tesoureiro, com o quadro de pessoal que será futuramente fixado.

Art. 86.º O Secretario e Tesoureiro estão sob a autoridade imediata do Reitor.»

1911.08.19 – **Decreto** / Ministério do Interior. Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial.

---

57 Posteriormente registamos as seguintes alterações legislativas/regulamentares no caso de estudo: Regulamento n.º 423/2009, de 27 de outubro, alterado pelo Despacho n.º 10570/2012, de 6 de agosto, pelo Despacho n.º 6520/2013, de 20 de maio, pelo Despacho n.º 16419/2013, de 18 de dezembro e pelo Despacho n.º 4760/2014, de 2 de abril; Regulamento n.º 4/2011, 5 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 10571/2012, de 6 de agosto, pelo Despacho n.º 6521/2013, de 20 de maio, pelo Despacho n.º 16420/2013, de 18 de dezembro e pelo Despacho n.º 4761/2014, de 2 de abril.

## **Aprovação do Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades.**

*Coleção oficial de legislação portuguesa.* Lisboa. (1911)  
1.630-1.634.

### *[...] «Da Secretaria Geral*

2.º - Das Repartições da Secretaria

Art. 5.º A Secretaria Geral da Universidade divide-se em duas Repartições:

1.ª Do expediente literário;

2.ª Da contabilidade.»

- 1918.07.06 – **Decreto n.º 4.554** / Secretaria de Estado de Instrução Pública. Repartição de Instrução Universitária.

## **Promulgação do Estatuto Universitário.**

*Coleção oficial de legislação portuguesa.* Lisboa. (2.º sem. 1918) 42-50.

### **[...] «Capítulo VIII**

#### *Disposições diversas*

Art. 102.º Cada Universidade tem uma Secretaria Geral e uma Tesouraria, as quais estão sob a autoridade imediata do Reitor.»

- 1926.10.02 – **Decreto n.º 12.426** / Ministério da Instrução Pública. Direção-Geral do Ensino Superior.  
**Promulgação de revisão do Estatuto da Instrução Universitária.**

*Diário do Governo*. Iª série. Lisboa. 220 (2 Out. 1926)  
1.469-1.478.

*Diário do Governo*. Iª série. Lisboa. 256 (16 Nov. 1926)  
1.883.

[... ] Art. 15.º Cada Universidade tem uma secretaria geral com duas repartições.

- 1926.10.14 – **Decreto n.º 12.492** / Ministério da Instrução Pública. Direção-Geral do Ensino Superior.

### **Regulamentação da organização dos serviços administrativos das universidades.**

*Diário do Governo*. Iª série. Lisboa 229 (14 Out. 1926)  
1.552-1.559.

*Diário do Governo*. Iª série. Lisboa 256 (16 Nov. 1926)  
1.883-1.884.

[...] «Art. 7º O reitor dirige superiormente todos os serviços administrativos das Universidades por intermédio da Secretaria Geral e suas repartições” (...)

Art. 8º Os dois chefes de repartição que fazem parte das secretarias gerais dirigem um a repartição do expediente geral da Universidade e o outro a dos serviços de contabilidade, pertencendo ao mais antigo a substituição do secretário geral nos seus impedimentos legais.»

- 1930.07.27 – **Decreto n.º 18.717** / Ministério da Instrução Pública. Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

### **Promulgação do Estatuto da Instrução Universitária.**

*Diário do Governo*. Iª série. Lisboa. 178 (2 Ago. 1930)  
1.576-1.586.

[...] «Art. 11º O secretário geral da Universidade superintende em todo o serviço da Secretaria Geral da Universidade, e é por ela responsável, perante o respectivo reitor.

Compete ao secretário geral:

1. Dirigir a execução do expediente da Universidade;
  2. Assistir, como secretário, às reuniões da assembleia geral da Universidade e do Senado e a todos os demais atos a que por lei preside o reitor;
  3. Nas Universidades de Lisboa e Porto superintende no arquivo, velando pela sua boa conservação e manutenção.»
- 1952.03.21 – **Decreto-Lei n.º 38.692** / Ministério da Educação Nacional. Direção do Ensino Superior e das Belas-Artes.

**Concessão de autonomia administrativa às universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, reorganização dos serviços das suas secretarias e constituição de um quadro único com o respetivo pessoal administrativo, à exceção dos secretários e dos datilógrafos, para efeitos de ingresso, transferência e promoção.**

*Diário do Governo.* Iª série. Lisboa. 65 (21 Mar. 1952) 439-442.

1952.11.20 – **Decreto n.º 39.001** / Ministério da Educação Nacional. Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

**Promulgação do Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades de Coimbra, Lisboa e do Porto.**

*Diário do Governo*. Iª série. Lisboa. 261 (20 Nov. 1952)  
1.154-1.162.

*[...] «Secretarias das Universidades. Organização dos serviços*

Art. 18.º As secretarias das Universidades, que funcionam sob a direção e responsabilidade do respectivo secretário, compreendem dois serviços – expediente geral e contabilidade -, cada um dos quais está sob a imediata chefia de um primeiro-oficial.

**Tesourarias das Universidades**

Art. 48.º O serviço de tesouraria é nas Universidades exercido pelo respectivo tesoureiro, sob a fiscalização do conselho administrativo.»

- 1973.07.25 – **Decreto-Lei n.º 380/73** / Ministério da Educação Nacional. Direção-Geral do Ensino Superior.

**Criação de uma assessoria jurídica em cada Universidade, destinada a prestar apoio aos respetivos órgãos de governo, bem como aos órgãos das faculdades, escolas ou institutos nela integrados.**

*Diário do Governo*. Iª série. Lisboa. 173 (25 Jul. 1973) 1322.

- 1979.06.21 – **Decreto-Lei n.º 186/79** / Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação e Investigação Científica.

**Criação de serviços de apoio técnico, designados por assessorias de planeamento, nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e na Universidade Técnica de Lisboa. Integração na estrutura administrativa da universidade pelo Decreto-Lei n.º 536/79, de 31 de dezembro.**

*Diário da República*. 1ª série. Lisboa. 141 (21 Jun. 1979) 1355-1356.

- 1979.12.31 – **Decreto-Lei n.º 536/79** / Ministério da Educação.

**Promulgação de alterações orgânicas e administrativas nas universidades de Coimbra, de Lisboa, do Porto e Técnica de Lisboa e aumento dos respetivos quadros de pessoal.**

*Diário da República*. 1ª série. Lisboa. 300 (31 Dez. 1979) 3.478-(215-227).

- 1980.05.13 – **Decreto-Lei n.º 118/80** / Ministério da Educação e Ciência.

**Acrescenta o artigo 43.º-A ao Decreto-Lei n.º 536/79, de 31 de dezembro, relativo ao provimento nos lugares dos quadros anexos ao referido diploma.**

*Diário da República*. 1ª série. Lisboa. 110 (13 Mai. 1980) 953.

- 1984.10.09 – **Decreto-Lei n.º 323/84** / Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação.

## **Amplia as competências atribuídas aos reitores das universidades e institutos universitários.**

*Diário da República*. Iª série. Lisboa. 234 (9 Out. 1984)  
3086-3087.

- 1988.09.24 – **Lei n.º 108/88** / Assembleia da República.

## **Autonomia das Universidades.**

*Diário da República*. Iª série. Lisboa. 222 (24 Set. 1988)  
3914-3919.

- 1989.07.28 – **Despacho Normativo n.º 79/89** / Ministério da Educação.

## **Homologação dos Estatutos da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. Iª série. Lisboa. 197 (28 Ago. 1989)  
3618-3624.

- 1991.02.15 – **Deliberação do Senado aprovada em sessão de 5-02-91** / Universidade de Coimbra – Senado.

## **Reestruturação dos serviços centrais – pessoal dirigente.**

*Diário da República*. IIª série. Lisboa. 38 (15 Fev. 1991)  
1796.

- 1992.12.16 – **Deliberação do Senado n.º 36/92** / Universidade de Coimbra – Senado.

## **Reestruturação dos Serviços Centrais da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. IIª série. Lisboa. 23 (28 Jan. 1993) 1016-(60) -1016(63).

- 1998.06.04 – **Deliberação n.º 305/98** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Criação do Serviço de Relações Internacionais da Reitoria da Universidade de Coimbra. (Deliberação do Senado n.º 44/97, de 3 de dezembro).**

*Diário da República*. IIª série. Lisboa. 129 (4 Jun. 1998) 7741.

- 2003.08.16 – **Despacho n.º 15 949/2003** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Regulamento dos serviços da estrutura central da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. IIª série. Lisboa. 188 (16 Ago. 2003) 12720-12730.

- 2004.06.16 – **Deliberação n.º 845/2004** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Regulamento do Senado da Universidade de Coimbra (Deliberação n.º 12/2004, de 3 de março).**

*Diário da República*. IIª série. Lisboa. 140 (16 Jun. 2004) 9123-9127.

- 2004.06.19 – **Despacho Normativo n.º 30/2004** / Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

## **Homologação da primeira alteração aos Estatutos da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. Iª série B. Lisboa. 143 (19 Jun. 2004) 3769-3779.

- 2007.05.24 – **Despacho Reitoral n.º 39/2007** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Transferência do serviço e competências respetivas de Apoio aos Estudantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da Divisão Técnico-Pedagógica para a Divisão de Relações Internacionais, Imagem e Comunicação.**

Universidade de Coimbra – Reitoria. Coimbra. (24 de maio 2007).

- 2007.04.11 – **Deliberação do Senado n.º 15/2007** / Universidade de Coimbra - Senado.

## **Criação da Fundação Universidade de Coimbra e aprovação dos respetivos Estatutos.**

- 2007.05.02 – **Deliberação do Senado n.º 30/2007** / Universidade de Coimbra - Senado.

## **Aprovação, na especialidade, dos Estatutos da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra (TAGV, Estádio, Auditório, Palácio de S. Marcos).**

- 2007.09.10 – **Lei n.º 62/2007** / Assembleia da República.

## **Regime jurídico das instituições de ensino superior.**

*Diário da República*. Iª série. Lisboa. 174 (10 Set. 2007)  
6358-6389.

- 2007.12.06 – **Anúncio n.º 8227/2007** / Cartório Notarial.

## **Constituição da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. IIª série. Lisboa. 235 (06 Dez. 2007)  
35110.

- 2007.12.21 – **Despacho n.º 29092/2007** / Presidência do Conselho de Ministros.

## **Reconhecimento da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. IIª série. Parte C. Lisboa. 246 (21 Dez. 2007) 36999.

- 2008.09.01 – **Despacho normativo n.º 43/2008** / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

## **Homologação dos Estatutos da Universidade de Coimbra, após revisão e aprovação dos mesmos, de acordo com o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.**

*Diário da República*. 2ª série. Lisboa. 168 (01 Set. 2008)  
38329-38340.

- 2009.10.27 – **Regulamento n.º 423/2009** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Regulamento da Administração da Universidade.**

*Diário da República*. 2ª série. Lisboa. 208 (27 Out. 2009)  
43708-43713.

- 2010.10.20 – **Regulamento n.º 794/2010** /  
Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Regulamento do serviço de Gestão do Edificado, Segurança, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho (GESASST) e do serviço de Gestão de Sistemas e Infra-Estruturas de Informação e Comunicação (GSIIIC) do Centro de Serviços Comuns da Administração da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. 2ª série. Lisboa. 204 (20 Out. 2010)  
51967-51969.

- 2011.01.05 – **Regulamento n.º 4/2011** / Universidade  
de Coimbra – Reitoria.

## **Regulamento do Centro de Serviços Comuns da Administração da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. 2ª série. Lisboa. 3 (05 Jan. 2011)  
442-448.

- 2011.01.07 – **Regulamento n.º 11/2011** /  
Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Regulamento dos cargos dirigentes da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. 2ª série. Lisboa. 5 (07 Jan. 2011)  
1014-1015.

- 2012.08.06 – **Despacho n.º 10570/2012** /  
Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Alteração ao Regulamento da Administração da Universidade de Coimbra, Regulamento n.º 423/2009, de 27 de Outubro.**

*Diário da República*. 2ª série. Lisboa. 151 (06 Ago. 2012) 27480-27486.

- 2012.08.06 – **Despacho n.º 10571/2012/** Universidade de Coimbra – Reitoria.

## **Alteração ao Regulamento do Centro de Serviços Comuns da Administração da Universidade de Coimbra.**

*Diário da República*. 2ª série. Lisboa. 151 (06 Ago. 2012) 27486-27494.

## **Descrição da evolução orgânica e funcional da administração da uc**

Tendo presente a anterior lista de referências, identificámos legislação geral aplicável a todas as universidades portuguesas e, só posteriormente, reconhecemos existir regulamentação específica para a organização em estudo. Realçamos ainda a identificação de diplomas legais referentes a aspetos distintos da estrutura organizacional da Universidade, nomeadamente em três vertentes: a gestão ou governo da instituição, a estrutura e o funcionamento dos serviços, e a organização dos estudos e da investigação. Esta identificação confirma a multiplicidade de suportes legais em vigência simultânea.

No âmbito cronológico definido, é no *Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades*, datado de agosto de 1911, que encontramos definidas as competências e atividades dos serviços administrativos. A título exemplificativo,

podemos verificar que as funções académicas são atribuídas à Repartição do Expediente Literário (redação dos termos de matrícula, de inscrição e de exames, passagem de certidões, organização de pautas)<sup>58</sup>, enquanto à Repartição de Contabilidade são cometidas funções diversificadas no âmbito da gestão orçamental e contabilística da Universidade e em matéria de pessoal. De acordo com este regulamento, «todos os livros, documentos e processos que não forem necessários para o serviço de expediente serão enviados para o Arquivo, a fim de serem convenientemente catalogados e arquivados»<sup>59</sup>, pelo que nas Universidades de Lisboa e do Porto «guardar-se-ão no respectivo Arquivo todos os livros e documentos antigos». Em Coimbra, desde 1901, pelo Decreto n.º 4 de 24 de dezembro, o Arquivo era já uma repartição autónoma na Universidade.

A estrutura da Secretaria-Geral manteve-se estável ao longo do tempo, embora se tenham registado alterações na organização interna dos serviços, clarificando-se competências e distribuindo-se as atividades das respetivas subdivisões orgânicas.

A reforma de 1952 confirma a progressiva regulamentação da estrutura administrativa. É na Secretaria da Universidade que passam a estar concentradas as funções administrativas, pois, no dizer do próprio diploma, a centralização «permite alcançar a desejada uniformização e simplificação de processos, [...] susceptível de evitar perdas de tempo e inúteis incómodos aos alunos e público interessado»<sup>60</sup>. Mantém-se a estrutura organizacional em vigor, continuando a existir dois serviços na Secretaria da Universidade: ao serviço de Expediente Geral

---

58 Art. 6.º do Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades (Decreto de 19 de agosto 1911).

59 Art. 9.º do Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades.

60 Decreto-Lei n.º 38.692, de 21 de março 1952.

estão cometidas funções exclusivamente acadêmicas e ao serviço de Contabilidade, funções na área da contabilidade e de pessoal.

O Decreto-Lei nº 536/79, de 31 de dezembro, surge como um marco cronológico assinalável no processo evolutivo da orgânica administrativa da Universidade, dando resposta à indispensável reorganização administrativa que se evidenciava na necessidade de reestruturação interna. Por um lado, a complexificação das funções de natureza académica e o volume de trabalho delas decorrentes permitem a esta área organizar-se com autonomia e independência suficiente, nascendo assim a Direção de Serviços Académicos. Por outro, a dimensão alcançada pelos serviços de pessoal e de administração financeira e patrimonial permite-lhes adquirir competências para gerir os respetivos recursos. A Tesouraria, adstrita aos Serviços de Administração Financeira e Patrimonial, ocupou um lugar equivalente ao que ainda hoje lhe é atribuído. O Gabinete Técnico, com competências nos domínios da coordenação e fiscalização de obras de construção e remodelação de instalações universitárias, passa a constituir uma secção orgânica da Secretaria. O Secretário cede agora lugar ao Administrador, que se torna responsável pela articulação dos serviços que compõem a Secretaria-Geral.

Em 1988, assiste-se à promulgação do Decreto-Lei n.º 148/88, de 27 de abril. É publicada a Lei da autonomia universitária que permite que as respetivas unidades orgânicas possam gozar de autonomia científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e financeira, de acordo com o estipulado nos respetivos Estatutos. Pelo Despacho Normativo n.º 79/89, de 28 de julho, são então, homologados os Estatutos da UC. Inverte-se, assim, a tendência iniciada mais de trinta anos antes que culminou com a centralização dos serviços administrativos e académicos.

Nos anos noventa, os Serviços Centrais da UC são mais uma vez reestruturados, cabendo ao Administrador a área dos serviços de gestão financeira e patrimonial e ao Secretário-Geral

a área dos serviços académicos, sendo ainda criado um serviço de pessoal na direta dependência da Administração. Em 1992, são criadas novas Divisões (Pessoal, Gestão Financeira e Patrimonial, Alunos), novos Gabinetes (Análise Financeira, Estudos e Estatística, Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes Deficientes) e diversas Secções. Esta estrutura irá manter-se estável por mais de dez anos, sofrendo apenas pequenas mudanças orgánicas e funcionais, até à aprovação e publicação do *Regulamento dos Serviços Centrais da Universidade de Coimbra* - Despacho nº 15 949/2003, de 16 de agosto.

A estrutura representada no organograma de 2003 foi significativamente alterada, com a publicação, em 2009, do Regulamento da Administração<sup>61</sup>, invertendo-se a tendência descentralizadora dos serviços administrativos, académicos, de gestão financeira e patrimonial da UC. No ano seguinte, foi implantada esta nova estrutura, com a criação do Centro de Serviços Comuns (CSC), do Centro de Serviços Especializados (CSE) e do Gabinete Técnico de Apoio. O CSC exerce as suas atribuições no âmbito da prestação de serviços de suporte às unidades da UC (gestão académica, financeira, patrimonial, de recursos humanos, da segurança, ambiente e segurança e saúde no trabalho, promoção da investigação, gestão de projetos), e o CSE no âmbito dos estudos, elaboração de propostas de intervenção transversais à Universidade e seu planeamento, monitorização e avaliação da sua execução. Com pequenos ajustamentos, é esta a estrutura em evolução contínua, no sentido de a relação entre a administração e os serviços a que dá suporte ser cada vez mais harmoniosa.

---

61 Regulamento n.º 423/2009, de 27 de outubro; Regulamento n.º 794/2010, de 20 de outubro; Regulamento n.º 4/2011, de 5 de janeiro.

## **Organogramas representativos da evolução diacrónica da estrutura orgânica**

Neste estudo, a estrutura orgânica representada nos diversos organogramas elaborados é o resultado da análise organizacional referida na regulamentação existente, podendo nalguns casos não traduzir com exatidão a realidade passada, uma vez que, na prática, nem sempre era aplicado o que a Lei determina(va); nos casos em que sabemos que determinados elementos da estrutura orgânica previstos na Lei não chegaram a ter existência real, assinalámos esse facto por retângulos a tracejado.

Os organogramas que se seguem correspondem, cada um deles, a momentos em que se verificaram alterações orgânico-funcionais significativas, por via legislativa. Elegemos a representação da evolução diacrónica da estrutura orgânica para os anos 1930 a 2012, recorrendo à ferramenta informática Visio da *Microsoft*.

Figura 2 - Organograma da Administração da UC – 1930

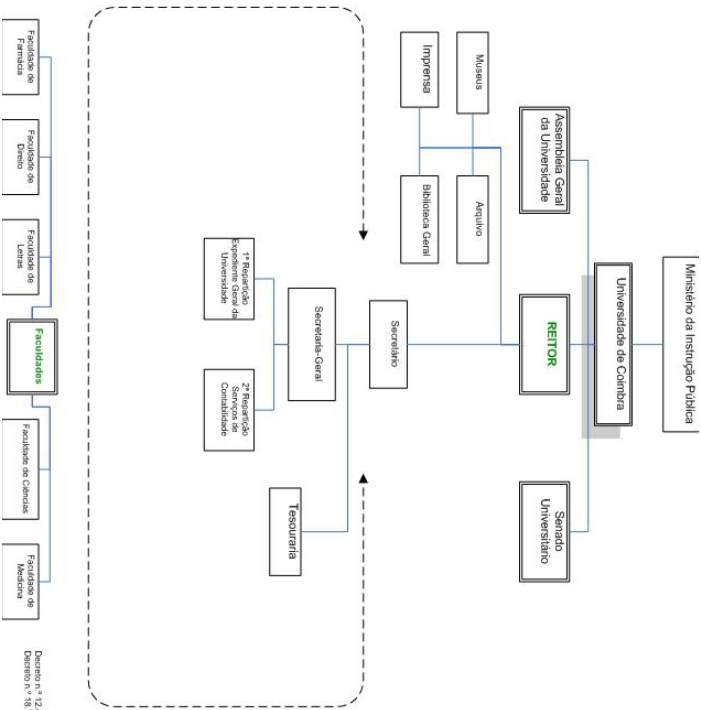
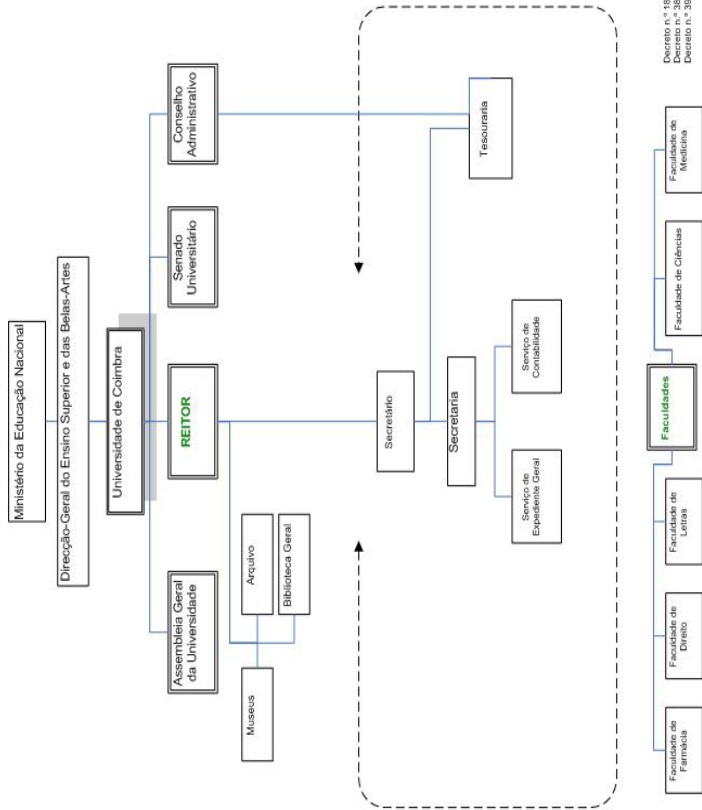


Figura 3 - Organograma da Administração da UC – 1952



Decreto n.º 18.717, de 27 de Julho de 1952;  
Decreto n.º 38.652, de 21 de Março de 1952;  
Decreto n.º 39.001, de 20 de Novembro de 1952.















A base essencial em que assentou o estudo orgânico e funcional da Administração da UC consistiu no levantamento e análise da legislação/regulamentação promulgada para modelar a estrutura orgânica e definir as funções e as competências dos diferentes órgãos/serviços. Seguidamente foi concretizada a representação da estrutura orgânica identificada através de organogramas.

O enquadramento legislativo, como se disse anteriormente, permitiu definir a matriz organizacional, contudo, como sabemos, na prática nem sempre se aplicam todas as determinações legais, pelo que o estudo do contexto de produção da informação e o estudo da informação efetivamente produzida pela organização constituem etapas fundamentais de qualquer projeto de investigação arquivística.

Portanto, neste contexto a análise orgânica e funcional é crucial, um requisito indispensável para se chegar a um conhecimento rigoroso da estrutura do sistema e das funções/competências dos vários sectores que o compõem, uma vez que só assim é possível caracterizar, com o maior rigor possível, o contexto de produção da realidade informacional. Contudo, “a ação é, em última análise o que estrutura a própria informação”, pelo que “o estudo orgânico-funcional é uma etapa indispensável, mas não suficiente, em qualquer projeto de investigação arquivística” (RIBEIRO; FERNANDES, 2001, p. 47). A estrutura orgânica (e respetiva funcionalidade) do objeto deste estudo pode ser conhecida a partir do trabalho agora concretizado, não esquecendo a necessidade de se sujeitar a análise e observação efetuadas a um confronto com a realidade, e com a informação em si mesma, estruturada pela ação humana e social.

Com efeito, o modelo de análise seguido é passível de aplicação a casos similares, ajustável a realidades distintas e a prossecução do estudo orgânico e funcional da Administração da UC apresenta-se como um campo de trabalho aberto a

futuras investigações. O projeto encetado demonstra ainda a necessidade de abrir outras frentes de trabalho, por exemplo nos arquivos da Reitoria, das Faculdades e demais unidades orgânicas, de outras unidades e serviços, no caminho para a realização de um estudo orgânico e funcional da Universidade no seu todo.

## Referências

ARAÚJO, C. A. A.. Ciência da informação como campo integrador para as áreas da biblioteconomia, arquivologia e museologia. **Informação Londrina**, v.15, n.1, p.173-189, 2010.

ARÉVALO JORDÁN, V. H.. La Archivología y la teoria de sistemas. **Cuadernos: Archivologia**, v.1, n.1, p.1-10, 1987.

BAUTIER, R.-H.. La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVIIe - début du XIXe siècle). **Archivum**, v.18, p.139-150, 1968.

BERTALANFFY, L. V.. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERTALANFFY, L. V.. **Perspectiva en la teoría general de los sistemas**. Madrid: Alianza, 1979.

CASTELLS, M.. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002-2003. V.3.

COLLECÇÃO oficial de legislação portuguesa. Lisboa: na Imprensa Nacional, 1843-1972.

COOK, T.. Documentation strategy. **Archivaria**, v.34, p.181-191, 1992.

DE BRUYNE, P. *et al.* **Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique**. Paris: P.U.F, 1974.

DUCHEIN, M.. Le Principe de provenance et la pratique du tri, du classement et de la description en archivistique contemporaine. **Janus**: revue archivistique, v. 1, p. 87-100, 1998.

DURANTI, L.; EASTWOOD, T.. Protecting electronic evidence: a progress report on a research study and its methodology. **Archivi & Computer**, v. 3, p. 213-250, 1995.

DURANTI, L.; McNEIL, H.. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. **Archivaria**, v. 42, p.46-67, 1996.

EASTWOOD, T.. **The archival fonds**: from theory to practice. [Canada]: Bureau of Canadian Archivists. 1992.

FERNANDES, D. T.. **Pedra a pedra**: estudo sistémico de um arquivo empresarial. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2004.

FUSTER RUIZ, F.. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de Documentación**, v.2, p.103-120, 1999. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2631>>. Acesso em: 09 Jun. 2013.

GOMES, L. I. E.. **A estrutura orgânica e funcional da Administração da Universidade de Coimbra e a sua projecção no respectivo arquivo** (Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação - Arquivística, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/12280>>.

HEDSTROM, M; KING, J. L.. **On the LAM:** Library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/innovation-education/32126054.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

JARDIM, J. M.. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.** Niterói, RJ: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

MELLA, P.. **Dai sistemi al pensiero sistemico:** per capire i sistemi e pensare con i sistemi. Milano: FrancoAngeli, 1997.

MOLINA CAMPOS, E.. **Teoría de la biblioteconomía.** Granada: Universidad de Granada, 1995.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.. Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven. Groningen: Erven B. van der Kamp, 1898. [Tradução brasileira: WANDERLEY, M. A. **Manual de arranjo e descrição de arquivos.** 2.ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973].

OTLET, P.. **El tratado de documentación:** el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. María Dolores Ayuso García. 2.ed. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 1996.

PINKETT, H. T.. American archival theory: the state of the art. **The American Archivist**, v.44, n.3, p.217-222, Summer 1981.

PINTO, M. M. G. A.. Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais: uma abordagem sistêmica. **Páginas A & B**, v.12, 2003. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1115&sum=sim>>. Acesso em: 01 maio 2012.

RIBEIRO, F.. Archival Science and changes in the paradigm. **Archival Science: international journal on recorded information**, v.1, n.3, p.295-310, 2001.

RIBEIRO, F.. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património**, I série, 1, 97-110, 2002a. Disponível em: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8459/2/artigo3511.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

RIBEIRO, F.. **O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo**. 2002b. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1241.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2012.

RIBEIRO, F.; FERNANDES, M. E. M.. **Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo**. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2001.

ROUSSEAU, J.-Y ; COUTURE, C.. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.

SHELLENBERG, T. R. **Archivos modernos: principios y técnicas**. La Habana: Instituto Panamericano de Geografía e Histori, 1958.

SILVA, A. M. da. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, p.573-607. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SILVA, A. M. da. **A informação:** da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento e CETAC.COM, 2006.

SILVA, A. M. da. O método quadripolar e a pesquisa em literacia informacional. In: SANTOS, E. C. dos; SOUSA, F. F. de (Orgs.). **Seminários de saberes arquivísticos:** reflexões e diálogos para a formação do arquivista. Curitiba: Appris. 2013. p.23-46.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação:** ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística:** teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

# Proposta de análise tipológica e fluxo documental para diretoria geral de Gestão de Pessoas do IFPB

*Sânderson Lopes Dorneles  
Edmundo Augusto da Silva Neto  
Vancarder Brito Sousa*

## Introdução

A necessidade de produzir registros nos mais variados tipos de documentos e suportes é uma constância das Instituições, seja para garantir direitos e testemunhar deveres, seja como respaldo fiscal e legal. Tudo isso com o intuito maior de preservar e conservar os atos administrativos, jurídicos e políticos de instituições e indivíduos.

A forma como esses registros são produzidos, organizados, armazenados e disseminados configuram o objeto e o fazer da arquivística, qual seja, o documento. Para tanto, a boa gestão de documentos preconiza que o seu tratamento começa no momento em que os registros informacionais são produzidos até a sua destinação final, quer seja eliminação ou arquivamento permanente.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral a análise tipológica com enfoque na arquivística a fim

de realizar um levantamento da produção, tramitação, fluxos e análise tipológica documental da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas da Reitoria do Instituto Federal da Paraíba. Tendo como objetivos específicos: estudar o organograma, competências, funções e atribuições da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP); identificar as tipologias produzidas e recebidas; determinar um modelo dos itens a serem considerados na análise tipológica de cada tipo de processo produzido e recebido pela Diretoria; e propor a criação de um manual de procedimentos administrativos.

O levantamento dos tipos de processos produzidos e recebidos é uma ação estratégica que auxilia na classificação, tramitação, avaliação e destinação dos processos, promovendo a efetiva gestão de documentos.

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de desenvolvimento de procedimentos arquivísticos e administrativos, padronizados para a produção documental no âmbito da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas do IFPB, visando o controle e a celeridade dos trâmites processuais e da recuperação da informação produzida.

A escolha da DGEP deve-se ao maior volume de processos, haja vista que trata de direitos e deveres de servidores, que ao todo são aproximadamente 3.000, divididos em docentes (efetivos e temporários) e técnicos administrativos. Por conseguinte, demanda um controle maior no trâmite e prazos de análise e conclusão dos processos. Outro fator importante, para a escolha acima elencada, deve-se ao fato da atuação dos autores, diretamente, por 3 anos nesta Diretoria.

A contribuição da Arquivologia, e do profissional no que tange a identificação arquivística, consiste no estudo da Instituição e da massa documental produzida pela Diretoria Geral de Gestão de Pessoas da Reitoria, analisando a produção de processos para um melhor planejamento do controle dessa

produção, da classificação e avaliação documental, como também do acesso à informação.

Na seção 2, veremos os procedimentos metodológicos utilizados para realizar este trabalho. Trata-se de uma pesquisa aplicada, visto que existe interesse na aplicação. É qualitativa porque visa determinar os itens de análise tipológica e exploratória, fornecendo hipóteses para estudos posteriores. O universo de aplicação é o Instituto Federal da Paraíba, tendo como amostra a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas. Esta seção também trará a coleta dos dados onde foi realizada a observação direta e entrevistas semiestruturadas com informações pertinentes ao tipo processual, classificação e temporalidade documental, base legal e instrução processual. Após esta etapa, foi realizada uma análise das informações e um delineamento do fluxo processual.

Na seção 3, são fundamentadas as teorias pertinentes ao trabalho, tais como a diplomática e análise tipológica de documentos, devidamente caracterizada por modelos de aplicação. Na seção 4, veremos o resultado da pesquisa e a aplicação prática, através de um modelo elaborado pelos autores, com base nos modelos trazidos por Bellotto e pelos arquivistas de Madri, como também o fluxograma a ser aplicado para controle dos trâmites processuais.

## **Procedimentos metodológicos**

### **Caracterização da pesquisa**

A pesquisa tem a finalidade de obter respostas para problemas e faz isso buscando conhecimentos para o desenvolvimento das teorias e aplicações técnicas, fazendo parte de um processo formal e sistemático da metodologia científica. No trabalho em questão, optou-se pela pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória. Descobertas, conhecimentos e teorias desenvolvidas pelos

pesquisadores científicos, de modo geral, serão utilizados para dar fundamentação teórica, a partir de uma pesquisa bibliográfica, bem como da produção científica pertinente à temática de análise tipológica de documentos de arquivo para a pesquisa.

Deslandes (2001, p.16) expressa o seguinte entendimento acerca do conceito de metodologia: “Entendamos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”.

De acordo com Gil (2008, p. 27), a pesquisa aplicada é caracterizada pelo interesse na aplicação:

[...] tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstância.

Foram realizadas abordagens qualitativas para a análise tipológica e levantamento da produção documental da DGEP, onde foram realizadas pesquisas qualitativas para determinar os itens de análise tipológica de cada processo da diretoria e o levantamento dos tipos documentais produzidos e recebidos pelo setor, como também se identificou e delineou-se o trâmite e fluxo que cada processo percorre desde a produção até o arquivo.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos

significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (DESLANDES, 2001, p. 22).

A pesquisa também é caracterizada como exploratória. Segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

No tocante à fundamentação teórica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de ação. Enquanto que a coleta de dados foi realizada por intermédio do estudo do regimento do IFPB, em específico das atribuições da DGEP, e entrevistas aos servidores da Diretoria, cujos dados foram suficientes para a estruturação da análise tipológica, identificação dos tipos de processos produzidos e recebidos, assim como o entendimento para o mapeamento dos fluxos de processos.

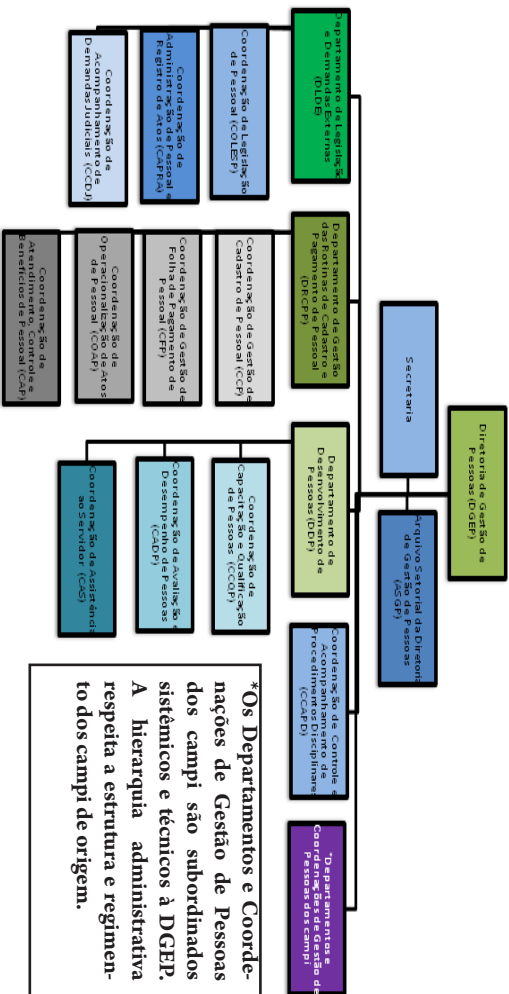
## **Universo e amostra**

Na estrutura organizacional do IFPB, o órgão em análise é a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, que é um órgão sistêmico e especializado, responsável por gerenciar a política de recursos humanos e auxiliar os servidores no cumprimento das suas obrigações e no exercício dos seus direitos no âmbito institucional.

A estrutura administrativa da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas da Reitoria atua em toda a rede do Instituto Federal da Paraíba, por isso possui um organograma robusto e subdividido em três áreas de atuação.

A seguir é apresentado o organograma da DGEP (Fig. 1) com base na estrutura atual.

Figura 1 – Organograma da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

Como podemos verificar, a DGEp possui uma estrutura administrativa robusta, complexa, segmentada e setorizada.

## **Instrumento de coleta de dados**

A partir de um estudo da estrutura administrativa da DGEP, com análise minuciosa das atribuições e competências de cada setor que a compõe, com base no Regimento Geral de 2010 do IFPB, concomitante a estrutura atual desta Diretoria, que desde o ano de 2014 passa por modificações estruturais, foi realizado um estudo documental através do levantamento da produção de processos de pessoal e da distribuição deles mesmos entre os setores da estrutura DGEP que são responsáveis pelas primeiras análises e desdobramentos para o atendimento de cada processo.

Foi estabelecido itens de análise tipológica para cada processo, tais como:

Tipologia do Processo; Setor Responsável; Código de Classificação; Temporalidade Arquivística; Definição; Legislação; Prazo estimado para conclusão do processo; e Documento para abertura do processo.

Além desses itens, é necessário estabelecer uma uniformização passo a passo do fluxograma dos processos identificados. Contudo, diante da quantidade significativa de processos, os servidores da DGEP ainda estão estabelecendo o fluxograma dos processos oriundos de suas competências e atribuições. Também foi elaborada uma proposta para adequação, supressão e criação de novos setores com atribuições e competências de acordo com o cenário presente da DGEP e em conformidade com as demandas atuais e futuras.

O Instituto Federal da Paraíba está passando por uma nova estruturação regimental; após a aprovação do Estatuto em 2016, o regimento geral precisa se adequar ao novo estatuto. A estrutura apresentada é do cenário atual, ou seja, configura como a Diretoria desempenha suas funções, sendo ela divergente do regimento geral de 2010.

A Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP) é um órgão sistêmico ligado diretamente ao Magnífico Reitor do IFPB e responsável por assessorá-lo em assuntos relacionados à política de recursos humanos. Além disso, é a DGEP que planeja, orienta, dirige, organiza, acompanha, implementa e avalia todas as atividades de gestão de pessoas e dos processos de trabalho, bem como executa toda a política de pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. De acordo com o Estatuto de 2016, a DGEP tem as seguintes competências e atribuições:

- I- assessorar o Reitor em assuntos relacionados com a política de recursos humanos;
- II- planejar, orientar, dirigir, organizar, acompanhar, implementar e avaliar todas as atividades de gestão de pessoas e dos processos de trabalho, bem como executar toda a política de pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; e
- III- desempenhar outras atividades relacionadas à sua área de atuação.

A análise é realizada a partir da descrição de competências e atribuições de cada setor, em concomitância com o levantamento e a identificação dos processos que tramitam por cada setor desta Diretoria, tomando como base o Regimento Geral de 2010 do IFPB e as atualizações realizadas e propostas, são apresentadas competências e atribuições da DGEP:

## Quadro 1 – Diretoria Geral de Gestão de Pessoas

<b>I. Diretoria Geral de Gestão de Pessoas</b>	
<b>Atribuições e Competências:</b>	
I. assessorar o Reitor em assuntos relacionados com a política de recursos humanos;	
II. planejar, orientar, dirigir, organizar, acompanhar, implementar e avaliar todas as atividades de gestão de pessoas e dos processos de trabalho, bem como executar toda a política de pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; e	
III. desempenhar outras atividades relacionadas à sua área de atuação	
<b>Tipos Processuais:</b>	
1 Processo Administrativo Disciplinar	34 Processo de Cessão de Servidor
2 Processo de Abono de Faltas	35 Processo de Colaboração Técnica
3 Processo de Abono de Permanência.	36 Processo de Comunicação de Falecimento
4 Processo de Ação Judicial (mandado de citação e mandado de segurança)	37 Processo de Concessão de Alteração do Regime de Trabalho dos Docentes (para dedicação exclusiva e de 20 para 40 horas semanais)
5 Processo de Aceleração da Promoção Docente	38 Processo de Contagem e Emissão de Tempo de Contribuição
6 Processo de Adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP)	39 Processo de Contratação de Professor Substituto
7 Processo de Adesão/Cancelamento/Regularização à Plano de Saúde GEAP	40 Processo de Contratação de Professor Temporário
8 Processo de Adicional de Insalubridade	41 Processo de Conversão de Tempo de Serviço Comum em Especial
9 Processo de Adicional de Periculosidade	42 Processo de Designação de Comissão Interna (emissão de portaria)
10 Processo de Adicional de Serviço Extraordinário	43 Processo de Designação de Servidor como Fiscal de Contrato (emissão de portaria)
11 Processo de Adicional Noturno	44 Processo de Designação de Servidor como Substituto Eventual)
12 Processo de Admissão de Servidores Docentes	45 Proc. de Designação e Dispensa de Servidor em Cargo ou Função Gratificada (emissão de portaria e publicação em DOU)
13 Processo de Admissão de Servidores Técnico-administrativos	46 Proc. de Designação e Dispensa de Servidores Ocupantes do Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (para o desempenho das funções comissionadas de coordenação de curso – FCC lei nº 12.677/2012)
14 Processo de Afastamento para Estudo ou Missão no Brasil ou Exterior	47 Processo de Estágio Probatório (técnico - administrativo)
15 Processo de Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (docente)	48 Processo de Exercício Provisório
16 Processo de Afastamento para servir a outro Órgão	49 Processo de Flexibilização da Jornada de Trabalho (horário especial)
17 Processo de Afastamento Remunerado	50 Processo de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso
18 Processo de Ajuda de Custo (passagens e transporte de mobiliário)	51 Processo de Implantação do Ressarcimento de Plano de Saúde
19 Processo de Adicional de Serviço Extraordinário	52 Processo de Incentivo à Qualificação (técnico-administrativo)
20 Processo de Ajuda de Custo para Cursos e Eventos	53 Processo de Inclusão de Dependente e/ou Pessoa da Família
21 Processo de Alteração do Regime de Trabalho	54 Processo de Interrupção de Férias de Servidor (casos previstos no art. 80 da lei nº 8.112/90)
22 Processo de Aposentadoria Compulsória	55 Processo de Licença Casamento
23 Processo de Aposentadoria por Invalidez	
24 Processo de Aposentadoria Voluntária	
25 Processo de Atualização e Correio Eletrônico	
26 Processo de Auxílio Funeral	
27 Processo de Auxílio Natalidade	
28 Processo de Auxílio Pré-Escola	
29 Processo de Auxílio Transporte Intermunicipal	
30 Processo de Avaliação em Perícia Médica	
31 Processo de Averbação de Tempo de Serviço	
32 Processo de Cancelamento de Pensão (maioridade)	
33 Processo de Cancelamento de Pensão (morte)	

56 Processo de Licença Gestante, Paternidade e Adotante/Prorrogação	72 Processo de Pensão Civil
57 Processo de Licença para Atividade Política (com remuneração)	73 Processo de Prestação de Serviço Voluntário
58 Processo de Licença para Capacitação (técnico-administrativo)	74 Processo de Progressão Funcional Docente
59 Processo de Licença para Capacitação (docente)	75 Processo de Progressão Funcional por Capacitação (técnico-administrativo)
60 Processo de Licença para Tratamento de Saúde	76 Processo de Progressão Funcional por Mérito Profissional (técnico-administrativo)
61 Processo de Licença para Tratar de Interesses Particulares (sem remuneração)	77 Processo de Promoção e Retribuição por Titulação (docentes)
62 Processo de Licença por Falecimento de Pessoa da Família (entes familiares previstos no art. 97 inciso III alínea b da lei 8.112/90)	78 Processo de Promoção Funcional Docente
63 Processo de Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	79 Processo de Promoção Funcional Docente Titular
64 Processo de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família	80 Processo de Reconhecimento de Competências e Saberes (RSC)
65 Processo de Licença Prêmio por Assiduidade	81 Processo de Redistribuição de Servidor (de outras IFEs para o IFPB)
66 Processo de Localização de Servidor	82 Processo de Redistribuição de Servidor (do IFPB para outras IFEs)
67 Processo de Mudança de Domicílio Bancário	83 Processo de Redução da Jornada de Trabalho com Remuneração Proporcional
68 Processo de Pagamento de Avaliadores do RSC	84 Processo de Remoção (ex-offício)
69 Processo de Pagamento de Exercício Anterior	85 Processo de Remoção (motivo de saúde)
70 Processo de Pagamento por Substituição	86 Processo de Remoção (a pedido)
71 Processo de Pagamento Retroativo	87 Processo de Ressarcimento de Plano de Saúde
	88 Processo de Transformação do Fundamento Legal de Concessão de Aposentadoria

Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos observar no Quadro 1, a função administrativa da área de pessoal gera uma robusta estrutura de processos. Após levantamento das tipologias, foi realizada uma alocação dos processos junto às atividades que o geraram dentro dos setores da DGEP. Alguns setores atuam no planejamento e supervisão de outros setores, não gerando processos. Sendo assim, serão apresentados apenas os setores e atribuições/competências que geram processos:

## Quadro 2 – Coordenação de Legislação de Pessoal

<b>1 Diretoria Geral de Gestão de Pessoas</b>	
<b>1.3 Departamento de Legislação e Demandas Externas – DLDE</b>	
<b>1.4.1 Coordenação de Legislação de Pessoal – COLESP</b>	
<b>Atribuições e Competências:</b>	<b>Tipos Processuais:</b>
<p>analisar e informar processos, emitindo pareceres sobre direitos, vantagens, deveres e obrigações dos servidores objetivando submetê-los à apreciação da autoridade competente, consultando a Procuradoria Federal quando necessário;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Abono de Faltas</li> <li>• Processo de Aceleração da Promoção Docente</li> <li>• Processo de Adicional de Insalubridade</li> <li>• Processo de Adicional de Periculosidade</li> <li>• Processo de Adicional de Serviço Extraordinário</li> <li>• Processo de Adicional de Serviço Extraordinário</li> <li>• Processo de Adicional Noturno</li> <li>• Processo de Afastamento para Estudo ou Missão no Brasil ou Exterior</li> <li>• Processo de Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (docente)</li> <li>• Processo de Afastamento Remunerado</li> <li>• Processo de Ajuda de Custo (passagens e transporte de mobiliário)</li> <li>• Processo de Alteração do Regime de Trabalho</li> <li>• Processo de Auxílio Funeral</li> <li>• Processo de Auxílio Natalidade</li> <li>• Processo de Auxílio Pré-Escola</li> <li>• Processo de Avaliação em Perícia Médica</li> <li>• Processo de Cancelamento de Pensão (maioridade)</li> <li>• Processo de Cancelamento de Pensão (morte)</li> <li>• Processo de Comunicação de Falecimento</li> <li>• Processo de Concessão de Alteração do Regime de Trabalho dos Docentes (para dedicação exclusiva e de 20 para 40 horas semanais)</li> <li>• Processo de Conversão de Tempo de Serviço Comum em Especial</li> <li>• Processo de Flexibilização da Jornada de Trabalho (horário especial)</li> <li>• Processo de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso</li> <li>• Processo de Implantação do Ressarcimento de Plano de Saúde</li> <li>• Processo de Licença Casamento</li> <li>• Processo de Licença Gestante, Paternidade e Adotante/Prorrogação</li> <li>• Processo de Licença para Atividade Política (com remuneração)</li> <li>• Processo de Licença para Capacitação (docente)</li> <li>• Processo de Licença para Tratamento de Saúde</li> <li>• Processo de Licença para Tratar de Interesses Particulares (sem remuneração)</li> <li>• Processo de Licença por Falecimento de Pessoa da Família (entes familiares previstos no art. 97 inciso III alínea b da lei 8.112/90)</li> <li>• Processo de Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro</li> <li>• Processo de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família</li> <li>• Processo de Licença Prêmio por Assiduidade</li> <li>• Processo de Pagamento de Avaliadores do RSC</li> <li>• Processo de Pensão Civil</li> <li>• Processo de Prestação de Serviço Voluntário</li> <li>• Processo de Progressão Funcional Docente</li> <li>• Processo de Promoção e Retribuição por Titulação (docentes)</li> <li>• Processo de Promoção Funcional Docente</li> <li>• Processo de Promoção Funcional Docente Titular</li> <li>• Processo de Reconhecimento de Competências e Saberes (RSC)</li> <li>• Processo de Redução da Jornada de Trabalho com Remuneração Proporcional</li> </ul>

instruir processo de averbação de tempo de contribuição e abono de permanência;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Abono de Permanência</li> <li>• Processo de Averbação de Tempo de Serviço</li> </ul>
emitir pareceres sobre pedidos e revisão de aposentadorias; e	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Aposentadoria Compulsória</li> <li>• Processo de Aposentadoria por Invalidez</li> <li>• Processo de Aposentadoria Voluntária</li> <li>• Processo de Transformação do Fundamento Legal de Concessão de Aposentadoria</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2016

### **Quadro 3 - Coordenação de Administração de Pessoal e Registro de Atos**

1 Diretoria Geral de Gestão de Pessoas	
1.4 Departamento de Legislação e Demandas Externas – DLDE	
1.4.2 Coordenação de Administração de Pessoal e Registro de Atos – CAPRA	
Atribuições e Competências:	Tipos Processuais:
I. planejar, elaborar e coordenar, em conjunto com os Departamentos/Coordenações de RH dos Campi, a implantação do Programa de Dimensionamento da força de trabalho do IFPB;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Afastamento para servir a outro Órgão</li> <li>• Processo de Cessão de Servidor</li> <li>• Processo de Colaboração Técnica</li> <li>• Processo de Exercício Provisório</li> <li>• Processo de Redistribuição de Servidor (de outras IFEs para o IFPB)</li> <li>• Processo de Redistribuição de Servidor (do IFPB para outras IFEs)</li> <li>• Processo de Remoção (ex-ofício)</li> <li>• Processo de Remoção (motivo de saúde)</li> <li>• Processo de Remoção (a pedido)</li> </ul>
III. receber a documentação de posse dos candidatos no município de João Pessoa;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Admissão de Servidores Docentes</li> <li>• Processo de Admissão de Servidores Técnico-Administrativos</li> <li>• Processo de Contratação de Professor Substituto</li> <li>• Processo de Contratação de Professor Temporário</li> </ul>
IV. emitir, registrar e encaminhar para publicação no Diário Oficial da União, Portarias e outros atos relacionados à pessoal;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Designação de Comissão Interna (emissão de portaria)</li> <li>• Processo de Designação de Servidor como Fiscal de Contrato (emissão de portaria)</li> <li>• Processo de Designação de Servidor como Substituto Eventual (nas faltas e impedimentos legais do respectivo titular)</li> <li>• Processo de Designação e Dispensa de Servidor em Cargo ou Função Gratificada (emissão de portaria e publicação em DOU)</li> <li>• Processo de Designação e Dispensa de Servidores Ocupantes do Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (para o desempenho das funções comissionadas de coordenação de curso – FCC lei nº 12.677/2012)</li> <li>• Processo de Interrupção de Férias de Servidor (casos previstos no art. 80 da lei nº 8.112/90)</li> <li>• Processo de Localização de Servidor</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2016

#### **Quadro 4 - Coordenação de Acompanhamento de Demandas Judiciais**

I Diretoria Geral de Gestão de Pessoas	
1.4 Departamento de Legislação e Demandas Externas – DLDE	
1.4.3 Coordenação de Acompanhamento de Demandas Judiciais - CCDJ	
<b>Atribuições e Competências:</b>	<b>Tipos Processuais:</b>
I. coordenar e executar instrução de processos judiciais;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Ação Judicial (mandado de citação e mandado de segurança)</li> </ul>
V. elaborar pareceres acerca dos pedidos de pagamentos por motivo de substituição e auxílio transporte intermunicipal;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Auxílio Transporte Intermunicipal</li> <li>• Processo de Pagamento por Substituição</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2016

Pode-se ver que a quantidade de tipologias documentais geradas a partir das atribuições das coordenações do Departamento de Legislação e Demandas Externas é expressiva. Isso ocorre porque este atua diretamente na análise dos processos, emissão de parecer e despachos acerca dos direitos dos servidores.

Outro componente da estrutura DGEP é o Departamento de Gestão das Rotinas de Cadastro e Pagamento de Pessoal que apresenta a seguinte estrutura:

#### **Quadro 5 - Coordenação de Gestão de Cadastro de Pessoal**

I Diretoria Geral de Gestão de Pessoas	
1.1 Departamento de Gestão das Rotinas de Cadastro e Pagamento de Pessoal - DRCP	
1.5.1 Coordenação de Gestão de Cadastro de Pessoal – CCP	
<b>Atribuições e Competências:</b>	<b>Tipos Processuais:</b>
II. manter atualizados os dados cadastrais (pessoais e funcionais) dos servidores ativos, aposentados, beneficiários de pensão e estagiários junto aos Sistemas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Atualização e Correio Eletrônico</li> <li>• Processo de Inclusão de dependente e/ou Pessoa da família</li> <li>• Processo de Mudança de Domicílio Bancário</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2016

**Quadro 6** - Coordenação de Gestão de Folha de Pagamento de Pessoal

<b>I. Diretoria Geral de Gestão de Pessoas</b>	
<b>1.5 Departamento de Gestão das Rotinas de Cadastro e Pagamento de Pessoal - DRCPP</b>	
<b>1.5.2 Coordenação de Gestão de Folha de Pagamento de Pessoal - CFP</b>	
<b>Atribuições e Competências:</b>	<b>Tipos Processuais:</b>
I. registrar, no Sistema SIGEPE, as atividades relacionadas ao pagamento de pessoal do IFPB;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP)</li> <li>• Processo de Pagamento de Exercício Anterior</li> <li>• Processo de Pagamento Retroativo</li> <li>• Processo de Implantação do Ressarcimento de Plano de Saúde e de Reembolso das Mensalidades</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2016

Após o levantamento dos dados, foi verificado que o Departamento de Gestão das Rotinas de Cadastro e Pagamento de Pessoal trabalha na operacionalização dos atos em sistemas, gerando poucas tipologias documentais através de suas funções administrativas.

Por fim, o terceiro departamento que compõe a estrutura da DGEP é o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, que atua na política de capacitação, qualificação e qualidade de vida do servidor e tem a seguinte estrutura:

### Quadro 7 - Coordenação de Capacitação e Qualificação de Pessoas

1 Diretoria Geral de Gestão de Pessoas	
1.6 Departamento de Desenvolvimento de Pessoas - DDP	
1.6.1 Coordenação de Capacitação e Qualificação de Pessoas - CCQP	
<b>Atribuições e Competências:</b>	<b>Tipos Processuais:</b>
IV. instruir processos administrativos de concessão de progressão por capacitação e qualificação;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Incentivo à Qualificação (técnico-administrativo)</li> <li>• Processo de Progressão Funcional por Capacitação (técnico-administrativo)</li> </ul>
V. analisar pleitos individuais referentes à ajuda de custo para participação em eventos de capacitação e cursos de educação formal extra IFPB, encaminhando à instância superior subsídios legais e orientações quanto ao pleito apresentado;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Ajuda de Custo para Cursos e Eventos</li> </ul>
VI. analisar pleitos sobre licença capacitação e redução de carga horária para estudos de pós-graduação;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Licença para Capacitação – técnico-administrativo</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

### Quadro 8 - Coordenação de Avaliação e Desempenho de Pessoas

1 Diretoria Geral de Gestão de Pessoas	
1.6 Departamento de Desenvolvimento de Pessoas - DDP	
1.6.2 Coordenação de Avaliação e Desempenho de Pessoas - CADP	
<b>Atribuições e Competências:</b>	<b>Tipos Processuais:</b>
VI. efetivar as avaliações de estágio probatório bem como as avaliações de progressão por mérito com base nos resultados dos desempenhos dos servidores;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de Estágio Probatório (técnico - administrativo)</li> <li>• Processo de Progressão Funcional por Mérito Profissional (técnico-administrativo)</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

### Quadro 9 - Coordenação de Assistência ao Servidor

<b>I Diretoria Geral de Gestão de Pessoas</b>	
<b>1.6 Departamento de Desenvolvimento de Pessoas - DDP</b>	
<b>1.6.3 Coordenação de Assistência ao Servidor – CAS</b>	
<b>Atribuições e Competências:</b>	<b>Tipos Processuais:</b>
<b>I. acompanhar o cumprimento dos contratos de planos de saúde, bem como estabelecer conceitos, critérios, procedimentos e competências para a realização do Exame Médico Periódico, em conformidade com a legislação pertinente;</b>	<b>• Processo de Adesão e Cancelamento/Regularização de Plano de Saúde</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2016

Diante da apresentação dos setores e das atribuições, percebe-se que alguns setores (apenas mencionados no organograma) não analisam nenhum tipo de processo, o que não quer dizer que este setor precisa ser extinto, tendo em vista que alguns deles são de planejamento de políticas, monitoramento e articulação de ações. Em contrapartida, pode-se verificar que outros setores em decorrência de suas atribuições concentram uma quantidade muito grande de tipos de processos.

## Fundamentação Teórica

### *Análise tipológica de documentos de arquivo*

O documento de arquivo, em seu contexto mais amplo, reflete a função administrativa que o gerou, compondo um conjunto orgânico e estruturado das atividades internas e externas de uma entidade. Rodrigues (2008, p.34) diz que “a organicidade é uma qualidade”.

Para entender sobre análise tipológica documental, é preciso conhecer as teorias e aplicações da Diplomática.

“Historicamente, a definição de diplomática esteve intimamente ligada ao conceito de documento que caracteriza seu objeto de estudo”. (RODRIGUES, 2008, p.119).

O conceito de Diplomática experimentou um processo de mudança desde seu nascimento até o momento atual. No início, o termo aplicado a essa ciência, era usado para designar objetos escritos que estavam pregados e fechados. Depois os humanistas italianos começam a aplicar essa terminologia para designar peças documentais emanadas das mais altas autoridades civil ou eclesiástica e, em um segundo momento, todo documento revestido em suas formas interna e externa de solenidades especiais. (RODRIGUES, 2008, p.121).

A diplomática surge a fim de evitar falsificações de documentos, com o intuito de garantir a sua autenticidade, através de regras e procedimentos e de suas características internas e externas. “Nesse contexto, originam-se disciplinas e métodos que procuram, por meio do exame dos documentos, estabelecer e assegurar sua autenticidade.” (TOGNOLI, 2014, p. 13).

A diplomática surgiu ligada ao direito patrimonial, desenvolvendo um estudo sistematizado do documento escrito para provar a autenticidade de títulos de terras da Igreja, **garantindo direitos ou atestando a veracidade dos fatos ali representados**. (RODRIGUES, 2008, p.120, grifos nossos).

Segundo Rodrigues (2008, p. 133),

o documento diplomático, na abordagem clássica da diplomática é o documento individual, escrito, o qual os diplomatas analisam do

ponto de vista da tradição ou transmissão, dos elementos da forma e do processo de elaboração, para se chegar a sua autenticidade no âmbito do sistema jurídico vigente.

Deve-se aplicar essa abordagem aos documentos produzidos pelas administrações atuais, tendo em vista que muitos dos requisitos formais e dos elementos extrínsecos e intrínsecos exigidos, seja pela lei, seja pelas normas, tais como estrutura e tipologia, são desprezados. Portanto, para analisá-los, deve-se levar em consideração a lógica de funcionamento do órgão que o produziu.

Nesta perspectiva, as competências, funções e atividades desempenhadas, que se articulam no procedimento de gestão, são elementos inovadores, introduzidos na diplomática contemporânea para identificar o documento de arquivo.” (RODRIGUES, 2008, p.133).

Para poder realizar a análise tipológica documental, deve-se levar em consideração os métodos, tanto da diplomática clássica, quanto da diplomática contemporânea, conforme Rodrigues (2008, p.140):

Para efeitos de identificação da tipologia documental e seu tratamento técnico, ambos os métodos são necessários por serem complementares. O primeiro, da diplomática clássica, porque através dele se chega a espécie documental; o segundo, porque contextualiza a espécie no âmbito da função que determina sua produção, elemento que será denominativo do tipo documental, objeto e campo de estudos da tipologia documental.

Segundo Bellotto (2002, p. 93):

Para introduzir os **estudos tipológicos** é preciso relembrar, uma vez mais, que a espécie documental é a configuração que o documento assume de acordo com a disposição e a natureza de sua informação (e é objeto da Diplomática), bem como que o tipo documental é a espécie documental, não mais como “fórmula”, e sim já imbuído da atividade que o gerou (e é objeto da Tipologia). Assim, é possível estabelecer dois pontos de partida para a análise tipológica: o da Diplomática e o da Arquivística.

De acordo com Tognoli (2014, p. 57), “a Diplomática Moderna contribuiu para a fixação de um método analítico crítico, baseado na gênese e no estudo da forma documental, transformando a Diplomática Clássica em uma ciência exata”.

Por conseguinte, observa-se a existência de dois pontos de partida para realizar a análise tipológica, o da Diplomática e o da Arquivologia. Conforme Bellotto (2002, p. 93):

Se se partir da Diplomática, o elemento inicial é a decodificação do próprio documento, e suas etapas serão: da anatomia do texto ao discurso; do discurso à espécie; da espécie ao tipo; do tipo à atividade; da atividade ao produtor.

Já se partir da Arquivística, o elemento inicial tem de ser, necessariamente, a entidade produtora, e o percurso será: da sua competência à sua estrutura; da sua estrutura ao seu funcionamento; do seu funcionamento à atividade refletida no documento; da atividade ao tipo; do tipo à espécie; da espécie ao documento.

Portanto, para realizar a análise tipológica de documentos de arquivo, deve-se ter ciência de que “na diplomática, a

análise tipológica parte da espécie. A identificação diplomática de um documento, portanto, independe das características do conjunto. Na arquivística, a análise tipológica parte da proveniência.” (RODRIGUES, 2008, p. 140).

A Diplomática é, portanto, a disciplina que estuda o documento único, ou, se preferimos, a unidade arquivística elementar, documento, mas também fascículo, registro, analisando, sobretudo, seus aspectos formais a fim de definir a natureza jurídica dos atos, seja quando diz respeito à sua formação, seja quando diz respeito aos seus efeitos. (CARUCCI, 1987 *apud* TOGNOLI, 2014, p.107).

O estudo da análise tipológica é algo relativamente novo, iniciado na década de 1980, por um grupo de arquivistas do município de Madri, na Espanha. Trouxe para a Arquivologia uma grande contribuição na área de identificação dos tipos documentais. Como se pode destacar a seguir, a autora canadense, Gagnon-Arguin (1998 *apud* BELLOTTO, 2002, p. 94), demonstra tal contribuição:

- 1) na classificação/arranjo, por facilitar o entendimento da composição das séries;
- 2) na descrição, esclarecendo que os conteúdos veiculados em determinado formato jurídico têm certos dados que são fixos e outros variáveis, e que este conteúdo liga-se de forma obrigatória à espécie que o veicula;
- 3) no serviço aos usuários, pois a identificação dos tipos documentais traz informações antecedentes e exteriores ao próprio conteúdo do documento, fundamentais para sua compreensão dentro do conteúdo jurídico-administrativo de produção;

4) na avaliação, porque as tabelas de temporalidade partem da identificação das funções refletidas nas séries documentais que se quer avaliar para estabelecer o destino dos documentos. Aliás, a avaliação era o grande objetivo do Grupo de Trabalho de Madri, ao estabelecer os parâmetros da análise tipológica, relacionados adiante. Essa aplicação dos estudos diplomáticos foi bastante inovadora e já tem mostrado bons frutos. Aliás, a avaliação dos documentos é, antes de tudo, baseada na sua estrutura e na sua espécie.

Os tipos documentais advêm a partir de um ato, jurídico, administrativo ou notarial, aplicado a uma espécie documental em virtude da atividade ou função, desenvolvida pela instituição produtora que o gerou.

Segundo Bellotto (2002, p. 91):

Uma listagem de tipos documentais, e não de espécies, na qual se pretendesse abarcar os universos jurídico, administrativo e notarial, seria impossível. Isso porque, levando-se em conta que tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, sua fixação é complexa e pontual. Só é viável a construção de glossários de tipos documentais específicos.

Como é possível ver, o levantamento dos tipos documentais é complexo e se aplica a tipos documentais específicos, o que cabe perfeitamente na proposta deste trabalho, que a partir de uma espécie documental, de um setor específico, de uma determinada instituição, estudando profundamente sua estrutura hierárquica administrativa, suas atividades e funções administrativas e o fluxo dos processos, busca realizar um levantamento das tipologias.

O levantamento dos tipos depende do conhecimento das atividades desenvolvidas pela entidade produtora/acumuladora do arquivo e das relações orgânicas entre aquelas atividades entre si, entre elas e os documentos por ela produzidos/acumulados e entre os documentos entre si. É preciso ficar claro que tal afirmação não invalida, naturalmente, a existência de glossários de tipos documentais. Entretanto, eles só serão viáveis se circunscritos à sua própria área de ação, seja ela jurídica, administrativa, notarial, científica, técnica ou artística. (BELLOTTO, 2002, p. 91).

Um princípio arquivístico imprescindível utilizado para nortear a análise tipológica, do ponto de vista arquivístico, é o princípio da Proveniência. Este princípio diz que os arquivos devem ser organizados de acordo com as competências e atividades institucionais do órgão ou pessoa que produz, acumula ou guarda os documentos, não sendo estes mesclados a outros de origem distinta. Para que a análise seja realizada, alguns aspectos devem ser levados em consideração, conforme Bellotto (2002, p. 95), nos demonstra:

**Na análise tipológica a partir da Arquivística**, parte-se do princípio da proveniência e, portanto, a análise vai verificar se:

- 1) o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos;
- 2) os procedimentos de gestão são sempre os mesmos quando se dá a tramitação isolada dos documentos isolados;
- 3) os conjuntos (séries) formados pelas mesmas espécies recebem na avaliação uniformidade de vigência e de prazos de guarda ou eliminação;

- 4) na constituição do fundo e de suas subdivisões, os conjuntos não estão sendo dispersos;
- 5) os documentos da série possuem a devida frequência de eliminação.

Segundo Bellotto (2002, p. 95), “a efetivação da análise tipológica a partir da Arquivística exige conhecimento prévio”. Estes conhecimentos são da estrutura orgânica e das funções de uma instituição, conforme é visto abaixo:

- 1) da estrutura orgânico-funcional da entidade acumuladora;
- 2) das sucessivas reorganizações que tenham causado supressões ou acréscimos de novas atividades e, portanto, de tipologias/séries;
- 3) das funções definidas por leis/regulamentos;
- 4) das funções atípicas circunstanciais;
- 5) das transformações decorrentes de intervenções;
- 6) dos processos, pois eles têm uma tramitação regulamentada.

Alguns modelos de análise tipológica serviram de base para este trabalho, tais como: o modelo dos arquivistas de Madri e o modelo utilizado por um dos arquivos setoriais da Universidade de São Paulo. Bellotto (2002, p. 96) traz os itens que devem ser considerados em uma análise tipológica, com alguns acréscimos que estão entre colchetes, a partir do ponto de vista dos arquivistas de Madri, como é visto a seguir:

Os itens a serem considerados na análise tipológica, segundo o modelo preconizado pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madri, são:

- 1) **Tipo** [Espécie documental + atividade concernente]

- 1.1) Denominação a ser buscada na legislação, em tratados de direito administrativo, manuais de rotinas burocráticas, glossários, dicionários terminológicos ou a partir do próprio documento.
- 1.2) Caracteres externos (gênero, suporte, formato, forma).
- 2) **Código** da série que corresponde ao tipo no plano de classificação. Posição da série dentro do fundo ou do conjunto maior.
- 3) **Entidade produtora acumuladora** [atribuições]. Suas subdivisões correspondem, em geral, às funções, se for o caso.
- 4) [**Atividade(s)** que gera(m) o tipo documental em foco].
- 5) **Destinatário**, se for o caso.
- 6) **Legislação** que cria a entidade e a função/atividade que originará a série.
- 7) **Tramitação**. Sequência das diligências e ações (trâmites), prescritas para o andamento de documentos de natureza administrativa até seu julgamento ou solução. É o procedimento que gera e em que atua a tipologia.
- 8) **Documentos básicos** que compõem o processo, se for o caso.
- 9) **Ordenação**. Posição dos documentos dentro da série.
- 10) **Conteúdo**. Dados repetitivos na tipologia analisada.
- 11) **Vigência**. “Qualidade que apresenta um documento enquanto permanecem efetivos e válidos os encargos e disposições nele contidos”. [Tempo de arquivamento no arquivo setorial.]
- 12) [**Prazos**.] [Tempo de permanência no arquivo setorial.] Eliminação [ou preservação]

em arquivo permanente]. A fixação dos prazos não cabe quando se analisa documentos já de guarda permanente.

Do ponto de vista do arquivo setorial da Universidade de São Paulo, Bellotto (2002, p. 98) demonstra o seguinte:

1) TIPO: processos de estrutura curricular. DEFINIÇÃO: unidade documental em que se reúnem oficialmente documentos de natureza diversa, relativos à estrutura dos currículos dos cursos de graduação da Universidade, no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível. CARACTERES EXTERNOS: Gênero - textual. Suporte - papel. Forma - original.

2) CÓDIGO: C55000.

3) ENTIDADE PRODUTORA/ACUMULADORA: Conselho de Graduação (CoG). ATRIBUIÇÃO: estabelecimento de diretrizes para orientar a ação da Universidade no ensino da graduação. SUBDIVISÕES: Câmara de Avaliação, Câmara Curricular e Câmara do Vestibular.

4) ATIVIDADE: estudar questões de estrutura curricular realizadas pelas Comissões de Graduação, aprovando as modificações curriculares propostas pelas Unidades.

5) DESTINATÁRIO: unidades de ensino.

6) LEGISLAÇÃO: estatuto da Universidade de São Paulo. Resolução 3461, resolução CO 3732, resolução CoG 4235, resolução 3765, resolução 4141, resolução CoG 3918 e resolução CoG 3740.

7) TRAMITAÇÃO: criação ou modificação de currículos elaborados pelos professores dos Departamentos; apresentação às Comissões de Graduação das unidades

de ensino, museus ou institutos especializados, sua aprovação; entrada no Protocolo da Reitoria para o Conselho de Graduação; sua inclusão em pauta, discussão, anexação de pareceres e aprovação; subida às instâncias superiores - Pró-Reitoria de Graduação, Conselho Universitário e Reitor – para homologação; comunicação à unidade interessada e arquivamento.

8) DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O PROCESSO: proposta dos respectivos departamentos de ensino, pareceres, currículos atuais e ofícios.

9) ORDENAÇÃO: alfabética de unidade de ensino, departamento, curso e numérica (cronológica) dos processos.

10) CONTEÚDO: cursos, disciplinas e políticas de ensino.

11) VIGÊNCIA: enquanto for adotada a estrutura curricular aprovada.

12) PRAZOS: cinco anos ou vigência no arquivo setorial e preservação no arquivo permanente.

Como se pode ver, os elementos de ambos estão ligados ao contexto da produção e finalidades dos documentos. Porém, a autora canadense faz um estudo das espécies documentais, que é perfeitamente adaptável ao estudo das tipologias.

A análise tipológica é uma ferramenta de gestão documental importante para levantar e identificar os tipos documentais e auxiliar na produção, classificação, avaliação e descrição documental. Sendo assim, com base nesses fundamentos, é possível realizar a análise tipológica documental da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas do Instituto Federal da Paraíba.

## Proposta e modelo de análise tipológica

Após a apresentação e fundamentação dos dados, é proposto uma atualização na estrutura da DGEP, com redução na quantidade de setores, o que dará mais agilidade e celeridade aos processos, desburocratizando os serviços por ela prestados. Com uma nova estrutura reduzida, os servidores e os setores envolvidos não terão dúvidas para qual setor deverão encaminhar os processos.

A racionalização dos setores facilitará a identificação dos fluxos. Hoje, a estrutura é muito setorizada, gerando dúvidas sobre qual setor é competente para analisar um determinado processo e, muitas vezes, as coordenações são ocupadas apenas pelo coordenador. No momento em que se faz a fusão de coordenações, os departamentos da DGEP ganham em produtividade, visto que a quantidade de servidores disponíveis para análise dos processos aumentará.

Outra proposta é a constituição de uma comissão com o intuito de elaborar um manual de procedimentos administrativos para os processos da área de pessoal, contendo a descrição da estrutura da DGEP, organograma, competências e atribuições, itens da análise tipológica dos processos e fluxogramas do trâmite dos documentos. Nessa análise tipológica, a Arquivologia contribuirá na classificação e temporalidade, aplicando a resolução nº 14, do Conselho Nacional de Arquivos, e na racionalização dos trâmites processuais.

Logo abaixo segue o modelo de documento utilizado para análise tipológica proposta, tendo, como exemplo, um tipo de processo identificado na DGEP, assim como delineamento do fluxo documental que esse processo percorre desde a criação até o arquivo:

## Processo Administrativo Disciplinar

**Setor Responsável:** DGEP/CCAPD **Código de Classificação:** 025.11

### Temporalidade Arquivística:

Corrente	Intermediário	Destinação Final	OBS
5 anos	95 anos	Guarda Permanente	

**Definição:** A instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD é usada para apurar responsabilidade de determinado servidor por infração praticada no exercício de suas funções e quando ensejar a imposição de pena mais forte, conforme consta nos artigos 146, 148 e 151 da Lei nº 8.112/1990, a seguir:

Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Art. 148. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investida.

Art. 151. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - **inquérito administrativo**, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

As fases de instauração e julgamento do processo disciplinar é atributo da autoridade instauradora do processo. O ato

sancionatório, que se enquadra ao nível de advertência ou suspensão por prazo de até 30 dias, deve ser instruído mediante Processo Sindicante ou PAD, propriamente, tendo que garantir ao acusado o contraditório e ampla defesa.

**Legislação:** Artigos 146, 148 e 151 da Lei nº 8.112/1990

**Prazo estimado para conclusão do processo:** 30 dias prorrogáveis por mais 30 dias.

**Documento para abertura do processo:** Documento que faz a denúncia de alguma irregularidade ocorrida na instituição, com origem interna ou externa ao IFPB, que deverá tramitar em observância a ordem hierárquica do órgão para ciência, parecer e encaminhamento.

### Fluxograma Vertical nº 01 – Processo Administrativo Disciplinar

Nº	Símbolos	Interessado/Setor	Descrição
1		Interessado	Documento de denúncia
2		Protocolo Reitoria (CP-RE) ou Campi (CP-Campi)	Abertura de processo e registro no SUAP.
3		Protocolo Reitoria (CP-RE) ou Campi (CP-Campi)	Encaminhamento ao Gabinete do Reitor com registro no SUAP.
4		Gabinete do Reitor	O Reitor avalia o processo e decide o melhor encaminhamento, podendo instaurar imediatamente um processo administrativo disciplinar ou submete o caso à Procuradoria federal do IFPB para análise jurídica.
5		Gabinete do Reitor	Encaminha para a Procuradoria Federal no IFPB com registro no SUAP.
6		Procuradora Federal no IFPB (PF-RE)	Analisa o fato, emite parecer técnico jurídico e devolve ao Reitor.
7		Procuradora Federal no IFPB (PF-RE)	Encaminha ao Gabinete do Reitor com registro no SUAP.
8		Gabinete do Reitor	Com base no parecer da Procuradoria Federal no IFPB o Reitor decide se arquivar o processo ou se encaminha a instauração do processo, envia a CCAPD para acionar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD.

9		Gabinete do Reitor	Encaminha a CCAPD com registro no SUAP.
10		CCAPD	Encaminha o processo à CPAD, assim como acompanha os trabalhos com registro no SUAP.
11		CPAD	Realiza os trabalhos.
12		CPAD	Encaminha à CCAPD com registro no SUAP.
13		CCAPD	Encaminha ao Gabinete do Reitor com registro no SUAP.
14		Gabinete do Reitor	O Reitor faz Julgamento Final com base no relatório emitido pela CPAD e procede aos encaminhamentos necessários para cumprimento da decisão. Após arquivar o processo por 5 anos junto ao Gabinete, passado esse período encaminha-se o processo à Coordenação de Memória e Arquivo (CMA) para arquivamento definitivo. Assim como, uma cópia do Ato Conclusivo deve ser arquivado na pasta funcional do servidor que respondeu o PAD.
15		Gabinete do Reitor	Encaminha cópia para ASGP com registro no SUAP.
16		Gabinete do Reitor	Encaminha processo para CMA com registro no SUAP.
17		ASGP	Arquiva na pasta funcional do servidor.
18		CMA	Arquiva o PAD permanentemente.

**Fonte:** Autores

Como verifica-se, este modelo de análise tipológica com fluxograma vertical contempla o passo a passo da instrução e trâmite dos processos, conforme a competência de cada setor que faz parte da estrutura da DGEP e do IFPB. Vale ressaltar que toda tramitação de processos no âmbito do Instituto Federal da Paraíba deverá ser registrada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

O SUAP traz o registro de informações importantes para a tramitação dos processos, porém ainda não atende aos requisitos da classificação e temporalidade arquivística. É um sistema robusto que precisa de alguns ajustes como a inclusão dos requisitos citados. Porém, é uma ferramenta que auxilia a Instituição no controle dos trâmites processuais e na recuperação da informação.

## Considerações finais

A gestão de pessoas é uma área bastante significativa para o funcionamento do Instituto Federal da Paraíba e demanda muitas atividades para o excelente atendimento e satisfação dos seus servidores e da sociedade. A gestão de pessoas trabalha quase que, exclusivamente, para o atendimento de direitos e benefícios dos servidores envolvendo cerca de 90 tipologias processuais, o que é considerado um número robusto, visto que possui cerca de 30 servidores.

As referidas propostas vêm para contribuir com o funcionamento da máquina pública. A Arquivologia, em concomitância com a Administração e o Direito, pode aprimorar os serviços prestados pela administração pública, aplicando suas técnicas e conhecimentos.

É importante a continuidade deste trabalho a partir da elaboração de um manual de procedimentos administrativos que auxiliará tanto os servidores que buscam algum direito, quanto os servidores que estarão analisando os processos, além de contribuir também com a transparência pública, visto que os trâmites processuais estarão disponíveis para qualquer pessoa.

Satisfará, também, a gestão completa dos processos da DGEF, desde sua criação até a destinação final, devidamente classificado e com o prazo de guarda estabelecido em tabela de temporalidade, conforme proposta de modelo de análise tipológica e de fluxos apresentados neste trabalho.

Com os resultados desse trabalho, o Instituto Federal da Paraíba, com o apoio da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas e da Assessoria Especial da Reitoria, acatou a proposta aqui sugerida e propôs a criação de uma Comissão para elaboração do manual partindo das questões elencadas. A análise tipológica e de fluxos deverá ser realizada de maneira constante com a atualização periódica do manual.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública / Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas, 51).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 120 p. (Projeto como fazer, 8).

BRASIL, Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Publicada no Diário Oficial da União em 09 de janeiro de 1991, retificado em 28 de janeiro de 1991.

BRASIL, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Publicada no Diário Oficial da União em 01 de fevereiro de 1999, retificado em 11 de março de 1999.

BRASIL, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008.

BRASIL, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Publicada no Diário Oficial da União em 18 de novembro de 2011.

BUENO, Danilo André. **Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística no âmbito da gestão de documentos**. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes ; Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, 2).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Estatuto**. João Pessoa, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. João Pessoa, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Regimento Geral**. João Pessoa, 2010.

LOPES, L. C. **A Imagem e a Sombra da Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do RJ, 1998. 110p.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria Interministerial nº 2.321**, de 30 de dezembro de 2014, Publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2014.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 225p.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: USP, 2008.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática [recurso eletrônico]**: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos aos estudos arquivístico. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2014.

# A Linguística enquanto uma área de interface com a Arquivística: aporte metodológico

*Thiago Henrique Bragato Barros*  
*Wanessa Martins Rodrigues*  
*Glenda Rocha Monteiro*

## Introdução

Nosso percurso de pesquisa, sempre esteve relacionado ao trabalho de interface a qual relaciona a Ciência da Informação, Arquivística e a Linguística, continua-se neste caminho, porque se entende que existe uma relação fundamental que pode contribuir para o aprofundamento teórico-metodológico destas áreas, por meio de suas metodologias e perceptivas nucleares.

Aborda-se aspectos fundamentais e norteadores das relações entre essas áreas e desdobramentos práticos e teóricos para a Arquivística em suas relações com a linguística. Neste sentido, têm-se trabalhado com a busca pela construção de um ferramental teórico-metodológico e integrá-las no âmbito da organização e acesso aos arquivos, compreendendo a atividade de representação e organização de arquivos como totalidade de um processo com uma série de facetas.

Diferente da percepção compartimentada e sem continuidade presente nos manuais tradicionais da área como, por exemplo, em Bellotto (2004) e Heredia (1991). Assim, utiliza-se da Representação Arquivística como um ponto de partida para as análises da teoria e da prática em classificação e descrição de arquivos tecendo comparação entre aos produtos deste processo, ou seja, os instrumentos de pesquisa e planos de classificação.

Pode-se compreender a Representação Arquivística como um ponte que relaciona a Descrição e Classificação como parte de seu processo, no sentido de que o termo Representação amplia a gama de compreensão destes processos e linguística como um método para análise de instrumentos de pesquisa e de teorias Arquivística, filiando-se aos estudos voltados para a Semântica Textual e Análise do Discurso.

Com essa compreensão, busca-se neste capítulo demarcar e sinalizar campos de atuação e divulgar como e o que têm sido trabalhado neste contexto.

## **Aspectos metodológicos da linguística**

Os estudos linguísticos foram, durante a primeira metade do século XX, balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala, que impôs uma “linguística da língua”, até certo ponto limitada pelo estudo interno da língua, não dando conta de seu objeto enquanto elemento produzido por e em um contexto *assujeitado pela ideologia* (ALTHUSSER, 1985) exterior e relacionada à própria produção linguística.

A linguística moderna, desde seu marco disciplinar inicial com a publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916) de Ferdinand Saussure, foi fundamental para a construção de todas as áreas de pesquisa que buscam estudar a linguagem enquanto objeto científico. Além disso, a linguística, desde seu início,

esteve associada ao estruturalismo, antes mesmo do auge desse movimento intelectual do final dos anos de 1950.

Muitas vezes a obra de Saussure é considerada um dos gestos fundadores do estruturalismo, como é conceituado por autores como Dosse (1993), Benveniste (1976) e Pêcheux (1998). Nesse sentido, a linguística tende a tornar-se científica por “não apenas insistir sobre uma necessidade de rigor, comum a todas as disciplinas. Trata-se, em primeiro lugar, de uma mudança de atitude em relação ao objeto, que se definirá por um esforço para formalizá-lo.” (BENVENISTE, 1976, p.7).

O rigor sistêmico, mais tarde compreendido e apresentado como estrutural por Saussure, irá influenciar no estruturalismo, especialmente, nas disciplinas que permaneciam em estado de estruturação, por volta das décadas de 1940 e 1950, como é argumentado por Dosse (2001, p. 296):

Os setores mais afetados pelo contágio linguístico foram disciplinas que se encontravam numa situação ainda precária no plano institucional, ou que estavam em busca de uma identidade, marcada por contradições internas entre suas pretensões à positividade científica e sua relação com o plano político.

O método de Saussure pode ser definido, em relação a um ponto fundamental, como *sistêmico*. Ampliado durante a década de 1950, pelos próprios estruturalistas com a noção de estrutura, esse preceito permeou a corrente intelectual de uma série de áreas até o final da década de 1970; dito isso, é necessário, em primeira instância, buscar compreender exatamente o significado desse sistema e conceito próprio de “estrutura”.

A linguística demonstra, essencialmente, que a língua é um sistema arbitrário de signos, vista, então, não como um sistema de valores ideológicos constituídos por conteúdos ou produtos

de uma experiência, mas por diferenças – totalmente arbitrárias e fechadas em si mesmas. Portanto, a língua é passível de estudos com um rigor matemático.

Saussure (2006, p. 72) exemplifica essa acepção da seguinte maneira “a ideia de mar não está ligada por relação alguma à sequência de sons m-a-r [...] poderia ser representada igualmente bem por outra sequência”.

Baseando-se nesta acepção é possível perceber que existe uma dualidade que se impõe à língua pela teoria saussuriana e pela própria linguagem, na medida em que aquele constitui-se num sistema que só conhece a sua própria ordem por uma relação entre duas dicotomias, a da língua (*langue*) / fala (*parole*) – do significante (imagem acústica) e do significado (conceito) – estabelecendo, assim, uma dualidade fundamental entre o sistema de signos (*langue*) e a esfera semântica e discursiva de seu uso, a *parole*.

“Nesta determinação mútua, o que conta não são os termos, considerados individualmente, mas os afastamentos diferenciais; são as diferenças de som e de sentido e as relações entre ambos que constituem o sistema de signos de uma língua” (RICOEUR, 1970, p.159).

Estas acepções afastam os estudos de linguagem de uma fundamentação predominantemente histórica e evolutiva, na medida em que essas dualidades irão funcionar como leis para os estudos de linguagem, como apresenta Benveniste (1976, p.43):

- dualidade articulatória/acústica;
- dualidade do som e do sentido;
- dualidade do indivíduo e da sociedade;
- dualidade da língua e da fala;
- dualidade material e do não-substancial;
- dualidade do “memorial” (paradigmático) e do sintagmático;

- dualidade da identidade e da oposição;
- dualidade do sincrônico e do diacrônico.

Essas dualidades estão estritamente relacionadas à dicotomia imposta por Saussure. Outro ponto de fundamentação que permeia essas posições teóricas, como se apontou anteriormente, são as noções de sistema e estrutura vinculadas às disciplinas científicas desde o final do século XIX, especialmente à biologia, buscando uma relação entre os objetos de estudo, até então analisados separadamente.

Ora, o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste precisamente em separar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo *função* de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o *funcionamento*. (...) diremos que não se deve procurar o que cada parte *significa*, *mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte que se realize* ou não. (PÊCHEUX, 1998, p.62).

Orlandi (2007, p.23) comenta como “Saussure exemplifica isso com o jogo de xadrez, em que uma peça (o cavalo, por exemplo) tira sua identidade não do material de que é feito (...) e nem mesmo de sua figura aparente (...), mas da relação de oposição que tem com as outras peças e da sua posição em relação ao todo”.

Nesse sentido (PÊCHEUX, 1998), Saussure pôs-se a pensar contra seu tempo, rompendo com uma série de definições pré-linguísticas no que diz respeito à origem da língua e às determinações lógicas, biológicas e sócio-históricas. Até então,

existiam empreendimentos que buscavam uma gramática universal, por exemplo, o estudo do indo-europeu, ou mesmo as gramáticas comparadas e a relação entre a língua e a vida dos povos e indivíduos.

Os preceitos saussurianos servirão de instrumento epistêmico para o estruturalismo de maneira generalizada nas diferentes adaptações das várias disciplinas. A abordagem predominantemente sincrônica e sistêmica afastará a linguística da perspectiva histórico-evolutiva corrente no século XIX, favorecendo sua automação enquanto ciência e permitido a perspectiva de que uma língua não muda do mesmo modo que a sociedade e não se submete às mesmas leis. Para Saussure, a História de uma palavra não dava conta de sua significação atual.

As ideias de Saussure seguirão um aumento exponencial. De um primeiro momento relacionado a pequenos círculos, em especial o de Moscou (onde é introduzida desde 1915 por Jakobson), até o Círculo de Praga, que contava com a participação de Lévi-Strauss e Roman Jakobson. A partir deles, deu-se a chegada destas ideias para os estruturalistas na França, no início dos anos 1950.

Nesse percurso, vários lugares atribuem diferentes interpretações sociológicas, lógicas ou psicológicas dos pressupostos saussurianos. Por exemplo, Lévi-Strauss é referenciado por Dosse (1993) como o primeiro a transferir os modelos linguísticos para o estudo da antropologia, influenciando o uso das ideias linguísticas como subsídios para as demais disciplinas das ciências humanas, dando à linguística saussuriana status fundamental para a renovação dos estudos sobre sociologia, psicanálise, filosofia, antropologia, História e, por fim, a própria linguística.

De acordo com a própria formulação da linguística de uma disciplina que, por muito tempo foi compreendida como um pivô, tem se desenvolvido frentes de pesquisa, estudando fenômenos

da Arquivística em duas perspectivas: 1) A semântica textual 2) A análise do discurso.

## **A semântica textual**

A linguística textual é uma área da linguística recém-criada, inicialmente desenvolvida na Europa, especificamente na Alemanha, nos anos 1960. Ela concentra seus estudos, como o próprio nome remete, ao texto propriamente dito. (FÁVERO; KOCH, 2012).

As causas que levaram os linguistas a desenvolverem as gramáticas textuais justificam-se, segundo as autoras, devido:

Lacunas das gramáticas de frase no tratamento de fenômenos tais como a co-referência, a pronominalização, a seleção dos artigos (definido ou indefinido), a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a entoação, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a concordância dos tempos verbais e vários outros que só podem ser devidamente explicados em termos de um texto ou, então, com referência a um contexto situacional. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 16).

A inserção destas novas perspectivas com relação ao texto pode ser compreendida como o atendimento e a resposta a uma série de necessidades latentes ao âmbito textual, como as ressaltadas acima, que transpõem o nível da palavra e da frase tal análise precisa, a partir de então, ser mais abrangente e completa, e isto seria alcançado por meio do contexto textual.

As autoras destacam três períodos que foram essenciais na “passagem da teoria da frase à teoria do texto”, para isso apresentam as considerações de Conte (1977 *apud* FÁVERO; KOCH, 2012) em que o autor os elenca respectivamente como

o da análise transfrástica, das gramáticas textuais e das teorias do texto. Vale ressaltar que esses momentos não são considerados como um percurso exatamente cronológico, mas “sim tipológico, por não haver, entre eles, uma sucessão temporal, constituindo-se cada um deles em um tipo diferente de desenvolvimento teórico” (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 17).

No primeiro momento, o da análise transfrástica, a pesquisa ainda estava inclinada à análise do enunciado ou da sequência de enunciados e o seu percurso até o texto. Esse estudo objetivava inferir quais relações poderiam existir entre os enunciados.

Na visão das autoras, esse primeiro momento, ainda que significativo por transpor o nível da frase, não configurou autonomia ao tratamento do texto e nem pode construir um modelo teórico para servir como guia às pesquisas relacionadas. (FÁVERO; KOCH, 2012).

O segundo momento, das gramáticas textuais, visava estudar fenômenos linguísticos dos quais a gramática do enunciado não explicava. A gramática textual considerava que entre o texto e o enunciado havia uma diferença qualitativa e que o texto era “mais que uma sequência de enunciados” (p.19), sendo, portanto, a sua compreensão e produção resultadas da “competência textual”. Esta competência elencada pelas autoras consiste em:

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, isto é, determinar seus *princípios de constituição*, os fatores responsáveis pela sua *coerência*, as condições em que se manifestam a textualidade (*Texthaftigkeit*);
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma das características essenciais do texto;
- c) diferenciar as várias espécies de textos. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 19).

As autoras destacam o modelo de gramática textual de Petöfi, pois é o que mais se destacou nesse segundo momento. Petöfi acreditava em um modelo de gramática textual de base não linear, isto quer dizer, que não seguia um padrão pré-estabelecido, e nem formal, pois esta base textual constaria de “uma *representação semântica*, indeterminada com respeito às manifestações lineares das sequências dos enunciados”. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 20. Grifo nosso).

Petöfi postula ser este modelo de gramática apto a tornar possível:

a) a análise de textos, isto é, a atribuição a uma manifestação linear de todas as bases textuais possíveis; b) a síntese de textos, ou seja, a geração de todas as bases possíveis textuais; c) a comparação de textos. Neste modelo, o léxico, com suas representações semânticas intencionais, assume função relevante. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 20).

O terceiro e último momento é o das teorias do texto. Desse momento em diante, recebem maior destaque o contexto pragmático do texto.

O âmbito de investigação se estende do texto ao contexto, entendido, em geral, como conjunto de condições – externas ao texto – da produção, recepção e da interpretação do texto. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 20).

Sobre este aspecto Linguístico – textual, vários autores fizeram considerações a exemplo de Dressler, Schmidt e Oller. A pragmática do texto foi abordada de diversas maneiras. A seguir, observam-se estas definições por meio de um quadro conceitual para melhor visualização e compreensão.

### Quadro 1 – Definições sobre a pragmática textual

AUTOR	DEFINIÇÃO
WOLFGANG DRESSLER	“constitui apenas um componente acrescentado a posteriori a um modelo preexistente de gramática textual.” (DRESSLER, 1970 apud FÁVERO; KOCH, 2012, p. 21).
SIEGFRIED J. SCHMIDT	“significa a evolução da Linguística textual em direção a uma teoria pragmática do texto, que tem como ponto de partida o ato de comunicação – com todos os seus pressupostos psicológicos e sociológicos [...]” (SCHMIDT apud FÁVERO; KOCH, 2012, p. 21).
JOHN W. OLLER, JR.	“a interação dinâmica entre o conhecimento do locutor a respeito do universo (incluindo as informações imediatamente percebidas) e as dimensões sintático – semânticas. Estas dimensões, entretanto, de nenhuma maneira são independentes”. (OLLER, 1972, p. 43-55 apud FÁVERO; KOCH, 2013, p. 22).

**Fonte:** Dados da pesquisa 2016.

Estes três momentos mostram o percurso de constituição e expansão teórica da linguística textual e, como se referem as autoras, é caracterizado de forma mais “ampla, substancial e interdisciplinar”. (FÁVERO; KOCH, 2013, p. 23).

Para Fávero e Koch (2013), a gramática textual pode ser definida em termos do tipo de objeto que se propõe descrever de maneira explícita, o “texto” ou “discurso” (p.23), pela visão das autoras pode-se inferir que as gramáticas textuais não consistem em mais uma forma de gramática/regras, como o é a “estrutural, a gerativo-transformacional ou a funcional. (FÁVERO; KOCH, 2013, p. 23).

Portanto, o alvo das gramáticas textuais, bem como da linguística textual não se restringem a “métodos e modelos, mas, sim, do seu escopo, ou seja, dos tipos de objetos e de problemas que constituem o seu campo de estudo”. (p.23). Desse modo, visa explorar a própria área de modo a buscar solucionar problemas e expandi-la cientificamente.

Fávero e Koch (2012, p.27) novamente contribuem à análise da semântica textual quando, assim como Benveniste, esclarecem a noção de sentido, fazendo entender que:

O plano de conteúdo, os significados ordenados dos signos que compõem um texto podem ser chamados de sentido (sinn). À semântica textual, como parte da linguística textual, cabe indagar-se sobre as regras válidas para a determinação recíproca dos signos verbais no texto e na sua compatibilidade dentro do contexto.

Infere-se, a partir do percurso traçado, que a Linguística Textual contemporânea estende sua análise do texto ao contexto, isto é, aos fatores que se encontram para além do texto. Esta forma de analisar não só é mais abrangente como muito mais profunda em termos semânticos do que até então se havia proposto em relação ao texto. É, portanto, esse viés mais prático e palpável, isto é, pragmático, que vai trazer uma renovação identitária à Linguística Textual a partir do século XX.

## **A análise do discurso (AD)**

A AD vem modificar a visão estruturante de linguística, visando à compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível também situado fora do estritamente linguístico.

Por meio da AD, pode-se chegar à conclusão de que nenhum estudo da linguagem pode deixar de levar em conta aspectos da sociedade que a produz, uma vez que os processos que constituem a linguagem são histórico-sociais.

A linguística, a partir dos anos 60, preocupava-se com a análise de um objeto além da frase, ou seja, começava-se a exigir a abordagem da articulação entre o material linguístico e seu

exterior. Porém, o momento inicial da AD não é menos importante do que o “último estágio” dessa disciplina, pelo contrário, é o solo sobre o qual se detém para enxergar a construção do edifício teórico.

O território francês para o desenvolvimento da teoria do discurso é bastante diferente daquele que foi apropriado pela Ciência da Informação, para discutir a institucionalização da Informação, aspectos sociais da informação e temáticas relacionadas, ou seja, existe no uso de AD na CI um *deslocamento* e uma *naturalização* de sua trajetória e de seu percurso.

Gadet (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p.16) ilustra tal diferença entre AD de Pêcheux e Foucault e a AD anglo-saxã em um quadro interessante:

**Quadro 2 -** Quadro Comparativo entre a AD Francesa e AD Anglo-Saxã

	<i>AD Francesa</i>	<i>AD Anglo-saxã</i>
<i>Tipos de discurso</i>	Escrito Quadro institucional Doutrinário	Oral Conversação cotidiana Comum
<i>Objetivos determinados</i>	Propósitos textuais Explicação-forma Construção do objeto A relação ideologia/língua	Propósitos comunicacionais Descrição-uso Imanência do objeto
<i>Método</i>	Materialismo histórico	Interacionismo Psicologia e sociologia
<i>Objeto</i>	Linguística	Antropologia

**Fonte:** Adaptado de Maingueneau, 1997

A fim de demarcar o espaço de atuação e qual das muitas Análises do Discurso que estamos têm-se trabalhado sob a perspectiva Pêcheux-Coutine de AD, na medida em que, busca-se, enunciar que as ciências sociais, e as ciências humanas de modo geral, possuem desequilíbrios e inversões regulados pelos

sujeitos conscientes, atuantes nas produções textuais e orais, mas também, regulados pela ideologia e pelo poder, ou seja, o sentido oculto presente naquele espaço discursivo que ele analisa.

São iniciadas, a partir das considerações de Pêcheux a respeito de Foucault, algumas reformulações da teoria da AAD (Análise Automática Discurso), especialmente com a formulação de Pêcheux da noção de *formação discursiva*.

Porém, a contribuição Foucaultiana para a AD é mais periférica, pois, em Foucault, o objeto de estudo é a *ciência* e sua *discursividade*; e, em Pêcheux, a AD faz parte de um projeto epistemológico completo, encarada como uma ruptura com os preceitos linguísticos clássicos.

Ainda que a obra de Foucault seja fundamental para a análise, o ator central do projeto é Pêcheux e ele deve ser considerado nas pesquisas que buscam utilizar Análise do Discurso na Ciência da Informação.

Porque o projeto de análise cresce e constrói-se a partir do seu grupo. Por conta da tradição francesa, as pesquisas ali desenvolvidas centram-se nesta perspectiva. O mesmo não ocorre na América do Norte.

Ao final da década de 1960, o estruturalismo, anteriormente calcado na linguística, sociologia e antropologia, aproxima-se, em Foucault, da História e com Pêcheux funda-se uma área de interseção, interdisciplinar no mais fundamental do termo.

*L'Archeologie du Savoir* vem sanar um problema que, muitas vezes, pode ser percebido nas obras anteriores de Foucault: a ausência de um quadro metodológico explicitado, que vem a ser o objeto de reflexão desta obra.

No núcleo desse quadro, instaura-se a linha de pensamento Foucaultiana de análise do discurso, responsável pela formulação de uma série de conceitos fundamentais para a estruturação metodológica da disciplina, emprestada à AD por Pêcheux a partir de 1975.

Na obra, Foucault aproxima a esfera discursiva tradicional, presente no método estruturalista, do ideário baseado no marxismo, presente nos seguidores de Althusser.

Contudo, é iniciado um deslocamento, com a formulação de conceitos como a *prática discursiva*, *formação discursiva* e *formação ideológica*.

Para Pêcheux, neste momento, o sujeito do discurso sempre está relacionado entre a posição sujeito da ideologia/sujeito da linguagem, mas o campo de análise é reconfigurado.

Em *L'Archeologie du Savoir*, Foucault utiliza este método para compreender a “História da História”, visando a sua desconstrução. O método que ele utiliza para efetuar tal desconstrução é sua contribuição para a análise do discurso.

Em nenhum caso quis Foucault arvorar-se em defensor de uma positividade qualquer da ciência histórica, por mais nova que fosse. O que lhe interessa é abrir as estruturas para as descontinuidades temporais, para os desequilíbrios e inversões que regulam os deslocamentos de um jogo incessante de práticas discursivas (DOSSE, 1994, p.270).

Assim, compreendendo a Ciência da Informação como uma instância significativa e passível desta análise, busca-se no seu passado compreender o atual momento de transição no qual ela se encontra, estabelecendo essa relação arqueológica.

A AD, assim como tantas outras disciplinas desenvolvidas durante o século XX foi/é uma disciplina permeada por outros campos de conhecimento, no caso, fundamentalmente as Ciências Sociais e a Linguística.

A este respeito, Malidier (1994, p.19) faz a seguinte avaliação:

[...] A análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas [especialmente a psicologia]. O objeto do discurso, que

reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. [...] o objeto teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia. A análise [do discurso] só pode ser pensada em relação a uma teoria [do discurso].

O texto fundamental, *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* – publicado na revista *Langages* 37 –, é o resultado de todo o processo de uso da AAD-69 (primeira enunciação da análise do discurso) e atualiza e reestrutura o quadro epistemológico geral, na articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a teoria discursiva.

Pêcheux e Fuchs (1997, p.163) fazem a seguinte ponderação a respeito dos primeiros momentos da AAD:

Nestes últimos anos, a “análise automática do discurso” (...) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações suscitadas nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão.

Portanto, esse é o momento das reconsiderações a respeito dos primeiros sete anos da AD, e os autores buscam retificar e renovar algumas abordagens da AD.

A noção de formação discursiva acaba por fazer exatamente isso: *deslocar* a compreensão da máquina produtora de discursos, desconstruindo-a, uma vez que a *Formação Discursiva*, em

uma relação paradoxal com seu exterior, mais tarde levará a noção de *interdiscurso* e *memória discursiva* importante no atual estágio da AD.

Aborda-se a seguir pesquisas que têm sido desenvolvidas utilizando ambas as teorias da linguística.

## **Semântica e discurso: abordagens para a arquivística**

### **Representação arquivística em instituições: uma análise semântica**

Por meio deste arcabouço teórico tem trabalho no âmbito da semântica, com a análise de instrumentos de pesquisa por meio da concepção da Representação Arquivística. Que por representação, podemos entender como define Jacob (1998, p.146 *apud* YAKEL, 2003, tradução nossa):

É usado para referenciar ambos o processo ou atividade de representar e para os objetos produzidos por essa atividade [...] O processo de representação busca estabelecer uma correspondência sistemática entre o domínio alvo e o domínio modelado para captura ou reapresentar, por meio do domínio de modelação, o objeto, dado ou informação do domínio alvo.

Buscando uma aproximação com esta noção Yakel (2003) estabelece a Representação Arquivística como:

[...] representação refere-se aos dois processos de arranjo (respeitando ou desrespeitando a ordem) e descrição, assim como a criação de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos) e sistemas (fichas catalográficas,

bases de dados bibliográficas e bases de dados Arquivísticas) resultado destas atividades. É clara como a criação de substitutos se relaciona com a representação. (YAKEL, 2003, p.2, tradução nossa).

Então, a Representação Arquivística engloba os processos relacionados à classificação/arranjo e de descrição de um modo integrado e visando a continuidade ao longo da elaboração dos instrumentos de pesquisa e do plano de classificação.

A Representação Arquivística é parte central da metodologia de tratamento dos arquivos visando por meio deste, estabelecer o percurso histórico e conceitual da Arquivística. Assim, já existe lastro teórico para abordar a descrição e classificação como um processo simbiótico para a organização e preservação dos arquivos.

Neste sentido, percebeu o cenário canadense como espaço privilegiados na discussão de aspectos teóricos-metodológicos da Representação Arquivística e outros aspectos voltados aos arquivos e justamente por isso, utiliza-se de autores, analisa-se instituições dos mesmos, relacionadas à classificação e descrição, utilizando da semântica como fundamento de análise.

A Arquivística passou por mudanças profundas a partir da década de 1980, seja no campo prático, seja no teórico. No âmbito teórico, essas modificações se devem às publicações de uma série de autores das correntes anglo-saxônicas, predominantemente do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, que, nos últimos 30 anos, buscaram esquematizar uma prática técnico-científica diferente daquela tradicionalmente desenvolvida na Europa, por exemplo.

Aproximam a Arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprios das ciências humanas, através de autores como Terry Cook, Hugh Taylor, Brien Brothman e Tom Nesmith,

refletindo sobre aspectos até então pouco explorados no universo teórico da disciplina.

Podem-se citar, também, autores que buscaram dar sustentação às atividades Arquivísticas, a partir de uma perspectiva epistemológica, como David Bermman, Chris Hurley e Verne Harris, que podem ser destacados como figuras importantes desta iniciativa.

A ampliação e a revisão teórica dos últimos 30 anos sinalizam para uma profunda mudança no universo de atuação do arquivista, à medida que as instituições modificaram como produzem e organizam seus documentos em um universo administrativo de uso massivo e irreversível de tecnologias multimídia, que se apresentam como o maior desafio para os arquivistas e a Arquivística do presente e do futuro.

A disciplina tem buscado respostas para resolver os problemas do presente nos sistemas de gestão de documentos, pensando naqueles que devem ser preservados para o futuro.

Têm se desenvolvido por meio do percurso histórico-conceitual construído em pesquisas anteriores, a confecção de um modelo de ensino de Representação Arquivística, ou seja, a construção de uma ferramenta que auxilie no ensino no que se relaciona à aplicação das normas de classificação arquivística e das normas de descrição tendo como metodologia da análise a semântica textual como disciplina que operacionaliza análise proposta, uma vez que, pode-se compreender os planos de classificação e instrumentos de pesquisa como textos, passíveis de análise semântica.

Tendo como apoio a participação de alunos da graduação em Arquivologia da UFPA, por meio de bolsas de iniciação científicas (já financiadas pelo CNPQ/UFPA, três bolsas), o projeto tornou-se profundamente exequível na realidade acadêmica do curso de Arquivologia. Sinaliza-se ainda, o início no âmbito da UFPA de uma tradição de pesquisa nas áreas de Ciência da

Informação, levando a um programa de pós-graduação em ciência da informação em funcionamento desde 2017.

O atual projeto tem visado ampliar os horizontes de estudos da Representação Arquivística para outros arquivos e países, buscando dar sustentação à Representação Arquivística enquanto um núcleo metodológico da Arquivística e construir por meio dessa trajetória e mais ainda um ponto de ligação fundamental entre a Arquivística e a Ciência da Informação.

Busca-se por meio dos pressupostos teóricos da Arquivística canadense, perceber as diferentes abordagens de tratamento dos arquivos e comprovar o uso possível ou não da Representação Arquivística enquanto um eixo teórico-metodológico da Arquivística e a construção e as relações de sentido entre a teoria em representação e sua respectiva aplicação.

Neste sentido delimitou-se um conjunto de seis instituições, constituindo um corpus de análise qualitativa, focado em duas esferas de atuação, o estadual e o federal nos dois países selecionados, para a análise das práticas de classificação e descrição de arquivos, ou seja, a Representação – são elas:

- Arquivo Nacional Brasileiro
- Library and Archives Canada
- Provincial Archives of Manitoba
- Arquivo Público do Estado do Pará
- National Archives of Australia
- New South Wales Archives

Selecionou-se essas instituições devido à importância no cenário local e federal nos países estudados, uma vez que, em alguns casos essas instituições apresentam diferentes abordagens em representação, por exemplo, em relação a descrição propriamente dita, no caso da *Library and Archives Canada*, vê-se a aplicação da *Rules for Archivas Descripton* (RAD). Já arquivo provincial de Manitoba aplica-se o *series system* australiano, ou

seja, essas instituições representam um microuniverso interessante no que se relaciona à atividade cotidiana de Representação Arquivística.

Essa pesquisa, por meio da semântica, tem se construído no contraponto e análise das práticas em Representação Arquivística nestas seis instituições e nestes dois países tendo a como metodologia de análise, baseando-se na bibliografia ao qual dão sustentação a essas práticas, ou seja, autores brasileiros, canadenses e australianos.

A semântica tem dado suporte para o desenvolvimento desta pesquisa, e é por meio dela que têm se construído todas as análises, assim, fica claro o caráter relevante e fundamental da mesma para a área de Arquivística.

Outra frente de pesquisa tem sido o estudo de aportes teóricos da Arquivística e mais recentemente a Ciência da Informação por meio da Análise do Discurso.

## **Análise do discurso: possibilidades para a construção teórica da arquivística**

Se a abordagem semântica atenta possibilidade estudos de ordem metodológico-prática, a Análise do Discurso sinaliza abordagens de cunho teórico-metodológica.

Conforme descrito anteriormente, a abordagem do discurso possibilita uma série de inversões e deslocamentos do discurso estudado. Neste sentido, tem se trabalhado com temática que visam discutir e aprofundar aspectos epistemológicos e metodológicos da Arquivística contemporânea. (BARROS, 2015; BARROS, 2014; BARROS, 2013; BARROS; MORAES, 2013; BARROS; MORAES, 2010).

A arquivística tem-se construído balizada, em um primeiro momento, em técnicas e manuais de arranjo e descrição de arquivos, este momento sinalizou a construção da arquivística

enquanto uma prática voltada para um universo específico de instituições e seus documentos atendendo a uma realidade político-ideológica, que considerava importante o acesso a documentos tido como do antigo regime absolutista.

No decorrer dos anos de 1960-1980, passa a ocorrer uma mudança de valores e das instituições produtoras de documentos passam a existir dos arquivistas e da arquivística mudanças do terreno, levando a uma série de ações e movimentos de normalização de metodologias, deslocamentos conceituais, revisões... ou seja uma ebulição de mudanças.

A análise do discurso, nos priva de estudos descritivos como aqueles em Arquivística que tendem ao cronológico e descritivo em um universo particular à própria disciplina, ou seja, a contextualização histórica não é uma prática comum aos estudos teórico-epistemológicos da disciplina, que são bastante escassos.

Estudos dessa ordem tendem à naturalização e ao status disciplinar da Arquivística, isto é, tratam a teoria de modo evolutivo e contínuo, tratando a disciplina como um espaço aberto, passível de interpretação não só de sua teoria, mas também de seu lugar conceitual e histórico; assim, o espaço teórico não se encontra fechado, quando trabalha-se com a Análise do Discurso.

A Arquivística, ainda que uma área recente apresentou durante seu estágio inicial e desenvolvimento posterior, saltos teóricos e práticos, à medida que ocorriam mudanças institucionais, sociais ou como começa a ocorrer a partir da década de 1980 mudanças paradigmáticas, uma vez que o campo entra em crise, quer seja pela descentralização administrativa ou pela produção eletrônica de documentos.

Estas são considerações que têm sido elaboradas por meio da Análise do discurso no âmbito da Arquivística.

## Considerações finais

Buscou-se com este capítulo discorrer a respeito de abordagens e teorias da Linguística que podem contribuir para os estudos em Arquivística, quer em relação a sua metodologia ou em relação a sua teoria. A semântica apresenta aportes importantes e fundamentais para a análise intratextual, já a análise do discurso, possibilita análises extratextuais.

Evidentemente, outras áreas e teorias da linguística podem servir de fundamento para estudo de fenômenos arquivísticos, uma vez que a primeira tem de acordo com a nossa própria trajetória muito para contribuir com a segunda.

Estudo de ordem interdisciplinar, na realidade atual da área de informação e comunicação, *são fundamentais* já que é preciso que os arquivistas, cientistas da informação, bibliotecários, museólogos, admitam acima de qualquer suspeita a falta de parâmetros claros quando se fala, da elaboração precisa das ações de organização. Em arquivística, especialmente, existem sim a formalização e a normalização, porém, essas ações não aprofundaram-se da maneira devida na questão fundamental dos descritores: seu conteúdo e melhor forma de apresentação.

Este trabalho visou, ao logo de seu desenvolvimento, destacar a importância de relações interdisciplinares entre as áreas para solução de problemas, quando busca na Linguística formas de análise e compreensão dos fenômenos de nossa área. Afinal, é só por meio de trabalhos dessa natureza que nossa área irá construir-se de forma plena e que responda a questões postas aos arquivistas pela sociedade.

## Referências

ALTHUSSER, L.P. **Aparelhos ideológicos de estado**. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 198p.

BARROS, T. H. B. Por uma arqueologia da arquivística: elementos históricos de sua constituição. **Informação Arquivística**, v. 2 n. 2 p.135-157, 2014.

BARROS, T. H. B. Os Arquivos, A Arquivística e o Discurso: alguns marcos históricos e conceituais. **Informação Arquivística**, v. 1 n 2, p.135-157, 2013.

BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. Arquivística, História e Ciência da formação: diálogos e duelos. In: CETAC. MEDIA e Universidad de León. (Org.). **Globalização, Ciência e Informação**. Porto: Universidade do Porto, 2013. p.168-180.

BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. From archives to archival science: elements for a discursive construction In: In: GNOLI, C. (Ed.). **Paradigms and conceptual systems in Knowledge Organization**, Würzburg: ERGON, 2010. p. 388-404.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Editora da USP, 1976.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p 3-24, 2001.

COOK, T. Fashionable Nonsense or professional rebirth: postmodernism and practices of archives. **Archivaria**, v. 51, spring, p. 14-35, 2001.

COOK, T. The english report' and archives: a critical appreciation. **Archivaria**, n.53, p.115-21, Spring 2002.

DOSSE, F **A História a prova do tempo**: da História de migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

DOSSE, F **História do estruturalismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. v.2

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. v.1.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística Textual**: introdução. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREDRIKSSON, B. Postmodernistic archival science: rethinking the methodology of a science. **Archival Science**, n.3 p.177-197, 2003.

KOCH, I. G. V. **Linguística textual**: retrospecto e perspectivas. São Paulo: Alfa 41. 1997. p.67-78.

KOCH, I. V. **Introdução à Linguística Textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MALDIDIER, D. Elementos para uma História da Análise do discurso na França. In: ORLANDI, In: ORLANDI, E.P. **Gestos de Leitura**:

da História no discurso. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. Cap.1, p.15-28.

ORLANDI, E.P **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.

PÊCHEUX, M. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. **Escritos**, n.4, p. 7-16, 1998.

RECOEUR, P. **Estrutura e hermenêutica**. In: LIMA, L. C. (Org). O estruturalismo de Levi-Strauss. Petrópolis: Vozes, 1970.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

YAKEL, E Who represents the past? Archives, records and social web. IN: COOK, Terry (ed). **Controlling the past: documenting society and institutions**. Chicago: Society of American Archivists, 2011. p. 257- 278.

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, n. 3, p. 1-25, 2003.



# Folksonomias em arquivos fotográficos institucionais: identificação de projetos de indexação colaborativa no *Flickr Commons*

*Leonor Calvão Borges*

## Introdução

Na era das imagens digitais e digitalização massiva de conteúdos, a descrição e indexação de imagens é um campo de estudo tão interessante quanto repleto de dificuldades e possíveis subjetividades, que se levantam quando tentamos reproduzir o significado de uma imagem em palavras, seja sob a forma de resumo ou descritores/palavras-chaves.

Refletindo sobre a questão, o estudo parte de uma revisão da literatura feita sobre as teorias, métodos e boas práticas recomendadas em instituições de referência, tais como o Centre de Recerca i Difusió de la Imatge (CRDI) de Girona (Espanha), o Getty Institute ou a Biblioteca do Congresso, entre outras, a que se segue a análise das potencialidades da *web 2.0* no desenvolvimento de novos serviços e formas de comunicação com os utilizadores finais. O trabalho foca-se na compreensão das folksonomias como fenómeno emergente destas tecnologias, fazendo uma análise crítica das suas vantagens e desvantagens, quando aplicadas à descrição ou indexação de imagens.

O objetivo geral do estudo é assim verificar se (e como) a indexação de imagens em instituições de memória beneficia com a utilização de folksonomias, através do estudo de caso do *Flickr Commons*. Para o efeito fez-se a análise de todos os aderentes, identificando as instituições, seus projetos e estratégias de comunicação de conteúdos.

Para a conclusão, foram tidos em conta quer estudos institucionais decorrentes da participação no projeto, como estudos académicos sobre as potencialidades das folksonomias.

## Metodologia

A metodologia escolhida para o trabalho foi a de estudo de caso, com abordagem quantitativa com o objetivo de recolha de dados sobre os participantes e qualitativa para a compreensão da interação estabelecida entre os utilizadores da plataforma e as instituições, destacando as vantagens enumeradas pelas próprias instituições aderentes.

A escolha da plataforma *Flickr*, e dentro dela do projeto *Flickr Commons*, iniciado pela Biblioteca do Congresso em 2007, em parceria com a própria equipa de desenvolvimento do *Flickr* foi motivada por:

- Ser uma plataforma gratuita de disponibilização de fotografias, abarcando assim um universo potencialmente maior do que o tradicional público-alvo das instituições de memória;
- Disponibilizar aos seus utilizadores ferramentas para a identificação colaborativa de imagens, tais como comentários e utilização de *tags*.

Após a revisão da literatura sobre indexação de imagens, com recurso maioritário a Shatford, Boadas, Casellas e Villena, Shatford-Layne e Manini, e sobre folksonomias aplicadas à

indexação de imagens, com recurso a Peters, Yedid, Freixa-Font e Caldas e Moreira, foi iniciada a identificação das instituições participantes no *Flickr Commons* em março de 2017.

Para cada instituição, foram identificadas: data de adesão ao projeto, número de seguidores, número de fotografias disponibilizadas e número de álbuns.

Seguiu-se a análise qualitativa de comentários deixados na plataforma e de relatórios institucionais de adesão ao projeto (Biblioteca do Congresso, Arquivo da Universidade Estadual do Oregon e a equipa do *Smithsonian Institute*), bem como de estudos académicos especialmente dedicados a esta questão (BRAY, 2011; CHAN, 2010; COLQUHOUN, 2013; GUIMARÃES, 2010; LEITÃO, 2010; SANTOS, 2016; RORISSA, 2010; WILLEY, 2011).

## **Indexação de imagens: dos modelos conceptuais à utilização de folksonomias**

Se é verdade que uma imagem vale por mil palavras, pode dizer-se que a investigação e desenvolvimento de projetos sobre descrição e indexação de imagens tem percorrido um caminho igualmente longo. A revisão da literatura que aqui se faz, parte de problemas conceptuais sobre como descrever em texto uma imagem, a teorização sobre a análise documental de uma imagem, estratégias de descrição e estabelecimento de grelhas de análise para extração de termos de indexação.

O artigo de Sara Shatford (1986) é considerado, de uma forma geral, um estudo fundador nesta matéria, dando azo a posteriores reflexões e perspectivas de análise. Shatford parte dos dois primeiros níveis do modelo conceptual de Panofsky (pré-iconográfico e iconográfico) para estabelecer a distinção entre o que uma imagem é (*of-ness*) e sobre o que é (*aboutness*) (SHATFORD, 1986, p. 47), pese embora o reconhecimento

da autora sobre a subjetividade do *aboutness*. A classificação de possíveis assuntos de uma imagem que apresenta é baseada nas facetas de Ranganathan: o quê, quando, onde e quem.

No seu estudo sobre indexação de fotografias de arte, Shatford-Layne (2002) destaca a possibilidade de descrição de imagens de arte através de um *continuum* de termos, do mais genérico para o mais específico e defende a utilidade de se pensar nos vários tipos de *of-ness*: “*It is useful because it gives us a checklist of the kinds of subjects – persons, objects, activities, places, time – to consider when describing or assigning subject terms to art images*” (SHATFORD-LAYNE, 2002, p. 3).

Também o Centre de Recerca i Difusió de la Imatge (CRDI) de Girona, instituição de referência que tem desenvolvido e impulsionado a reflexão teórica sobre este assunto, identifica 5 grandes temas aí utilizados, a saber: temas, lugares, lugares (de Girona), entidades e pessoas (BOADAS *et al.*, 2001, p. 12-213).

Finalmente Manini, na sua dissertação de doutoramento (2002), e após revisitar as grelhas de análise de Shatford e Smit que reúne as “categorias informacionais [...] ao DE genérico, ao DE específico e ao SOBRE de Shatford” (MANINI, 2002, p.107), propõe uma nova grelha de análise, introduzindo a questão da técnica fotográfica, o que dá origem a uma nova coluna da grelha, intitulada Dimensão Expressiva (MANINI, 2002, p.108). Esta grelha de análise serviria assim como “instrumento para o levantamento de palavras--chave” (MANINI, 2002, p. 116).

Quanto à forma de proceder à análise documental das imagens, tanto Boadas como Manini destacam a utilidade da realização de resumos, dos quais se extraem os termos de indexação (BOADAS *et al.*, 2001, p.203-204; MANINI, 2002, p. 56). Ambos os autores refletem ainda sobre a melhor estratégia para aceder a uma imagem; fazendo uma descrição ao nível do documento ou ao nível da coleção (BOADAS *et al.*, 2001, p.

193-194; MANINI, 2002, p. 56-57). Boadas utiliza especificamente os termos fotografia/reportagem fotográfica, enquanto os restantes autores falam em coleções constituídas por álbuns, eventos, etc.

De resto, já Shatford-Layne (1994) referia explicitamente que a indexação de imagens “should provide access to images based on the attributes of those images” e ainda “access to useful groupings of images, not simply access to individual images” (p. 583). Veremos mais à frente a importância desta distinção no que concerne à apresentação e divulgação de imagens no *Flickr*.

Com o advento da *web 2.0* e dos novos serviços de disponibilização massiva de conteúdos, sejam eles de caráter institucional ou plataformas sociais de partilha, a recuperação da informação vai exigir novos modelos de indexação e recuperação da informação.

O termo folksonomia parece estabelecer-se como forma de resposta a essa necessidade de estruturação e recuperação da informação de conteúdos disponibilizados pela *web 2.0* feita pelos próprios utilizadores (PETERS, 2009, p.153; CALDAS; MOREIRA, 2012). Vander Wall define-o como sendo “*the result of personal free tagging of information (anything with an URL) for one’s own retrieval. The tagging is done in a social environment (usually shared and open to others)*” (VANDER WAL, 2007).

Alguns autores separam o processo de etiquetar (*tagging*) do seu resultado final (folksonomia), considerando o primeiro, o termo simples ou composto criado para recuperar a informação de um recurso *web*, e o segundo, como o conjunto de etiquetas criadas por um conjunto de utilizadores num *website* específico (PETERS, 2009; YEDID, 2013, p. 15). O conjunto de etiquetas atribuídas por um utilizador configura, de acordo com Peters um universo pessoal de identificação de recursos de informação que pode ser designado por *personomy*. (PETERS, 2009, p. 156).

As folksonomias podem ainda ser definidas através da existência de três parâmetros obrigatórios: existência de recursos, etiquetas e utilizadores (PETERS, 2009, p. 157-161), em ambiente digital (YEDID, 2013, p. 15).

Quanto às vantagens e desvantagens de utilização de folksonomias, (PETERS, 2009, p. 212-218; YEDID, 2013, p. 21-22) destacam-se do lado das vantagens o baixo custo, processo colaborativo de produção (democrático), reflexo da linguagem natural utilizada pelos utilizadores, distribuição vantajosa de trabalho em ambientes em que se faça a gestão de grandes volumes de informação, ou até, a influência que podem ter no desenvolvimento de vocabulários controlados (PETERS, 2009, p. 212-218).

Quanto às desvantagens, são apontadas a falta de controlo da linguagem (inconsistências entre plural e singular, ambiguidades, homonímia, subjetividade).

Yedid apresenta ainda duas propostas de classificação de etiquetas, estabelecidas por Golder e Huberman (*apud* YEDID, 2013, p.16; CAÑADA *apud* YEDID, 2013, p. 17).

Enquanto os primeiros se propõem diferenciar entre:

- Etiquetas que identifiquem o conteúdo do recurso;
- Etiquetas que identifiquem o tipo de recurso;
- Etiquetas que identifiquem o criador do recurso;
- Etiquetas que funcionem como categorias refinadoras, ou seja, que sirvam para acompanhar outras etiquetas e especificá-las;
- Etiquetas que identifiquem qualidades ou características do recurso;
- Etiquetas de autorreferência para uso pessoal;
- E, finalmente, etiquetas usadas para organização de tarefas (para ler, etc.).

- Cañada<sup>62</sup>, por seu lado, que propõe uma classificação de acordo com a motivação dos utilizadores. Assim sugere a sua distinção entre:
- Etiquetas egoístas (pessoais e significativas para uma pessoa);
- Etiquetas amigáveis (com significado para um grupo de amigos ou família);
- Etiquetas altruístas (descrição do conteúdo com a intenção de que este possa ser usado por outros utilizadores, com alto benefício social);
- Etiquetas populares (utilização de termos chamativos que tenham alto nível de retorno, mas sem qualquer preocupação de benefício coletivo).

## Estudo de caso: o Projeto *Flickr Commons*

O projeto *Flickr Commons* surge no âmbito de um novo entendimento da missão dos arquivos e bibliotecas como colaborativos ou participativos (PETERS, 2009, p. 13-23; THEIMER, 2014). E, de facto, a própria Biblioteca do Congresso, instituição fundadora do projeto, indica, no seu relatório, três objetivos essenciais:

- *increase awareness by sharing photographs from the Library's collections with people who enjoy images but might not visit the Library's own Web site,*
- *gain a better understanding of how social tagging and community input could benefit both the Library and users of the collections, and*

---

62 A pertinência desta classificação é precisamente objeto de estudo em Caldas e Moreira, 2012, através de um estudo de caso de etiquetas de fotografias no *Flickr*.

- gain experience participating in the emergent Web communities that would be interested in the kinds of materials in the Library's collections. (SPRINGER *et al.*, 2009, p. 4).

Daí a escolha, em primeiro lugar, do tipo de documentos a disponibilizar, com a opção pelas fotografias, já que têm a vantagem de ser interessantes para uma vasta e variada audiência que pode fornecer informação útil (SPRINGER *et al.*, 2009, p. 2), e, em segundo, a adesão a uma popular plataforma de partilha de fotografias já existente – o *Flickr*, criando uma área específica, onde as instituições de memória pudessem partilhar o seu acervo fotográfico, sendo admitidas apenas fotografias das quais se não conhecem restrições de *copyright*. O objetivo era permitir que os membros do *Flickr* acessem às imagens, descrevendo-as através de *tags* ou comentários. A equipa do *Smithsonian* destacou precisamente essa necessidade de que os “content providers – especially the library, archive and museum communities (LAMs) – must work to move their content from single access point portals to larger shared spaces” (KALFATOVIC *et al.*, 2009).

Da análise quantitativa aos dados recolhidos sobre as 113 instituições aderentes em Março de 2017 cuja identificação consta no quadro 1, podemos destacar a sua maioritária implantação na América do Norte (48%) e Europa (40%), a participação residual da América do Sul (Brasil e México) e Médio Oriente (Turquia) e a inexistência de participantes da Ásia. Sem surpresa, o país que mais contribui com instituições aderentes são os Estados Unidos da América e a língua mais utilizada o inglês.

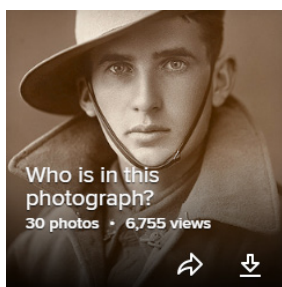
De uma forma geral, e fazendo uma análise qualitativa da informação das instituições aderentes disponibilizadas no seu perfil, a maioria manteve duas formas de disponibilização: a do seu próprio *website* e o *Flickr Commons*, o que permitiu

posteriormente fazer estatísticas comparativas de acesso. A escolha de fotografias ou coleções para partilhar também se revelou uma decisão crítica de sucesso, com conjuntos de fotografias mais populares que outros, obrigando as instituições a repensarem as suas estratégias de divulgação.

Uma opção maioritária foi a de proporcionar o acesso via álbuns temáticos (ver quadro 1). Essa agregação não tem um denominador comum sendo possível encontrar álbuns organizados por temas, locais, instituições e pessoas. De igual forma, o número de fotografias em cada álbum varia bastante: de apenas 1 a grandes conjuntos (500 a 1 000 imagens).

Registam-se casos de instituições que assumem claramente a plataforma como uma forma de obter informações para a própria descrição dos seus conteúdos, como a título exemplificativo, acontece na coleção do Australian War Memorial (imagem 1), com a disponibilização de um álbum de 30 fotografias por identificar, convidando à interação com os seus visitantes, que foi alvo de 6,755 visualizações, tendo obtido resultados favoráveis à identificação das pessoas constantes nas fotografias.

**Imagem 1 – Álbum “Who is in this photograph?” da Australian War Memorial collection**



**Fonte:** <https://www.flickr.com/photos/australian-war-memorial/2863670139/in/album-72157607335488831/>

Para além disso, as instituições foram desenvolvendo projetos de fidelização e atração de novos utilizadores. Colquhoun (2013) descreve três desses projetos: “Curate the Collection” no National Maritime Museum (abril-maio 2012), “My LOC Favorites” na Biblioteca do Congresso (junho-agosto 2012) e “Uncovering Archives Photography” dos Tyne and Wear Archives and Museums (novembro-janeiro 2013), a que podemos juntar o “Happy Birthday Flickr Commons” e o “Great Comments! Thank You”, da Biblioteca do Congresso.

## Resultados e discussão

A avaliação institucional dos projetos tem sido maioritariamente positiva, sendo de destacar:

- O aumento exponencial de visitas e a adesão de novos utilizadores através do *Flickr*<sup>63</sup>;
- A informação especializada fornecida para identificação das fotografias (A Biblioteca do Congresso refere mesmo alguns utilizadores como *power taggers*, tendo contribuído cada um com cerca de 3 000 *tags* (SPRINGER *et al.*, 2009, p. 19) ou a quantidade de *links* para artigos especializados sobre as fotografias, que a Biblioteca acrescentou no seu catálogo).

Os estudos académicos dedicados ao tema (BRAY, 2011; CHAN, 2010; COLQUHOUN, 2013; GUIMARÃES, 2010; LEITÃO, 2010; SANTOS, 2016; RORISSA, 2010; WILLEY,

---

63 Bray (2011) refere, por exemplo, que, no caso do *Smithsonian*, as suas fotos no *Flickr Commons* foram visualizadas em três meses tantas vezes quanto o número de visualização que tinham tido em cinco anos de disponibilização no seu *website*. As estatísticas da Biblioteca do Congresso ou da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian são igualmente positivas.

2011) têm destacado a mudança de foco na indexação, através da possibilidade de utilização de etiquetas, tornando os sistemas mais centrados no utilizador. E se a grande questão ainda é saber se as folksonomias podem vir a ser integradas nos catálogos institucionais, os estudos apontam para uma progressiva complementaridade dos sistemas (RORISSA, 2010; WILLEY, 2011). Acresce a estas considerações o facto de, no mundo digital, e, à velocidade a que as imagens são feitas e disponibilizadas *online*, não haver capacidade profissional para as indexar em tempo útil, como refere Willey “A rough consensus seems to have developed that for digital images, the traditional method of indexing is too slow, too labor intensive, and may not even meet an individual user’s needs” (WILLEY, 2011). As folksonomias ao serviço da descrição de imagens e a sua utilização no *Flickr Commons* têm assim beneficiado as instituições aderentes, abrindo caminho para uma divulgação e interação com públicos diferenciados.

Pelo atrás exposto, sintetizamos as principais vantagens do projeto *Flickr Commons* na nova forma de disponibilização massiva de conteúdos recorrendo à interação com o público. De fato, os comentários e/ou etiquetas deixadas nas imagens são uma fonte de informação para as próprias instituições de memória e podem servir para melhorar vocabulários controlados já existentes e adotados pelas instituições.

O estudo não contemplou a análise das instituições de memória no *Flickr*, sem adesão ao projeto *The Commons*, nem a comparação com outras plataformas de disponibilização de imagens que entretanto foram surgindo, o que se reconhece como limitação. Tratou-se, contudo, de uma opção metodológica que nos permitiu cumprir o objetivo do trabalho: averiguar se (e como) a indexação de imagens em instituições de memória beneficia com a utilização de folksonomias.

**Quadro 1 – Instituições Participantes no Flickr Commons  
(Março de 2017)**

Instituição	País	Região	Data adesão	N.º seguidores	N.º fotos	N.º álbuns
Musée McCord	Canadá	América do Norte	2008	3,4 k	689	14
Galt Museum & Archives	Canadá	América do Norte	2008	1,1 k	419	39
Deseronto Archives	Canadá	América do Norte	2008	395	2,021	106
Law Society of Upper Canada Archives	Canadá	América do Norte	2009	511	5,254	64
Dundas Museum and Archives	Canadá	América do Norte	2009	313	870	15
Nova Scotia Archives	Canadá	América do Norte	2011	631	1,140	38
Vancouver Public Library Historical Photographs	Canadá	América do Norte	2013	653	567	16
Provincial Archives of Alberta	Canadá	América do Norte	2013	789	1,433	44
UBC Library Digitization Centre	Canadá	América do Norte	2013	578	2,498	23
Local History & Archives Hamilton Public Library	Canadá	América do Norte	2013	197	473	10
Cloyne and District Historical Society	Canadá	América do Norte	2013	271	817	92
Huron County Museum & Historic Gaol	Canadá	América do Norte	2014	256	1185	3
Congregation of Sisters of St. Joseph in Canada	Canadá	América do Norte	2014	118	276	6
University of Victoria Libraries	Canadá	América do Norte	2014	207	1271	26
George Eastman House, NY	EUA	América do Norte	2007	12 k	1,010	19
Library of Congress	EUA	América do Norte	2007	68,5 k	28,384	39
University of Washington Libraries Digital Collection	EUA	América do Norte	2007	1,5k	802	24
Cornell University Library	EUA	América do Norte	2008	1,9 k	3,971	50
Keene Public Library and the Historical Society of Cheshire County	EUA	América do Norte	2008	769	2,048	43
Library Company of Philadelphia	EUA	América do Norte	2008	601	1,043	53
Library of Virginia	EUA	América do Norte	2008	1,9 k	986	7
Miami University Libraries	EUA	América do Norte	2008	713	9.440	10
New York Public Library	EUA	América do Norte	2008	9,2 k	2,525	35

Smithsonian Institution, Washington	EUA	América do Norte	2008	12,9 k	3,481	52
State Library and Archives of Florida	EUA	América do Norte	2008	4,3 k	4,558	48
Center for Jewish History, NYC	EUA	América do Norte	2009	1,2 k	1,147	36
District of Columbia Public Library	EUA	América do Norte	2009	1,5 k	276	9
Field Museum Library, Chicago	EUA	América do Norte	2009	1,9 k	1,692	17
Getty Research Institute	EUA	América do Norte	2009	1,3 k	72	3
Jewish Women's Archive	EUA	América do Norte	2009	539	81	3
Nantucket Historical Association	EUA	América do Norte	2009	1,2 k	240	11
NASA - National Aeronautics and Space Administration	EUA	América do Norte	2009	14,4k	2,913	122
OSU Special Collections & Archives, Oregon State University	EUA	América do Norte	2009	2,4 k	3,117	221
SMU Central University Libraries, Texas	EUA	América do Norte	2009	2,5 k	8,379	176
UA Archives / Upper Arlington History	EUA	América do Norte	2009	563	246	11
U.S. National Archives and Records Administration (NARA)	EUA	América do Norte	2009	11,7 k	16,211	225
Woodrow Wilson Presidential Library Archives	EUA	América do Norte	2009	742	624	63
Jewish Historical Society of the Upper Midwest, Minneapolis	EUA	América do Norte	2010	539	518	1
Mennonite Church USA Archives	EUA	América do Norte	2010	482	8,777	334
National Library of Medicine	EUA	América do Norte	2010	530	597	10
San Diego air space museum archives	EUA	América do Norte	2010	7,3 k	230,526	961
Texas State Archives (archives of Texas state government)	EUA	América do Norte	2010	1,1 k	3,413	100
Museum of Photographic Arts, San Diego	EUA	América do Norte	2011	3 k	940	88
Mississippi Department of Archives and History	EUA	América do Norte	2012	670	7,211	51
California Historical Society	EUA	América do Norte	2013	966	751	22
Schlesinger Library, Harvard University	EUA	América do Norte	2013	453	4,949	156
UC Berkeley, Department of Geography	EUA	América do Norte	2013	58	434	1
Internet Archive, San Francisco	EUA	América do Norte	2014	17,91K	5,249,952	
Tyrrel Historical Library, Beaumont, Texas	EUA	América do Norte	2014	156	156	2

American Aviation Historical Society	EUA	América do Norte	2015	337	537	22
Camden Public Library, Maine	EUA	América do Norte	2015	115	452	8
Texas State University Library	EUA	América do Norte	2015	109	5254	32
VCU Libraries, Virginia	EUA	América do Norte	2015	248	1983	8
Armenian Studies Program, Fresno	EUA	América do Norte	2016	1	111	3
Senado Federal do Brasil	Brasil	América do Sul	2014	183	465	6
Archivo Historico Sinaloa	México	América do Sul	2013	132	13,789	202
Liberaal Archief	Bélgica	Europa	2016	91	173	9
The Royal Library, Denmark	Dinamarca	Europa	2009	1,1 k	188	9
National Museum of Denmark	Dinamarca	Europa	2013	918	438	10
National Archives of Estonia	Estónia	Europa	Sd	540	428	20
The Society of Swedish Literature in Finland	Finlândia	Europa	2010	517	1,082	10
The Finnish Museum of Photography	Finlândia	Europa	2013	1,1k	577	16
Gallen-Kallelan Museo	Finlândia	Europa	2014	218	461	17
Aalto University Library and Archives	Finlândia	Europa	2014	261	283	8
Archives of the Finnish Broadcasting Company Yle	Finlândia	Europa	2014	357	229	14
Bibliothèque de Toulouse - Toulouse	França	Europa	2008	3,4 k	4,485	131
Université de Caen Normandie	França	Europa	2014	265	1,962	68
Nationaal Archief of the Netherlands	Holanda	Europa	2008	7,1 k	1,851	64
Het Nieuwe Instituut - Architecture Collection	Holanda	Europa	2010	996	907	22
Regionaal Archief Alkmaar - Holanda	Holanda	Europa	2013	200	2,225	19
Netherlands Institute of Military History	Holanda	Europa	2014	221	69	3
National Library of Ireland	Irlanda	Europa	2010	34,3 k	1,956	53
Glucksman Library	Irlanda	Europa	2013	308	343	13
Reykjavík Museum of Photography	Islândia	Europa	2007	799	244	8
Bergen Public Library	Noruega	Europa	2009	1,7 k	983	15
Fylkesarkivet i Sogn og Fjordan	Noruega	Europa	2009	1,1 k	683	13

Preus museum	Noruega	Europa	2010	626	851	36
National Library of Norway	Noruega	Europa	2010	1,4 k	3,427	156
Riksarkivet (National Archives of Norway)	Noruega	Europa	2011	1,6 k	2,822	102
Fotoarkivet NTM	Noruega	Europa	2012	688	261	12
Vestfoldmuseene	Noruega	Europa	2014	196	639	16
Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian	Portugal	Europa	2008	5 k	19,553	333
National Library of Scotland	Reino Unido	Europa	2007	2,2 k	2,313	22
The British Library	Reino Unido	Europa	2007	34,9 k	1,023,705	1,039
National Maritime Museum	Reino Unido	Europa	2007	3,9 k	3	2
National Galleries of Scotland	Reino Unido	Europa	2008	2,6 k	143	8
Tyne & Wear Archives & Museums	Reino Unido	Europa	2008	3 k	2,161	89
UK National Archives	Reino Unido	Europa	2008	5,8 k	19,989	172
Imperial War Museums Collections	Reino Unido	Europa	2008	1,9 k	714	35
National Media Museum	Reino Unido	Europa	2008	11,3 k	503	18
National Library of Wales	Reino Unido	Europa	2009	1,9 k	2,208	36
Faculty of Music, Trinity Laban	Reino Unido	Europa	2009	171	80	8
London School of Economics Library	Reino Unido	Europa	2009	1,5 k	2,277	53
Museum of Hartlepool	Reino Unido	Europa	2010	736	338	10
Public Record Office of Northern Ireland	Reino Unido	Europa	2010	912	2,998	49
East Riding Archives	Reino Unido	Europa	2016	223	427	18
Costică Acsinte Archive	Roménia	Europa	2013	3,5 k	8,440	346
Swedish National Heritage Board	Suécia	Europa	2009	20,2 k	1,720	27
Stockholm Transport Museum	Suécia	Europa	2011	1k	250	35
National Library of Sweden	Suécia	Europa	2013	415	165	3
The Graduate Institute - The Kathryn and Shelby Cullom Davis Library, Geneva	Suíça	Europa	2014	171	64	7
SALT	Turquia	Médio Oriente	2011	560	2,045	14
Directorate General of Press and Information	Turquia	Médio Oriente	2014	281	49	1

Powerhouse Museum	Austrália	Oceânia	2008	9,1 k	2,527	49
State Library of New South Wales collection	Austrália	Oceânia	2008	29,6 k	3,107	133
Australian War Memorial collection	Austrália	Oceânia	2008	3,1 k	279	19
State Library of Queensland	Austrália	Oceânia	2008	3,2 k	3,664	158
Australian National Maritime Museum	Austrália	Oceânia	2008	2,7 k	3,184	88
State Archives NSW	Austrália	Oceânia	2008	1,9 k	3,218	54
National Library of Australia	Austrália	Oceânia	2011	1,9 k	992	44
Royal Australian Historical Society	Austrália	Oceânia	2011	688	1,139	31
Tasmanian Archive and Heritage Office	Austrália	Oceânia	2013	306	705	29
New Zealand National Library	Nova Zelândia	Oceânia	2008	4,5 k	4,304	28

**Fonte: Coleta de dados, 2017.**

## Conclusões

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de verificar se (e como) a indexação de imagens em instituições de memória beneficia com a utilização de folksonomias, através do estudo de caso do *Flickr Commons*. Para isso, foi feita uma revisão da literatura sobre indexação de imagens e folksonomias aplicadas a imagens, identificando as suas características e tipologias.

Descreveu-se ainda o projeto *Flickr Commons* e identificaram-se as instituições participantes em março de 2017.

A análise da forma de disponibilização, informação de cada instituição contida no seu perfil publicada na plataforma, resultados publicados e estudos académicos permite-nos constatar que a adesão a plataformas sociais de disponibilização de fotografias tem tido reflexos muito positivos e objetivos na estratégia de comunicação e difusão das instituições de memória. O *Flickr Commons*, enquanto projeto agregador de conteúdos

dessas mesmas instituições tem aumentado significativamente o número de participantes, numa estratégia que une arquivos, bibliotecas, museus e sociedades históricas, de uma forma geral. De igual forma, constata-se que os utilizadores em ambiente participativo aderem massivamente ao pedido de informações sobre as imagens, permitindo melhorar a informação disponibilizada pelas instituições nos seus catálogos.

As folksonomias são apontadas como úteis e desejáveis na identificação de conteúdos das imagens disponibilizadas na plataforma; os estudos dedicados à análise de etiquetas referem que a grande maioria tem utilidade prática para a instituição, permitindo aumentar a descrição dos seus acervos no catálogo institucional. A sugestão de que as folksonomias, apesar das suas limitações, podem ser utilizadas como complemento da indexação tradicional, parece ser comumente aceite, o que se destaca mais nas imagens em virtude da complexidade da sua descrição.

## Referências

ALMARCHA, E.; FERNÁNDEZ, O.; VILLENA, R.. La utilización de Flickr para la diffusion de colecciones fotográficas institucionales. **Girona**: Archivos e Industrias Culturales, 2014.

BOADAS, J.; CASELLAS, L-E; SUQUET, M. À.. **Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas**. Girona: Centre de Recerca i Difusió de la Image, 2001.

BRAY, P. *et al.*. Rethinking Evaluation Metrics in Light of Flickr Commons. In: TRANT, J.; BEARMAN, D. (Eds). **Museums and the Web 2011**: Proceedings. Toronto: Archives & Museum Informatics. Disponível em: <[http://www.museumsandtheweb.com/mw2011/papers/rethinking\\_evaluation\\_metrics\\_in\\_light\\_of\\_flic](http://www.museumsandtheweb.com/mw2011/papers/rethinking_evaluation_metrics_in_light_of_flic)>. 2011.

CALDAS, W. F.; MOREIRA, M. P. **Folksonomia e classificação de etiquetas**: estudo de caso Flickr. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/62>>. 2012.

CHAN, S. **Why Flickr Commons?** (and why Wikimedia Commons is very different). Fresh + New(er): discussion of issues around digital media and museums. Disponível em: <<http://www.freshandnew.org/2010/01/why-flickr-commons-and-why-wikimedia-commons-is-very-different/>>. 2010.

COLQUHOUN, B. Making Sense of Historic Photographic Collections on Flickr The Commons: Institutional and User Perspectives. In: **Museums and the Web 2013**, PROCTOR, N.; CHERRY, R. (Eds). Silver Spring, MD: Museums and the Web. Disponível em: <<http://mw2013.museumsandtheweb.com/paper/making-sense-of-historic-photographic-collections-on-flickr-the-commons-institutional-and-user-perspectives/>>. 2013.

EDMUNSON-MORTON, T. **Talking and Tagging**: Using CONTENTdm and Flickr in The Oregon State University Archives. 2009. Disponível em: <<http://interactivearchivist.archivists.org/case-studies/flickr-at-osu/>>.

FREIXA-FONT, P. Patrimonio fotográfico y web 2.0: la experiencia Flickr The Commons. **El profesional de la información**, v.20, n.4, p.432-438, 2011. doi: 10.3145/epi.2011.jul.10.

GUIMARÃES, R. C.. **Uso da folksonomia e da etiquetagem na indexação de imagens** (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4268/1/2012\\_RafaelCostaGuimaraes.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4268/1/2012_RafaelCostaGuimaraes.pdf)>.

KALFATOVIC, M. R. *et al.* **Smithsonian Team Flickr**: a library, archives, 3 and museums collaboration in web 2.0 space. 2009. Disponível em: <<https://siarchives.si.edu/sites/default/files/pdfs/Kalfatovic%20et%20al%20Flickr%20Paper%20Author%20Proofs.pdf>>.

LEITÃO, P.J.O.. Uma biblioteca nas redes sociais: o caso da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian no Flickr. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10. 2010. **Anais...** 2010. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/189/185>>.

MANINI, M. P.. **Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários** (Tese de doutoramento). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032007-111516/publico/Tese.pdf>>.

PETERS, I.. **Folksonomies**: indexing and retrieval in Web 2.0. Berlin: De Gruyter, 2009.

RAFFERTY, P.; HIDDENLEY, R.. Flickr and Democratic Indexing: dialogic approaches to indexing In: **Aslib Proceedings**: New Information Perspectives, v.59, n.4/5, p.397-410, 2007.

RODRIGUES, A. A.A.. **Folksonomia**: análise de etiquetagem de imagens no Flickr (Dissertação de mestrado). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2010. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-88EJT5/folksonomia\\_an\\_lise\\_de\\_etiquetagem\\_de\\_imagens\\_no\\_flickr\\_dis.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-88EJT5/folksonomia_an_lise_de_etiquetagem_de_imagens_no_flickr_dis.pdf?sequence=1)>.

RORISSA, A.. A comparative study of Flickr tags and index terms in a general image collection. **J. Am. Soc. Inf. Sci.**, v.61, p.2230–2242, 2010. doi: 10.1002/asi.21401.

SAMOUELIAN, M. E.. Embracing Web 2.0: Archives and the Newest Generation of Web Applications. **The American Archivist**, v. 72 (Spring/Summer), 2009.

SANTOS, T. H. N.. Indexação social de imagens por meio do Flickr. **Revista Photo & Documento**, v.1, 2016.

SHATFORD, S.. Analyzing the subject of a picture: a theoretical approach. In **Cataloguing and Classification Quarterly**, NY, v.6, n.3, p.39-62, 1986.

SHATFORD-LAYNE, S.. Some Issues in the Indexing of Images. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45 n.8, p.583-588, 1994.

SHATFORD-LAYNE, S.. Subject Access to Art Images. In: BACA, M. (Ed.), **Introduction to Art Image Access: Issues, Tools, Standards, and Strategies**. NY: Getty Publications, 2002. Disponível em:<[http://www.getty.edu/research/publications/electronic\\_publications/intro\\_aia/](http://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/intro_aia/)>.

SPRINGER, M. *et al.*. **For the Common Good: The Library of Congress Flickr Pilot Project**. Library of Congress, 2009. Disponível em: <[http://www.loc.gov/rr/print/flickr\\_report\\_final.pdf](http://www.loc.gov/rr/print/flickr_report_final.pdf)>.

STEWART, B.. **Pictures in words: Indexing, folksonomy and representation of subject content in historic photographs** (Dissertação de Doutorado não publicado). Faculty of Health, Engineering and Science da Edith Cowan University, Perth, Western Australia.

2013. Disponible em: <<http://ro.ecu.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1688&context=theses>>.

THEIMER, K. (Ed.). **A different kind of web: new connections between archives and our users**. Chicago: Society of American Archivists, 2011.

THEIMER, K.. **The Future of Archives is Participatory: Archives as Platform, or A New Mission for Archives**. 2014. Disponible em: <<http://www.archivesnext.com/?p=3700>>.

WALL, T. W.. **Folksonomy**. 2007. Disponible em: <<http://vanderwal.net/folksonomy.html>>.

WILLEY, E.. A cautious partnership: The growing acceptance of folksonomy as a complement to indexing digital images and catalogs. **Faculty and Staff Publications** – Milner Library. Paper 57, 2011.

YEDID, N.. Introducción a las folksonomías: definición, características y diferencias con los modelos tradicionales de indización [Introduction to folksonomies: Definition, Characteristics and Differences with Tradicional Indexing Models]. **Información, Cultura y Sociedad**, v.29, p.13-26, 2013.



# O arquivo pessoal Odilon Alves Pedrosa: possibilidades investigativas<sup>64</sup>

Ramsés Nunes e Silva

## Introdução

As relações entre certos dispositivos materiais, acervos a se apresentarem como *vetores discursivos*, espaços simbólicos e *lugares de representação da memória social*, são ainda passíveis de serem retomadas como salutar dispositivo de reflexão.

Representam um exercício ímpar para o investigador, pois se apresentam como *norte* para inquirirmos manifestações, que indivíduos produzem ao organizar seus próprios arquivos. Segundo Silva (2004, p. 58), manifestação na qual “[...] indivíduo contextualiza a informação (os documentos), impondo-se, por isso, através da noção operatória de organicidade”.

Ao levarmos em consideração os que se interessam por dadas trajetórias pessoais, mas que são associadas a certo *pertencimento*, ou a manifestação cultural e social que se manifesta no *ser e estar num dado tempo*, temos aí uma ampla esfera investigativa, ali mesmo, dentro de inúmeras esferas de pesquisa, nas quais o olhar que possamos tecer para acervos particulares é importante objeto de inquirições *em aberto*, na área da Arquivologia, como nos aponta Silva (2004, p. 59-60).

---

64 A versão original está disponível em < <http://revistatarairiu.blogspot.com.br/> >.

Embora aquele lugar da fonte, em suas mais diversas manifestações, esteja ainda sob menor impacto, especificamente no âmbito de suas possibilidades de acessibilidade, valorização social e visibilidade enquanto universo de contribuição arquivística e histórica. (BACELLAR, 2011, p. 42-43).

Nesse item, no Brasil, muitos arquivos pessoais permanecem lacunares, especialmente na construção de mediações com o passado, no qual possamos identificar que um arquivo pessoal é, em si, objeto de investigação pela oportunidade de inquirimos, por exemplo, as relações diretas entre materialidades, a escrita de si, indivíduos e grupos intelectuais orgânicos e a *memória arquivística*. Esta última, no cômputo do largo universo de espaços destinados à “guarda do passado”, também é importante lembrar, factível de existir como arquivo-documento-monumento, a quem da própria história. (LE GOFF, 1991, p. 278).

Outrossim, podemos identificar, prospectar e analisar dado indivíduo e seu cabedal de signos pessoais, por exemplo, em sua forma complexa de posicionar-se frente às querelas de seu tempo, quando organiza e estrutura um arquivo. Mas também quando possibilita ou viabiliza organicamente uma espécie de janela para o passado, dentro de certa teia de relações, ora tecidas por Clio ou a convergirem na direção da arquivologia. Parte dos vestígios de sua trajetória de escolhas, gostos literários, escritos, posições políticas, acaba por vincular-se a um espaço factível de conter significados de um arquivo *que fala ao inquiridor*, através de certas pistas, algumas imantadas à organização dos acervos, bibliotecas e escolhas realizadas por um protagonismo que é muitas vezes engajado. Imbricado ao *emissor, nunca dissociado de suas escolhas*, faz recortes, separa, indexa e dirige o olhar sobre o que conservar na malha de relações que esse mesmo protagonismo produz. Nesse sentido é Pollak (1989, p. 34) que nos alerta para uma das nuances, entre certos indivíduos: as representações de certa memória. Também a percepção que fazem de si:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (POLLAK, 1989, p. 34).

No escopo das narrativas, do *lugar social* do escrito como destaca Certeau (2000, p. 76-96.), da impossibilidade de compreensão dos interstícios fragmentados do passado que devem à *construção da memória* (DOSSE, 2003, p. 15), se apresentam indícios de *dados protagonismos*. Parte deles, podemos entender, minimamente legíveis para um tipo específico de investigação do *fazer histórico*.

Aquele, por exemplo, que possa tornar acessível um prisma de signos nos meandros da materialidade, dos gostos, das escolhas e das leituras particulares que possam *apresentar o leitor que é escritor*.

Mas também que potencialize os suportes do tempo presente, que se dispõem a mediar sentidos para a organização e estruturação de trajetórias particulares que, afinal, repercutem como um amálgama de signos dispostos na complexidade das mediações no *tempo do vivido*, na manifestação de sua historicidade dos quais nos alerta Certeau (1994, p. 45) e Dosse (2003, p.15-16) e no esforço por uma reflexão a partir do presente.

Aliás, é Dosse (2003, p. 15-16) que nos alerta para a *operação narrativa* disposta pela memória, na qual também estão atores que apartam certas materialidades do passado, daí se inserindo a necessidade de observar e analisar, *no emissor*, sua versão sobre o passado:

Longe de estar confinada ao estatuto de resíduo ilusório, mistificado, de atores

manipulados, a **memória convida a levar a sério os atores**, suas competências e relembra que ela frequentemente comanda a história que se faz. (DOSSE, 2003, p. 24).

Aquela mesma que se apresenta quando lançamos olhares sob certos intelectuais, a partir das leituras, escolhas e dispositivos discursivos usados por eles para lerem, escreverem e se posicionarem frente às demandas de uma época. Especialmente aqueles que nos possibilitam sedimentar, minimamente, um *lastro investigativo* que é pontual na tessitura de campos, tais como os da história e da arquivologia.

Nosso olhar investigativo se lança, portanto, para a trajetória e feitura de um arquivo pessoal que hoje se constitui de grande importância, pela profundidade de seus meandros políticos, sociais e culturais. É o arcabouço do acervo que é delimitado junto ao Arquivo Odilon Alves Pedrosa, objeto de nosso artigo<sup>65</sup>.

Particularmente, na formação de uma biblioteca particular; na feitura de um volume de produção textual, devidamente arquivada na respectiva biblioteca; no cuidado da *escrita de si*, posto que manifestada numa massa documental de recortes organizados e datados; bem como na riqueza de fontes manuscritas e impressas de forte impacto. Especialmente pelo significado: 1) do resguardo das demandas teóricas do campo do catolicismo militante; 2) da necessidade pessoal de estruturação de uma massa de escritos que se apresentam ao possível leitor católico.

Todas, atitudes do que nos parece certo *zelo erudito*, ou mínimo pendor a compreender, no tempo do vivido, a

---

65 Este artigo tem relação com parte de nossa pesquisa pós-doutoral, realizada na Universidade do Minho (Portugal) no ano de 2015, investigação em que foi analisada a presença e militância de Odilon Alves Pedrosa junto à intelectualidade católica portuguesa. Foi constatada na mesma, inclusive, a produção oriunda do período, bem como o acervo adquirido por Odilon Alves Pedrosa, por ocasião de sua visita a Portugal.

necessidade de manutenção/conservação de instrumentais de engajamento a serem compilados e inseridos numa cotidianidade de ações.

Arquivo, aliás, que nunca se fez obscuro junto à intencionalidade das atitudes que corroboram a formação e estruturação de um acervo. Arquivo pessoal e acervo respectivamente fundamentado nos princípios de engajamento católico. Esse que pretendemos inquirir como espaço de ordenamento dos princípios e da militância a do padre e intelectual Odilon Pedrosa.

## **Odilon Alves Pedrosa: um intelectual católico e as origens de um acervo engajado**

A trajetória de Odilon Alves Pedrosa, enquanto filho das oligarquias da zona da mata pernambucana, nascido em São Vicente Ferrer, em 11 de outubro de 1901, tem relação profunda com as mediações sociais e culturais que movimentam a parentela privilegiada da República Velha (1889-1930), e que está imensuravelmente atrelada às relações de poder. Relações caras aos processos de formação e letramento típicas dos anos 1920, em colégio internato, mas também do contacto privilegiado com a literatura desde muito pequeno, fator que realça a possibilidade especial de um jovem se tornar leitor num país de analfabetos. País no qual, é importante lembrar, apresenta-se uma desestruturação instrucional segundo Pinheiro (2004, p. 23-235) apenas minimamente solucionada na Era Vargas.

Odilon Alves Pedrosa, entre tantos privilegiados de sua época, lança-se a uma formação clerical junto ao Seminário de Olinda em 1911, instituição na qual encaminha estudos de latim, filosofia, teologia, língua, dogmática entre outras disciplinas do *curriculum* básico da formação religiosa.

É nesse espaço que forma seu primeiro acervo, constituído por obras de teologia, literatura, história e filosofia. Odilon

Pedrosa, inclusive, faz referência a esse período no uso de seu *Diário do seminário*:

Meus livros são coisa séria. Vou mantê-los comigo, como já alertei ao meu padrinho, que acaba de me enviar lembranças e um livro de Olavo Bilac. Os livros que tenho comigo estão a me confortar, nesses dias longe de casa e de todos. Importa guardá-los sempre. Não me canso da imensa biblioteca do seminário. Tenho estado longas horas naquele espaço. (PEDROSA, 1927, p. 3).

Se lembrarmos o impacto daquela biblioteca e do clima de militância do Seminário de Olinda, uma das principais instituições de formação do Nordeste, de grande importância na instrução de toda uma geração de intelectuais desde o século XIX, temos a manifestação de um cabedal de referências que acompanharão Odilon Pedrosa como seminarista, aspecto que o influenciou na necessidade de reter obras e usá-las na produção literária e teológica, comum entre os seminaristas preocupados em reter o máximo de informações possíveis, e ficar a par das discussões teóricas em voga no Brasil e no Velho Mundo (PEDROSA, 1927, p. 56).

Ainda no seminário, seria responsável pela coordenação do clube literário Leão XIII, espaço de diálogo intelectual no qual enveredaria pela crítica literária e debate filosófico sobre as demandas do catolicismo de sua época: laicização do ensino, combate aos modelos religiosos não católicos, necessidade de expansão dogmática e fundação de escolas católicas, entre outros temas.

Em 1927, sob o patrocínio familiar, seguiu para o Colégio Pio Latino-Americano em Roma, para complementação dos estudos clericais, período em que fez inúmeras referências ao clima de organização e empenho docente pelo mergulho dos

seminaristas latino-americanos nas bibliotecas de fundamentação e no costume pela aquisição e manutenção de acervo pessoal dos discentes.

Nosso cotidiano é entre livros, manuscritos e cartas encíclicas. São horas de estudo. Acordamos cedo e já estamos na biblioteca da Pontifícia Università de Roma. Nos dias de folga percorremos os alfarrábios de Roma. Já tenho comigo exemplares da Suma Teológica. Levo comigo para o Brasil. (PEDROSA, 1927, p. 20-27).

Em 1928, no retorno ao Brasil, o agora Padre Odilon (doutor em direito canônico pela Pontifícia Universidade Católica de Roma) se vincularia à diocese de Nazaré da Mata, Pernambuco, localidade onde assumiria cargos múltiplos: diretor do Seminário Maior de Nazaré da Mata, consultor jurídico da diocese e diretor do principal órgão da militância católica da Zona da Mata, o jornal diário *A Gazeta de Nazaré*.

É desse período a construção de uma massa documental pessoal que se expandiria junto à trajetória de publicações de artigos, correspondência com lideranças católicas, entre outros documentos públicos e pessoais, emitidos e recebidos no trâmite burocrático diário, tanto do âmbito da Igreja quanto das relações dessa instituição com os setores sociais em “disputa”, todos devidamente conservados dentro de uma lógica e de graus de importância específicos.

Este era o lugar em que se situava Odilon Pedrosa como protagonista de um universo de querelas discursivas, no qual era importante manter, estruturar e expandir um arquivo pessoal. Arquivo e biblioteca, diga-se, sob a ingerência de sua própria militância, centrados enquanto espaços de fomento no reforço

a uma proposta de combate aos modelos culturais e sociais distanciados da catolicidade.

Delimita-se aí uma preocupação, é importante frisar, também orgânica e diametralmente política na esfera do que nos alerta Gramsci (1972, p. 45), particularmente com o que se mantém arquivado, como dístico de uma trajetória, mas também como *carta de compromisso*, na condição do sacerdote que disputa por nichos de relações intelectuais, manifestação na qual era e é importante marcar territorialidades numa *memória do pertencimento*. No caso do Padre Odilon, *pertencimento* recorrente, haja vista que carrega consigo na transferência à Paraíba, por ocasião de sua nomeação para diretor do Colégio Diocesano Pio XI em Campina Grande, todo o acervo documental adquirido entre o Seminário de Olinda, a Europa e Nazaré da Mata, se ainda levamos em consideração o que nos coloca Pollak (1989, p. 34) para refletirmos sobre a dimensão do impacto que tem para o presente essa intencionalidade na feitura dos espaços que resguardam um passado pessoal, mas que tem vínculo com uma sociabilidade, a comungar de uma “mesma história e memória”:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, **mas também as oposições irreduzíveis.** (POLLAK, 1989, p. 34).

A levar em consideração que desde muito cedo, o padre Odilon Pedrosa usou do artifício de manter consigo toda a documentação manuscrita, impressa e iconográfica possível, atrelada à sua trajetória como sacerdote, mas também como articulista de uma militância atuante; podemos entender que não se apresentaria a construção de seu arquivo pessoal como simples coincidência.

Ainda nos anos 1950, como editor do jornal *A Imprensa*, jornal oficial da Arquidiocese da Paraíba, faria menção à sua ânsia por conservar a memória das disputas entre os modelos sociais e culturais que permaneciam a incomodá-lo:

Do que será a sociedade sem história. Que passado vamos manter? Aquele de uma sociedade não temente a Deus, cingida pelo comunismo ateu? É preciso manter espaços, seja dos articulistas ou da Igreja para reter o maior número possível de informações a serem usadas para o bem comum (PEDROSA, 1986, p. 56).

Evidentemente o conceito sobre o que reter ou quais plataformas discursivas arquivar, sejam elas escritas, imagéticas ou bibliográficas, acabava por distinguir a necessidade de fixar versões específicas do modelo social que pretendia tornar válido, enquanto sacerdote, especialmente, aquele que tinha o catolicismo como norte e bússola social para as gerações vindouras.

Com a fixação de suas atividades sacerdotais em Sapé (município da Zona da Mata paraibana) por volta dos anos 1960, Odilon Pedrosa conseguiria delimitar a estruturação do que se tornaria o arquivo pessoal com o qual lidamos em nossa investigação, todo ele imantado há décadas de articulações intelectuais e disputas políticas. Com seu falecimento, em 1986, restou à família a *tutoria* sobre o espólio, que muito recentemente vem sendo diagnosticado.

## **Indícios investigativos de um arquivo pessoal militante**

A disposição de que *a vontade criadora do documento*, como nos aponta Lopez (2003, p. 76-77), é base de uma percepção sobre um arquivo que retém o passado, mas que precisa ser

inquirido à luz da Arquivologia, implica também em pensarmos que o arquivo pessoal possui uma dinâmica de uso no qual a classificação e contextualização ou princípios de arquivamento, e mesmo a “validade arquivística” na produção da informação, convergem para uma reflexão ampla, seja para negar ou refletir dialogicamente sobre os sentidos da “veracidade documental” no trânsito de sua produção, ou para rever os princípios de classificação conforme a especificidade conjuntural dos suportes.

No instante em que um protagonista político, por exemplo, escolhe reter um documento e se dedica a classificá-lo minimamente, mesmo que sob um contexto documental disperso, está a definir critérios num *prisma de sentido* sobre o ato de arquivar. Tal repercute de forma complexa na compreensão da totalidade dos fenômenos, especialmente aquele dos arquivos pessoais e dos complexos conceitos de veracidade documental, ligados a eles, bem como os que tentam inquirir a especificidade do “documento arquivístico”. Este último, impactante pela necessidade de inquirir a indissociabilidade entre contexto da produção do documento e indivíduo produtor; da mesma forma, entre *historicidade* e *complexidade* na esfera das relações sociais e culturais. De toda forma, Lopez (2003) distingue:

Nos arquivos pessoais, com o império da informalidade e com a inclusão de inúmeros documentos recolhidos das mais diversas origens, a distinção entre o contexto de produção e o conteúdo informativo do documento revela-se mais importante. (LOPEZ, 2003, p. 23).

A julgar pela organicidade e condições de consciência de uma produção literária de engajamento, a construção do arquivo pessoal do Padre Odilon Alves Pedrosa tem um corpo de sentidos minimamente sólido, num processo cronológico, articulado a interesses pontuais e que possibilita exatamente a disposição

de sua feitura, em conjunto com as disputas pelas quais o emissor e catalogador das fontes passou, enquanto agente clerical.

Nesse item, pela compreensão da especificidade do arquivo pessoal, ainda é Lopez (2003, p. 80-81) que assevera:

Somente a árdua recomposição do contexto de produção documental (que muitas vezes se afasta completamente da informação primária do documento) é capaz de dotar tais acervos de significado arquivístico, resgatando a organicidade inicial dos documentos (LOPEZ, 2003, p. 80).

Assim sendo, podemos distinguir que Odilon Pedrosa pôde dicotomizar intencionalmente em seu acervo, enquanto padre engajado na militância católica dos anos 1920 até 1960, a partir de quatro grandes movimentos de reserva nos quais são visíveis cuidados organizacionais, com certo material impresso e manuscrito. Essa atitude é indicada por Fraiz (1998, p. 34) e Silveira (2013, p. 145) como sendo uma das principais características dos arquivos pessoais, especialmente quando denotam de forma direta o desejo de um indivíduo pela publicidade dos documentos, como assim se apresentou o desejo do intelectual ora investigado.

De qualquer forma Odilon Pedrosa (1986, p. 56) já asseverava no que dizia respeito a essa prática: “guardados com o devido cuidado ao longo dos dias de estudante e de sacerdócio”. Arquivo reforçado e todo ele acumulado, em várias ocasiões ao longo de sua trajetória: a) como estudante seminarista no Seminário de Olinda, b) como estudante universitário e correspondente jornalístico em Roma-Itália; c) na condição de padre nos momentos em que ocupou cargos com funções políticas na esfera da Igreja, nas cidades de Nazaré da Mata, Campina Grande e João Pessoa, respectivamente; e e) ocupando o posto

de *memorialista*, no uso de seu *arquivo pessoal* e na instrumentalização de fontes arquivadas.

Momentos específicos, caracterizados pela formação de uma massa documental acumulada enquanto religioso, diretor de ginásio confessional e jornalista combativo e diretor de dois grandes jornais entre Pernambuco e Paraíba. Outrossim, conforme evoluía de simples seminarista a intelectual atuante, dos dois lados do Atlântico.

Na base de formação daquele arquivo pessoal, apresentam-se no tempo presente características importantes que nos servem de indícios de pesquisa de sua trajetória, principalmente inseridos os cortes cronológicos e marcações de lugar, tipologias documentais, parte considerável datada e com anotações explicativas nas caixas, estantes e volumes encadernados, realizados pelo próprio intelectual, acervo que comporta uma massa documental de 845 documentos de variadas tipologias, biblioteca de 880 exemplares diversos e extensa fototeca, constituída a partir de:

- Lotes documentais de 1910 a 1927, na fase como seminarista matriculado no Seminário de Olinda. Constam ali documentos manuscritos, iconográficos e impressos, centrados na **vida escolar de seminarista**. Também se apresentam trabalhos manuscritos, maços encadernados de recortes temáticos, uma série em dois volumes de um diário estudantil e uma série dos *Anaes do Seminário de Olinda*, publicação oficial da instituição.
- Lotes documentais dos anos de 1927-1928, com *função mista*, arrolados no período de formação superior na Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma-Itália) formados por documentação manuscrita, na qual dois **diários de viagem** se apresentam centrais; farto acervo livresco de filosofia, teologia e história em vários

idiomas (com ênfase no castelhano e, principalmente, português). Da mesma forma, vasta reserva fotográfica na qual constam suas atividades missionárias, viagens oficiais e de estudo e revistas discentes locais.

- Lotes documentais dos anos 1928-1940, onde constam encadernados artigos, críticas literárias, análises políticas de cunho militante, crônicas do cotidiano, entre outras tipologias de escritos publicados nos jornais *Gazeta de Nazaré* (PE) e *A Imprensa* (PB); séries de cartas encíclicas, pastorais coletivas e regionais; revistas militantes brasileiras e estrangeiras; revistas educacionais nacionais e estrangeiras, em diversas línguas.

O arquivo pessoal *Odilon Alves Pedrosa*, durante mais de 30 anos, continuou a expandir-se conforme as atividades docentes, jornalísticas e clericais de seu provedor se desenvolviam. Encerrou a inserção de novos documentos com a morte do religioso no ano de 1986.

Em seguida, passou à guarda da família Alves Pedrosa na cidade de Sapé, Paraíba, onde permaneceu sem qualquer modificação ou intervenção, em termos arquivísticos, até o ano de 2014. Com a recente intervenção e diagnóstico<sup>66</sup>, uma nova fase foi iniciada<sup>67</sup>, na qual o arquivo se encontra sob prospecção e paulatina abertura à consulta de investigadores, interessados no

---

66 Proporcionada pela presença do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação, Arquivologia e Sociedade (GEPHEAS) sob nossa coordenação, e transferência do acervo e respectiva tutoria do arquivo pessoal, para uma guarda temporária, encontrando-se em fase de higienização, catalogação e restauro.

67 Atividade vinculada ao desenvolvimento de nosso projeto de pós-doutoramento na universidade do Minho (Portugal) que mapeou a presença e circulação do debate em língua portuguesa, sobre a instrução confessional, constantes no acervo do arquivo pessoal Odilon Alves Pedrosa.

universo intelectual católico, e na militância política brasileira da Igreja, entre os anos 1920 e 1960.

## Considerações finais

A dimensão do debate sobre a importância dos *arquivos pessoais* segue em paralelo a uma maior atenção dispensada pelos investigadores, cada vez mais efetiva, no que diz respeito à produção de uma literatura que possa dar conta da complexidade dos significados, que tomam aqueles espaços arquivísticos.

Arquivos como os de Odilon Alves Pedrosa representam verdadeiras janelas para a possibilidade de construirmos aportes de instrumentalização para acervos tomados pelo engajamento militante, dispostos por agentes intelectuais ciosos de seus aportes teóricos e políticos.

Também representam um salutar espaço de mapeamento dos interstícios da organicidade católica num período da história tomado pelo arrefecimento das posições políticas da Igreja, a mesma instituição na transição entre os séculos XIX e XX, a se considerar ameaçada por uma alegada perda de projeção de seus agentes, frente à sociedade civil.

Fenômeno sociocultural que se insere nos documentos acumulados, nos espaços pessoais, mas que denotam escolhas e crivos que se apresentam ao usuário das informações, sensíveis à identificação dos meandros históricos produzidos e captados pelas especificidades da Arquivologia. Aspecto que ainda percorre *trajetória lacunar* no âmbito das inquirições a serem feitas, tanto aos arquivos de teor orgânico cimentados nas particularidades de um dado protagonismo quanto aos que se apresentam a mediar especificidades sócio-históricas.

## Referências

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bessanezi. **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 42-43.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 76-96.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 7-16.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Revistas Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **A formação dos Intelectuais**. Venda Nova: M. Rodrigues Xavier, 1972. (Coleção 70).

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: EDUSP, 1991.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **GRAGOATÁ**, Niterói, v. 15, n. 154, p. 69-82, 2003.

PEDROSA, Odilon Alves. **Caminhos Andados**. João Pessoa: Unigraf, 1986.

\_\_\_\_\_. **Diário do Seminário**. Olinda, 1927a. Manuscrito.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas aos grupos escolares na Paraíba do Norte. 1822-1940.** São Paulo: Autores associados, 2004. p. 23-235.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, Armando Malheiro. Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do patrimônio**, Porto, I Série, v. III, p. 55-84, 2004.

SILVEIRA, João Paulo Borges da. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 140-161, 2013.

# A gestão da informação e o desafio da mobilidade digital

*Andreia Magalhães  
Maria Manuela Pinto*

## Introdução<sup>68</sup>

São inúmeras as soluções tecnológicas atualmente disponíveis no mercado e que visam o suporte às atividades organizacionais e colaborativas, nomeadamente ao nível da *Gestão Documental* (GD), da *Gestão de Conteúdos* (GC) ou mesmo da *Gestão de Arquivos* (GA).

Porém, se até há bem pouco tempo estes sistemas eram essencialmente “alimentados” e geridos no “escritório”, ou seja, em locais fixos, hoje em dia a evolução tecnológica permite desenvolver soluções que conferem “mobilidade” a essas tarefas tendo a utilização de dispositivos móveis despertado o interesse de diversas áreas, constituindo, nos últimos anos, uma das mais relevantes vias de inovação tecnológica

---

68 Apresenta-se o estudo e algumas das propostas que integram a dissertação defendida publicamente na FEUP em Julho de 2014: MAGALHÃES, Andreia Manuela Vieira. **Gestão da Informação e dispositivos móveis**: um caso de aplicação. Porto: Faculdade de Engenharia. Universidade do Porto. 2014. Dissertação de Mestrado (Ciência da Informação). Orientador FEUP António Lucas Soares; Coorientadora FEUP Maria Manuela Pinto.

Em Julho de 2014, deu-se por concluído um projeto de dissertação em Ciência da Informação (CI) em que se abordou precisamente o desenvolvimento de *software* de Gestão Documental (GD) suportado pela tecnologia *mobile* e a complexificação dos desafios que, a par das oportunidades, a evolução tecnológica coloca às Organizações e à Gestão da Informação (GI).

Num contexto empresarial, procurou-se perceber a necessidade e impacto da utilização de dispositivos móveis na GI, bem como identificar e especificar os requisitos para o desenvolvimento de um componente de *software* suportado pela referida tecnologia a integrar num produto de *Gestão Documental e Workflow* – o MediaDoc.

A componente operacional do projeto partiu da análise da produção científica e técnica explorando-se, simultaneamente, o *software* MediaDoc e soluções tecnológicas semelhantes, assim como se identificaram as necessidades informacionais, desafios e oportunidades de empresas e clientes, potenciais utilizadores da aplicação *mobile*, de modo a sustentar a especificação de requisitos para um novo módulo/produto.

No segmento de produtos dirigidos aos *Electronic Document Management System* (EDMS)/Gestão Documental, ao *Enterprise Content Manangement* (ECM)/Gestão de Conteúdos Empresariais (ECM), ao *Electronic Records Management System* (ERMS) ou ao *Electronic Document and Records Management System* (EDRMS), procurou-se identificar quais os sistemas tecnológicos que já possuíam um módulo para dispositivos móveis (*app mobile*) analisando, posteriormente, as características, funcionalidades e vantagens que oferecem no âmbito da GI organizacional.

Seguiu-se a análise e a identificação de requisitos, por sua vez sistematizados e documentados num *Documento de Especificação de Requisitos* que teve como contexto de referência a área específica da solicitação e da advocacia, um dos setores de atividade a que se dirige a empresa CIMSOFT, entidade acolhedora do projeto.

Revelando este projeto um evidente interesse teórico e operacional, procurou-se, ainda, compreender o impacto desta nova opção tecnológica ao nível da GI, em uma perspectiva de acesso continuado a longo prazo e, assim, contribuir para a reflexão acerca do papel dos dispositivos móveis na GI, numa época em que as organizações são cada vez mais exigentes no que respeita ao ativo e recurso estratégico *Informação* e esta se afirma como objeto de trabalho e investigação.

## **Enquadramento teórico e metodológico**

O estudo desenvolvido situa-se no âmbito dos habitualmente designados *Sistemas de Gestão Documental e Workflow*, no contexto da concepção e desenvolvimento de uma aplicação para dispositivos móveis, permitindo a interligação da formação académica com o contexto real de trabalho e proporcionando o desenvolvimento do projeto num contexto de investigação-ação.

O método adotado para enquadrar e orientar este estudo de GI em CI e o trabalho empírico realizado foi o Método Quadripolar, desenvolvido para as Ciências Sociais por De Bruyne *et al.*(1974, 1991). Através da interatuação dos seus quatro pólos este método permitiu obter uma visão holística e dinâmica da investigação no âmbito de um trabalho de operacionalização em permanente avaliação e aperfeiçoamento. (RIBEIRO, 2005).

A análise e especificação de requisitos basearam-se no processo de Engenharia de Requisitos, envolvendo a análise do problema e a especificação, que resultou um modelo da aplicação informática a ser desenvolvida com base no documento de requisitos que descreve o comportamento desejado, desde a identificação dos objetivos do sistema à descrição das propriedades associadas e a restrições ou condicionantes ao seu desenvolvimento. (RIBEIRO, p. 2008).

## A Gestão da Informação e a Tecnologia

A GI envolve o “lidar, administrar, encontrar soluções práticas desde a gênese até ao efeito multiplicador do fluxo da informação e compreende um conjunto diversificado de atividades, a saber: produção, tratamento, registo e guarda, comunicação e uso da informação.” (DELTCLI, 2014). A informação é, pois, um recurso vital para as Organizações e que merece e necessita ser gerido e preservado em função das necessidades organizacionais.

A GI é “entendida como a gestão eficaz de todos os recursos de informação relevantes para a organização, tanto de recursos gerados internamente como os produzidos externamente e fazendo apelo, sempre que necessário, à tecnologia de informação” (WILSON, 1989). A GI é, assim, imprescindível para todas as organizações que dependem do conhecimento e torna-se indissociável da evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

De facto, a constante produção de informação, intrínseca ao funcionamento organizacional, conduziu à necessidade de criar formas de a estruturar, organizar, descrever, gerir, usar e disseminar. Nesse sentido, e recorrendo às oportunidades e vantagens que a tecnologia oferece, foram desenvolvidas metodologias e soluções tecnológicas (*hardware* e *software*) que permitem o acesso e a GI, de forma cada vez mais eficiente e eficaz.

A abordagem da Informação é assumida por perspectivas que focam ora os documentos, ora os conteúdos não estruturados, ou conteúdos web, ou ambos, e que do foco nas massas acumuladas de informação registada em suporte papel vão incorporando progressivamente a tecnologia e a noção de desmaterialização dos processos de negócio.

Neste contexto, emerge a Gestão Documental considerada como o conjunto de procedimentos que envolve a produção, classificação, conservação e disseminação dos documentos visando garantir a sua disponibilidade quando necessário e o

seu armazenamento permanente ou a prazo, ou seja, gerir o ciclo de vida dos documentos, desde a sua criação ao seu armazenamento definitivo. (FERNANDES, 2012).

Em meio digital, a Gestão de Documentos Eletrônicos (GDE), também conhecida por *Electronic Document Management* (EDM), resulta da incorporação da evolução tecnológica constituindo, de uma forma muito simples, a aplicação da tecnologia para reduzir o consumo de papel, aumentar a rapidez nas comunicações e promover a produtividade dos processos de negócio. (SPRAGUE, 1995, p. 29).

É de considerar, também, a Gestão de Conteúdos Empresariais, ou ECM, definida como “as tecnologias utilizadas para capturar, gerir, armazenar, preservar e distribuir conteúdos e documentos relacionados com os processos organizacionais. Na ECM, são enfatizadas as ferramentas e estratégias que permitem gerir a informação “não-estruturada” de uma organização, o que engloba documentos, páginas web, relatórios, ficheiros de áudio e vídeo, informação em discos externos, entre outros. ” (SVÄRD, 2013, p. 160).

As práticas organizacionais e fornecedores de produtos e serviços apresentam inúmeras vezes como sinónimos o EDM e o *Enterprise Content Manangement* (ECM), em outros casos, incluem o EDM no contexto do ECM, verificando-se que também tem sido utilizado ao longo da última década pelos próprios profissionais de informação.

Em torno dos documentos e conteúdos – isto é, da Informação – ganham importância os procedimentos, as estratégias e as tecnologias que os implementam e concretizam.

A evolução tecnológica tem, pois, sustentado o desenvolvimento de aplicações de suporte à GI, nomeadamente através de soluções informáticas (os Sistemas Tecnológicos de Informação) que implementam os conceitos apresentados - caso dos EDMS, dos ERMS e dos EDRMS que surgem na década de 1990.

Um passo decisivo nesta área foi a garantia de interoperabilidade destes sistemas com o ambiente e conteúdos *web*, estando na base do aparecimento do conceito de “conteúdo” (a par do conceito de “documento” e “*record*”) e de uma Gestão do Conhecimento que visa a possibilidade de integrar todas estas aplicações e a própria GI.

Acresce que, desde a década de noventa, verifica-se uma grande evolução no desenvolvimento de tecnologias para comunicação e computação móvel ou sem fios propiciando a sua disseminação generalizada a criação de novas oportunidades, facilidades, aplicações e serviços para os utilizadores.

Desenha-se aqui uma oportunidade que decorre da evolução da tecnologia e das conseqüentes necessidades organizacionais, para, na perspectiva do fornecedor de soluções de *software* e na perspectiva do cliente utilizador desse *software*, incorporar esta inovação na área de uma GD muito presente no universo empresarial e, com ela, criar uma janela de oportunidade para refletir e promover a sua sustentação teórico-conceptual no contexto da Gestão da Informação organizacional.

## **A Gestão da Informação mediada por dispositivos móveis**

O estudo que se desenvolveu teve como objetivo principal proceder a uma abordagem teórica e aplicada da GI mediada por dispositivos móveis, procurando desenvolver uma visão holística do fenómeno infocomunicacional que, do contexto mais corrente da Gestão Documental e dos Sistemas de Gestão Documental, se procurou alicerçar com um estudo em GI que, transversalmente, convocou de especial forma as áreas de estudos relacionados da *Produção da Informação* e do *Comportamento Informacional*.

Partiu-se, assim, para um projeto que desde a fase da concepção de um *software* que iria suportar a GI, se procurou situar face aos seus concorrentes, a modelos teóricos e de

especificação que permitiram criar as bases para um processo de desenvolvimento de *software* mais sustentado e robusto e que foi enriquecido pelos resultados de um estudo exploratório que envolveu a “disseção” dos principais conceitos e necessidades informacionais dos potenciais clientes da aplicação.

A Gestão Documental foi perspectivada como uma fase da gestão do ciclo vida da informação, por sua vez comumente identificada ora como documento, ora como “*record*” ou mesmo conteúdo não estruturado, dependendo da determinação da fase/destino, assumindo, ainda, a sua forte ligação ao meio digital, consequência da intensa utilização das tecnologias, o que evidencia a ligação, em termos científicos, da Ciência da Informação ao campo intercientífico dos Sistemas [Tecnológicos] de Informação.

**Figura 1 - Um único ciclo de gestão**



Fonte: Pinto (2013, p. 129)

Para o desenvolvimento do projeto, tornou-se, pois, prioritário identificar, no segmento de produtos dirigidos ao EDMS/ERMS/EDRMS, quais os produtos que já possuíam um módulo para dispositivos móveis e analisar as suas características e funcionalidades.

O principal objetivo consistiu em perceber como poderia o MediaDoc adequar-se à evolução teórico-conceitual e incorporar a inovação tecnológica, traduzida na introdução da “mobilidade” no *software* já existente, o que passaria pela análise, identificação e especificação dos requisitos para o desenvolvimento de um módulo *mobile* do MediaDoc.

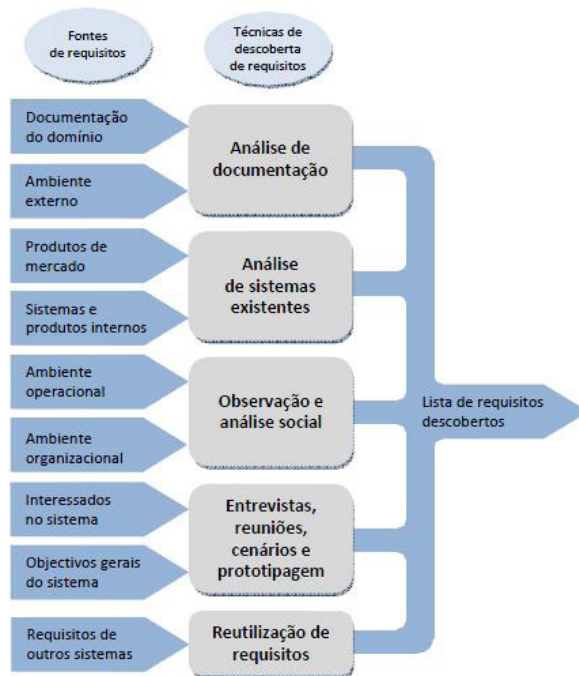
Numa primeira fase, foi necessário definir o domínio de aplicação para que, posteriormente, se pudesse analisar detalhadamente as necessidades do futuro utilizador do módulo e, assim, definir corretamente os requisitos do mesmo. Após um levantamento da carteira de clientes da empresa que desenvolve e comercializa o produto de GD em foco, elegeram-se, como foco de estudo, os setores da advocacia e solicitadoria, refletindo essa amostra a maioria dos clientes do MediaDoc. Optou-se por tornar o estudo mais específico de forma a aumentar o rigor e a qualidade do trabalho desenvolvido.

Atualmente, os *smartphones* e os *tablets* dominam o quotidiano e são cada vez mais utilizados pelos profissionais da Justiça, permitindo um mais rápido e eficaz acesso à informação e contribuindo para a sua produtividade. Contudo, a GI nesta área é particularmente sensível e exigente, uma vez que incide sobre informação confidencial e que requer uma gestão e controlo rigoroso.

As organizações deste setor procuram, assim, implementar sistemas de GI estáveis, robustos e seguros, o que implica a definição de requisitos adequados às suas necessidades. Como apresentado no *processo de identificação e especificação de requisitos* (Figura 1), para o caso em estudo utilizaram-se várias técnicas de recolha de dados, com o intuito de apurar as necessidades informacionais dos potenciais utilizadores do novo módulo e, assim, avançar para a definição de um modelo de desenvolvimento que responda aos desafios decorrentes da adoção massificada de dispositivos móveis para a GI e potencie as vantagens que estão associadas à sua utilização.

Também se considerou imprescindível fazer um levantamento dos requisitos presentes em várias publicações e considerados essenciais, no que concerne à adoção de ferramentas de TI por parte de empresas afetas ao setor judicial. Nesse sentido, foi examinado um manual/guia elaborado por John Heckman, consultor em tecnologia e GD, de apoio à compra e implementação de SGD's para empresas do setor da Justiça, editado e divulgado pela *TechnoLawyer* (HECKMAN, 2011). Este manual aborda as principais características de um SGD para o setor judicial e constituiu uma fonte de informação pertinente para a compreensão deste tema e, conseqüentemente, para a realização deste projeto.

**Figura 2 - Aplicação de técnicas de identificação de requisitos**



**Fonte:** Ribeiro, 2008

No decorrer do estudo exploratório, foram, ainda, percebidas várias necessidades associadas à atribuição de mobilidade a *softwares* de apoio à GI que, após serem satisfeitas e como listado na Tabela 1, se traduzem em vantagens competitivas,

Note-se que algumas necessidades podem não ser ainda percebidas pelos atuais utilizadores do sistema, o que é natural e habitual quando se trata do desenvolvimento de novos produtos de *software*. Contudo, quando confrontados com a aplicação e a possibilidade da sua exploração mais facilmente perceberão a importância e as vantagens inerentes à utilização de dispositivos móveis para a GI empresarial. Nesse momento, as necessidades tornar-se-ão vantagens e surgirão novas necessidades à medida que se familiarizarem com o novo módulo através da utilização rotineira de dispositivos móveis como ferramentas de suporte às atividades organizacionais.

**Tabela 1 - Conjunto de necessidades percebidas (futuras vantagens competitivas) no contexto *mobile***

Necessidades/Vantagens
Acesso e gestão da informação em qualquer lugar e a qualquer momento 24/dia, 7 dias/semana (no caso dos advogados e agentes de execução, permite ter acesso permanente aos processos e documentos dos processos, como por exemplo no momento de uma audiência ou julgamento; aceder aos emails sempre que necessitar; agendar tarefas assim que tiver conhecimento das mesmas; fazer o upload ou download de documentos no momento em que necessita deles; aceder, alterar ou gravar contactos a qualquer momento e em qualquer lugar, entre outros)
Maior rapidez no acesso à informação necessária – que se traduz em maior produtividade, mais eficácia e maior desempenho
Satisfação dos clientes - melhorar o serviço ao cliente e capacidade de resposta (no caso dos advogados e agentes de execução, permite dar respostas rápidas aos clientes, a nível processual e financeiro; ter acesso rápido aos contactos dos clientes, parceiros ou outras entidades)
Poupar tempo e reduzir custos operacionais (não é necessário estar no escritório para aceder à informação nem deslocar-se a um local com computador e internet para ter acesso à informação necessária)
Otimizar o trabalho no exterior (captura de conteúdo multimédia (imagem, vídeo, som), com referênciação GPS e anexação automática ao processo; otimização de rotas através de GPS e georeferênciação; e controlo sobre funcionários)

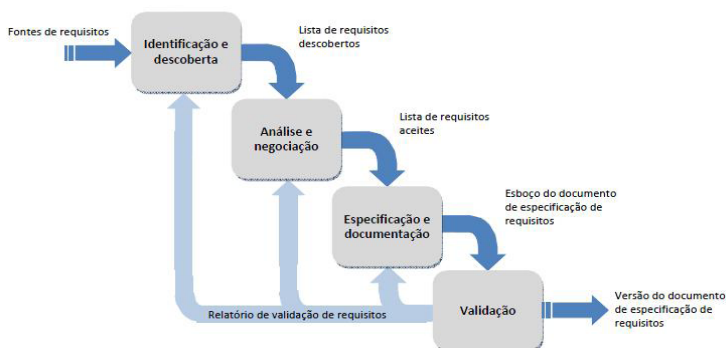
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2014

Com base no estudo exploratório, procedeu-se à seleção das funcionalidades que os profissionais mais necessitavam fora do escritório, consideradas, por isso, imprescindíveis, e atribui-se a cada uma delas os requisitos específicos e, como complemento, foram desenhados os diagramas de caso de uso em UML. Definiram-se, também os requisitos não-funcionais do sistema e foram criadas sugestões de visualização tendo todas estas etapas sido documentadas no *Documento de Especificação de Requisitos para o MediaDoc Mobile*, negociado e validado pelas partes interessadas no projeto.

## Uma proposta de adequação da tecnologia *mobile*

A componente operacional do projeto sustentou-se metodologicamente no processo de Engenharia de Requisitos (ER) que sinteticamente se representa através de uma sequência de quatro atividades (Figura 3), adaptadas às necessidades específicas do caso estudado.

**Figura 3 - Modelo em cascata do processo de ER**



**Fonte:** Ribeiro, 2008

As atividades inerentes ao processo de ER são, por sua vez, suportadas por um conjunto de técnicas e ferramentas, tal como sistematizado por Gaspar (2012) na tabela abaixo.

A definição de requisitos é de extrema importância no processo de desenvolvimento de *software* na medida em que são eles que definem toda a informação sobre o sistema e o comportamento que dele é esperado antes de ser construído.

Um requisito consiste na especificação de uma determinada ação ou condição que o sistema deverá satisfazer e, neste projeto, decidiu-se agrupar os requisitos especificados em *funcionais* e *não-funcionais*. Os requisitos funcionais descrevem uma determinada função que o sistema deve satisfazer. Os requisitos não-funcionais descrevem aspectos gerais que o sistema deve satisfazer, relacionados com, por exemplo, o desempenho, a fiabilidade, a segurança e a robustez do sistema.

A identificação e especificação de requisitos para o módulo *mobile* do MediaDoc iniciou-se com a determinação das funcionalidades a integrar, tendo em conta que a aplicação deveria ser simples e intuitiva e, por isso, seriam apenas incluídas as funcionalidades mais relevantes para o desempenho das atividades inerentes à área da Justiça, de modo a satisfazer as principais necessidades informacionais dos potenciais utilizadores.

**Tabela 2 - Atividades da ER**

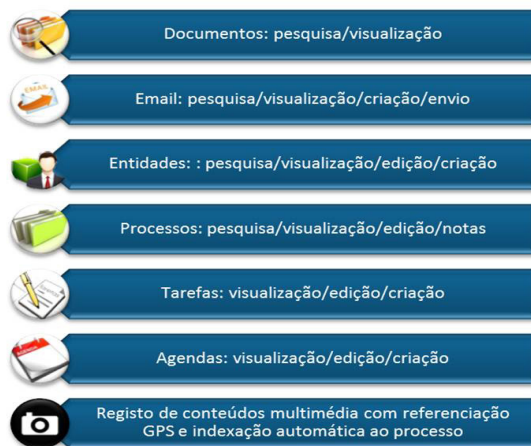
Actividade	Descrição	Técnicas e Ferramentas	
Desenvolvimento de Requisitos	Levantamento	Após a identificação dos <i>stakeholders</i> identificam-se os requisitos que o sistema tem de satisfazer.	Entrevistas, inquéritos, cenários, <i>brainstorming</i> em <i>workshops</i> , protótipos, simulações, <i>focus groups</i> , categorização de <i>stakeholders</i> , etc.
	Análise e Negociação	Garantir a unicidade, consistência e completude dos requisitos, identificando anomalias, e procurando resolve-las; priorização dos requisitos	Mapas relacionais, diagramas de contexto, tabela evento-resposta, casos de uso, modelação de dados, priorização de requisitos.
	Especificação e Documentação	O registro da documentação deve descrever, além dos requisitos, o <i>background</i> do sistema, o domínio e contexto do problema, um glossário, a descrição dos <i>stakeholders</i> e qualquer outra informação relevante. A norma IEEE 830-1998 propõe uma estrutura com Introdução, Descrição Geral e Especificação de Requisito	Templates, <i>layouts</i> , linguagem natural, linguagem natural controlada, linguagem formal, regras de documentação, estruturação da documentação, etc.
	Validação e Verificação	Garantir que a documentação e especificação representem de um modo preciso as necessidades dos <i>stakeholders</i> ; avaliar a perenidade lógica dos requisitos	Inspecções, análises formais, animações, simulações, protótipos, etc.
Gestão de Requisitos	Garantir a rastreabilidade dos requisitos; analisar a maturidade e estabilidade dos requisitos; gerir mudanças (eliminação, alteração ou adição) de requisitos durante a fase de desenvolvimento ou manutenção do sistema, de modo a minimizar o impacto e risco que daí advém.	Políticas e procedimentos de controle de mudança, definir atributos dos requisitos, matrizes de rastreabilidade, etc.	

**Fonte:** Retirado de Gaspar (2012)

Concluída a sua definição e classificação, os requisitos foram descritos e organizados num *Documento de Especificação de Requisitos* (DER), que apoiará todo ciclo de desenvolvimento de *software*, exigindo, por isso, um grau elevado de qualidade, detalhe e legibilidade.

De acordo com a recolha de dados efetuada, nomeadamente através de inquéritos por questionário e por entrevista, foram identificadas as funcionalidades consideradas essenciais (figura 4) e, por isso, a incorporar no módulo *mobile*, tendo sido definidos requisitos específicos para todas as funcionalidades selecionadas (MAGALHÃES, 2014)<sup>69</sup>.

**Figura 4 - Funcionalidades a incorporar no módulo *mobile***



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2014

A estrutura utilizada para a elaboração do *Documento de Especificação Requisitos* (DER) do MediaDoc Mobile foi a que se apresenta na Tabela 3.

Para documentar os requisitos, optou-se por utilizar o modelo proposto na norma IEEE 830-1998 “*Recommended Practice for Software Requirements Specifications*”. Esta norma apresenta uma série de recomendações e boas práticas para a

<sup>69</sup> Uma vez que a descrição dos requisitos propostos é bastante longa, optou-se por não a apresentar aqui, podendo ser consultada no texto integral da dissertação.

especificação de produtos de *software* e sugere algumas configurações da estrutura a adotar em documentos de especificação de requisitos (orientados, por exemplo, a funcionalidades, objetos ou classes), tendo em conta que diferentes sistemas requerem diferentes modos de organização de requisitos.

Apesar de ter sido seguida a estrutura base recomendada na norma, foram feitas algumas alterações de acordo com as necessidades específicas deste projeto. O DER para o MediaDoc Mobile foi discutido e negociado com a empresa e com clientes e, por fim, validado na sua quarta versão.

Foi, ainda, necessário decidir qual a ferramenta e/ou plataforma de desenvolvimento mais adequada às necessidades concretas do estudo em curso.

A escolha recaiu sobre a plataforma **Xamarin**, que permite criar aplicações nativas para sistemas operativos *iOS*, *Windows* e *Android*.

**Tabela 3 - Estrutura do Documento de Especificação de Requisitos para o MediaDoc Mobile**

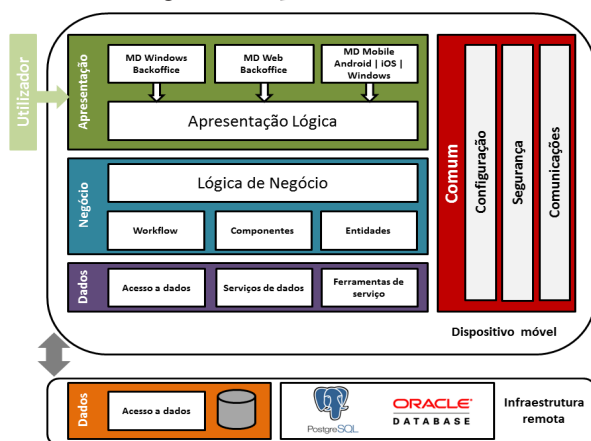
Estrutura		Descrição
Parte 1 - Introdução	Objetivo	Define os objetivos do documento e os stakeholders do projeto.
	Âmbito	Refere o contexto em que o projeto foi realizado.
	Definições	Apresenta algumas definições importantes relacionadas com o âmbito do projeto.
	Referências	Enumera os documentos utilizados ou consultados para a elaboração do documento de requisitos.
	Organização	Apresenta, de uma forma geral, a estrutura e os conteúdos do documento.
Parte 2 - Descrição Geral	Perspetiva do produto	Apresenta os objetivos gerais do produto e a arquitetura do sistema.
	Funcionalidades do produto	Enumera as funcionalidades a incorporar no módulo mobile.
	Características do utilizador	Descreve as características dos potenciais utilizadores do software.
	Restrições	Aponta possíveis restrições ao desenvolvimento da aplicação.
	Assunções e dependências	Enumera possíveis dependências que possam existir.

Parte 3 - Requisitos específicos	Interfaces externas	Apresenta a lista das interfaces do utilizador e menciona as interfaces de hardware e software.
	Requisitos funcionais	Enumera todos os requisitos funcionais, organizados por funções.
	Requisitos de segurança	Descreve os requisitos de segurança.
	Requisitos de desempenho	Descreve os requisitos de desempenho.
	Requisitos de restrição	Descreve as restrições associadas à utilização do software.
	Atributos do sistema	Refere os atributos desejáveis do sistema.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

Esta decisão foi tomada com base em várias recomendações encontradas em artigos e em grupos de desenvolvedores de *software*. A opção de criar uma *app nativa* deve-se ao facto de, assim, ser possível tirar partido das funcionalidades do próprio dispositivo móvel, como a câmara fotográfica e o GPS, o que é imprescindível para a funcionalidade de “Registo de conteúdo multimédia”.

Figura 5 - Arquitetura do sistema



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

Quanto à arquitetura do sistema, optou-se por desenvolver a aplicação segundo o modelo de três camadas. Este modelo é composto por três camadas separadas sendo a camada intermédia, intitulada camada de negócio, que agrega todas as funções e regras do negócio, por exemplo os *workflows*, e processa as ações dos utilizadores (CACHORREIRO, 2008), como se pode verificar no esquema (Figura 5).

Quando falamos em dispositivos móveis estão indissociadas as questões relativas à segurança da informação e, apesar de este aspeto não ter sido destacado no projeto, não poderemos deixar de o salientar para desenvolvimento futuro, tendo-se procurado perceber qual a opinião dos clientes acerca do mesmo e se existiam receios no que diz respeito a esta matéria.

Verificou-se, assim, que existe uma tendência para delegar a responsabilidade de garantir a segurança da aplicação e da informação empresarial ao fornecedor do *software*, acreditando que existiriam e/ou seriam desenvolvidos mecanismos que ajudariam a proteger o sistema.

Por sua vez, a empresa desenvolvedora do *software* garante que, apesar de todos os riscos associados aos dispositivos móveis, é possível criar uma aplicação fiável e segura, recorrendo à encriptação de dados, entre outras técnicas.

Concordamos que a evolução das plataformas móveis estará sempre associada à evolução de ferramentas e métodos que permitam combater os riscos ao nível da segurança da informação e impedir possíveis extrapolações ao normal funcionamento do sistema. Não obstante, há que identificá-los, especificá-los e proceder à sua implementação, o que certamente reforçará o peso da GI nas organizações e incentivará o desenvolvimento do conhecimento científico na área.

Acresce que, apesar de nesta primeira versão do MediaDoc Mobile ter sido considerado sobretudo o acesso à informação com a edição de alguns dados, verificou-se ser de todo o interesse

para a empresa que o desenvolve e comercializa avançar, futuramente, para a inclusão de funcionalidades de suporte à produção de informação de modo a satisfazer na íntegra as necessidades informacionais dos clientes e a acompanhar as tendências e exigências do mercado, sendo esta uma outra vertente que, do uso dos dispositivos móveis, projetará decisivamente a importância da GI.

## Conclusões

Fica patente que a incessante e veloz evolução da tecnologia suscita novas necessidades e novos desafios às organizações com repercussões no campo interdisciplinar da CI cujo objeto, o fenómeno e processo info-comunicacional, é indissociável do papel crucial desempenhado pelas ferramentas tecnológicas.

Esta mediação tem impacto direto nas práticas relacionadas com a GI, constatando-se a indispensabilidade de acompanhar essas tendências, através da aplicação de modelos, metodologias, ferramentas e técnicas que promovam o desenvolvimento de Sistemas de Gestão da Informação adequados às necessidades dos indivíduos e das organizações, confirmando progressivamente o âmbito redutor da tradicional “Gestão Documental”.

De facto, a tecnologia não sendo a solução é uma importante e valiosa aliada, que permite, entre outras coisas, automatizar os processos de negócio e fluxos de trabalho, contribuir para eficácia e eficiência das empresas, reduzir a utilização de papel, melhorar a interação entre colaboradores e gerir a informação desde o início do seu ciclo de vida.

Face ao exponencial crescimento da adoção de dispositivos móveis, principalmente de *smartphones* e *tablets*, são inegáveis os benefícios que a sua utilização pode proporcionar em termos de acesso e gestão do Sistema de Informação organizacional, sobretudo na sua componente digital e, conseqüentemente,

à melhoria do funcionamento e produtividade das organizações, tornando-se inevitável a criação de respostas como foi o caso do projeto que teve como principal objetivo a especificação de requisitos para o desenvolvimento do módulo *mobile* do MediaDoc.

A abordagem efetuada e o trabalho produzido garantem uma base sólida e um guia detalhado para o desenvolvimento do MediaDoc Mobile, uma vez que a GI associada à computação móvel é recente, não existindo ainda modelos, metodologias ou orientações técnicas especificamente definidas e universalmente aceites que pudessem guiar o desenvolvimento de um projeto desta natureza. Nesse sentido, afirmou-se como fundamental a orientação pelo método quadripolar, enriquecido pelo contributo metodológico da investigação-ação, sustentada numa carga operacional e prática muito elevada e envolvendo diretamente os utilizadores.

À constatação inicial da evolução inerente aos dispositivos móveis, juntou-se a da afirmação da tendência para um cada vez maior crescimento da adoção dos dispositivos móveis por parte das organizações e do uso de aplicações que contribuam para a sua produtividade, em uma perspetiva que tende a abarcar todo o ciclo de vida da informação e a crucial e muito sensível fase de produção.

Conscientes de que os desafios para a GI decorrentes da evolução tecnológica merecem um acompanhamento constante, os requisitos propostos só farão sentido se forem implementados e avaliados à medida das necessidades informacionais dos clientes.

Em suma, procurou-se conceber uma solução inovadora, atual, funcional, intuitiva, segura e que facilite o quotidiano das organizações em um contexto tecnológico que exige e valoriza crescentemente o papel da GI, da investigação e dos profissionais.

## Referências

ANVAARI, M. **Architectural Support for Openness in Mobile Software Platforms**. 2010. Dissertação (Mestrado). University of Gothenburg, Sweden. 2010.

CACHORREIRO, R. **Desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Conteúdos**. 2008. Dissertação (Mestrado) - FEUP, Porto, 2008.

DE BRUYNE, *et al.* **Dinâmica para a pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves 1991.

CHARLAND, A.; LEROUX, B. Mobile Application Development: web vs native. **Commun**, v. 54, n. 5, p.49-53. 2011.

FERNANDES, L. **Sistemas de gestão documental e workflow no contexto da gestão da qualidade**. 2012. Dissertação (Mestrado) - ) - FEUP, Porto, 2008.

**GESTÃO da Informação**. In: DICIONÁRIO ELETRÔNICO DE TERMINOLOGIA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (DELTCI) -, 2007-2008. Disponível na Internet: <URL:<http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/def.asp?cod=41> >. Acesso em: 30 mar. 2014.

HECKMAN, J. **TechnoLawyer Buyer's Guide to Document Management Systems for Law Firms**. 2. ed. New York: TechnoLawyer. 2011.

IEEE Std 830. **Especificação de Requisitos - Recommended Practice for Software Requirements Specifications**. EUA: Institute of Electrical and Electronics Engineers. 1998.

JOHNSTON, G., BOWEN, D. The benefits of electronic records management systems: a general review of published and some unpublished cases. **Records Management Journal**, v.15, n.3, p.131-140. 2005.

MAGALHÃES, A. **Gestão da Informação e dispositivos móveis: um caso de aplicação**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

\_\_\_\_\_. **Online presentation of the project**. Disponível em: <https://prezi.com/o9dgwgc6sde/gestao-da-informacao-e-dispositivos-moveis/> >. Acesso em: 2 jul. 2014.

MALM, R. **Content management via mobile devices: accessing and modifying data and content in SharePoint**. 2013. Dissertation (Master) - University of Gothenburg, Sweden. 2013

PINTO, M. M. Gestão de Documentos e meio digital: um posicionamento urgente e estratégico. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO, 3., Niterói. Gestão do Conhecimento, da Informação e de Documentos em Contextos Informacionais. **Anais...** Niterói: PPGCI/UFF.

RIBEIRO, F. 2005. Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1. A informação nas organizações: o desafio da era digital. **Anais...** Vila do Conde: ESEIG.

RIBEIRO, P. **Metodologia para Equipas de Desenvolvimento de Requisitos de Sistemas de Informação**. 2008. Porto. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

RICHARDSON, J. TechnoLawyer survey reveals 68% of lawyers use iPhone, 63% use iPad. Louisiana: **iPhone J.D.** Disponível em: [http://www.iphonejd.com/iphone\\_jd/2014/05/technolawyer-survey.html](http://www.iphonejd.com/iphone_jd/2014/05/technolawyer-survey.html)>. Acesso em: 02 jul. 2014.

SPRAGUE, R. Electronic Document Management: Challenges and Opportunities for Information Systems Managers. **MIS Quarterly**, p.29-49. 1995.

SQUILLANTE, N. J. **TechnoLawyer Research Buyer's Guide to Legal Billing Software**. New York: TechnoLawyer. 2013.

SVÄRD, P. Enterprise Content Management and the Records Continuum Model as strategies for long-term preservation of digital information. **Records Management Journal**. v. 23, n.3, p.159-176. 2013.

WILSON, T. D. Towards an information management curriculum. **Journal of Information Science**. v.15, n. 4/5, p. 203-209. 1989.

# **Práticas informacionais dos futuros profissionais da informação: enfoque na avaliação da informação**

*Ana Lúcia Terra*

## **Práticas de avaliação da informação**

Os estudos acerca dos comportamentos de pesquisa da informação por parte dos estudantes de licenciatura facultam o conhecimento acerca dos métodos, critérios e processos aplicados na escolha de fontes de informação para realizar tarefas de índole acadêmica. Nessa escolha, influem critérios de vária ordem, mas neste texto iremos dedicar especial atenção aos critérios de avaliação relacionados com a credibilidade. Este conceito, atualmente associado principalmente à credibilidade da informação na web, tem sido amplamente discutido. No estudo aqui apresentado, adotou-se a definição de Tseng e Fogg (1999) que definem a credibilidade como uma qualidade percebida, como uma percepção humana, que resulta da avaliação de múltiplas dimensões simultaneamente, incluindo a confiabilidade e o conhecimento como duas componentes-chave.

Os estudos de caso sobre a avaliação da credibilidade de recursos disponíveis na web evidenciam uma gama vasta de critérios aplicados. Assim, o trabalho de Dochterman e Stamp

(2010), com um grupo de foco de 24 estudantes de licenciatura, mostra que os utilizadores da web avaliam os *sites* com base em 12 categorias relacionadas com a credibilidade. Com efeito, os sujeitos envolvidos fizeram uso dos seguintes critérios: autoridade, layout da página, motivo do site, URL, existência de referências cruzadas, intenção do utilizador, conteúdo, data, profissionalismo, familiaridade com o uso do site, processo e crenças pessoais. Todos estes aspectos podem ser tidos em conta para criar sítios na Web ou para estruturar formações sobre a avaliação dos recursos da web. Uma conclusão interessante é que o layout da página é um critério perdido para avaliação, na medida em que um bom layout não torna a informação mais credível, mas com um layout pobre a informação é percebida como menos crível.

Num estudo qualitativo, com 13 alunos de licenciatura, Twait (2005) identifica os critérios usados na seleção de fontes, no contexto da realização de um trabalho de pesquisa académica, procurando também compreender as suas preferências relativamente a fontes impressas, digitais e humanas. Os resultados mostram que o conteúdo, incluindo a atualidade das fontes, é o critério mais escolhido, destacando-se muito dos outros critérios. A reputação/credibilidade foi o terceiro critério mais escolhido, mas com uma média de apenas 10%. A precisão/validade é também um critério subestimado, pois representa somente 3% das escolhas. Portanto, parece que os estudantes desta amostra não valorizam a credibilidade nas suas várias dimensões. Este estudo também sublinha que os estudantes de licenciatura não usam fontes pessoais, como por exemplo professores ou bibliotecários. Pelo contrário, preferem recursos que já conhecem de usos anteriores, valorizando a familiaridade como a segunda opção mais escolhida.

Na mesma linha, o uso diminuto de critérios de avaliação aplicados às fontes de informação é enfatizado por outros

estudos. Um trabalho relativo à avaliação de cinco páginas da web, realizada por 35 estudantes de licenciatura, mostra que estes aplicam apenas um ou dois critérios, relativos a características superficiais das páginas da web e ignoram o conteúdo dos próprios documentos (HUNG, 2004). A abrangência da fonte, a exatidão, a autoridade, a apresentação e a objetividade foram os cinco critérios mais assinalados. Além disso, os participantes tinham tendência para aplicar apenas um ou dois critérios e a usá-los repetidamente. Esse comportamento está alinhado com os resultados de outro estudo em que os estudantes de licenciatura não aplicam os critérios necessários para avaliar as fontes de um trabalho de investigação, tendo uma clara dificuldade em identificar fontes de índole académica. Apesar de indicarem que procuravam fontes credíveis, os estudantes não conseguiram elencar critérios específicos para determinar se a fonte era credível ou não (CURRIE; DEVLIN; EMDE; GRAVES, 2010). Esses critérios para determinar a credibilidade das fontes de informação e da própria informação estão bem definidos em alguns referenciais de literacia da informação, que iremos analisar de seguida.

## **A avaliação da informação como uma competência de literacia da informação**

Um dos mais usados referenciais de literacia da informação, o *Australian and New Zealand Information Literacy Framework: principles, standards and practice* (BUNDY, 2004) aponta seis competências nucleares para identificar a pessoa competente do ponto de vista da literacia da informação.

Essas competências implicam reconhecer uma necessidade de informação e identificar a natureza e o âmbito dessa necessidade; encontrar a informação de maneira eficaz e eficiente; avaliar criticamente a informação e o processo de busca

da informação; gerir a informação recolhida e criada; combinar informação prévia e nova informação para criar novas ideias e formas de conhecimento; e usar a informação, compreendendo-a e considerando os aspectos culturais, éticos, económicos, legais e sociais relacionados com o seu uso. Relativamente à terceira competência, é interessante verificar que inclui a avaliação das ferramentas de acesso à informação, as características inerentes à informação e também o processo de busca da informação e as estratégias de busca. Com efeito, esta competência geral envolve três competências específicas.

Inclui avaliar a utilidade e a relevância da informação obtida (por exemplo, com a avaliação da quantidade e qualidade dos resultados conseguidos, determinando se é necessário usar instrumentos de acesso à informação alternativos ou outros métodos de pesquisa); definir e aplicar critérios para avaliar a informação (por exemplo, examinando e comparando informação proveniente de várias fontes de informação para avaliar a sua fiabilidade, correção, atualidade e objetividade); e refletir acerca do processo de pesquisa da informação e reformular as estratégias de pesquisa, quando necessário (por exemplo, reconhecendo que o processo de busca da informação é dinâmico e não linear).

Por seu lado, o *SCONUL Seven Pillars of Information Literacy: Core Model For Higher Education* (SCONSUL Working Group on Information Literacy, 2011) apresenta a literacia da informação como um guarda-chuva capaz de englobar conceitos como literacia digital, literacia visual ou literacia mediática, ou competências informacionais, entre outros. Este modelo de literacia da informação baseia-se em sete pilares, cada qual incluindo um conjunto específico de competências e de atitudes.

Dentro de cada pilar, um indivíduo pode progredir de novato a especialista, sendo também possível descer de nível se as competências não evoluírem. Os sete pilares em causa

são: identificar (capacidade de reconhecer uma necessidade pessoal de informação), situar (avaliar o conhecimento atual e identificar lacunas), planejar (construir estratégias para localizar informação e dados), recolher (localizar e aceder à informação necessária), avaliar (rever o processo de pesquisa e comparar e avaliar os dados recolhidos), gerir (organizar a informação de modo profissional e ético) e apresentar (aplicar o conhecimento adquirido).

A compreensão dos aspetos relacionadas com a avaliação da informação incluem a qualidade de dados, precisão, relevância, viés, reputação e aspectos inerentes à credibilidade das fontes de informação. Mas a avaliação também abrange todo o processo pelo qual a informação é avaliada, de modo a sustentar a formulação de uma avaliação pessoal.

As operações inerentes a estes processos incluem: distinguir entre diferentes fontes de informação e o tipo de conteúdo que fornecem, aplicar critérios apropriados para selecionar fontes adequadas a um determinado tópico de investigação; avaliar a qualidade, precisão, relevância, viés, reputação e credibilidade das fontes de informação; avaliar a credibilidade dos dados recolhidos; além de ler criticamente, avaliar e selecionar os dados recolhidos.

Por fim, iremos abordar o referencial norte-americano para a literacia da informação no ensino superior. O *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, na versão de 2000, (ACRL, 2000) apresentava cinco competências nucleares, com 22 indicadores de desempenho e um vasto elenco de práticas correspondentes. A terceira competência nuclear tratava da avaliação crítica da informação e das fontes de informação, incluindo também a capacidade de incorporar a nova informação com conhecimentos prévios.

O segundo indicador de desempenho estabelecia que os estudantes competentes do ponto de vista da literacia da

informação deviam ser capazes de articular e aplicar critérios iniciais para avaliar a informação e suas fontes. Isso implicava os seguintes resultados: examinar e comparar informação com origem em várias fontes para verificar os itens confiáveis, válidos, exatos e oportunos além de saber analisar a estrutura e a lógica dos conteúdos, identificando posições de preconceitos, erros ou manipulações.

A avaliação de informação correspondia ao quarto indicador de desempenho, enfatizando a comparação entre conhecimento prévio e novo para encontrar contradições ou valor agregado. Isso implicava resultados como: usar conscientemente critérios para determinar se a informação contradiz ou confirma informação usada noutras fontes e selecionar informação que fornece mais-valias sobre o tópico.

Em 2013, este documento começou a ser revisto, propondo-se um novo título e estrutura. Em junho de 2014, foi dado a conhecer um *draft* do *Framework for information literacy for higher education*, que foi publicado numa versão final em janeiro de 2016. (ACRL, 2016). Esta nova versão estrutura-se à volta de seis ideias ou conceitos fundamentais: a autoridade é contextual e construída, a criação da informação é um processo, a informação tem valor, a pesquisa envolve explorar, o estudo académico pressupõe discussão e a procura implica uma indagação estratégica.

As seis ideias fundamentais são operacionalizadas através de práticas de conhecimento (demonstrações de maneiras pelas quais os estudantes podem aumentar a sua compreensão dos conceitos de literacia da informação) e de disposições (maneiras pelas quais as dimensões afetiva ou de aprendizagem podem ser abordadas).

A avaliação e os aspectos relativos à credibilidade estão presentes na ideia de que a autoridade é contextual e construída. Aqui, os termos “crítico” e “criticamente” (critical/critically) são

referidos sete vezes. O documento estabelece que a autoridade dos recursos informacionais depende da sua origem, da necessidade de informação e do contexto no qual a informação vai ser usada. Assim, a autoridade é perspectivada numa atitude de ceticismo informado e de abertura a novas perspectivas, contributos adicionais e mudanças nos referenciais ou nas escolas de pensamentos.

Os conceitos destes referenciais de literacia da informação apoiarão a compreensão e análise dos resultados do estudo de caso, apresentados no ponto seguinte.

## **Estudo de caso**

### **Metodologia**

De seguida, iremos apresentar os resultados portugueses de um inquérito internacional sobre as competências de literacia da informação de estudantes de uma licenciatura da área de Ciência da Informação, com enfoque particular nas questões de credibilidade. Numa primeira parte, serão apresentados os principais resultados, comparando-os com os dados de outros países envolvidos no estudo. Numa segunda parte, serão analisadas com mais detalhe as questões relativas à avaliação da credibilidade da informação.

O *International Information Literacy Survey* foi um projeto coordenado pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Hacettepe de Ankara, na Turquia. (Saunders et al., 2015). O estudo português foi realizado na Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto. Além de Portugal, o inquérito foi aplicado na Austrália, Bulgária, Croácia, Finlândia, França, Hungria, Japão, Lituânia, Malta, Holanda, Polónia, Roménia, Rússia, Singapura, Suíça, Turquia, Reino Unido e EUA.

Foi criado um inquérito com 16 perguntas fechadas e uma aberta para comentários. As perguntas incidiam sobre aspetos genéricos de caracterização dos inquiridos e sobre aspetos específicos relativos às suas práticas de informação. Assim, foram recolhidos dados acerca de comportamentos auto-relatados dos estudantes relativamente às suas experiências de pesquisa, comportamento informacional e competências de literacia da informação. O questionário foi criado em inglês e cada país participante distribuiu uma versão traduzida para a sua língua.

O inquérito português foi enviado por e-mail aos 65 estudantes inscritos na licenciatura de Ciências e Tecnologias da Informação e Documentação, no ano letivo 2012-2013. Foram recolhidas 53 respostas, das quais 5 estavam incompletas. Assim, para este trabalho, foram apenas analisados os 48 questionários completos. Os dados foram recolhidos através de um questionário on-line disponível entre março e maio de 2013.

Na amostra, o género feminino representou 60% dos inquiridos enquanto o género masculino correspondeu a 40% dos respondentes. As respostas dos alunos do primeiro ano predominam com 50%, seguidas do terceiro ano (31%) e do segundo ano (19%). Cerca de metade (52%) dos alunos têm entre 18 e 20 anos e 27% têm entre 21 e 23 anos. Os restantes 21% incluem várias categorias etárias entre os 24 anos e mais de 35 anos.

## **Processos informacionais na realização de trabalhos académicos**

No que diz respeito às percepções dos alunos sobre as várias tarefas relacionadas com o início e a pesquisa de informação para a elaboração de trabalhos académicos [Tabela 1], 63% concordam ou concordam plenamente que começar a tarefa é difícil. Essa tendência também é visível nos resultados verificados no inquérito aplicado nos EUA, onde para 84% dos inquiridos a etapa mais difícil do processo de pesquisa tem a ver com o seu início

(HEAD; EISENBERG, 2010). Além disso, 56% concordam ou concordam plenamente que escolher uma abordagem para analisar o assunto do trabalho é difícil. No mesmo sentido, verifica-se que 37% concorda ou concorda plenamente que especificar os tópicos de um assunto é difícil, tal como definir as estratégias de pesquisa. A afirmação de que a escolha dos termos de pesquisa é difícil registou a concordância de 43% dos inquiridos.

Face a estes resultados, constata-se que os estudantes evidenciam dificuldades relevantes nas tarefas iniciais da elaboração dos seus trabalhos académicos, o que pode influenciar negativamente toda a prossecução das restantes etapas e o resultado final.

**Tabela 1 - Aspetos inerentes à procura de informação para realizar um trabalho académico (Q6a)**

	Concordo plenamente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo fortemente	Nunca vivenciei essa situação
Iniciar o trabalho é difícil	15%	48%	21%	13%	4%	0%
Escolher uma abordagem para analisar o assunto do trabalho é difícil	6%	50%	23%	21%	0%	0%
Especificar os tópicos de um assunto é difícil	6%	31%	33%	25%	2%	2%
Escolher os termos de pesquisa é difícil	8%	35%	19%	35%	2%	0%
Definir as estratégias de pesquisa é difícil	6%	31%	29%	31%	2%	0%
Escolher as bases de dados onde pesquisar é difícil	8%	21%	23%	38%	8%	2%
Encontrar artigos nas bases de dados da biblioteca é difícil (por ex., B-On, LISA, Wos, EBSCO, JSTOR)	2%	10%	33%	31%	10%	13%
Encontrar informação na web é difícil (por ex., Google, Wikipedia, páginas institucionais)	2%	2%	15%	50%	31%	0%
Decidir se um sitio web é credível é difícil	10%	33%	23%	19%	15%	0%
Descobrir onde encontrar recursos na biblioteca é difícil	0%	8%	31%	52%	8%	0%
Encontrar recursos atualizados é difícil	0%	23%	29%	40%	8%	0%
Encontrar literatura cinzenta (por ex., teses, relatórios, trabalhos não publicados, etc.) é difícil	2%	19%	25%	31%	13%	10%
Encontrar o que eu preciso, no meio de tantos resultados irrelevantes, é difícil	2%	31%	23%	38%	6%	0%

Deve também ser salientado que nas opções “especificar os tópicos de um assunto é difícil”, “encontrar artigos na base de dados da biblioteca é difícil (por ex., B-on, LISA, WoS, EBSCO, JSTOR)” e “descobrir onde encontrar recursos na biblioteca é difícil” cerca de um terço dos inquiridos optou por não concordar nem discordar. Além disso, perto de um quarto dos inquiridos ou mais escolheu não concordar nem discordar relativamente a várias opções (começar o trabalho é difícil: 21%, definir estratégias de pesquisa é difícil: 29%, escolher as bases de dados onde pesquisar é difícil: 23%, encontrar “literatura cinzenta” é difícil: 25%). Tendo em conta estes resultados, é possível considerar que os alunos preferem não relatar suas dificuldades ou que não as conhecem.

## **Recursos de informação utilizados nos trabalhos académicos**

Quanto aos recursos mais utilizados na elaboração de trabalhos académicos [Tabela 2], os inquiridos podiam selecionar 15 opções. A maioria dos inquiridos escolheu a opção motores de busca, incluindo o Google (97%). Este resultado está em linha com os dados obtidos na Croácia (GRGIĆ; SPIRANEC, 2013), onde esta opção também ficou em primeiro lugar. Parece também seguir a tendência dos dados apresentados pelo *Project Information Literacy* (HEAD; EISENBERG, 2010) onde, em 2010, essa opção chegou aos 95%.

Estes resultados confirmam que os motores de pesquisa representam a principal porta para os caminhos de pesquisa de quase todos os estudantes de licenciatura, independentemente da sua localização geográfica.

**Tabela 2 - Consulta de recursos de informação para a elaboração de trabalhos académicos (Q7a)**

	Quase sempre	Frequentemente	Por vezes	Raramente	Nunca
Bibliografia recomendada pelo professor	19%	38%	31%	13%	0%
Motores de busca (por ex., Google, Bing, Yahoo!, Ask.com)	52%	35%	10%	0%	2%
Catálogo da biblioteca	6%	25%	35%	19%	15%
Enciclopédias (por ex., Luso-Brasileira, Larousse, Britannica, em versão impressa ou digital)	4%	17%	25%	38%	17%
Sítios web governamentais (.gov)	2%	21%	27%	33%	17%
Pesquisa de bases de dados através do sítio web da biblioteca (por ex., B-On, LISA, WoS, EBSCO, JSTOR)	10%	23%	25%	23%	19%
Literatura cinzenta (teses, relatórios, documentos não publicados, etc.)	10%	27%	25%	29%	8%
Blogs	4%	31%	38%	17%	10%
Wikipedia	25%	40%	23%	4%	8%
Redes Sociais (por ex., Facebook)	13%	8%	27%	15%	38%
Sítios web de partilha de vídeo (por ex., YouTube, TeacherTube, etc.)	17%	33%	31%	17%	2%
Sítios web de partilha de apresentações (por ex., Slideshare)	8%	23%	48%	15%	6%
Fóruns online	8%	27%	35%	13%	17%
Recursos pessoais de informação (recursos em versão papel ou digital)	8%	35%	44%	6%	6%
Prateleiras da biblioteca	8%	31%	31%	23%	6%

Em segundo lugar, neste estudo português, os recursos mais utilizados, com uma percentagem de 88% e 87% na soma das opções quase sempre, frequentemente e por vezes, correspondem à bibliografia recomendada pelo professor, Wikipedia e recursos pessoais de informação (recursos em versão papel ou digital). Aqui, existem semelhanças e diferenças com os EUA e a Croácia. Em Portugal, o uso da bibliografia recomendada está

próximo do valor dos EUA, onde a opção obteve 96%, sendo a mais escolhida (HEAD; EISENBERG, 2010). O resultado da Wikipedia no estudo português também se aproxima dos resultados dos EUA de 2009 (85%).

Os resultados diferem acentuadamente no que diz respeito ao uso recursos pessoais de informação, pois, nos EUA, em 2010, esta opção ocupou a oitava posição com uma percentagem de 56%. Ao contrário, na Croácia (GRGIĆ; SPIRANEC, 2013), a bibliografia recomendada correspondeu à quarta opção mais escolhida e a Wikipedia à sexta opção. Note-se que, neste país, o uso da biblioteca e do catálogo da biblioteca se destacam, ocupando a segunda e terceira opções mais escolhidas. Assim, na Croácia, os estudantes de Ciência da Informação fazem um uso mais intenso dos recursos da biblioteca do que em Portugal, uma vez que aqui essas opções correspondem à sétima e oitava preferências.

Outra diferença significativa entre Portugal e Croácia está relacionada com a utilização de blogs: os estudantes portugueses escolhem esta opção em sétimo lugar, com 73%, enquanto os estudantes croatas a colocam em décima quarta opção.

Quanto ao uso de redes sociais, como o Facebook, os estudantes portugueses e croatas estão alinhados, pois trata-se da penúltima opção menos escolhida (48%).

Outra diferença interessante entre a Croácia e Portugal é que, na primeira, as Enciclopédias ocupam o quarto lugar, mas em Portugal esta opção ocupa o último lugar (46%). Parece também que os estudantes portugueses fazem um uso muito intenso dos sítios web de partilha de vídeos (81%) e de partilha de apresentações (79%). Em contraste, o uso de literatura cinzenta (62%) e de bases de dados disponibilizadas através do site da biblioteca (58%) é menor.

## Ferramentas usadas na elaboração de trabalhos académicos

Quanto ao uso de ferramentas para preparar e partilhar trabalhos de avaliação no âmbito do curso [Tabela 3], quase todos os alunos (92%) usam corretores ortográficos e ferramentas para criar apresentações. O recurso às sugestões de mudança de redação dos processadores de texto (76%) e sítios web de partilha de vídeos (73%) também foram opções bem classificadas. Ferramentas de partilha de documentos, blogs, sítios web de redes sociais e wikis têm, em média, 63% de uso. Os serviços de alerta (46%) e de social bookmarking (40%), que ajudam a lidar com a sobrecarga de informação na Internet, têm um nível mais baixo de utilização.

As ferramentas que permitem sublinhar e anotar texto no ecrã do pc registam apenas 58% de uso regular. Também os programas para elaborar referências/citações bibliográficas são usados por pouco mais de metade dos inquiridos (52%).

**Tabela 3 - Ferramentas para criar e partilhar trabalhos académicos (Q11)**

	Quase sempre	Frequentemente	Por vezes	Raramente	Nunca	Desconheço
Ferramentas que permitem sublinhar/anotar texto no ecrã do pc (por ex. diigo)	10%	17%	31%	21%	10%	10%
Sugestões de mudança de redação dos processadores de texto	10%	33%	33%	8%	4%	10%
Correção ortográfica automática dos processadores de texto	27%	40%	25%	2%	4%	2%
Lembretes digitais (por ex. Post-It digital notes)	4%	21%	38%	15%	19%	4%
Programas para elaborar referências/citações bibliográficas (por ex., RefWorks, EndNote, EasyBib, Mendeley, Zotero)	4%	8%	40%	17%	21%	10%
Social bookmarking (por ex. digg, delicious, diigo)	2%	15%	23%	23%	27%	10%

Serviços de alertas (por ex. Google reader, Netvibes, Paper.li)	6%	17%	23%	17%	23%	15%
Ferramentas de partilha de documentos (por ex. Google Documents)	10%	19%	33%	25%	4%	8%
Wikis (por ex. Wikia, PBWorks, Wetpaint)	6%	10%	44%	19%	10%	10%
Sítos web de partilha de fotografias (por ex. Flickr, Photobucket)	8%	10%	21%	29%	25%	6%
Blogs (por ex. Blogger, LiveJournal, Wordpress)	4%	17%	42%	19%	15%	4%
Sítos web de partilha de vídeos (por ex. YouTube, TeacherTube)	15%	29%	29%	8%	15%	4%
Sítos web de partilha de apresentações (por ex. Slideshare)	6%	17%	38%	17%	17%	6%
Sítos web de redes sociais (por ex. Facebook)	13%	21%	29%	2%	31%	4%
Microblogs (por ex. Twitter)	2%	10%	17%	23%	40%	8%
Fóruns online	8%	17%	27%	19%	25%	4%
Ferramentas para apresentações (por ex. Power Point, Prezi)	38%	40%	15%	2%	4%	2%

Os três aspectos mais valorizados no decurso da elaboração de um trabalho académico [Tabela 4], com percentagens de 83% na categoria muito importante, abrangem conseguir uma boa nota, passar à disciplina e acabar o trabalho. Além disso, ninguém indicou que estes aspetos não são importantes. Impressionar a família e amigos com a nota não é importante para 10% e é a opção com a média mais baixa na categoria muito importante, com 33%. Aqui, deve sublinhar-se que há uma maior preocupação em impressionar o professor (muito importante para 46% dos inquiridos).

Estes resultados portugueses são bastante semelhantes aos resultados da Lituânia (RUDŽIONIENĖ, 2013). Note-se que os estudantes valorizam aprender coisas novas (muito importante para 71%), mas não valorizam muito integrar no texto final o seu ponto de vista pessoal, que é muito importante apenas para 46% dos inquiridos.

Na elaboração dos trabalhos, também parece ser muito relevante para os inquiridos melhorarem as competências de

redação e de pesquisa (69%) bem como as competências de análise (65%). Neste sentido, os estudantes entendem que a realização de trabalhos potencia meta-competências e não apenas o acesso a conhecimentos factuais relativos às temáticas específicas abordadas.

**Tabela 4 - Aspectos valorizados na preparação de um trabalho acadêmico (Q12)**

	Muito importante	Importante	Moderadamente importante	Pouco importante	Sem importância
Conseguir uma boa nota	83%	13%	4%	0%	0%
Fazer da cadeira	83%	13%	4%	0%	0%
Acabar o trabalho	83%	13%	4%	0%	0%
Respeitar a extensão do trabalho (número de páginas ou palavras), se houver essa indicação	52%	44%	2%	2%	0%
Respeitar o número de citações pedidas no enunciado, se houver essa indicação	54%	35%	8%	2%	0%
Conseguir fazer uma pesquisa abrangente acerca da temática do trabalho	50%	40%	10%	0%	0%
Encontrar dados que eu posso usar no trabalho para demonstrar que desenvolvi pesquisa	48%	46%	6%	0%	0%
Melhorar as minhas competências de redação	69%	23%	6%	2%	0%
Melhorar as minhas competências de pesquisa	69%	25%	4%	2%	0%
Melhorar as minhas competências de análise	65%	27%	6%	2%	0%
Integrar no texto final o meu ponto de vista pessoal	46%	33%	17%	4%	0%
Aprender coisas novas	71%	19%	10%	0%	0%
Impressionar o professor com as minhas capacidades intelectuais	46%	25%	17%	13%	0%
Impressionar os meus pais/amigos com a nota que consigo no trabalho	33%	25%	19%	13%	10%
Ter a oportunidade de ser criativo para melhorar a avaliação do meu trabalho	65%	23%	10%	2%	0%

Quanto aos dispositivos utilizados para aceder à informação durante a elaboração de um trabalho académico (Q13), os estudantes portugueses utilizam quase sempre computadores portáteis (79%) e nunca tablets (77%) nem telemóveis (50%). Finalmente, para comunicarem com professores, orientadores ou bibliotecários (Q14), 67% dos estudantes usa quase sempre o e-mail através de um pc ou de um portátil e apenas 2% dizem que nunca usam essa opção.

### **Competências de avaliação da informação: enfoque na credibilidade**

Após esta breve apresentação dos principais resultados, a análise incidirá nas questões relacionadas com as competências de avaliação da informação, nomeadamente nos critérios de avaliação da credibilidade da informação e nas dificuldades da sua aplicação. O questionário utilizado abordou genericamente diversos aspectos relacionados com a avaliação da informação, especialmente no que diz respeito à credibilidade.

Na pergunta Q6a [Tabela 1], quando questionados sobre afirmações relativas à procura de informação para realizar um trabalho académico, 43% dos estudantes concordam ou concordam fortemente que determinar se um sítio web é ou não credível é difícil e 34% não sentiu qualquer problema em relação a este aspecto, pois indicam que discordam ou discordam fortemente da afirmação. Destes, 23% não concordaram nem discordaram. Globalmente, parece que a maioria se sente bastante confortável quando tem de determinar a credibilidade de um recurso de informação.

Nesta mesma questão, os estudantes portugueses não expressaram grandes problemas em encontrar o que necessitam no meio de tantos resultados irrelevantes, pois apenas 33%

concordam que é difícil, 44% discordam e 23% não tem opinião. Estas práticas auto-relatadas têm de ser relacionadas com o sentimento de auto-confiança dos estudantes na sua capacidade de pesquisar recursos da web. Este sentimento é muito forte porque 81% discordam ou discordam fortemente com a opção de que é difícil encontrar informação na web (por exemplo, Google, Wikipedia, sites do governo).

No que diz respeito aos recursos da biblioteca, os alunos mostram-se menos confiantes porque apenas 60% discordam ou discordam fortemente da opção que indica dificuldade associada a esta tarefa. Os estudantes não expressaram problemas com a procura de informação, em particular no ambiente web, apresentando-se como especialistas que conhecem e aplicam todas as técnicas adequadas para encontrar e filtrar a informação. Com esta perspectiva pessoal, não é fácil reconhecer lacunas em termos de competências para avaliar a credibilidade da informação, especialmente no contexto da web.

Os resultados na pergunta Q6b confirmam essa tendência, pois apenas 44% acham difícil avaliar as fontes de informação encontradas.

As competências de avaliação da credibilidade da informação envolvem não apenas técnicas para pesquisar e recuperar recursos credíveis, mas também a capacidade de usá-los, a fim de criar informação credível. Este aspeto é essencial para estudantes de licenciatura quando têm de realizar trabalhos no âmbito do curso. Isso envolve questões como reescrever, fazer citações, saber quando citar uma fonte, tomar notas ou integrar diferentes pontos de vista nos seus próprios textos.

**Tabela 5 - Tarefas inerentes à elaboração de trabalhos académicos (Q6b)**

	Concordo plenamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo fortemente	Nunca vivenciei essa situação
Avaliar a informação que encontrei é difícil	2%	42%	27%	29%	0%	0%
Ler as fontes de informação é difícil	4%	23%	31%	38%	4%	0%
Tirar apontamentos é difícil	6%	15%	19%	52%	6%	2%
Integrar, no meu trabalho, as várias fontes de informação é difícil	4%	25%	25%	44%	2%	0%
Redigir o trabalho é difícil	2%	33%	38%	25%	2%	0%
Re-escrever uma ideia que já está bem apresentada num texto é difícil	21%	42%	21%	13%	4%	0%
Saber quando devo citar uma fonte é difícil	6%	42%	21%	27%	4%	0%
Saber como fazer as citações das fontes de informação é difícil	4%	44%	19%	25%	8%	0%
Saber quando estou a praticar plágio ou não é difícil	4%	31%	19%	31%	10%	4%
É difícil decidir quando o trabalho está acabado	0%	27%	33%	25%	13%	2%
É difícil saber se fiz ou não um bom trabalho	10%	27%	31%	27%	4%	0%

Para as tarefas envolvidas na preparação de trabalhos académicos [Tabela 5], o maior problema dos estudantes portugueses parecer ser reformular o que já está bem escrito na fonte de origem, pois 63% concordam ou concordam fortemente que é difícil. Essa competência está relacionada com o domínio lexical e com aspetos de compreensão, assimilação e apropriação da leitura numa perspectiva pessoal. Este resultado é bastante diferente do encontrado na Polónia, pois aí apenas 36,84% consideram esta tarefa difícil. (KRAKOWSKA, 2013).

Saber citar a fonte no formato correto é difícil para 48% dos inquiridos que concordam ou concordam fortemente com a afirmação. Assim, parece que quase metade dos alunos não

dominam as técnicas básicas de citação, mesmo que estas sejam formalmente incluídas no plano curricular do curso.

A mesma percentagem de alunos (48%) expressa relativa dificuldade em saber quando deve citar uma fonte, indicando que não percebem a importância e o valor da citação das fontes de informação consultadas, o que pode estar relacionado com práticas frequentes de plágio. Os estudantes mostram-se bastante confiantes relativamente à sua capacidade de tomar notas, como 58% a discordar ou discordar fortemente que é uma tarefa difícil. Integrar diferentes fontes de informação no trabalho que estão a realizar, é difícil apenas para 29%, enquanto 46% acham o contrário.

Parece que quase metade dos estudantes não tem dificuldade em combinar diferentes pontos de vista, o que é realmente importante no discurso académico para produzir trabalhos eles próprios credíveis. Nas tarefas básicas de leitura e de escrita, apenas 42% dos alunos discordam que é difícil ler e 27% escrever. No entanto, 31% nem concorda nem discorda que a leitura seja difícil e 38% sente o mesmo sobre a redação do trabalho.

Os estudantes parecem estar mais à vontade com a leitura do que com a escrita, o que é natural, mas estando num contexto universitário deveriam ser competentes em ambas as tarefas porque estas são a base de todo o trabalho académico, tanto para avaliar a credibilidade das fontes de informação como para produzir trabalhos académicos credíveis.

**Tabela 6** - Técnicas e formas de estudo relacionadas com a elaboração de trabalhos académicos (Q10)

	Quase sempre	Frequentemente	Por vezes	Raramente	Nunca
Quando já tenho o número de citações pedidas pelo professor, termina a minha pesquisa	13%	10%	40%	29%	8%
Se eu não tiver resultados depois uma ou duas pesquisas num assunto, mudo de tema do trabalho e recomeço a pesquisa	2%	15%	21%	44%	19%
Exponho a minha opinião pessoal nos trabalhos, para que o professor conheça as minhas ideias	15%	38%	42%	6%	0%
Começo a definir hipóteses de interpretação na fase inicial do meu trabalho	10%	27%	56%	4%	2%
No início do trabalho, calendarizo as etapas da realização do trabalho	17%	31%	33%	17%	2%
Começo a redigir o texto do trabalho sem ter uma planificação ou uma ideia geral do que vou fazer	6%	17%	27%	23%	27%
Uma das primeiras coisas que faço é procurar os termos que devo usar na pesquisa	8%	42%	40%	10%	0%
Faço uma planificação geral para guiar o meu percurso de investigação na realização do trabalho	13%	31%	44%	10%	2%
Quando a biblioteca não tem o que procuro, faço uso do empréstimo interbibliotecário	4%	2%	25%	29%	40%
Costumo usar os mesmo recursos de informação para elaborar trabalhos diferentes	10%	23%	52%	13%	2%
Costumo estudar as mesma temáticas em vários trabalhos	8%	15%	42%	33%	2%
Procuro gastar o menor tempo possível na realização dos trabalhos	13%	10%	25%	38%	15%

Um elemento fundamental para realizar trabalhos académicos credíveis é ter práticas de estudo adequadas. Assim, os resultados explanados na Tabela 6, sobre as técnicas e formas de estudo, serão analisados para compreender se estes estudantes estão alinhados com a produção de trabalhos académicos de qualidade.

Nesta pergunta, as duas opções mais escolhidas, na soma das categorias quase sempre, frequentemente e por vezes, foram exponho a minha opinião pessoal nos trabalhos, para que o professor conheça as minhas ideias (95%) e começo a definir

hipóteses de interpretação na fase inicial do trabalho (93%). Assim, parece que os alunos valorizam a construção das suas próprias ideias, com a construção de hipóteses, e depois procuram explicitá-las de modo a que o professor as valorize.

Parece ainda que os estudantes têm modos pessoais de organizar as suas pesquisas, na medida em que 90% disse que uma das primeiras coisas que fazem é descobrir que termos de pesquisa devem usar, 88% afirmam fazer uma planificação geral para guiar o seu percurso de investigação na realização do trabalho e 81% declara calendarizar as etapas de realização do trabalho.

A maioria dos estudantes indica que se esforça por ter uma abordagem global do trabalho, valorizando a construção da sua própria perspectiva, utilizando hipóteses iniciais, o que parece serem opções adequadas para produzir trabalhos de qualidade. Em contrapartida, 50% indica que começa a redigir o texto sem ter uma planificação ou uma ideia geral do que vai fazer, trabalhando sem um plano pré-estabelecido.

Quanto ao esforço despendido, uma parte muito significativa dos estudantes procura nivelá-lo por baixo, já que 85% afirma usar o mesmo conjunto de recursos de informação de um trabalho para o outro, 65% tendem a estudar o assunto em vários trabalhos, 63% indica que quando já tem o número de citações solicitadas pelo professor, terminam a sua pesquisa e 48% reconhecem que procura gastar o menor tempo possível na realização dos trabalhos.

A capacidade de persistência para encontrar informação relevante/credível é reduzida para 38% que afirmam mudar de tema de trabalho quando não encontram resultados depois de uma ou duas pesquisas. Como se verifica, estas opções não parecem ser as mais adequadas para realizar trabalhos académicos de qualidade e credíveis, pois o tempo para avaliar os recursos de informação, a diversidade de recursos e a adequação entre os

recursos de informação e os tópicos estudados são elementos fundamentais.

Os aspetos valorizados na localização da informação através da biblioteca e da web foram abordados nas perguntas Q8 e Q9. Nesta seção, a análise incidirá nas opções relacionadas com a avaliação da informação, especialmente nos critérios relacionados com a credibilidade.

**Tabela 7 - Aspetos valorizados nos recursos da biblioteca (Q8)**

	Quase sempre	Frequentemente	Por vezes	Raramente	Nunca
A atualidade (considerando a data de publicação)	21%	42%	27%	8%	2%
As credenciais do autor (por ex. instituição onde trabalha)	6%	48%	21%	23%	2%
Se o conteúdo apresenta vários pontos de vista (ou seja, não é parcial)	8%	44%	25%	21%	2%
Se o autor faz referência a outras fontes de informação (por ex. através de citações ou notas)	13%	54%	25%	6%	2%
Se o recurso apresenta uma bibliografia ou uma lista de referências bibliográficas	6%	50%	27%	13%	4%
Se, quando existem gráficos, estes apresentam informação relevante (não são apenas uma atração gráfica)	15%	40%	25%	15%	6%
Quem é o editor do recurso	6%	25%	25%	29%	15%
Se o recurso foi indicado por um bibliotecário	4%	17%	31%	35%	13%
Se o recurso foi indicado por um professor	21%	33%	40%	2%	4%
Se já conhecia o recurso anteriormente	19%	17%	38%	23%	4%
Se já tinha usado o recurso anteriormente	23%	17%	29%	25%	6%
Se está em português	38%	38%	17%	6%	2%

De acordo com a Tabela 7, o motivo mais relevante que os estudantes apontam para consultar os recursos da biblioteca é o facto de ter sido aconselhado pelo professor (94%). Esta

percentagem é interessante porque os recursos da biblioteca foram avaliados pelos editores e bibliotecários, entre outros, mas os estudantes precisam de uma recomendação direta para os usar. Possivelmente, é uma questão relacionada com o marketing dos recursos da biblioteca e não um problema relativo à avaliação da fonte.

Na Lituânia, os alunos também colocaram o aconselhamento do professor para usar os recursos da biblioteca como a opção com percentagem mais elevada (RUDŽIONIENĖ, 2013). Em segundo lugar, os alunos valorizam (92%) as fontes onde o autor faz referência a outras fontes de informação (por exemplo, através de citações ou notas), entendendo que todos os trabalhos são baseados em ideias prévias, de pessoas concretas, que têm de ser reconhecidas. Esta opção pode estar relacionada com a que indica que o recurso apresenta uma bibliografia/lista de referência (83%) e a que refere que o conteúdo apresenta diferentes pontos de vista (ou seja, não é tendencioso), registando 77% das escolhas dos entrevistados.

A atualidade, considerando a data de publicação, regista a terceira percentagem mais elevada (90%) e parece ser uma questão importante para os estudantes quando avaliam os recursos a usar em trabalhos académicos. Pelo contrário, as credenciais do autor são importantes apenas para 75% dos inquiridos, o que significa que um quarto não se preocupou com afiliação do autor nem com o seu trabalho anterior. O mesmo acontece com o editor da fonte de informação, que é importante apenas para 56% dos estudantes. A apresentação gráfica da informação não é suficiente para 80% dos alunos que valorizam o fato de que, se houver gráficos, estes devem conter dados relevantes.

Outro aspecto interessante e preocupante é que os bibliotecários são o fator menos importante (52%) para motivar os estudantes para usar recursos da biblioteca, ainda que pareça ser uma tendência verificada noutros países, como a Lituânia

(RUDŽIONIENĖ, 2013), Croácia (GRGIĆ; SPIRANEC, 2013) ou EUA (HEAD; EISENBERG, 2010).

**Tabela 8 - Aspetos valorizados nos recursos da biblioteca (Q9)**

	Quase sempre	Frequentemente	Por vezes	Raramente	Nunca
A atualidade do sítio web	40%	31%	23%	4%	2%
As credenciais do autor (por ex. instituição onde trabalha)	15%	44%	25%	13%	4%
Se o sítio web apresenta vários pontos de vista (ou seja, não é parcial)	8%	50%	29%	8%	4%
Se o sítio web faz referência a outras fontes de informação (por ex. através de citações ou notas)	15%	48%	35%	2%	0%
Qual o URL (o endereço do sítio web) e o seu significado	10%	33%	38%	10%	8%
Se o sítio web tem links para outros recursos disponíveis na web	13%	50%	29%	8%	0%
Se o sítio web apresenta a bibliografia ou uma lista de referências bibliográficas	17%	27%	38%	15%	4%
Se quando existem gráficos, estes apresentam informação relevante (não são apenas uma atração gráfica)	15%	40%	31%	13%	2%
Se o sítio web foi indicado por um bibliotecário	4%	19%	29%	35%	13%
Se o sítio web foi indicado por um professor	15%	46%	27%	13%	0%
Se já conhecia o sítio web anteriormente	21%	21%	42%	15%	2%
Se já tinha utilizado o sítio web anteriormente	21%	19%	42%	17%	2%
Se o design do sítio web indica que é um recurso credível	19%	33%	38%	8%	2%
Se está em português	42%	33%	21%	4%	0%

É também interessante comparar estes resultados sobre a avaliação dos recursos da biblioteca com os conteúdos da web [Tabela 8]. Na web, quase todos os alunos (98%) afirmam valorizar se o sítio web faz referência a outras fontes de informação. Portanto, parece que estão conscientes sobre o plágio na Internet e que usam critérios de avaliação da credibilidade para evitar o

uso deste tipo de recursos. Essa ideia é complementada pelo fato de 92% valorizarem o sítio web porque ele tem links para outros recursos na própria web, 87% porque admite diferentes pontos de vista e 82% porque tem uma bibliografia ou uma lista de referências. Aqui, o design e a apresentação são avaliados como critérios de credibilidade porque 90% usam o design para avaliar a legitimidade do sítio web e 86% avaliam se os gráficos apresentam informação relevante.

O fato de o site estar atualizado também é de grande importância porque 94% usam esta opção para avaliar os recursos da web. Uma especificidade da web, o URL, é usada por 81% dos alunos para saber a origem da fonte e ficou muito próxima da importância atribuída às credenciais do autor com 84%.

Para os recursos da web o papel do professor (88%) não é tão importante como para os recursos da biblioteca. Os resultados portugueses são um pouco diferentes da Croácia, porque neste país os estudantes valorizam principalmente três opções: a atualidade do sítio web, se tem links para outros recursos na web e se tem bibliografia/lista de referências (GRGIĆ; SPIRANEC, 2013).

## **Conclusões**

Os resultados portugueses ilustram as práticas e as preferências informacionais de uma amostra de estudantes da área de Ciência da Informação, profissionais de informação do futuro e agora representantes da geração do Google.

Na verdade, os elementos desta amostra exibem um comportamento informacional típico da sua geração com implicações diretas na abordagem às questões de credibilidade da informação: uma grande confiança nas suas competências para lidar com a informação, especialmente no contexto web.

No contexto da biblioteca, não se sentem tão confortáveis. No entanto, quando parecem apresentar algumas dificuldades, a opção mais frequente é não concordar nem discordar, o que significa que não estão conscientes das suas limitações e lacunas em termos de competências ou que não querem formalmente expressá-las.

Na avaliação da credibilidade, os estudantes relatam aplicar critérios importantes para aferir as fontes de informação, seja no contexto da biblioteca ou no ambiente da web.

Estudos futuros poderão confirmar a sua aplicação real. Como profissionais da informação do futuro, estes estudantes de uma licenciatura da área da Ciência da Informação devem ter competências aprofundadas, relacionadas com todas as dimensões da literacia da informação. Os planos de estudo das licenciaturas e dos mestrados bem como as práticas de ensino-aprendizagem devem apoiar e melhorar essas competências.

## **Referências**

ACRL. **Information literacy competency standards for higher education.** 2000.

ACRL. **Framework for information literacy for higher education.** 2016.

BUNDY, A. (Ed.). **Australian and New Zealand Information Literacy Framework.**

Adelaide: Australian and New Zealand Institute for Information Literacy. Disponível em: <<http://www.caul.edu.au/content/upload/files/info-literacy/InfoLiteracyFramework.pdf>>. 2004.

CURRIE, L. *et al.* Undergraduate search strategies and evaluation criteria: searching for credible sources. **New Library World**, v.111, n.3/4, p.113–124. 2010.

DOCHTERMAN, M. A.; STAMP, G. H.. Part 1: The determination of web credibility: a thematic analysis of web user's judgments. **Qualitative Research Reports in Communication**, v.11, n.1, p. 37–43, 2010.

GRGIĆ, I. H., SPIRANEC, S.. Information literacy of LIS students at the University of Zagreb: pros or just average millennials. In: WORLDWIDE COMMONALITIES AND CHALLENGES IN INFORMATION LITERACY RESEARCH AND PRACTICE EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY, **ECIL 2013** Istanbul, Turkey, October 22-25, 2013 Revised Selected Papers. Springer (pp. 580–587). Springer. 2013.

HEAD, A. J., EISENBERG, M. B.. Project Information Literacy Progress Report: Truth to be told: how college students evaluate and use information in the digital age. Disponível em: <[http://projectinfo.org/pdfs/PIL\\_Fall2010\\_Survey\\_FullReport1.pdf](http://projectinfo.org/pdfs/PIL_Fall2010_Survey_FullReport1.pdf)>. 2010.

HUNG, T.. Undergraduate students' evaluation criteria when using web resources for class papers. **Journal of Educational Media & Library Sciences**, v.42, n.1, p.1–12, 2004.

KRAKOWSKA, M.. Information literacy skills assessment of LIS students: a case study at the Jagiellonian University. In: WORLDWIDE COMMONALITIES AND CHALLENGES IN INFORMATION LITERACY RESEARCH AND PRACTICE EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY, **ECIL 2013** Istanbul, Turkey, October 22-25, 2013 Revised Selected Papers. Springer (pp. 617–624). Springer. 2013.

RUDŽIONIENĖ, J.. Information behavior of university students: from today's information and communication student toward tomorrow's excellent information specialist. In: WORLDWIDE COMMONALITIES AND CHALLENGES IN INFORMATION LITERACY RESEARCH AND PRACTICE EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY, **ECIL 2013** Istanbul, Turkey, October 22-25, 2013 Revised Selected Papers. Springer (pp. 603–609). Springer. 2013.

SAUNDERS, L. et al.. Information Behaviors and Information Literacy Skills of LIS Students: an International Perspective. **Journal of Education for Library and Information Science Online**, v.56, n.1, p.80–99. 2015.

SCONSUL Working Group on Information Literacy.. The SCONUL seven pillars of information literacy: core model for higher education. Disponível em: <<http://www.sconul.ac.uk/sites/default/files/documents/coremodel.pdf>>. 2011.

TSENG, S.; FOGG, B. J.. Credibility and computing technology. **Communications of the ACM**, v.42, n.5, p.39–44. 1999.

TWAIT, M.. Undergraduate students' source selection criteria: a qualitative study. **The Journal of Academic Librarianship**, v.31, n.6, p.567–573. 2005.

# Sistemas de Arquivos: um olhar sobre as Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil

*Ediane Toscano Galdino de Carvalho*  
*Cacilene Toscano de Oliveira*

## Introdução

É inegável a importância da explosão documental para a sociedade e essa grande quantidade de informações produzidas gerou maior preocupação com o seu gerenciamento e sua organização.

O tratamento das grandes massas documentais acumuladas, sobretudo em suporte papel, é um dos grandes desafios encontrados na gestão de arquivos quando esta documentação não é organizada. De acordo com Duchein (1986), os documentos de arquivos precisam de um tratamento especial, tendo em vista que não se referem apenas a documentos produzidos pelas instituições, dessa forma, o autor estendeu seu pensamento ao considerar que o arquivo custodia, além de documentos, informação e traz como exemplo um dossiê, ao afirmar que o mesmo é composto de peças documentais referentes a um tema e podem estar inseridos neste dossiê outros documentos de outra natureza, porém, comprobatórios e que fazem parte integrante dele mesmo.

A massa de documentos acumulada gera uma desordem informacional, Lopes (2009, p.45) considera que existe um “caos” nos acervos arquivísticos ao ponto de serem relegados em segundo plano nas instituições ou até mesmo “incorporado à biblioteca ou ao centro de documentação e tratado como se esse acervo fosse constituído por material bibliográfico”. Complementa ainda que deve ter uma relação de justaposição entre diversos profissionais para que a organização de acervos arquivísticos se torne uma tarefa mais descomplicada.

Em arquivos públicos, a situação não é diferente, podem ser encontradas frações significativas dos registros da história das suas instituições correspondentes e não é raro, também, existirem documentos de valor técnico, científico, jurídico, probatório e outros, misturados a uma quantidade enorme de documentos sem nenhum valor. A falta de organização dos documentos direciona para um “caos” documentário, como bem falou Lopes (2009), e uma desordem em seu manuseio e em sua recuperação. Gerir um arquivo é uma atividade maior do que apenas guardar os documentos em um ambiente, é uma atividade em que os procedimentos corretos previamente estudados e definidos por pessoas especializadas, eliminam ou preservam os documentos de acordo com o seu ciclo de vida.

Em instituições públicas, o fluxo documental tende a ter dimensões incontroláveis caso não tenham os devidos cuidados ao garantir a sua organização e preservação. Lopes (2009, p. 51-52) ao discorrer sobre os documentos administrativos, diz que eles refletem o “controle político, técnico ou científico[...]”. Nos governos, a documentação administrativa assume proporções gigantescas[...]” e a “burocracia é contra qualquer iniciativa de modernização e racionalização”. Com base nesta visão, pode-se dizer que a gestão desse tipo de acervo submete-se a condições complexas em relação à compreensão do conteúdo e da dependência institucional pública.

Nesse ínterim, a gestão de documentos atua como possibilidade de organização estruturada dessa documentação. O processo de gestão de documentos surge a partir do acúmulo documental desenfreado, tornando-os uma grande massa documental, impossível de identificar um documento de forma precisa e rápida. Para Gerônimo (2014, p.17), “a gestão de documentos é necessária e precisa funcionar dentro da instituição; além disso, ela deve ser uma das premissas para o processo de instalação de um arquivo com qualidade na instituição.”

Neste sentido, os arquivos universitários possuem um histórico-informacional representado pelas suas atividades meio (auxiliares) e atividades fim (específicas). Para Lopes (2009, p. 54-55), “os documentos administrativos nascem nas atividades meio. [...]. A documentação arquivística, técnica e científica, produzida e recebida no decurso das atividades das organizações deriva das atividades-fins.”

A gestão de documentos nas universidades perpassa pela produção e arquivamento dos documentos produzidos e recebidos no decurso das atividades administrativas, e inclusive, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, em que essas últimas são as atividades que fundamentam o seu existir.

Bottino (1995, p. 61) afirma que

ainda há uma fraca relação entre os arquivos e a academia, a percepção de que o arquivo universitário é importante ainda não está bem conceituada dentro da rotina acadêmica, por isso a arquivologia deve se mostrar essencial na vida da universidade, fazendo com que esta entenda a necessidade de arquivar os documentos de forma correta a fim de se poder recuperá-los posteriormente quando se precisar [...].

As universidades federais brasileiras são instituições autárquicas de regime especial de ensino, pesquisa e extensão

vinculados ao Ministério da Educação (MEC). Os documentos produzidos e recebidos pelas universidades merecem ser organizados por se tratar de uma instituição que depende de informações científicas, tecnológicas e estratégicas, dependendo da atividade desenvolvida nas suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Os documentos de arquivos de uma universidade, nem sempre estão bem estruturados e geridos, simplesmente estão dispostos e largados em depósitos, galpões sem controle de temperatura e umidade relativa do ar.

Venâncio e Nascimento (2012) explicam bem a situação dos arquivos universitários:

há numerosos casos de completo abandono, em que funcionários sem treinamento eliminam aleatoriamente séries documentais e/ou promovem o acúmulo de massas documentais em depósitos inapropriados. Também há situações em que se aplicam os procedimentos recomendados ou ao menos se procede a alguma ordenação da documentação, principalmente no que diz respeito a sua fase corrente (VENÂNCIO; NASCIMENTO, 2012, p. 41).

A gestão de documentos de arquivos oportuniza trazer para as universidades, a possibilidade de garantir a preservação de sua documentação. Esta gestão de documentos pode vir acompanhada da criação e implantação de um Sistema de Arquivos. Segundo Bottino (2012), um Sistema de Arquivo viabiliza o apoio nas atividades, favorecendo suas ações administrativas, pedagógicas, no contexto da pesquisa, ensino e extensão (culturais e sociais) para a concretização de suas metas institucionais.

Com base no exposto acima, vislumbrou-se a necessidade de pesquisar sobre Sistema de Arquivos nas universidades.

Dessa forma, elaborou-se o seguinte questionamento: quais Universidades Federais das capitais dos estados da região nordeste do Brasil, possuem Sistema de Arquivos?

A pesquisa traz subsídios que contribuem para a Arquivologia, pois essa temática é pouco debatida na área. Corroborando com esta afirmação, Gerônimo (2014, p. 18) afirma que “os arquivos universitários estão sendo pesquisados ainda timidamente em especial no que se refere à prática da sua organização e até mesmo na sua implantação efetiva nas universidades.”

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo geral identificar a existência de Sistema de Arquivos nas Universidades Federais das capitais dos estados da região nordeste do Brasil. Para tanto, foi necessário uma descrição das universidades federais das capitais dos estados da região nordeste do Brasil, verificando quais destas possuem Arquivos, além de verificar a prática de gestão.

## **Gestão de documentos de arquivo em Instituições Públicas**

Assegurar a recuperação da informação é indispensável para qualquer tipo de função ou atividade humana, como em tomadas de decisões de instituições públicas. Neste sentido, o fator organização é fundamental para o resultado da qualidade da informação recuperada, que ao estabelecer uma ordem a partir de procedimentos, tem como consequência a gestão, no sentido de racionalizar as informações registradas nos diversos tipos de documentos.

A gestão de uma atividade em qualquer tipo de instituição perpassa pela eliminação de barreiras e promoção de serviços com qualidade. Bartalo e Moreno (2008, p. 73) discorre sobre a gestão como sendo “relacionado à administração, ao ato de gerenciar”, indo além do ato de registrar a informação, ou seja,

é fundamental planejar com intuito de precisão no seu acesso e uso.

Para Indolfo (2007), o fato da existência de acontecimentos históricos na economia, refletindo na maneira como se produzia mais em menos tempo, foi um marco para a gestão, afirma ainda que o método aplicado por Frederick Winslow Taylor e Frank Bunker Gilbreth, trouxe para a sociedade as possibilidades de desenvolver várias formas de gestão de acordo com cada instituição, atividade, produto ou serviço. Ainda de acordo com Indolfo (2007, p. 34),

Os elementos economia, eficácia e eficiência, sem esquecer o fator produtividade, são ressaltados, normalmente, em quase todos os conceitos uma vez que as mudanças por que passavam as organizações, governamentais ou não, no início do século XX, tanto no processo de produção, como na organização racional do trabalho, passaram a exigir a adoção dos princípios da administração científica, preconizada pelo Taylorismo.

Tais princípios, como o planejamento, o controle e a supervisão da execução, a padronização dos procedimentos, a divisão e especialização do trabalho e a capacitação dos trabalhadores, visavam alcançar os benefícios e as vantagens propaladas por aqueles qualificativos na modernização do processo administrativo.

Essa necessidade de eficiência e eficácia se estende a todas as atividades, em especial para esta pesquisa, a gestão de informação e de documentos.

Calderon *et al.* (2004, p.98) afirma que “considerar a importância dos arquivos nas organizações passa, necessariamente, pela reflexão e compreensão do que significa arquivos e

informação.” Para tanto, necessita-se buscar o conceito de cada um deles. O Dicionário de Terminologia Arquivística define Arquivo (2005, p. 27) como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Furtado (1982, p.28) aponta que “a informação traduz causa e efeito, estratégia e produto; eficiência na organização de recursos e eficácia nos resultados, em seus aspectos de qualidade e êxito, em relação aos anseios e necessidades do ambiente.”

Na concepção de Rocha *et al.* (2004, p.3) documento de arquivo é

a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades.

Dessa forma, a informação registrada e orgânica é por natureza uma informação arquivística, por apresentar várias características em comum com o documento de arquivo. Uma delas é a natureza orgânica, ou seja, sua relação com o produtor. Também a unicidade, por seu caráter único em cada lugar, e a capacidade que tem de ser avaliada em termos de idade e utilização. (CALDERON *et al.*, 2004). A gestão da informação possibilita planejar e desenvolver as atividades, considerando o capital informacional de uma instituição; tomar as decisões político-administrativas ou pessoais baseadas em dados acumulados; evitar a repetição completa ou parcial de atividades, economizando recursos materiais e humanos [...]. (LOPES, 2000 *apud* CALDERON *et al.*, 2004).

A partir das peculiaridades mencionadas acima sobre documento e informação, considera-se como aspecto inevitável, a prática de gestão nos arquivos por consistir de elementos indispensáveis a sociedade.

De acordo com a Lei Federal de Arquivos n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, art. 3.º considera gestão de documentos “o conjunto de procedimentos e operações referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” (BRASIL, 1991). Dessa forma, Jardim (1987) corrobora e acrescenta afirmando que a gestão de documentos é uma operação arquivística e visa reduzir seletivamente a massa documental de forma a organizar e conservar os documentos, economizando tempo e espaço, envolvendo como um todo, o ciclo de existência dos documentos, desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para o arquivo permanente, sem menosprezar a integridade contida na informação, na chegada dos dados aos pesquisadores. Segundo Paes (2004), as fases da gestão de documentos envolvem:

1. A produção, fase na qual o Arquivista deve orientar no sentido que sejam criados apenas documentos relevantes à administração da universidade, apresentar estudos sobre a adequação e melhor aproveitamento de recursos reprográficos e informáticos, contribuir para a difusão de normas e informações necessárias ao bom funcionamento;
2. A utilização envolve as atividades de protocolo (recebimento, classificação, registro, [...]), expedição, organização, arquivamento em fase corrente e intermediária e elaboração de regras de acesso à documentação;
3. A avaliação e destinação final dos documentos, fase na qual se estabelecem prazos de guarda e se determina o perfil do documento do arquivo permanente.

A referida Lei dos Arquivos, n.º 8.159/1991, divide-os em três idades documentais que representam o ciclo de vida dos documentos, são eles:

Arquivos Correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam de consultas frequentes.

Arquivos Intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Arquivos Permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados. Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis. (BRASIL, 1991).

Falar em gestão documental, não se pode deixar de abordar, sobre os *records management*, administração de arquivos, em que os documentos correntes e intermediários eram o foco da organização. Esse método foi aplicado na administração federal americana na década de trinta, por Theodore R. Schellenberg, o qual foi responsável pela organização de documentos no arquivo público nacional (*National Archives*) dos Estados Unidos. Surgiu, então, um novo profissional o *records manager*, administrador de documentos. Esta ação nos Estados Unidos surgiu em função da grande quantidade de documentos produzidos no serviço público, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Segundo Schellenberg (2006), a gestão de documentos está fundamentada no ciclo documentário. A partir do ciclo de vida dos documentos, obteve-se a teoria das três idades (arquivos correntes, intermediários e permanentes) uma estratégia de organização documental para solucionar os

problemas decorrentes do excesso de documentos produzidos na instituição.

Outro país a preocupar-se com a gestão de documentos foi o Canadá, também com o intuito de organizar os documentos da esfera pública federal. Segundo Rousseau e Couture (1998), o método adotado para a organização dos documentos fundamenta-se na arquivística integrada. Considera as informações arquivísticas de forma global, a partir de seu nascimento até o destino final, através da integração dos procedimentos de classificação, avaliação e descrição arquivísticos.

Neste sentido, a arquivística integrada provoca alcançar objetivos essenciais, como:

garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades [...]; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos [...]. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.70).

Estes dois exemplos de organização de documentos de arquivos públicos, faz entender que quando se trata de instituições públicas, os documentos de arquivos compreendem uma dependência de ações governamentais.

De acordo com Indolfo (2007), ao discorrer sobre a história da gestão de documentos de arquivos, relata que aconteceram outras experiências de ações governamentais:

A década de 1980 foi, [...] promissora em termos de experiência de implantação de programas de modernização arquivística, em outros países latinoamericanos, em especial no caso do México, onde o programa para o Governo Federal buscava no espírito e nos

conceitos de gestão de documentos as bases metodológicas para planejar, dirigir e controlar a produção, circulação, conservação e uso da informação documental. (INDOLFO, 2007, p.38).

Verifica-se, portanto, que o processo de gestão de documentos tem como antecedente um acúmulo documental descontrolado, tornando-os uma grande massa documental, impossível de identificar alguma informação rápida e precisa.

Nesta perspectiva de organizar documentos de arquivo, a Constituição Federal do Brasil no art. 216, § 2.º evidencia que “cabem à administração pública, na forma de lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. (BRASIL, 1988, p. 126). Enquanto, a Lei Federal de Arquivos n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, também chamada, a Lei dos Arquivos, em seu art. 1.º menciona que “é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivo como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.” (BRASIL, 1991).

Diante do exposto acima, existe um amparo jurídico-legal no que concerne à obrigatoriedade da gestão documental em instituições públicas no Brasil, podendo estender o modelo, inclusive, às iniciativas privadas, como elementos probatórios para a efetivação do gerenciamento de documentos junto aos profissionais Arquivistas.

Segundo Rocaglio, Szvarça e Bojanoski (2004, p. 5),

administrar ou gerenciar documentos arquivísticos, a partir da aplicação de conceitos e teorias difundidas pela Arquivologia, garante às empresas públicas ou privadas obter maior controle sobre as informações que produzem e/ou recebem, racionalizar os espaços de

guarda de documentos, desenvolver com mais eficiência e rapidez suas atividades, atender adequadamente clientes e cidadãos.

Com os benefícios da gestão de documentos em arquivos nas idades corrente, intermediária, e também com seu recolhimento ou eliminação para a idade permanente, assegura-se um desafogamento nos setores de trabalho, como um eficiente controle para a documentação e uma racionalização para as atividades desenvolvidas.

A avaliação constitui uma etapa importante no processo da gestão de documentos. É nela em que se definem os prazos de guarda dos documentos arquivísticos. Nesse momento, mais do que em qualquer outro, deve ser levada em consideração a formação multidisciplinar da equipe que fará a avaliação documental, constituída por profissionais especializados em diversas áreas da instituição/universidade, denominada de Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD). Uma avaliação documental inadequada, por menor que seja, pode causar prejuízos administrativos, financeiros e histórico-culturais e, até mesmo irreparáveis. (ROCANGLIO; SZVARÇA; BOJANOSKI, 2004).

O trabalho da gestão de documentos é, essencialmente, participativo, sendo necessária a integração dos responsáveis pela coordenação do trabalho e pelas áreas produtoras e acumuladoras de documentos. Os conceitos e ferramentas adotadas devem fazer parte do cotidiano de todos os profissionais envolvidos na construção do acervo documental e institucional, sendo imprescindível o apoio dos Departamentos e Divisões para um trabalho com êxito.

É imprescindível avaliar como as diversas áreas da instituição pública estão organizadas, quais as tipologias documentais já existentes, qual o volume de documentos, o que está em suporte papel, quais documentos são digitais e qual a tendência

de produção de novas tipologias documentais, inseridas no exercício das atividades nos setores. A partir do levantamento dessas informações é importante normatizar a produção e a guarda dos documentos na instituição, de acordo, com normas e procedimentos relacionados à produção, guarda e conservação estipulados pela Arquivologia.

Com a necessidade de modernizar as atividades arquivísticas, ocorre o envolvimento das tecnologias como apoio indispensável no que tange ao processo de produção, tratamento e manutenção dos documentos. Neste sentido, Rondinelli (2005, p. 24) enfatiza a importância das tecnologias de informação e comunicação e a inserção nas atividades arquivísticas quando diz que “o avanço tecnológico mudou radicalmente os mecanismos de registro e comunicação da informação nas instituições e, conseqüentemente, seus arquivos também mudaram”.

Dessa forma, o esforço na informatização de um arquivo merece além de uma equipe de servidores preparados e empenhados em realizar uma efetiva gestão de documentos, é preciso, antes de qualquer ação, pensar em uma forma de organização prévia desses documentos, pois em nada adianta informatizar um sistema desestruturado e desorganizado.

Os arquivos das universidades estão situados em um contexto administrativo e organizacional em que a informação registrada em suportes deve estar organizada e tratada. A gestão de documentos perpassa, imprescindivelmente, pela gestão da informação de conteúdos informacionais estratégicos ou não. (CALDERON et al., 2004). Deve ser aplicada com análises e critérios estipulados pela Arquivologia, através de conhecimentos sobre legislação, uso de metodologias em documentos, técnicas para avaliar e selecionar acervos desorganizados, aplicando sempre sobre os conjuntos documentais, pois é assim que se constituem a classificação e os prazos de guarda desses documentos. É necessário, para tanto, se conhecer a fundo toda a

trajetória histórico-administrativa da instituição para a aplicação da gestão de documentos, de forma a contemplar um gerenciamento na perspectiva de sistema.

## **Sistemas de Arquivos Universitários**

Sistema, no sentido geral, é considerado, segundo Chiavenato (2000, p. 545), como um “conjunto de elementos interdependentes e interagentes, ou um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado.” Bearman(1993, p.17 *apud* RONDINELLI, 2008, p. 62) afirma que um sistema “consiste em componentes interdependentes organizados para alcançar um fim.

Diante do exposto acima, pode-se dizer que um Sistema de Arquivos, é uma interligação estratégica do Fundo arquivístico e as Séries documentais produzidos e recebidas que propicia para a instituição um tratamento integrado desses documentos e resulta no aumento das possibilidades no uso da informação registrada nos arquivos correntes, intermediários e permanentes facilitando a tomada de decisões no gerenciamento arquivístico. Rousseau e Couture (1998, p. 91) afirmam que Fundo de arquivo é “o conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral [...] no exercício de suas actividades ou das suas funções.” Enquanto que Série documental é “como uma divisão de peças ou de unidades de instalação cobrindo os aspectos de uma mesma função, atividade ou assunto, no interior de um dado fundo e definida por um quadro de classificação.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 135).

Para o Dicionário de Terminologia Arquivística, um Sistema de Arquivos é “conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na

persecução de objetivos comuns.” (SISTEMA, 2005, p. 156). Venâncio e Nascimento (2012, p. 144) afirmam que “um Sistema de Arquivos constitui o ambiente institucional apropriado para o exercício da gestão arquivística, obrigação dos órgãos públicos, nos termos da legislação brasileira.” Vasquez (1994, *apud* Jardim, 1995, p.30) também confirma que um “sistema integrado de arquivos é um conjunto orgânico de arquivos, vinculados por uma direção central que normaliza os processos arquivísticos e focaliza a informação em um ponto acessível à consulta externa e interna.” Além de tudo isso, um Sistema de Arquivos em potencial, é uma opção para a consecução da gestão de documentos de arquivo em qualquer universidade. Somente essa gestão irá proporcionar os meios necessários para uma documentação bem organizada, assegurando o seu acesso efetivamente.

Em muitas ocasiões, confunde-se Sistemas de Arquivos com Sistema de Banco de Dados na Informática. Todavia, Flores (2005) esclarece que

O sistema de arquivos e suas funções podem ser aplicados para todos os tipos documentais, tanto os de suportes convencionais como os informáticos e eletrônicos. Esta é a diferença básica entre o sistema de arquivos e os programas e *softwares* já fabricados e disponíveis para a venda, pois, por mais modernos que sejam, não irão abarcar todos os tipos de documentos específicos [...]. (FLORES, 2005, p. 42).

Nessa perspectiva, os Sistemas de Arquivos universitários devem ter Unidades reciprocamente relacionadas, estando o comportamento do todo para o alcance de um único resultado que se fossem independentes as partes não alcançariam a eficiência e a eficácia nos serviços.

Nos arquivos universitários, o conceito de sistema se encaixa ocasionalmente na interligação de sua estrutura

administrativa e funcional. Isso significa dizer que um Sistema de Arquivos universitários deve apresentar o Arquivo Central (Fundo) interagindo técnica e hierarquicamente com os arquivos setoriais (Séries) distribuídos na estrutura da universidade, produzindo e recebendo documentos que serão tratados conforme a normatização técnica planejada pelo Arquivo Central.

O Arquivo universitário, segundo Bottino (2004), está envolvido com a trilogia: Universidade – Arquivologia – Arquivo. Para ele, estão estreitamente ligados, interdependentes e complementares. Assim, podemos compreender que as universidades, enquanto instituições públicas mantenedoras de seus documentos de arquivo encontram-se totalmente cobertas com a responsabilidade da gestão sistêmica desses documentos, podendo participar ao máximo dos assuntos que envolvem a Arquivologia. Muitas universidades ainda possuem a cultura de armazenar a maioria de seus documentos das três fases documentais em um único arquivo, sendo que todos os outros documentos restantes ficam espalhados no interior dos setores em meros ambientes para acúmulo de papel sem critério arquivístico algum.

Silva ([199-?], p. 19 - 20) entende arquivo como

um sistema (semi-) fechado de informação social materializado em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais — a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) — a que se associa um terceiro - a memória - imbricado nos anteriores.

Assim sendo, a universidade mantenedora dos documentos arquivísticos, além de produzi-los, os mantém sob sua guarda e preservação e não os transferem para nenhuma outra, podendo enviar e receber de forma periódica documentos arquivísticos de ambientes externos a ela, dessa forma, os arquivos não são

considerados lugares permanentemente fechados, e sim, (semi-) fechados.

A criação de um Arquivo Central e a implantação de um Sistema de Arquivos em uma universidade é uma missão muito árdua. Para isso, requer muitas tentativas, reuniões, encontros e, principalmente, o apoio daqueles que detêm o poder de decisão nessas universidades.

Calderon *et al.*(2004, p. 103) relata abaixo práticas que deveriam ser rotinas padronizadas entre as universidades na gestão de seus documentos arquivísticos e que não vão além do que é necessário para se estabelecer um considerável Sistema de Arquivos:

a implantação de práticas de gestão documental; a organização dos documentos baseada em procedimentos arquivísticos; a implantação de códigos de assunto no Protocolo Geral; a avaliação da documentação acumulada e a destinação final; a adequação do sistema de protocolo aos procedimentos arquivísticos; a centralização da documentação nas fases permanente e intermediária, em salas de arquivo; a higienização dos documentos de valor permanente; o acondicionamento apropriado para os documentos de tamanho especial e a redefinição (conforme a necessidade) do leiaute dos depósitos.

Vislumbrando essa perspectiva sistêmica, as inúmeras melhorias nos setores da universidade também aconteceriam na mesma proporção. Trazendo entre outros benefícios a racionalização das atividades administrativas e dos espaços físicos e o controle da aplicação dos prazos de guarda, englobando, todos os documentos que estão sendo tramitados até que cheguem aos arquivos, os locais de devido armazenamento.

## O caminho estabelecido para a pesquisa

Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva. Com base na compreensão de Gil (1999, p. 43), a pesquisa exploratória “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis”. Dessa forma, esse tipo de pesquisa será para proporcionar uma visão geral e de forma aprofundada acerca de determinado fenômeno.

A pesquisa do tipo descritiva possibilitou relatar as características dos Sistemas de Arquivos identificados nas universidades, fazendo parte dos processos de coleta, ordenação e classificação dos dados. Esse tipo de estudo descreve com “exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987), e uma de suas características principais está na utilização de técnicas padronizadas da coleta de dados.

Na perspectiva descritiva, se observam, registram, analisam, classificam e interpretam os fatos, sem que o pesquisador lhes faça qualquer interferência. Assim, o pesquisador estuda os fenômenos do mundo físico e humano, mas não os manipula. Incluem-se, entre essas pesquisas, as opiniões, as mercadológicas, as de levantamento socioeconômico e psicossociais. (PRESTES, 2003, p. 26).

Diante da peculiaridade e complexidade do objeto proposto, foi utilizada a abordagem quantitativa e qualitativa. O intuito maior dessas abordagens é: tanto garantir a precisão dos resultados, evitando distorções no processo de busca das verdades, sobre o fenômeno e permitir uma margem de segurança em relação às informações coletadas; quanto compreender as respostas dos questionados ou, em outros termos, os porquês das

situações, dificuldades e êxitos na implantação dos Sistemas de Arquivos nas Universidades Federais das capitais dos estados da região nordeste do Brasil.

O ambiente de investigação a que se refere o objetivo são as Universidades Federais das capitais dos estados do nordeste do Brasil. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) contempladas em nossa pesquisa foram: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Maceió (UFAL); Universidade Federal do Sergipe (UFS); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A coleta de dados foi realizada no ano de 2014, a partir de questionário com seis questões fechadas via *e-mail*, isto é, localizado por meio do registro do *webmail* no próprio portal de cada Universidade Federal da região nordeste do Brasil cadastrada no MEC. O questionário foi encaminhado aos responsáveis diretos pelo Arquivo Geral, de cada universidade investigada.

## **Organização e tratamento dos dados**

Para localizar cada universidade estudada, fez necessário demonstrar como estão localizadas as regiões do nordeste do Brasil. Esta é composta por nove regiões. Para tanto, foi organizado um quadro distribuindo as universidades nas respectivas regiões em ordem alfabética de região.

**Quadro 1:** Regiões e Universidades das capitais

N.	REGIÃO	CAPITAL	UNIVERSIDADE
1	Alagoas	Maceió	UFAL
2	Bahia	Salvador	UFBA
3	Ceará	Fortaleza	UFC
4	Paraíba	João Pessoa	UFPB
5	Pernambuco	Recife	UFPE
6	Piauí	Teresina	UFPI
7	Rio Grande do Norte	Natal	UFRN
8	Sergipe	Aracajú	UFSE
9	Maranhão	São Luís	UFMA

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2014.

Esta pesquisa tem como base os *campi* das Universidades Federais localizadas nas capitais de cada região demonstradas no Quadro 1.

De acordo com o questionário aplicado aos responsáveis pelos arquivos dessas universidades, podem-se organizar os dados a partir de suas respostas.

- 1. A primeira questão foi sobre a existência de Arquivo aprovado por Conselhos Superiores e qual o(s) setor (es) está subordinado**

**Quadro 2 - Existência de Arquivo aprovado por Conselhos Superiores e sua subordinação hierárquica**

Universidade	Existência de Arquivo aprovado por Conselhos Superiores	Subordinação hierárquica na instituição
UFRN	Sim	“É vinculado ao Departamento de Material e Patrimônio (DMP), que é vinculado a Pró-Reitoria de Administração e Finanças.”
UFPB	Sim	“Vinculado à Pró-Reitoria de Administração (PRA).”
UFPE	Sim	“Divisão do Arquivo Geral (DARQ), pertencente a Diretoria de Gestão de Bens e Serviço (DGBS), subordinada a Pró-Reitoria de Gestão Administrativa (PROGEST).”
UFAL	Sim	“Subordinado ao Sistema SIBI de Bibliotecas, ligado à Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).”
UFS	Sim	“Vinculado à Pró-Reitoria de Administração (PROAD).”
UFBA	Não existe	---
UFMA	Não existe	---
UFC	Não existe	“A Seção de Arquivo está subordinada à Divisão de Comunicação e Arquivo, que é subordinada ao Departamento de Administração, que por sua vez, é subordinado à Pró-Reitoria de Administração (PRADM).”
UFPI	Sim	“Vinculado à Pró-reitoria de Administração (PRAD).”

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2014

Com base no quadro 2, verifica-se que das nove universidades descritas, seis responderam que existe sim, um Arquivo, chamado de Arquivo Geral na universidade e contempla os documentos dos mais variados setores.

Quanto à subordinação hierárquica, os arquivos de cinco dessas universidades estão ligados à Pró-Reitoria de Administração.

Com relação à criação de um Arquivo Geral na universidade, o responsável pelo arquivo da UFMA fez uma breve observação no tocante a esse assunto. Segundo o responsável, já foram efetivadas várias tentativas de “sensibilização” das autoridades competentes para a implantação de um Arquivo Geral, porém sem ter alcançado sucesso nas argumentações. Infelizmente, a situação não se restringe apenas a UFMA, e sim a várias universidades que ainda não perceberam a importância da criação de um Arquivo que gerencie os documentos de maneira articulada e sistematizada.

É uma realidade muito árdua e complicada a tentativa de fundar um arquivo responsável pela guarda e preservação dos documentos permanentes provenientes de variados setores, comportando a documentação remanescente das eliminações, pois os gestores de arquivos possuem a difícil tarefa de estarem constantemente em luta para sensibilizar os gestores dessas universidades.

## **2. Para compreender a real necessidade do Arquivista em uma universidade, foi perguntado se o responsável (Chefe ou Diretor) pelo Arquivo é um bacharel em Arquivologia**

Para essa pergunta somente a UFAL e a UFC responderam que sim. E, todas as outras universidades responderam que o responsável do Arquivo Geral não é um bacharel em Arquivologia.

A representante da UFAL afirmou que o responsável é um Arquivista, exatamente, por existir respaldo jurídico para esses profissionais que já executam o cargo há bastante tempo, lembrando a Lei de Geisel de 1978.

A Lei mencionada acima, sancionada no governo do Presidente Ernesto Geisel, é a nº 6.546 de 04 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista

e Técnico de Arquivo. No Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978 que regulamenta essa Lei, no artigo 1º, parágrafo IV, afirma-se sobre o direito desses profissionais:

IV- aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, em 5 de julho de 1978, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, nos campos profissionais da Arquivologia ou Técnica de Arquivo; (BRASIL, 1978).

Dessa forma, é juridicamente garantido o direito de exercer a profissão de Arquivista, mesmo não possuindo o curso superior na área, àqueles profissionais que atendem aos padrões mencionados no Decreto.

De acordo com a resposta da responsável pelo arquivo na UFC, o nome dado ao ambiente que reúne a documentação dos setores da universidade é denominado de “Seção de Arquivo”. Acrescenta ainda que antes de ter arquivista como chefe dessa Seção, existia um funcionário Técnico Administrativo na área de Letras, assumindo o cargo de chefe.

Vislumbrando a excelência na gestão dos documentos, o ideal é que nas universidades os arquivos tivessem como responsáveis um profissional graduado em Arquivologia, para melhor compreensão e aplicabilidade das técnicas específicas da área.

### **3. Na sequência, foi perguntado se na universidade existe um Sistema de Arquivo**

Todas as universidades responderam que não possuem Sistema de Arquivos. Uma situação caótica de nossos arquivos universitários no nordeste do Brasil, pois a função dos arquivos não é somente guardar documentos e sim geri-los de acordo com as práticas da gestão de documentos, de maneira interligada,

holística e sistêmica, em que o Arquivo Central fornece as diretrizes para o bom funcionamento dos arquivos setoriais no interior das universidades.

Entretanto, de acordo com as respostas, a UFAL, encontra-se em fase de encaminhamento das etapas necessárias para a efetivação do Sistema- SIARQ/UFAL. A realidade observada é que a maioria dos arquivos contemplados na pesquisa não possui esse elo que interligam as suas atividades e não trabalham de maneira sincronizada.

**4. Com relação à aplicabilidade da gestão de documentos de arquivo foram disponibilizadas quatro alternativas, podendo assinalar mais de uma:**

- a. *Os arquivos setoriais desenvolvem suas atividades documentais de acordo com as diretrizes do Arquivo Geral da universidade?*

As universidades que confirmaram o item foram a UFAL e a UFPI. A UFAL registrou em sua resposta que desenvolve essas atividades de acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

- b. *É aplicado o código de classificação e os prazos de guarda das IFES, recomendado pelo Arquivo Nacional, desde a produção dos documentos?*

As universidades que marcaram o item foram: a UFAL, a UFPI e a UFPE. Apenas a UFPE salientou que o código de classificação “é aplicado somente aos processos administrativos, a partir do sig@processo, onde são registrados e classificados a partir do Plano de Classificação das atividades meio do CONARQ, Resolução nº 14 de outubro de 2001 e do Código

de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos as atividades fim das IFES, Portaria NA/MJ - 92.”

- c. *Os documentos são realmente recolhidos para o arquivo permanente quando encerram sua tramitação na universidade?*

As universidades que confirmaram o item acima foram: a UFAL, a UFMA, a UFPI e a UFRN. O representante da UFMA posicionou-se retratando que “os documentos que são encaminhados ao Arquivo Geral são somente os processados.”

- d. *O Arquivo já realizou alguma eliminação de documentos?*

Apenas a UFMA, a UFPB, a UFRN e a UFPE realizam eliminação de documentos, as outras cinco universidades nunca eliminaram documentos.

Nesse último item, obtemos algumas respostas interessantes. Vale ressaltar que na UFAL já existe uma relação significativa para eliminação, mas depende da Portaria de aprovação da CPAD, para essa Comissão dar o parecer e a relação ser encaminhada para a análise do Arquivo Nacional. Na UFMA o período de eliminação de documentos está entre as décadas de 1967/1999.

É interessante destacar aqui, que para a eliminação de documentos a universidade deve obedecer aos procedimentos descritos na Resolução/ CONARQ nº 05 de 30 de setembro de 1996 e, com o respaldo de sua CPAD, encaminhar a listagem de eliminação detalhando todos os códigos dos assuntos das tipologias documentais a serem eliminadas para a prévia apreciação do Arquivo Nacional, órgão máximo na esfera de competência dos arquivos no Brasil.

**5. Existe uma política de transferência e recolhimento dos documentos para o Arquivo Geral na universidade? Se sim, qual a periodicidade?**

De acordo com as respostas, a única universidade foi a UFAL, informando que a periodicidade de recolhimento é anual, porém, atualmente está suspensa por falta de espaço físico, mas já está em andamento a compra de arquivos deslizantes.

As instituições restantes não possuem política de transferência e recolhimento de documentos para o Arquivo Geral. Sendo assim, também não possui nenhuma periodicidade para tal atividade arquivística.

**6. Em se tratando do arquivo também está integrado com as funções principais da universidade que são o ensino, a pesquisa e a extensão, quais ações culturais ou educativas realizadas pelo arquivo?**

Os representantes diretos dos arquivos na UFAL, UFBA e UFPE afirmaram que sim, na UFAL, aconteceu em 2014 e atualmente está sendo implantado um plano de classificação de documentos nas unidades administrativas e acadêmicas a partir do sistema de protocolo integrado, objetivando finalizar a implantação e organização do Sistema de Arquivos, SIARQ/UFAL.

Enquanto que na UFBA a Comissão Permanente de Arquivos (CPArq), órgão da UFBA responsável pela criação de políticas já realizou treinamentos básicos para funcionários das unidades universitárias. Na UFPE, com o plano de capacitação e qualificação para técnico- administrativos em educação, o Arquivo Geral ministrou cursos na área de gestão de documentos nos anos de 2012 e 2013.

## Considerações finais

Esta pesquisa trouxe um panorama geral da situação dos arquivos nas universidades, demonstrando uma situação desoladora por se tratar de instituições que trabalham com pesquisas, ensino e extensão, contribuindo com uma sociedade mais informada e desenvolvida.

A documentação acumulada nas Universidades Federais no nordeste do Brasil está desorganizada, em sua maioria, sem critérios de gestão e sem práticas de conservação e preservação documentais. Os arquivos dessas universidades ainda precisam de muita atenção para que adquiram sustentabilidade e efetividade em suas atividades arquivísticas.

As universidades são mantenedoras de seus arquivos que, por sua vez, custodiam os documentos arquivísticos, sendo assim, merecem maior atenção no tocante à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a eliminação ou recolhimento para a guarda permanente. Dessa forma, os arquivos universitários ganhariam organicidade e atenderiam aos padrões estabelecidos pela Arquivologia.

Todavia, muitas são as barreiras a serem ultrapassadas quando se fala em uma política de gestão documental/ informacional nas universidades, a começar pela cultura organizacional que resiste às mudanças.

Para fazer bom uso da informação, é preciso tê-la bem tratada. Reconhecer as vantagens, os direitos e deveres envolvidos que os conjuntos documentais produzidos e/ou acumulados representam é, imprescindivelmente, essencial para que se consolide uma gestão de Arquivos de qualidade.

Considerando que Sistema é um modelo apropriado para a gestão de arquivos nas universidades, pois visa integrar

atividades e processos gerenciais do arquivo central aos arquivos setoriais, verifica-se que a gestão de documentos de arquivos no setor público em especial nas universidades federais públicas anda a passos lentos, porém deve-se ter como motivação e como perspectiva de mudança o fato de uma das universidades já estar em processo de implantação de um Sistema de Arquivo e que pode ser exemplo para as demais universidades.

Outro fator que chamou atenção foi com relação ao profissional responsável pelo Arquivo não ser um Arquivista, o que pode comprometer a viabilidade de tomadas de decisões com relação à gestão dos arquivos, visto não terem tido uma vivência acadêmica, fato que pode trazer para os arquivos a compreensão da aplicabilidade de teorias, métodos, modelos e novas possibilidades de gerenciamento de arquivos universitários, assim como na coerência com as diretrizes da Arquivologia e do Arquivo Nacional, órgão máximo na esfera de competência dos arquivos no Brasil.

O desenvolvimento da Arquivologia nas universidades contempladas em nossa pesquisa necessita de persistência, paciência dos arquivistas responsáveis e por parte de seus dirigentes, necessita de sensibilização e compreensão no sentido de conceber a informação organizada como fundamental para a qualidade do processo administrativo.

Para a implantação de um Sistema de Arquivos é necessário estudar a trajetória histórica-informacional presente nessas universidades, trazendo a relevância de sua análise para o campo da Arquivologia, sobretudo no tocante ao controle do fluxo documental produzido e recebido por eles. Criar, inclusive, uma CPAD para adquirir força administrativa e probante diante das argumentações e projetos referentes a uma política de gestão de documentos na universidade.

Ainda que as instituições públicas, de modo geral, cada vez mais realizem concursos públicos para o cargo de arquivista, verificam-se ainda poucos arquivistas para a grandiosidade da massa documental existente nas universidades sem organização.

Portanto, o grande desafio para as universidades na área da Arquivologia é a Gestão Arquivística, envolvendo o tratamento do documento desde a sua produção até sua destinação final, garantindo a sua integridade e o acesso para que as informações estejam disponíveis no momento necessário de sua utilização.

Espera-se que nos próximos anos a situação referente aos arquivos universitários esteja em outro nível e que novas pesquisas sejam incorporadas a esta para que a visibilidade desta temática tenha um efeito positivo.

## Referências

ARQUIVO. In: **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional: 2005. p. 27.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou Gestão de documentos. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008. p. 71-88.

BOTTINO, M. Os arquivos universitários no Brasil. In: **A Informação: questões e problemas**. Niterói: EDUFF, 1995.

\_\_\_\_\_. **Arquivo universitário: considerações em torno da questão**. Panorama da situação no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.

\_\_\_\_\_. Arquivo Universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, R. NASCIMENTO, A. (Org.). **Universidade e Arquivo: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 2011. 103p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 82.590, de novembro de 1978. Regulamenta a Lei nº 6.546, de julho de 1978, que dispõe a regulamentação das profissões de Arquivista e técnico de Arquivo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)>. Acesso em: 13 mai. 2017.

CALDERON, Wilmara Rodrigues *et al.* O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, set-dez. p.97-104. 2004.

CHIAVENATO, Idaberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.10-14, n.1, abr./ago., p.14-33. 1986.

FLORES, Antônio Carlos. A importância do Sistemas de Arquivo na qualidade das informações empresariais. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. UFSM, Santa Maria, v.01, n.3, mar-mai, 2005.

FURTADO, João Salvador. Informação e organização. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 11, n. 1, p. 27-33, 1982.

GERÔNIMO, Michele Brasileiro. **O arquivo universitário e as suas diretrizes**: um estudo de caso do sistema de arquivo da Unicamp (SIARQ). 2014, 154. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no Universo da arquivologia. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática da gestão de documentos. **Acervo** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987.

\_\_\_\_\_. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995. 196p.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2 ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009, 416p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escolha à academia. 2. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

ROCANGLIO, Cynthia. SZVARÇA, Décio Roberto. BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, Gestão de Documentos e Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Ciência da Informação**. Florianópolis, 2º sem. p. 01-13. 2004.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROCHA, Claudia Lacombe *et al.* **Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2004.

ROUSSEAU, Jean- Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução: Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Armando B. Malheiro. **A Gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico**. [199-?]. Disponível em: < [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a\\_gesto\\_da\\_informao\\_arquivstica.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2014.

**SISTEMA DE ARQUIVOS**. In: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional: 2005. p. 156.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VENÂNCIO, R, NASCIMENTO, A. Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: \_\_\_\_\_. NASCIMENTO, A. (Org.). **Universidade e Arquivo**: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, p. 37- 58. 2012.

# Fundamentos científicos da Arquivologia

*Jacqueline Echeverría Barrancos  
Eliete Correia dos Santos*

## Introdução

Neste capítulo, é apresentado um debate epistemológico sobre Arquivologia, uma forma de pensar metodologicamente do que um mero conjunto de normas acadêmicas. Propõe-se uma reflexão sobre estudo e conhecimento e os fundamentos teóricos que garantem cientificidade e reconhecimento aos fundamentos da produção científica, em particular nas Ciências Sociais, apontando a descrição e classificação dos tipos de pesquisa, a luz do modelo básico para investigação em Arquivologia.

Para cada área científica, os recursos utilizados são determinados por sua própria natureza; no entanto, a elaboração de um trabalho científico deve seguir uma padronização constituída de métodos, tipos e técnicas de pesquisa do trabalho acadêmico.

Não existe a pretensão aqui de abranger todas as questões relativas à Metodologia da Pesquisa. Entende-se que aprofundamentos teóricos deverão ser consultados em bibliografias específicas para um melhor entendimento e compreensão do

campo de investigação. É nesse sentido que se pretendesse contribuir para esse debate adequado sobre o uso de tipos de pesquisa, a partir de uma explicação, conforme as correntes do pensamento que perpassam pelos teóricos, nas quais a Arquivologia está inserida do ponto de vista do conhecimento científico.

Alguns autores argumentam e defendem a tese de que a Arquivologia é uma ciência, a partir da corrente positivista que tem como objeto de estudo os documentos de arquivo, embora já existam trabalhos que avançam esta discussão. Assim, o objetivo aqui é expor alguns fundamentos científicos, mostrando os esclarecimentos sobre as principais questões metodológicas, de forma adequada ao contexto acadêmico em que se insere a Arquivologia, procurando trabalhar com simplificação e objetividade.

## **Estudo e conhecimento**

Incursionando pelo pensamento aristotélico, o homem, desde que surgiu, soube ao longo dos tempos, conquistar, manter seu domínio sobre os outros animais e, de certa forma, sobre o planeta Terra. Pela sua condição social, organizou-se em grupos complexos que se diferenciaram com base em valores e conceitos, mas mantiveram a mesma capacidade de pensar, reagir, aprender e decidir, tornando-se capaz de alterar o curso dos acontecimentos pelo exercício da inteligência e da razão. Esses atributos estão disponíveis em todos os seres humanos interagindo em um processo de aprendizado contínuo que gera a produção do **conhecimento**.

É evidente que o conhecimento em geral pode ser obtido de diversas maneiras: existe o conhecimento adquirido através da experiência pessoal ou de conhecimentos internalizados pela educação informal, transmitida por seus antecessores; o

indivíduo pode mediante o plano da fé se apoiar em crenças e religiões que pressupõem de forças que estão além da capacidade de explicação do homem, e este pode ainda, obter conhecimento de forma racional por transmissão e treinamento apropriado conduzido pela ciência. Assim, esse conhecimento tende a se aperfeiçoar, e empregar métodos, técnicas, entre outros funcionais no processo da ciência. (TRUJILLO FERRARI, 1982).

Entre esses tipos de conhecimento, destaca-se para o estudo o **Conhecimento Científico** que é abordado, na perspectiva de sua construção, descobertas e implicações na vida social. (RICHARDSON, 2008).

Para Japiassu (1996), um dos fatores mais importantes para a organização social e econômica de uma sociedade é sua visão do mundo. Para o homem comum do século XVII, não tem nenhuma importância prática saber que a Terra gira em torno do Sol. No entanto, o sistema copernicano ao desalojar o homem do lugar central que ocupava no Universo, abalou as estruturas da sociedade. Daí por diante, não são mais a religião, a filosofia e os mitos que determinam nossa visão de mundo e sim a ciência desempenha esse papel.

No Século XIX, a ciência alcança o status de discurso do poder da verdade. Isso está relacionado a explicação do domínio e número crescente de descobertas, o ritmo das mudanças e as aplicações práticas das ciências da natureza, saúde e sociais. Desde então, o conhecimento da ciência se afirmou como verdade, ou como diria Trujillo Ferrari (1982) “aproximadamente exato”.

Dessa forma, na opinião de Rojas (2011), as características que diferenciam a ciência como um sistema de conhecimentos verdadeiros são as que definem como é a correspondência entre “o que diz e o que é”. Esses conhecimentos são justificados pelo uso de uma metodologia que tem objeto de estudo, está

composta de um corpo teórico que inclui conceitos, enunciados gerais, teorias e cumpre com a função epistemológica de explicar, prever e compreender a realidade. (RICHARDSON, 2008).

Nesse contexto, em virtude da aparição de novas disciplinas científicas, tais como a Ciência da Informação, Documentação e Arquivologia, que estudam os fenômenos informacionais e documentais e que tem como objeto de estudo a informação e o documento, tem surgido um crescente interesse sobre indagações epistemológicas que tratam de explicar a harmonização entre essas disciplinas científicas a respeito do objeto de campo dessas disciplinas. (SILVA, 2011).

Segundo Calderon (2013), tratando-se especificamente da Arquivologia, pela sua relevância e ascensão na nova sociedade contemporânea, impulsionada principalmente pelo aumento da produção documental e pelo crescimento das tecnologias da comunicação nos últimos anos, a Arquivologia experimenta um bom momento na comunidade brasileira no que diz respeito as bases teóricas.

Essa contribuição teórica sustentada por vários pesquisadores da área, deu margem a ampliação do debate sobre o seu campo e objeto de investigação com trabalhos publicados em eventos nacionais e internacionais por vários autores consagrados na área, como: Jardim, Duranti, Szlejcher, Heredia Herrera, Marques, Fonseca, entre outros, que focam sua atenção a problemática epistemológica na consolidação da Arquivologia como ciência. (JARDIM, 2011).

Neste sentido, é oportuna a discussão dos fundamentos teóricos da determinada área, sobretudo, aqueles teóricos que buscaram afirmar que a Arquivologia é uma técnica e para aqueles teóricos que afirmam que é uma ciência. Essa discussão é fundamental para que os futuros pesquisadores compreendam essa diferença de pensamento.

## Os fundamentos técnicos ou científicos da Arquivologia

Apesar de um tempo atrás, o debate quanto ao objeto de estudo em Arquivologia era considerado ainda tímido, o certo é que se foi modificando esse panorama. Especificamente no Brasil, no século XXI, período de expansão no ensino superior, ao qual aderiram as Universidades Federais, o crescimento e oferta de cursos de Graduação em Arquivologia e em vários Estados, demonstram que a forma de conceber a Arquivologia continua inquietando os pesquisadores e estudiosos, porém em certos debates tem surgido a dúvida quanto a seu posicionamento na qual pode ser interpretada.

Ao longo desses anos, se estabeleceram diferentes formas de interpretar e ver a Arquivologia. Entretanto, todas elas convergem em duas correntes diferenciadas. A primeira tem a ver com quem defende a ideia de que a Arquivologia é uma técnica, negando com isso seu caráter científico, argumentando que sua função é de coletar, custodiar e organizar a documentação contida nos arquivos. Esse pensamento, sugerido por Rodrigues (1986 *apud* ROJAS, 2011), mostra que a Arquivologia pode ser localizada em um sentido prático mais que teórico.

Por outro lado, a segunda corrente é defendida por alguns autores que asseguram que a Arquivologia é uma ciência, pois tem personalidade própria porque apresenta princípios teóricos universais e inalteráveis; tem um método próprio e além de que possui um objeto de estudo definido. (JARDIM, 2009).

Para um melhor entendimento, talvez seja prudente, diferenciar o que se entende por técnica e por ciência. A técnica se refere a maneira de fazer as coisas, uma de suas principais características é ser um meio mais que um fim, ou em outros termos, economizar o esforço de trabalho humano em função de algum mecanismo repetitivo. A diferença da ciência é que ela olha

exclusivamente o pensamento. Assim, a teoria pugna por um esforço do saber, constituído por elementos tais como método, rigor e comprovação dos fatos.

Diante dessas duas correntes apresentadas, é importante questionar se a Arquivologia em todo caso é uma técnica ou uma ciência. Alguns autores têm respondido como Batelli e Tallafigo (1997 *apud* ROJAS, 2011) entre outros que defendem a ideia que a Arquivologia é uma técnica, porque segundo eles, trata de resolver os problemas da organização documental com soluções práticas, conseguindo que o processo de acumulação, conservação e serviço da memória social funcionem com eficiência e eficácia. (RODRIGUES LÓPES, 2000).

Nesse sentido, a Arquivologia baseia-se uma parte de sua atividade em aspectos técnicos que tem a ver com a aplicação de um processo pragmático para gerir de maneira mais eficiente a informação contida nos arquivos. Porém, isto não significa que a Arquivologia é uma disciplina eminentemente empírica.

Em contraste, Schellenberg (2004), Heredia Herrera (1995), Jardim (2011) e outros se opõem a praticidade da Arquivologia, defendendo seu caráter científico no argumento de que se deva estudar a natureza dos arquivos, os princípios de sua organização, conservação, políticas e os meios para sua utilização. Apesar que a Arquivologia assume uma função prática, não se pode limitar a sua atuação, pois o fato é que ela também tem suas premissas racionais, críticas e de rigor científico para atingir seus fins.

No meio desse termo, há também autores que defendem que a Arquivologia apresenta características próprias de ciência, técnica e disciplina, pois ela ao ser considerada como disciplina, tanto pode se ocupar da teoria, da metodologia e da prática. (BELLOTTO, 2002; SCHMIDT, 2012).

Partindo então desses argumentos, a Arquivologia é uma ciência que está consolidando-se pelos seus próprios méritos e

pela ampliação de suas funções tanto empíricas, como científicas, que está se desenvolvendo na discussão, nos fóruns e apresentação de diversos trabalhos em eventos consagrados, a saber: Congresso Brasileiro em Arquivologia, Congresso Nacional de Arquivologia, Reunião Brasileira de Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA), Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (ENEArq), Encontro Nacional de Pesquisa em Informação (ENANCIB) entre outros. Além da divulgação da produção científica em periódicos como *Ágora* e *Acervo*, entre outros.

Como se pode observar, a repercussão da Arquivologia, apresenta um novo cenário com amplitude de debate científico nas suas diferentes modalidades. Consequentemente, com base na análise dessas duas correntes de posicionamento sobre a Arquivologia, é fundamental saber como estão classificadas as ciências para poder identificar o contexto em que está inserida a Arquivologia com o objetivo de compreender melhor as interações que com elas se vinculam.

Sendo assim, optou-se por uma pesquisa de cunho bibliográfico para conhecimento da classificação das ciências, explicitada na obra de Martins e Théophilo (2007), os quais dão destaque ao estudo realizado pelo autor Bunge, bastante aceito entre os epistemólogos, e dividem a ciência em dois grandes grupos: formais e factuais.

As ciências formais, assim denominadas por estudarem os objetos abstratos cujos argumentos e teoremas dispensam testes para experimentação, compreendem apenas a Lógica e a Matemática. Nessa linha de pensamento, Trujillo Ferrari (1982) argumenta que as ciências formais não tratam de objetos empíricos, de coisas, nem de processos. As ciências formais se preocupam com enunciados que consistem em relações entre símbolos, ao mesmo tempo que concretizam a fundamentação metodológica, pelo emprego de teorema matemático ou lógico,

não se emprega a experimentação, ela decorre da dedução. Por esse motivo, as ciências formais são autossuficientes em relação aos seus conteúdos e métodos de prova.

Já as ciências factuais, também denominadas de materiais ou empíricas, são aquelas que se preocupam com coisas, processos e sucessos por estudarem objetos concretos que dependem do teste de suas hipóteses. (TRUJILLO FERRARI, 1982). As ciências factuais são divididas em naturais e sociais, entre as quais são incluídas, a Economia, a Ciência Política, a Antropologia, a Psicologia, a Ecologia Humana e a Sociologia.

Assim, nessa classificação as ciências sociais incluem disciplinas acadêmicas que estudam a condição do homem mediante o uso e aplicação de métodos analíticos críticos e especulativos. A falta de limites bem definidos sobre os dados humanos exige formas complexas de raciocínio, na qual a opinião e a persuasão têm um papel mais convincente, contrário aos métodos quantitativos que demandam as ciências naturais e da matemática. (ROJAS, 2011)

Nesse entendimento, partindo-se do fato de que a Arquivologia tem como função servir as necessidades informacionais específicas do homem, pode-se então, opinar que fica claro que a Arquivologia deve ser estudada na perspectiva das ciências sociais. Portanto, a ciência funciona mediante a construção de hipóteses e uso de métodos rigorosos que possibilitem a rejeição ou aceite dessas hipóteses com o objetivo de construir outras novas.

Por outro lado, para que a ciência seja aceita como tal, deve cumprir três requisitos fundamentais: ter um campo específico de investigação (objeto de estudo); o estabelecimento das leis universais ou investigar a verdade e, finalmente, deve ter um método próprio.

Nessa discussão, é necessário questionar: qual seria então a forma de construir hipóteses para se considerar a Arquivologia como uma ciência? qual deve ser seu objeto de estudo, suas leis

universais e seu método? As respostas não são fáceis; porém, o que está claro é que a Arquivologia, como qualquer outra ciência necessita de princípios teóricos inferidos da prática para legitimar seu caráter científico. Assim, o objeto de estudo da Arquivologia se encontra nos fundos documentais e nos arquivos que contém os princípios doutrinários (descrição, organização, classificação, conservação, etc). (ROJAS, 2011).

Na mesma linha de pensamento, no que se refere à teoria da Arquivologia, o fato comprovado e aceito pela comunidade, se encontra no fundamento do princípio da procedência, no qual os documentos formam parte de um fundo cuja característica é a conformação de uma unidade orgânica que ficam registrados os princípios do respeito e os fundos de respeito a ordem original. (HEREDIA HERERA, 2008).

No que se refere a método em pesquisa, significa a escolha de um conjunto de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos, que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las com base se possível nas teorias existentes. (RICHARSON, 2008). Assim, o método da Arquivologia será obrigado a examinar um conhecimento específico desde uma perspectiva teórica para encontrar uma justificativa sólida no momento de sua aplicação.

Para alguns autores, o método está constituído pelo que se denomina de tratamento documental, que consiste em um conjunto de operações e tarefas que se aplicam aos documentos em cada uma de suas fases do ciclo de vida e que se tem como objetivos realizar a organização, conservação e facilitar o seu acesso, para manipulação e ser útil em diversas finalidades. (DUPLA DEL MORAL, 1999).

Suas tarefas fundamentais são a identificação, classificação, ordenação, valoração, seleção, eliminação, expurgo, descrição e o armazenamento dos documentos que são fundamentais para o Arquivo e sirva a documentação aos usuários que precisem.

Já na questão da finalidade que persegue a Arquivologia é o de recuperar a informação para uso das instituições administrativas como de investigação, sempre e quando cumpra com as três condições a saber:

- Que a informação tenha sido produzida por pessoas físicas ou jurídicas no desenvolvimento de suas funções administrativas.
- Que seja a consequência dos processos estabelecidos de maneira formal.
- Que a criação dos documentos esteja regulada por normas legais ou por procedimentos internos

Em resumo, a Arquivologia é a ciência encarregada de administrar a documentação de arquivo mediante:

- A aplicação prática de processos que permitem identificar, classificar, ordenar, valorar, selecionar e descrever a informação.
- A consolidação de princípios e métodos que lhe permitem elevar em um nível científico.

Nessa linha de raciocínio, vendo a Arquivologia como uma ciência, corroboram com esse pensamento, de forma geral, os arquivistas europeus, como Eugenio Casanova, Michel Ducheim, Luciana Duranti, Elio Lodolini e Antonia Heredia, entre outros. (ROJAS, 2011). Para eles, é ciência porque tem um objeto de estudo que são os arquivos e fundos, além de uma metodologia explicitada fundamentada nos princípios da procedência e da sua origem.

Nesse sentido, é recomendável não querer estudar a Arquivologia com métodos comprováveis utilizados pelas ciências exatas ou da natureza, contraditório ao uso e de raciocínio, opinião pública e persuasão com o que deve ser cuidadosamente

analisada, pois fica claro que a Arquivologia tem elementos necessários para ser considerada com uma ciência emergente: objeto, método e finalidade.

A esse respeito, entende-se que o campo da prática científica se organiza em um espaço quadripolar – defendido por Bruyne et al. (*apud* MARTINS; THEÓPHILO, 2007), o qual recomenda que os procedimentos e as etapas não são imutáveis. Ao contrário, a construção de um trabalho científico exige interpretações e voltas constantes entre as diferentes instâncias de todos os pólos, como descrito na próxima seção.

## **Modelo paradigmático da Ciência**

Antes de compreender o significado do modelo quadripolar, tomamos consciência de sua relevância, já que envolve os cuidados que devem ser tomados no rigor, na precisão dos seus procedimentos, como também da bibliografia apropriada que guiarão o desenvolvimento de um trabalho científico de qualidade.

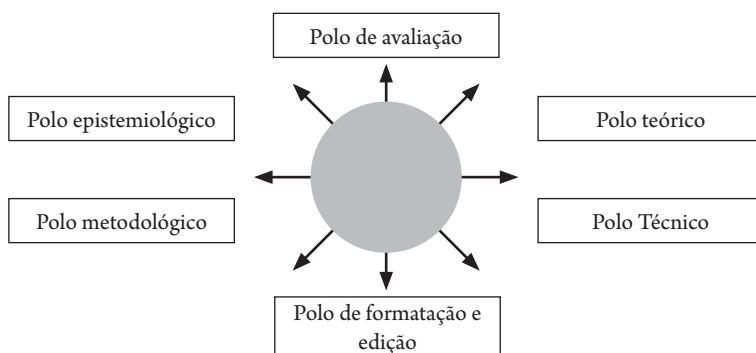
Do ponto de vista científico, a literatura contempla a concepção de que a geração do conhecimento nas ciências factuais se processa em quatro níveis ou pólos: epistemológico, teórico, metodológico e técnico. A ordem desses níveis não é casual e deve ser seguido para que o conhecimento seja processado de forma dinâmica. (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

O modelo “quadripolar” é condizente com uma noção mais flexível dos elementos que influenciam a prática científica. Os pólos são concebidos como aspectos peculiares do processo de produção de conhecimentos, e não como momentos separados da pesquisa.

Seja qual for o tipo de pesquisa adotado, nesse modelo devem ser seguidos estágios fundamentais no processo da pesquisa que são comuns a todas as investigações com base

científica. Portanto, neste trabalho, buscou-se essa aproximação entre o modelo quadripolar proposto pelos autores Martins e Theóphilo (2007) e a realidade para a Arquivologia. A configuração é de um modelo paradigmático organizado por pólos. As setas são indicativas da natureza dinâmica e não cronológica do modelo.

Figura 1 - Esquema paradigmático para construção de um trabalho científico



**Fonte:** Maritns e Theóphilo (2007, p.4.)

O polo epistemológico exerce uma função de vigilância crítica da pesquisa. Nele são consideradas as dimensões como a explicação das problemáticas de pesquisa e a produção do objeto científico; e consideradas concepções como as de casualidade, validação e cientificidade.

O pólo teórico orienta a definição das hipóteses e construção dos conceitos. É o lugar da elaboração das linguagens científicas, determina o movimento de conceituação. Compreende aspectos como teorias, modelos construtos e hipóteses.

O pólo metodológico contempla dimensões relacionadas com os diversos modos de tratar a realidade. Inclui dimensões

amplas, como as abordagens metodológicas (positivismo, dialética, fenomenologia, etc) e outras mais específicas, como os métodos (indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo etc).

O pólo técnico guia os procedimentos de coleta de dados e sua transformação em informação pertinentes à problemática de pesquisa. A esse pólo estão diretamente ligadas às estratégias ou delineamentos de pesquisa e às técnicas para coleta de informação, dados e evidências – escolhas práticas feitas pelos pesquisadores para permitir o encontro com os fatos empíricos.

O pólo de formatação e edição contempla procedimentos para a formatação e educação de um trabalho científico, com base nas normas que as disciplinam. E o pólo de avaliação compreende instrumental estatístico.

Esta explicação quadripolar como pode ser observada, torna-se necessária para desenvolver um trabalho científico, que implica na utilização de um arsenal de métodos, técnicas e abordagens de pesquisa do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Porém, neste momento, limitamos a desenvolver sobre o pólo técnico, destacando alguns tipos de pesquisa que se percebe, em trabalhos da área, como mais usados, muitas vezes, de forma equivocada, ao classificá-los quanto à natureza, à finalidade, aos objetivos, aos procedimentos; assim, acredita-se, que embora este assunto seja conhecido, nunca é demais expô-lo e contribuir, de certa forma, com a pesquisa em Arquivologia.

## **Classificação da pesquisa**

A pesquisa pode ser classificada de acordo com a sua natureza, meio e finalidade. Neste estudo, serão mencionados os principais tipos de pesquisa que tem uma aproximação com as ciências sociais. Na classificação a seguir, os tipos de pesquisa funcionam como mecanismo para dar maior confiabilidade e validade as pesquisas científicas.

## **Pesquisa exploratória**

A pesquisa exploratória é considerada uma forma de pesquisa porque implica em leituras sobre o assunto, busca o levantamento bibliográfico sobre o tema, com o propósito de identificar informações e subsídios para definição dos objetivos, determinação do problema e definição dos tópicos do referencial teórico.

Segundo Gil (1993, p. 45), as pesquisas exploratórias visam “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-la mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que essas pesquisas tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Essencialmente, o estudo exploratório é uma fase da pesquisa, cujo função é auxiliar na definição de objetivos e levantar informações sobre o assunto objeto de estudo. Não se trata de uma pesquisa no sentido restrito, pois envolve uma busca de conhecimento, para problemas e soluções, cujas fontes são conhecidas; e também porque dispensa o emprego de processos rigorosos de investigação. (MICHEL, 2009).

O levantamento bibliográfico, que é a essência do estudo exploratório, deve ser acompanhado de anotações, registros, notas de aulas, apontamentos que se relacionarem com o tema de interesse, de forma a se constituir numa memória importante para o registro e redação do trabalho. Por esse motivo, recomenda-se que se o pesquisador deseja realizar um trabalho nesse sentido, aprofunde o assunto com a pesquisa bibliográfica, explicada a seguir.

## **Pesquisa bibliográfica**

Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica

procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, anais de congressos, etc.

Nesse sentido, Trujillo Ferrari (1982) salienta que é importante não confundir a pesquisa bibliográfica com a pesquisa documental, como ocorre frequentemente. Pois, o levantamento bibliográfico é mais amplo que o segundo, e ainda pode ser realizado conjuntamente com ele, a pesquisa de campo e de laboratório. Em qualquer circunstância, a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, que vise a construção da plataforma teórica do estudo.

Segundo Trujillo Ferrari (1982, p. 209), “entende-se por pesquisa bibliográfica o “ato de ler”, selecionar, fichar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em pauta”. A bibliográfica como a documentação, constitui um ramo auxiliar da ciência. Uma vez definido o tema/problema que será investigado, o pesquisador deve iniciar a busca do material, consultando para a concretização do trabalho científico. Inicialmente pesquisar obras de referência: dicionários especializados, enciclopedias, manuais, índices remissivos, *abstract*, etc.

Posteriormente, é necessário que o pesquisador elabore um roteiro (*outline*), que é um registro dos materiais publicados, cuja indicação, portanto, poderá ser de grande valor para o labor do pesquisador. É necessário destacar o seguinte:

- Levantamento das publicações sobre o assunto nas bibliotecas;
- Seleção das fontes de referência (índices, bibliografias, *abstracts*, *years books*);

- Consulta a Dicionários técnico-científicos;
- Consultas pessoais a estudiosos e especialistas sobre o assunto;
- Pesquisa bibliográfica propriamente dita.

## Fases da Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica “fundamenta-se nos conhecimentos de biblioteconomia, bibliografia, documentação, arquivo, paleografia, etc e tem que ser organizada de forma metódica, achar ou encontrar as referências à pesquisa científica, que implica nos seguintes passos: 1) identificação; 2) localização; 3) obtenção; 4) fichamento e arquivamento e 5) redação do trabalho.

A **identificação** é aquela fase em que o estudioso “localiza, através de obras de referência, a literatura de interesse para a pesquisa que vai empreender. Por exemplo, o pesquisador no campo das Ciências Sociais poderá consultar um grande repositório no campo nacional e internacional, como exemplo, citamos o *Scielo – Scientific Electronic Library Online*<sup>70</sup>. Essa base de dados, registra mais de 1.249 periódicos, 39.651 fascículos, 573.525 artigos e 13.005.080 citações. Pelo título ou assunto Arquivologia aprecerem 26 registros. Outra base de dados é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

A **localização** das fichas catalográficas é a segunda fase da pesquisa bibliográfica e consiste em obter informação considerando os diversos arranjos dos fichários, pois as fichas podem se encontrar ordenadas alfabeticamente por sobrenome do autor ou ainda por títulos de assuntos e ainda reunidos pela procedência das revistas em que foi publicado.

---

70 <<http://www.scielo.org/php/index.phpque>>

A **obtenção** do material localizado pode ser feita através de empréstimos que realizam as bibliotecas, ou por consulta privativa. Pode baixar da internet algum material, comprar livros, e-books.

Uma vez selecionado o material preliminar, pode-se iniciar a tomada de apontamentos. Isto é, para cada (livro, artigo, etc), registrar informações e afirmações que julgar convenientes para a construção da pesquisa bibliográfica.

A fim de evitar perdas de informações, é recomendável fazer um registro completo de cada obra, e/ou a partir da elaboração das **fichas bibliográficas** que exige do pesquisador o máximo de diligência e exatidão na transcrição dos dados. Os dados fundamentais que contêm a ficha são: 1) nome do autor; 2) título ou subtítulo do livro ou do artigo; 3) notas tipográficas (lugar de publicação, editora, edição e data da edição e demais informações que possam, seguramente, orientar a localização do documento) e 4) notas bibliográficas (número de páginas, ilustração)

O uso do fichamento é o registro formal e organizado da parte teórica que é estudada para se entenderem os dados da pesquisa efetivamente coletados. Para trabalhar com este método sugere-se o uso de arquivos eletrônicos, separados em diretórios distintos, conforme o item. Para que o fichamento cumpra o seu papel de ser uma memória, um pequeno acervo de biblioteca de assuntos, colocados de forma resumida, para orientar a pesquisa, é importante considerar as fases da leitura que o procede. (MICHEL, 2009).

No caso de obras consultadas na *internet*, é preciso registrar o endereço do *site* e anotar a data de acesso à página. Essas informações serão necessárias para compor as referências bibliográficas de futuro relatório da pesquisa.

Ainda relativo ao Autor, pode-se apresentar as seguintes questões: quando se trata de um autor, de dois autores, de três ou mais

autores, quando o autor é anônimo ou ainda quando o trabalho não tem autor. Consultar as Normas da ABNT (NBR, 10.520).

Na redação do trabalho, Citar e interpretar dão força ao texto. Convém utilizar-se das paráfrases e citações com certa frequência: as paráfrases em boa medida; as citações, na medida certa, sem excessos. Parafrasear e citar é dialogar com autores que conhecem o tema. Conversar com seus parceiros autores evidencia conhecimento sobre o assunto/tema que está sendo investigado.

## **Pesquisa documental**

De forma geral, a documentação é uma atividade pouco compreendida e, conseqüentemente mal resolvida nas organizações, acarretando perda de eficiência e de eficácia dos seus processos. Por essas razões, é evidenciada a preocupação de realizar uma pesquisa do tipo documental com propriedade e método adequado a natureza de cada trabalho.

A rigor, a documentação tem um valor inestimável para a organização, caracterizando-se como um instrumento gerencial indispensável. Com base na Norma NBR ISO 9000:2000, pode-se citar, dentre outros, os seguintes benefícios potencialmente adicionados pela documentação, para qualquer tipo de organização seja ela pública ou privada e porte do negócio.

Permitir a comunicação objetiva da estratégia, dos objetivos e da consistência da ação. Atingir a conformidade com os requisitos do cliente e a melhoria da qualidade. Prover o treinamento apropriado.

Assegurar a rastreabilidade e a repetibilidade dos processos. Prover evidências objetivas dos resultados alcançados. Avaliar a eficácia e a contínua adequação do sistema de gestão da qualidade implementado. (MARANHÃO; MACIEIRA, 2004, p. 91)

Ainda com base na NBR ISO 9000:2000, cada organização determina a extensão e o grau de detalhamento ou aprofundamento da documentação mais apropriada aos seu negócio, bem como os meios a serem utilizados para disseminá-la ou se processo de arquivamento. (MARANHÃO; MACIEIRA, 2004).

Dessa forma, a estratégia de pesquisa documental é realizada a partir de materiais que se encontram elaborados. São fontes de dados, informações e evidências acabadas que não receberam ainda um tratamento analítico, ou se aconteceu ainda podem oferecer contribuições de reforço, ou podem ainda ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (TRUJILLO FERRARI, 1982; MARTINS; THEÓPHILO, 2007)

A pesquisa documental tem como objetivos principais: reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana. A documentação para efeitos científicos é normalmente documento escrito que pode ser apresentado nos mais diversos tipos de mídia ou de suporte: papel, magnética, ótica, microfilme, jornais, revistas, crônicas documentais e arquivos.

Porém, existem ciências que dependem de outras fontes documentais como a Arqueologia e a Paleontologia especificamente. Outras fontes de documentação que devem ser consideradas são os filmes, fotografias, microfichas, gravações, folclore etc. Pela natureza de sua importância, o levantamento documental pode ser classificado considerando os documentos de primeira mão e os documentos de segunda mão. Os documentos de primeira mão são denominados também de fontes primárias (arquivos e documentos públicos, a imprensa, arquivos particulares, e documentação indireta).

As fontes primárias que o pesquisador pode ter acesso são os Arquivos Públicos e Documentos Oficiais.<sup>71</sup>(BRASIL,

---

71 Ver a Lei nº 8.159, Cap. II Dos Arquivos Públicos.

1991). Eles estão armazenados e conservados em arquivos de consulta livre (arquivos centrais, arquivos nacionais, arquivos de ministérios, arquivos de assembleias parlamentares) ou também em arquivos privados (de difícil acesso) e os arquivos locais, cuja organização varia conforme as entidades que tem e seus cuidados a documentação (arquivos municipais de paróquias, tabeliões, prefeituras, arquivos dos conselhos científicos etc). (TRUJILLO FERRARI, 1982; BRASIL 1991)

Outra forma de documentação de primeira mão que se revela acessível à pesquisa documental são as publicações oficiais, tais como as parlamentares e administrativas. O primeiro importante documento é o “Diário Oficial”, porém há outros tipos tais como Revistas, Boletins, documentos particulares, estatísticas, anuários estatísticos, etc.

Nesse sentido, a imprensa também é um veículo de comunicação que o cientista dialoga com um sem número de fatos de interesse para a ciência. Daí, o jornal torna-se documento de importância para a ciência na medida em que o pesquisador fixa sua atenção em certas categorias de jornais, na falta de outras fontes informacionais.

A imprensa, de forma geral, (jornais impressos e eletrônicos ou diários, hebdomários, revistas, etc) é um meio que atinge um grande público, embora não ofereça suporte documental na mesma proporção que a imprensa especializada, porém ela deverá ser levada em consideração. A imprensa especializada que interessa mais ao pesquisador (como fonte primária) se caracteriza por estar dirigida a um público mais seletivo, tanto pelos seus assuntos como pela forma de encarar os problemas. A finalidade da imprensa de público especializado pode ser geral ou seletiva em cada ramo do conhecimento. Por isso, admite-se que estas possuem um cunho exclusivamente técnico.

No emprego dos jornais, recomenda-se ao pesquisador que deve levar em conta que nem sempre a imprensa relata

corretamente os fatos. Para Trujillo Ferrari (1982), a deformação é inegável, porém esta deformação está mais relacionada à apresentação do que ao conteúdo do material informacional.

Os Arquivos Privados, na pesquisa científica, é uma documentação que oferece grandes subsídios, porém nem sempre tais arquivos são de fácil acesso. Define-se como arquivos privados aqueles que resultaram de atividades e da administração coletiva e pertencentes: às associações científicas, às associações de classes em geral, aos sindicatos, partidos políticos, igrejas, instituições e empresas que têm registros de suas deliberações, adeptos, correspondência, dos materiais empregados nos seus laboratórios, dos sucessos e insucessos e assim por diante. (BRASIL, 1991).

Ainda na classificação de arquivos privados ainda pode-se considerar os de natureza individual, organizados por pesquisadores em geral, políticos, profissionais de destaque, como por exemplo o Arquivo Pessoal de Afonso Pereira. (OLIVEIRA; SILVA S.; SILVA A., 2016).

No que se refere à Documentação Indireta, pode estar constituída por anuários, catalógos, obras literárias e assim por diante. A natureza destas fontes varia dependendo da área do conhecimento científico. Assim, por exemplo, pode-se identificar fontes documentais não escritas – restos de materiais da existência de povos que viveram num passado remoto que ingressa paleontologista ou arqueólogo. Os documentos de segunda mão são aquelas contribuições provenientes da documentação já analisada e publicada.

Já do ponto de vista da análise dos documentos, permite determinar a autenticidade do texto, o seu valor, seu grau de veracidade, seu sentido e alcance. A análise dos documentos pode ser de duas orientações: 1) aplicando o método clássico e 2) os métodos quantitativos. Os métodos clássicos de análise de documentos são derivados de certo modo da crítica literária e

da crítica histórica. Assim sendo, é necessário distinguir entre a análise interna e externa do documento.

A análise interna é de base racional e de caráter objetivo. Racional significa que é uma operação intelectual (crítica literária, crítica histórica, sociológica, psicológica, etc), o caráter objetivo de análise dos documentos visa desenvolver um alto grau de imparcialidade, e evitar qualquer preferência pessoal, desde que a finalidade da análise é evitar qualquer tipo de subjetividade.

A análise externa permite reconhecer o grau de veracidade do documento. Para tanto, torna-se pertinente a análise de contexto, isto é, a colocação do documento em um conjunto mais amplo; as circunstâncias de fatos que acompanharam a redação do documento, o seu autor ou autores; as condições ambientais etc.

## **Pesquisa de campo**

A pesquisa de campo está relacionada com a coleta direta de informação no lugar em que acontecem os fenômenos, como é observado nas ciências humanas, na psicologia ou no terreno da ecologia, da medicina preventiva. Uma definição mais próxima de pesquisa de campo “é aquela que é realizada fora do laboratório, no próprio terreno das ocorrências”. (TRUJILLO FERRARI, 1982).

A pesquisa de campo, propriamente, não pode ser confundida com a simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa), é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos pre-estabelecidos que discrimina suficientemente o que deve ser coletado. Trujillo Ferrari (1982) recomenda que, na pesquisa de campo, é necessário diferenciar a natureza dos “estudos de campo” propriamente ditos, dos experimentos em contextos de campo.

A pesquisa de campo pode ou não incluir o “*survey*” (a enquete). Entretanto, o estudo de campo tem maior alcance que o “*survey*”, sendo que ele pode ser empregado antes mesmo do estudo de campo para estabelecer os critérios de representação amostral, quando o caso requer do procedimento amostral. O estudo de campo é particularmente importante na pesquisa social, apropriada para estudos de indivíduos, grupos, comunidades, organizações, sociedade, considerando que, para a pesquisa social, mais importante que encontrar soluções é explicar os fenômenos, entender realidades, criar significados sociais.

Como exemplo, pode-se ilustrar, o estudo de uma escola que apresenta evasão escolar e como a extensão universitária pode contribuir para a melhoria dessa comunidade. A pesquisa de campo pode ser apropriada para “desenvolver o método de estudo de caso, as técnicas de amostragem, observações controladas, entrevistas, aplicação de formulários, questionários, testes e escalas seguidos de operações e análise estatísticas”. (TRUJILLO FERRARI, 1982, p. 229).

Portanto, a pesquisa de campo pode-se ser adotar na grande área de Ciências Sociais, tendo como objeto de estudo o homem, seu comportamento e experiências. Assim, o pesquisador para atingir seus objetivos precisa dos instrumentos que possibilitem coletar dados e informações da vida real, do dia-a-dia para verificar, testar e confirmar como a teoria estudada será aplicada à realidade. (MICHEL, 2009).

## **Pesquisa experimental**

O experimento é uma estratégia de pesquisa que busca a construção de conhecimentos através da rigorosa verificação e garantia de resultados cientificamente comprovados. Os experimentos são os estudos que melhor se adaptam ao propósito

de identificação de relações causais entre variáveis. (MARTIS; THEÓPHILO, 2007).

A pesquisa experimental pode ser desenvolvida tanto em campo (situação real) quanto em laboratório, no qual o ambiente é rigorosamente controlado. O grande desafio para o pesquisador é planejar e executar o experimento de tal forma que o propósito de identificação das relações causais entre as variáveis: causa e efeito, sejam controladas pelos experimentadores. Este tipo de pesquisa, em que uma ou algumas variáveis são manipuladas (variáveis independentes) – possíveis causas – e observados possíveis efeitos sobre uma variável dependente, precisa antes passar por plano sobre a estrutura e desenvolvimento da pesquisa para atingir resultados esperados.

Tratando-se de pesquisa em laboratório, embora as experiências sejam limitadas a um recinto fechado e condicionado a certas manipulações, há exigências que derivam pelo menos de três fontes: 1) da instrumentação; 2) dos objetivos e 3) da manipulação do instrumental para alcançar os objetivos traçados.

A instrumentação à pesquisa de laboratório deve contar com o equipamento adequado para os propósitos que se pretende alcançar. O objetivo na pesquisa de laboratório está dado pela meta que o problema pretende atingir e que estão explícitos nas suas hipóteses e teorias e o experimento de laboratório revela a forma de manipulação dos diversos instrumentos para atingir o objetivo previsto ou para chegar às descobertas imprevisíveis. (TRUJILLO FERRARI, 1982).

A experimentação é, primeiramente, um processo de observação feita em uma situação planejada de tal forma a atender à finalidade proposta. Este tipo de pesquisa é internamente utilizada nas investigações em Ciências Naturais, Física, Química, Biologia; entretanto, o experimento é pouco comum para orientar pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas.

## **Pesquisa descritiva**

A pesquisa descritiva tem como finalidade verificar e explicar problemas, fatos ou fenômenos da vida real, com a precisão possível, observando e fazendo relações, conexões, ou seja “o que é” à luz da influência que o ambiente exerce sobre eles. Este tipo de pesquisa não interfere no ambiente; seu objetivo é explicar os fenômenos, relacionando-os com o ambiente.

Para Michel (2009), este tipo de pesquisa é apropriada para a área de ciências humanas e sociais, tem o propósito de analisar, com maior precisão possível fatos ou fenômenos em sua natureza e características, procurando observar, registrar e analisar sua relações conexões e interferências na pesquisa.

Este tipo de pesquisa amplamente utilizado na condução da pesquisa, representa em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências (RICHARDSON, 2008), procura conhecer e comprar as diversas situações que envolvem o comportamento humano, individual ou em grupos sociais ou organizacionais nos seus aspectos social, econômico, político, tecnológico e cultural; procura descobrir e classificar a relação entre as variáveis, bem como os que investigam a relação de causalidade entre fenômenos.

## **Pesquisa qualitativa**

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, na qual assume tradições ou paradigmas de análise, derivadas dos métodos: positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo. Essa pesquisa é adotada para estudar um fenômeno no situado local em que ocorre, procurando

tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. (CHIZZOTTI, 2008).

Em uma compreensão mais detalhada, Richardson (2008) comenta que a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de interpretar significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.

Os métodos apropriados para esse tipo de pesquisa pode implicar como uma entrevista, observação participante, história de vida, testemunho, análise do discurso, estudo de caso, pesquisa participativa, etnográfica, pesquisa-ação, estudos culturais, análise de conteúdo etc.

Por sua vez, as pesquisas qualitativas, tomam formas textuais originais, recorrendo a todos os recursos linguísticos, sejam estilísticos, semióticos, ou diferentes gêneros literários, como conto, narrativas, relatos, memórias; recursos estilísticos diferenciados, criando as possibilidades de vários resultados de aceitabilidade da pesquisa qualitativa. (CHIZZOTTI, 2008).

## **Aplicação dos tipos de pesquisa em arquivologia**

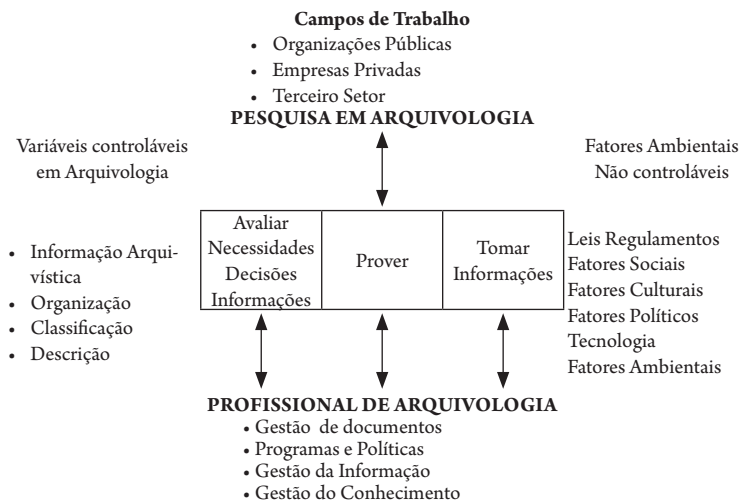
O processo de globalização desencadeou para a ciência da Arquivologia a oportunidade de avançar em relação às necessidades informacionais. Dessa forma, os arquivos também são responsabilizados pelo tratamento de uma parcela importante de informações geradas no âmbito das organizações de modo a garantir as necessidades informacionais da sociedade. (SILVA; RIBEIRO, 2011)

No campo da Arquivologia, é possível encontrar diferentes métodos de investigação, tipos de pesquisa e numerosas técnicas de coleta de dados e colheita de informação. Dependendo do foco atribuído ao objeto de estudo, em diversas situações se trata de métodos e técnicas procedentes de outras disciplinas. Assim, o objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, deslocou-se de

arquivo” para a informação arquivística, ou informação registrada orgânica, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processo seja o ponto de partida. (FONSECA, 2005, p. 59).

Fica claro, nessa etapa pós-custodial, que a Arquivologia começou a adquirir estatura de ciência, quanto às outras ciências. (SILVA; RIBEIRO, 2011). Dentro desses pressupostos, destaca-se na Figura 2, abaixo o ambiente (interno e externo) e o papel crucial desempenhado pela pesquisa em Arquivologia mediante uma classificação ampla para a qualquer tipo de trabalho que venha a ser bem-sucedido à luz do paradigma básico.

**Figura 2** - Ambiente interno e externo da Arquivologia,



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Como indica a Figura 2, o profissional de Arquivologia pode tomar decisões a respeito de programas e políticas que podem estar relacionados à guarda e preservação da documentação. Essas decisões são complexas por interagirem entre as variáveis controláveis do acesso à informação arquivística e outras complicações são acrescentadas por fatores ambientais incontroláveis – condições tecnológicas, políticas e leis públicas, ambiente político que o profissional de Arquivologia precisa monitorar.

Na ausência dessas informações relevantes, a reação de gestores não pode ser prevista de forma confiável ou precisa. A definição formal, para pesquisa em Arquivologia, segundo Jardim (2012), passa por um processo de desenvolvimento metodológico que significa:

A construção da pesquisa em Arquivologia suscita a frequente discussão sobre o próprio campo enquanto disciplina científica. Ao se fazer necessária a construção de agendas de pesquisa em arquivologia é fundamental, portanto refletir epistemologicamente sobre seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares de campo. (JARDIM, 2012, p. 136).

Vários aspectos dessa definição são dignos de nota. Em primeiro lugar, a pesquisa em arquivologia é sistemática. Assim, torna-se necessário um planejamento detalhado em todos os estágios do processo de pesquisa. Não apenas a pesquisa pode ser motivada em programas de Pós-Graduação, e sim a vivência nas práticas em instituições arquivísticas cujo diálogo com outras ciências resulta de avanços positivos para a área.

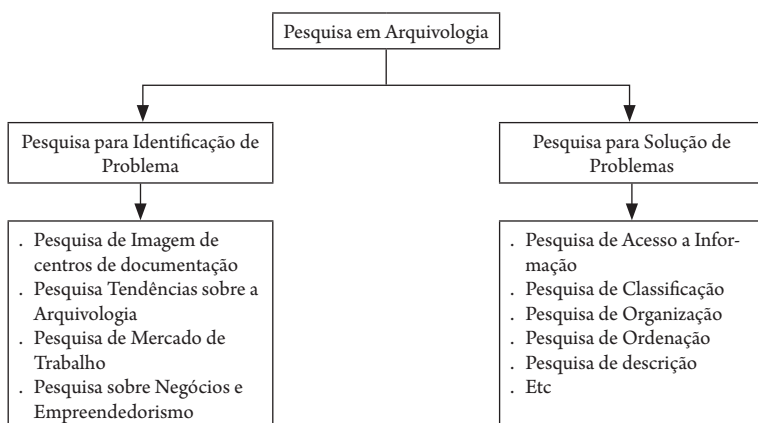
A pesquisa em Arquivologia usa o método científico porque os dados são coletados e analisados para testar noções ou hipóteses prévias. A pesquisa em Arquivologia é objetiva. Ela procura fornecer informações precisas que reflitam a situação verdadeira ou fidedigna da documentação. Deve ser executada de forma correta e imparcial. Embora seja sempre influenciada pela filosofia do pesquisador, deve ser isenta das inclinações pessoais ou políticas do pesquisador.

Na Figura 3 a seguir, observa-se a definição sobre pesquisa em Arquivologia, destacando duas razões que podem classificar a pesquisa: Uma pesquisa de **identificação de problema** pode ser realizada para ajudar a acomodar-se problemas que talvez não apareçam na superfície, mas existem ou provavelmente irão surgir no futuro. Exemplos de identificação de problemas incluem pesquisas de: tendências em Arquivologia, mercado de trabalho em Arquivologia, negócios e ou empreendedorismo, imagem de centros de documentação e memória, usuários da informação, tendências sociais e culturais, mudanças no comportamento

das organizações, pode sinalizar essa narrativa, ou descrição da pesquisa.

Outra razão e útil do ponto de vista conceitual é a **pesquisa para à solução de problemas**. A maioria das pesquisas realizadas em Arquivologia no Campus V da UEPB, por exemplo, foram efetivadas para resolver problemas específicos de Arquivologia, ligados aos temas de : Acesso à informação arquivística, classificação, ordenação, avaliação e descrição, arranjo físico, localização do arquivo, tabela de temporalidade, banco de dados, entre outros.

**Figura 3** - A natureza da pesquisa em Arquivologia



**Fonte:** Pesquisa direta, 2016

Como consequência desse levantamento, percebemos que pesquisa científica em Arquivologia abrange uma das mais importantes áreas do saber no contexto da

Ciência da Informação. Devido à sua natureza, para Fonseca (2005), a Arquivologia, apresenta características próprias de ciência, disciplina e técnica que se ocupa da teoria, da

metodologia e da relativa prática dos arquivos. Jardim (2011) opina que apesar de não ser reconhecida como uma área de conhecimento do CNPQ, a Arquivologia é teoria, método e campo empírico para uma quantidade significativa de grupos de investigação.

Analisando o posicionamento desses variados autores citados neste capítulo, emite-se a opinião de reforçar a necessidade de que essas discussões e construções continuem a ganhar mais espaços nas instituições, universidades, grupos de pesquisa e organizações arquivísticas, procurando uma padronização de procedimentos metodológicos, dos quais passa a dispor o arquivista, pesquisador ou estudante para tratamento dos documentos e/ou da informação arquivística, que é o objeto de campo de investigação nos arquivos.

## **Considerações finais**

O presente texto teve como principal objetivo expor uma fundamentação científica da Arquivologia, a sua epistemologia no âmbito do objeto científico e sua definição vista como técnica, disciplina ou ciência. No desenvolvimento do texto, identificou-se que o debate ligado ao objeto do campo de pesquisa, por um lado, tem a ver com o documento do arquivo e, por outro lado, há autores que integram as necessidades informacionais dos documentos.

À medida que se aprofunda esse conhecimento, passa-se a considerar um número cada vez maior de fatos ou elementos que possuem relação com aquilo que se está estudando. Essas correlações precisam ser entendidas e analisadas para que o modelo utilizado seja mais próximo possível da realidade que é considerado, isto porque a ciência constroi modelos esquemáticos da realidade.

Apesar de ainda existirem controvérsias quanto ao objeto de estudo, técnica, disciplina ou ciência, o certo é que a Arquivologia ganhou debate científico em diferentes países e uma aceção universalmente reconhecida como importante na nova sociedade contemporânea.

De modo geral, a ciência ganha diferentes definições. Porém, o relevante é saber que a palavra “ciência” vem do latim *scientia* que significa conhecimento. Portanto, ciência é sinônimo de conhecimento, o qual se utiliza de técnicas especializadas para analisar, interpretar e fazer inferências na realidade. Aqui, apresentaram-se algumas classificações de pesquisas que podem ser utilizadas em trabalhos de investigação, a luz do modelo de pesquisa básica em Arquivologia, proposto neste trabalho como mecanismo simples de identificar as pesquisas no âmbito interno denominada de “variáveis controláveis” e no âmbito externo de “variáveis incontroláveis”.

No decorrer do trabalho, a literatura mostra que, de acordo com a sua natureza, as ciências podem ser: formais ou factuais. Os tipos de pesquisa utilizados para um levantamento de dados e que podem ser adotados, tem a ver com as factuais, são elas: (exploratória, bibliográfica, documental, descritiva, de campo, e qualitativa); porém, no trabalho também é apresentada a pesquisa experimental, que no caso da Arquivologia, poderia ser utilizada já que dialoga com algumas ciências da natureza, como, por exemplo a Biologia, que contribui com pesquisas ligadas a pragas, fungos e outros agentes nocivos capazes de prejudicar um conjunto de arquivos.

Portanto, a partir destas reflexões, apresentadas neste capítulo, é salutar que futuros pesquisadores, continuem confrontando a Arquivologia, com os tipos de pesquisa: causal, transversal única e transversal múltipla e longitudinal, apropriar-se de críticas para saber além das vantagens e desvantagens que cada concepção de pesquisa é constituída. Vale enfatizar que não

houve intenção, aqui, de detalhar abordagens teórica-metodológicas, tais como positivismo, materialismo-histórico dialético, fenomenologia; esse estudo para a Arquivologia vem sendo debatido pelo Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS e alguns resultados estão sendo publicados na obra *Pesquisa em Arquivologia: Fronteiras e Perspectivas Epistemológicas*, em agosto de 2017, a fim de publicizar e assegurar discussões epistemológicas que superem crenças epistemológicas que limitam o avanço científico político-social. Certamente, o exposto, neste trabalho, é apenas um caminho de se olhar a ciência dentre tantos outros que se pode investigar.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: **apresentação de citação em documentos**. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. **Lei nº8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 28 jan. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 26 de jun. 2016.

BELLOTTI, Heloisa L. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas, 2002.

CALDERON, Wilmara Rdrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica,

2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/ISBN9788579834868.pdf>>. Acesso em 03 de mar. de 2017.

COLLINS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração, um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

DUPLÁ DEL MORAL, Ana. **Manual de arquivos de oficina para gestores**. Madrid: Marcial Pons, 1997.

FERREIRA, Tereza, Evâny Renor. ; BARRANCOS, Jacqueline EChverría; SILVA, Josélia. M. O. da. **Caminhos metodológicos da produção científica em gestão do conhecimento nas comunicações do ENANCIB**. Disponível em: [http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2949\(-consulta em 20.02.2016\)](http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2949(-consulta em 20.02.2016))

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: GV. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**. Teoria y práctica. Sevilla: Diputación provincial, 1995.

JAPIASSU, Hilton. **A crise da razão e do saber objetivo: as ondas do irracional**. São Paulo: Letra & Letras, 1996.

JARDIM, José Maria. **A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção**. In \_\_\_\_\_. Estudos avançados em Arquivologia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012

\_\_\_\_\_. A pesquisa como fator institucional da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In \_\_\_\_\_. **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas Universidades pública brasileiras**. Brasília: Thesaurus, p. 53-75. 2011

\_\_\_\_\_. **Diversidade arquivística e políticas de arquivo**. 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3312>> Acesso em: 13.03.2017

MARANHÃO, Mauriti; MACIEIRA, Maria Elisa Bastos. **O Processo Nosso de Cada Dia: modelagem dos processos de trabalho**. Rio de Janeiro: Qualitymare Ed. 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO. **Metodologia da investigação científica para ciências sócias aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NBR ISO 9000:2000, Sistemas de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário

OLIVEIRA, Bernardina Maria Júlia Freire de. ; SILVA, Sheila Larissa da.; SILVA, Alvicleide Caetano. **Arquivo Afonso Pereira: fonte de informação e registro da memória**. XX ENEARQ RIO de Janeiro. UNIRIO. 11 A 15 DE JULHO DE 2016. Disponível em< <http://www.eneaq.com.br/2016/wp-content/uploads/2016/03/ARQUIVO-AFONSO-PEREIRA-FONTE-DE-INFORMA%C3%87%C3%83O-E-REGISTRO-DA-MEM%C3%93RIA.pdf>> Acesso em 26 de abr. 2017.

RICHARDSON Jarry Roberto. **Pesquisa social**. Métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUEZ LÓPEZ, Maria del Carmen. **La delimitación de la archivística como ciencia.** In \_\_\_\_\_. Congreso universitário de ciencias de la documentación, Teoría, história e metodología de la documentación. Madrid: Universidad Complutense, p.261-270. 2000.

ROJAS, Angel Rendón *et al.* **Bibliotecologia, archivística, documentación:** intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinaridad. Mexico: UNAM, Centro Universitário de Investigações Bibliotecológicas, 2011.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico:** concepções, trajetórias e contextualizações. 2012. 320f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos:** Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SZLEJCHER, Ana. **Investigación y formación archivística: los nuevos desafíos.** In: Marques, A.A. da C. Rocanglio, C.; Rodrigues, G. M. A formação e a pesquisa em Arquivologia nas Universidades pública brasileiras. Brasília: Thesaurus, p. 17-52. 2011.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação.** Recife: Nectar, 2011.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia de pesquisa científica.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

## Sobre os Autores

### **AFONSO CELSO SCOCUGLIA**

Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Visitante da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Educação (UFPB), Doutor em História (da Educação, UFPE), Pós-Doutor em Ciências da Educação (Université de Lyon, França, 2009) e Pós-Doutor em História e Filosofia da Educação (Unicamp, 2010). Assessor de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro de Educação da UFPB. Consultor de diversas instituições cujo rol vai desde o SEBRAE até a Prefeitura Municipal de Gravataí Rio Grande do Sul. Secretário de Estado da Educação da Paraíba, Brasil (2011-2012). Consultor/parecerista; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia) e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação) no Brasil, desde 2001. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq/Brasil desde 2001. É membro do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade (GPAS).

### **ALZIRA KARLA ARAÚJO DA SILVA**

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Ciência da Informação (2012) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Ciência da Informação (2002) e graduada em Biblioteconomia (1999), ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), na linha de pesquisa Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Vice-líder do grupo de pesquisa Aprendizagem, Informação e Conhecimento e pesquisadora na linha de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento. Atua nos seguintes eixos temáticos: gestão da informação e do conhecimento, aprendizagem organizacional, redes sociais, redes de colaboração e aprendizagem, marketing da informação.

#### **ANA LÚCIA TERRA**

Professora Adjunta do Instituto Politécnico do Porto, onde leciona desde 2002, na Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação e no Mestrado em Informação Empresarial, de que é Coordenadora, bem como na Pós-Graduação em Gestão de Bibliotecas Escolares. É licenciada e mestre em História e doutorada em Ciências Documentais pela Universidade de Coimbra. As suas áreas de investigação abrangem as políticas de informação, o comportamento informacional e a organização e a gestão da informação.

#### **ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA**

Doutoranda em Ciência da Informação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Mestre em Ciência da Informação e Documentação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A sua dissertação de mestrado “O uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses” venceu o 1º Prémio *Olga Gallego de Investigacion en Archivos* 2015. Na sua tese de doutoramento vai analisar um sistema de informação sob a perspetiva sistémica e visão holística da informação. É arquivista desde 2004 e, desde então, tem trabalhado em arquivos públicos e privados. Organizadora de encontros científicos, palestrante (com mais de duas dezenas de conferências e comunicações), autora

de livros e de artigos publicados em revistas científicas de referência com revisão por pares, tem focado temas relacionados com organização e representação da Informação.

**ANDREIA MAGALHÃES**

Mestre em Ciência da da Informação pela Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto desde Julho de 2014. Desenvolveu a dissertação em ambiente empresarial, subordinada ao tema “Gestão da Informação e dispositivos móveis: um caso de aplicação”. Licenciada em Ciência da Informação pelas mesmas faculdades desde 2012.

**CACILENE TOSCANO DE OLIVEIRA**

Arquivista na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em Gestão de Documentos e Informações pela Faculdade Integrada - AVM. Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Ex-Coordenadora da Seção de Arquivo Geral da Universidade Federal do Ceará (UFC).

**EDIANE TOSCANO GALDINO DE CARVALHO**

Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, atuando nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. Mestre em Ciência da Informação pela UFPB. Editora da revista eletrônica Archeion Online. Atua nas áreas de biblioteconomia e Arquivologia com o viés para a Organização do Conhecimento.

**EDMUNDO AUGUSTO DA SILVA NETO**

Graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Servidor do Instituto Federal da Paraíba.

### **ELIETE CORREIA DOS SANTOS**

Doutora em Linguística pelo PROLING/UEPB. Mestre em Linguagem e Ensino pela UFCG. Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru. Atualmente é professora da Universidade Estadual da Paraíba - do Curso de Arquivologia. Tem experiência na área de Linguística, Tecnologias Educacionais e Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Linguagem e Arquivologia, tecnologias educacionais, gêneros acadêmicos, letramento. No momento, seu objeto de dedicação e estudo é a produção escrita dos gêneros acadêmicos com ênfase nos estudos bakhtinianos. Líder do grupo de pesquisa Arquivologia e Sociedade - GPAS cuja linha de pesquisa é Arquivo, Linguagem e Memória. Também é membro do Grupo de Pesquisas em Linguagem, Enunciação e Interação - GPLEI, atuando na linha Linguagem, ensino e tecnologia. Concluiu o doutorado sanduíche (Estágio Avançado de Doutorado), na Universidade do Porto - PT, na interface com o Curso de Ciência da Informação e Linguística.

### **GLENDIA ROCHA MONTEIRO**

Bolsista de Iniciação Científica –PIBIC/UEPB. Acadêmica do Curso de Arquivologia da UEPB.

### **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA**

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UEPB), possui especialização em Criação Publicitária pelo IESP (2005) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo - pela UEPB (1999). É professor efetivo do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde coordena projetos de extensão ligados à memória e cidadania e a análise e produção de audiovisual. Foi professor

auxiliar do Curso de Comunicação Social da UFPB de 2005 a 2007, ministrando disciplinas nas habilitações de Jornalismo, Radialismo e Relações Públicas. Possui experiência em criação, roteirização e produção de vídeo documentário, produção em TV e redação publicitária, além de reportagens e artigos/resenhas. Jornalista profissional, conquistou por cinco vezes consecutivas o Prêmio BNB de Reportagem. Membro do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS, atuando na linha Arquivo, Linguagem e Memória.

### **JACQUELINE ECHEVERRIA BARRANCOS**

Doutora em Administração, na Linha de Pesquisa: Estratégias Empresariais, (2003). Mestre em Administração (1990) e Bacharel em Administração (1985), obtidos os três graus na UFPB. Atualmente é Professora do Curso de Arquivologia e Diretora do Campus V da Universidade Estadual - Tem experiência de 20 anos em atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Consultoria na área de Administração e Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: (i) Empreendedorismo (com ênfase em atividades de educação empreendedora, marketing, estratégias, comércio exterior e cooperativas de coleta seletiva) (ii) Gestão Pública (com ênfase em Logística) Ciência da Informação (com ênfase em Inteligência Organizacional e Gestão do Conhecimento). Atualmente coordena o Curso de Bacharelado em Administração Pública a Distância (EAD). É membro do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade (GPAS).

### **JOSEMAR HENRIQUE DE MELO**

Doutor em Documentação pela Universidade do Porto (Portugal), com reconhecimento em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba

(UFPB). Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor efetivo do curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, ministrando principalmente as disciplinas de Fundamentos Arquivísticos, Documentos Digitais e Gestão de Documentos. Pesquisador na área de Ciência da Informação com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivos, sistemas de arquivos, gestão documental, administração em Arquivística, arquivos coloniais, documentos digitais e epistemologia arquivística e pesquisador em História, com ênfase em história dos arquivos. Líder do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade (GPAS).

#### **LEONOR CALVÃO BORGES**

Doutoranda em Ciência da Informação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pós-graduada em Ciências Documentais-Arquivo e mestre em Paleografia e Diplomática pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tem uma vasta experiência profissional no domínio da Arquivística, tendo sido Arquivista na Câmara Municipal de Lisboa: no Arquivo Municipal (1987-1989) e no Gabinete de Estudos Orlisiponenses (1990-1997), Chefe da Divisão 'de Documentação e Arquivo no IPPAR (1997-2001) e Diretora do Arquivo Histórico Parlamentar (2001-2008). Atualmente desempenha funções na Divisão de Documentação Informativa e Parlamentar (DILP) da Assembleia da República. É palestrante em diversas conferências, nacionais e internacionais, e autora de diversos artigos científicos publicados em revistas científicas de referência com revisão por pares.

### **LILIANA ISABEL ESTEVES GOMES**

Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - DFCI. Doutorada pela Universidade da Corunha, *Programa Oficial de Doctorado en Sociedad del Conocimiento: Nuevas perspectivas en Documentación, Comunicación y Humanidades*, com a Tese intitulada – Gestão da informação, holística e sistémica, no campo da Ciência da Informação: estudo de aplicação para a construção do conhecimento na Universidade de Coimbra. É mestre em em Ciências da Documentação e Informação pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é licenciada em História e pós-graduada em Ciências Documentais, opção de Arquivo e de Biblioteca e Documentação, pela Faculdade de Letras Da Universidade de Coimbra. Tem uma vasta experiência profissional no domínio da Arquivística e é palestrante em diversas conferências, nacionais e internacionais, e autora de diversos artigos científicos publicados em revistas científicas de referência com revisão por pares.

### **MARIA BEATRIZ MARQUES**

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Departamento de Filosofia Comunicação e Informação. Doutorada pela Universidade de Coimbra, em Ciências Documentais (CD), especialidade de Gestão da Informação e de Serviços de Informação, com a Tese intitulada – A Satisfação do Cliente de Serviços de Informação: as Bibliotecas Públicas da Região Centro; Perita da Agência Portuguesa de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) na área da Ciência da Informação (desde Janeiro de 2014).

### **MARIA MANUELA PINTO**

Doutorado e Mestrado em Informação e Comunicação em plataformas digitais (Universidade do Porto e Universidade de Aveiro), especialização em ciências documentais (FLUC,

1998). Dezenas de artigos em seus campos de interesse, gestão da informação e gestão de serviços de informação (com um foco especial em processos info-comunicacionais, mediada pelas TIC); preservação digital e segurança; Gerenciamento de R&D e inovação; e empreendedorismo. Atualmente, é professora assistente na Faculdade de Artes e Humanidades de U. Porto (FLUP), Departamento de Comunicação e Ciências da Informação; É pesquisadora e membro da diretoria da CIC. Digital - centro de investigação em comunicação, informação e Cultura Digital (Porto) e, mais recentemente, pesquisador do centro de inovação, tecnologia e empreendedorismo - Instituto de sistemas e engenharia de computação (CITE/INESCTEC).

#### **RAMSÉS NUNES E SILVA**

Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba. É Mestre e Doutor em História da Educação, pela mesma instituição. Realizou em 2015, período de pós-doutoramento em história da educação pela Universidade do Minho, Portugal. Desenvolveu uma dissertação de mestrado sobre a secularização da educação no século XIX e uma tese sobre a influência da secularização nos espaços escolares de internamento. Na área de História da Educação e Arquivologia, vem desenvolvendo significativas atividades nos últimos cinco anos, com ênfase nas práticas, modelos e representações simbólico-educacionais oitocentistas do Império e República. É membro do HISTED-BR/GT Paraíba, um dos principais grupos de pesquisa em História da Educação do Brasil, bem como da SBHE (SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO). Atualmente, é professor adjunto vinculado ao departamento de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba e líder do grupo GEPHEAS (Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação, Arquivologia e Sociedade). Suas atividades de pesquisa-ensino, estão relacionadas aos seguintes temas: História da Educação, História

da Educação Confessional, História das Instituições asilares, estudos sobre a secularização educacional, arquivos histórico-escolares. É professor colaborador no mestrado em História da UFCG. É membro do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade (GPAS).

#### **SÂNDERSON LOPES DORNELES**

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (2005), especialização em Arquivos e Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Integrado pela Universidade Salgado de Oliveira, campus Recife (2011) e mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (2011). Participa do Grupo de Pesquisa Arquivo e Sociedade da UEPB na linha de pesquisa Saberes e Fazeres do Campo Arquivístico. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivologia, arquivos, sistemas de arquivos, protocolo e documentos digitais. É Professor do curso de Bacharelado em Arquivologia e é Arquivista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). É membro do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade (GPAS).

#### **THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS**

Professor Adjunto na Faculdade de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará. Líder do grupo de pesquisa Organização e Representação em Arquivos e Bibliotecas. Pesquisador em grupos de pesquisa da UNESP e UNB. Atualmente é Diretor da Faculdade de Arquivologia (2016-2018). Tem experiência na área de Arquivologia e Ciência da Informação, atuando no âmbito da pesquisa principalmente nos seguintes temas: Abordagens linguísticas em Ciência da informação, Epistemologia, Arquivística e Representação Arquivística.

### **VANCARDER BRITO SOUSA**

É professor do departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, CCBSA, Campus V em João Pessoa. Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (1997), Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação Em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - PPGS-UFPB (2000) e Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - PPGS-UFPB (2006). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana, tendo atuado principalmente nos seguintes temas: modernidade e pós-modernidade, requalificação/revitalização urbana e moradia irregular. Membro do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade (GPAS).

### **WANESSA MARTINS RODRIGUES**

Bacharela em Arquivologia na Universidade federal do Para (UFPA) Já atuou como estagiária no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UFPA) e no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Foi bolsista de Iniciação Científica do CNPq entre os anos de 2015 a 2016 estando vinculada ao projeto “A Representação Arquivística: elementos para a construção de um modelo de ensino ideal por meio da semântica textual a partir dos contextos australiano, canadense e brasileiro.” do grupo de pesquisa Representação em Arquivos e Bibliotecas. Possui trabalhos relacionados à Arquivística e Ciência da Informação, atuando em pesquisas relacionadas principalmente a Linguística Textual, Ciência da Informação e Arquivística e Representação Arquivística.